



**UNIVERSIDADE ESTADUAL  
PAULISTA**  
**“Júlio de Mesquita Filho”**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**  
**Campus de Presidente Prudente**

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Doutorado  
Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico  
Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano

Danilo Marcondes de Alcantara

**“Minha Casa Minha Vida”:** trajetórias e práticas  
espaciais na produção de um lugar na cidade de  
Londrina/PR



Presidente Prudente – SP  
2018

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA  
FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE PRESIDENTE  
PRUDENTE**

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Doutorado  
Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico  
Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano

Danilo Marcondes de Alcantara

“Minha Casa Minha Vida”: trajetórias e práticas espaciais na produção de um  
lugar na cidade de Londrina/PR

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCT/Unesp – campus de Presidente Prudente – SP, sob orientação do Profº Dr. Nécio Turra Neto e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação - Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação - UNESP, Campus de Presidente Prudente

A318m Alcantara, Danilo Marcondes de.  
“Minha Casa, Minha Vida : trajetórias e práticas espaciais na produção de um lugar na cidade de Londrina/PR / Danilo Marcondes de Alcantara. - 2018  
237 f. : il.

Orientador: Nécio Turra Neto  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018  
Inclui bibliografia

1. Lugar. 2. Cotidiano. 3. Práticas espaciais. 4. Trajetórias de vida. 5. Política habitacional. 6. Londrina (PR). I. Alcantara, Danilo Marcondes de. II. Turra Neto, Nécio. III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Título.

Claudia Adriana Spindola  
CRB-8ª/5790

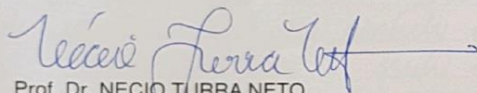
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: "Minha Casa Minha Vida": trajetórias e práticas espaciais na produção de um lugar na cidade de Londrina/PR

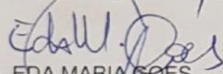
AUTOR: DANILO MARCONDES DE ALCANTARA

ORIENTADOR: NECIO TURRA NETO

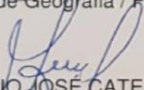
Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:



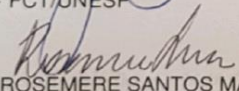
Prof. Dr. NECIO TURRA NETO  
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/UNESP



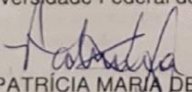
Profa. Dra. EDA MARIA GOES  
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/UNESP



Prof. Dr. MÁRCIO JOSÉ CATELAN  
Departamento de Planejamento Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/UNESP



Profa. Dra. ROSEMERE SANTOS MAIA  
UFRJ / Universidade Federal do Rio de Janeiro



Profa. Dra. PATRÍCIA MARIA DE JESUS  
Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas / UFABC

Presidente Prudente, 20 de abril de 2018

*Dedico esta tese à cada um que me ajudou a construí-la: à  
minha família, aos meus amigos e, principalmente, aos  
moradores do Vista Bela, sem os quais nada do que eu  
discuto nela teria o mesmo sentido.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Elzi, e à minha irmã, Natália, por constituírem a minha família, sustentação na qual eu sei que poderei sempre me apoiar. À minha avó, Zenaide, e à minha tia, Edilene, pelo carinho e pela ajuda nos momentos mais difíceis. Ao meu pai, Josias, por torcer e desejar sempre o melhor para mim, mesmo distante.

Aos meus amigos, dos mais diferentes lugares, por me fazerem companhia nos momentos felizes e também nas situações mais complicadas. Agradeço à Francielly por todo o apoio recebido ao longo de uma amizade de mais de dez anos. Agradeço ao Jair e ao Edimar, amigos que eu fiz em Prudente e que ajudaram a tornar meu período naquela cidade tão memorável. Ao Bruno, ao Tiago, ao Ariel, ao Nicolas e à Ana Carolina, amigos que estiveram comigo no meu retorno à Londrina. Ao Sirius e à Medelin, que mesmo distantes fisicamente, fizeram tanta diferença nesse percurso. Aos amigos que estou conhecendo em São Paulo e no IFSP, que têm me ajudado tanto no processo de adaptação ao ritmo da metrópole.

Aos vários amigos e colegas que me ajudaram na pós-graduação, tanto com questões do trabalho, como também em vários momentos de dificuldades e de alegrias. Agradeço à Natália, pessoa tão querida e que nunca hesitou em me apoiar. Agradeço à Mariana e ao Rhafael, amigos com quem pude também contar em tantos momentos. Agradeço ao Lindberg, à Melina, ao Márcio, ao Agnaldo, à Jéssica, ao Cláudio, à Letícia, à Priscila e à tantos outros amigos e colegas do Gasperr e de outros grupos de pesquisa. Agradeço profundamente ao Vitor Camacho pela ajuda com os mapas, sempre muito atencioso. Agradeço à Fabiana, da UEL, por ter me apresentado uma das mais importantes fontes da minha pesquisa. Agradeço ao Paulo, tanto pela amizade desde a graduação, como também pela ajuda no início dos trabalhos de campo.

Agradeço aos professores que se fizeram presentes nesse processo, especialmente aqueles que compuseram a banca da defesa e do exame de qualificação. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), pela bolsa concedida nos três primeiros anos da pesquisa. Às pessoas que compartilharam comigo relatos de suas vidas e permitiram que eu pudesse construir este trabalho.

Por fim, dedico um agradecimento especial à pessoa que, sem dúvida, mais me ajudou durante todo o percurso do doutorado: Nécio Turra, meu orientador. Para além das dicas, das discussões e das leituras críticas, ele se preocupou comigo e acreditou em mim quando até eu já não acreditava mais. Sinceramente, muito obrigado!

## RESUMO

A política habitacional empreendida a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), desde o seu lançamento, em 2009, revelou mudanças e permanências em relação às experiências anteriores. Ainda que tenha promovido a oferta de milhões de unidades habitacionais, articulou-se fortemente com os interesses do mercado e do capital financeiro, privilegiando a dimensão empresarialista do programa. Diante deste quadro, foi produzido e entregue a partir de 2011, numa área de expansão da malha urbana na Zona Norte de Londrina, um grande conjunto habitacional com 2.712 unidades, entre casas e apartamentos, nas quais passaram a residir famílias originárias de diferentes localidades da cidade, onde habitavam desde casas de aluguel até ocupações irregulares em fundos de vale. No Vista Bela, como ficou conhecido o empreendimento, essas famílias compartilharam dos vários problemas que emergiram no princípio da ocupação do conjunto, muitos dos quais permaneceram não resolvidos por muitos anos. Assim, inseridos num contexto de segregação socioespacial e vivenciando os estigmas associados à sua condição de pobreza, milhares de sujeitos passaram a produzir um novo lugar, aqui entendido como um ponto no espaço no qual múltiplas trajetórias se encontram e precisam negociar sua coexistência. Numa abordagem que privilegiou a dimensão do cotidiano, por meio de conversas informais, entrevistas e observações, a pesquisa que resultou no presente trabalho buscou identificar aspectos da realidade vivenciada por esses sujeitos, a partir da qual foi possível compreender algumas das mudanças e das permanências decorrentes da conquista da casa própria, enfatizando-se o contexto socioespacial no qual essa moradia está inserida.

Palavras Chave: Lugar. Cotidiano. Práticas Espaciais. Trajetórias de Vida. Política Habitacional. Londrina.

## ABSTRACT

The housing policy undertaken since the Minha Casa Minha Vida (My House My Life) program (PMCMV), since its launch in 2009, has exhibited changes and continuity in relation to previous experiences. Although it has promoted the offer of millions of housing units, it has been strongly articulated with the interests of the market and financial capital, favoring the entrepreneurial dimension of the program. Within this framework, a large housing complex was built and delivered in 2011, in an area of expansion of the urban network in the Northern Zone of Londrina. The housing complex is large with 2,712 units, divided between houses and apartments, in which families from different parts of the city, where they lived in rental houses or irregular occupations at the base of valleys, took up residence. At Vista Bela, as the Project is known, these families shared the various problems that emerged at the beginning of the occupation, a large number of which remained unresolved for many years. Thus, placed in a context of socio-spatial segregation and experiencing the stigmas associated with their condition of poverty, thousands of subjects started to create a new place, here understood as a point in space at which multiple trajectories meet and need to negotiate their coexistence. In an approach that focused on the daily dimension, through informal conversations, interviews, and observations, the research that resulted in the present work sought to identify aspects of the reality experienced by these subjects, from which it was possible to understand some of the changes and continuity of the attainment of their own house, emphasizing the socio-spatial context in which this residence is located.

Key-words: Place. Everyday Life. Spatial Practices. Life Paths. Housing Policy. Londrina.



## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Vazios urbanos de Londrina.....	42
Mapa 2 – Localização do Residencial Vista Bela em relação às principais áreas centrais de Londrina.....	45
Mapa 3 – Exclusão e inclusão social em Londrina (2000).....	49
Mapa 4 – Exclusão e inclusão social em Londrina (2010).....	50
Mapa 5 – Localização dos empreendimentos do PMCMV (2009 a 2012).....	58
Mapa 6 – Planta do Residencial Vista Bela.....	63
Mapa 7 - A inserção urbana do Vista Bela no contexto da Zona Norte de Londrina.....	121

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Sequência de casas que passaram por transformações diversas na parte externa.	96
Foto 2 – Casa de esquina sem nenhum tipo de modificação externa aparente.....	96
Foto 3 – Cerca de arame sendo derrubada em um dos condomínios de apartamentos.....	108
Foto 4 – Muro de concreto em processo de construção.....	109
Foto 5 – Fachada do colégio estadual.....	138
Foto 6 - Casa à venda no Vista Bela.....	141
Foto 7 - Condomínio de apartamentos no qual a cerca de arame foi substituída por muro de concreto com aparato de segurança.....	143

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 HABITAÇÃO E CIDADE: DESCORTINANDO O CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RESIDENCIAL VISTA BELA.....</b>	<b>22</b>
1.1 Breves notas sobre a política habitacional no Brasil.....	22
1.2 Londrina: produção do espaço urbano e segregação socioespacial.....	32
1.3 A produção do PMCMV em Londrina.....	57
1.4 Síntese do capítulo.....	64
<b>2 DO ENCONTRO DE TRAJETÓRIAS À PRODUÇÃO DE UM LUGAR.....</b>	<b>66</b>
2.1 Para começar: um debate teórico e conceitual.....	66
2.2 O difícil começo.....	81
2.3 Sobre as interrelações no lugar: solidariedade e conflito.....	95
2.4 Síntese do capítulo.....	110
<b>3 “A CIDADE NÃO NOS QUER”: DESAFIOS COTIDIANOS NUM CONTEXTO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.....</b>	<b>111</b>
3.1 O descaso do poder público e a ausência de serviços essenciais.....	112
3.2 A violência e a insegurança percebidas e os estigmas produzidos sobre suas representações: as negatividades do lugar.....	142
3.3 Síntese do capítulo.....	167
<b>4 TRAJETÓRIAS DE VIDA NA CIDADE: RELATOS DE TRÊS MORADORES DO VISTA BELA.....</b>	<b>169</b>
4.1 Ângelo.....	171
4.2 Elisa.....	185
4.3 Simone.....	199
4.4 Síntese do capítulo.....	208
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>210</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>219</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>227</b>

<b>Apêndice 1</b> – Roteiros de entrevistas.....	227
<b>Apêndice 2</b> – Banco de informações dos entrevistados.....	229
<b>ANEXO</b> .....	233
<b>Anexo 1</b> – Documentos fornecidos pela COHAB-LD.....	233

## INTRODUÇÃO

A ideia da pesquisa que apresento por meio deste trabalho emergiu das experiências e dos questionamentos que perpassaram meu percurso como pesquisador no âmbito da Geografia, mas sem desconsiderar minha própria trajetória como cidadão que residiu por tantos anos na cidade de Londrina. Assim, ao longo da minha trajetória acadêmica, desde a graduação até o atual momento, possibilidades foram abertas e demandaram posicionamentos e escolhas, cada qual despertando meu interesse em maior ou menor grau. Após três anos de iniciação científica que cambiaram entre temas como desenvolvimento regional e educação ambiental, centralizei minha atenção, no momento da pesquisa para o trabalho de conclusão de curso, na área da política urbana, enfatizando a análise sobre a aplicabilidade do IPTU progressivo no tempo, nas cidades de Londrina e Ibiporã, Paraná, o que me permitiu a inserção na pesquisa em Geografia Urbana. Dessa forma, no mestrado, permaneci no campo dos estudos urbanos, mas desta vez adentrando de forma mais enfática a dimensão econômica da produção do espaço, analisando a dinâmica imobiliária nas cidades de Londrina, São José do Rio Preto e Uberlândia. Em 2013, quando ainda estava cursando o mestrado, fui inserido como pesquisador bolsista no projeto “Trajetórias do mercado imobiliário nas cidades de Marília e Presidente Prudente, SP – 1995 – 2012. A produção imobiliária do PMCMV, seus agentes e a diferenciação e desigualdades socioespaciais intra-urbanas”, vinculado à Chamada MCTI/CNPq/MCidades nº 11/2012, que me permitiu debruçar sobre a questão da política habitacional, iniciada timidamente no final da graduação, passando a debater com a equipe do projeto sobre o assunto e a conhecer a realidade dos novos empreendimentos habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Foi justamente por meio desta experiência que surgiram inúmeros questionamentos em relação a assuntos que não eram de escopo do projeto, como a realidade vivenciada pelos moradores desses conjuntos habitacionais, suas trajetórias e conflitos.

A escolha do tema de pesquisa e o posterior exercício de construção do objeto não foram atitudes aleatórias, compõem um contexto mais amplo, no qual me encontro inserido enquanto sujeito pesquisador e também sujeito que viveu boa parte da vida em Londrina e, dessa forma, acompanhou as recentes e profundas transformações que incidiram sobre seu espaço urbano. Portanto, meu interesse em refletir acerca da questão habitacional em Londrina deriva da minha experiência enquanto pesquisador, durante a qual tive a oportunidade de apreender aspectos da recente política habitacional brasileira, particularmente voltados à problemática da terra e da política pública em si, e também da minha vivência na cidade de Londrina, na qual, por meio de minhas andanças e no contato com informações produzidas

sobre a cidade, certos lugares e certos acontecimentos me deixavam mais intrigado, tal como o Residencial Vista Bela e os imaginários que passaram a ser construídos sobre aquele lugar, que veio a se tornar, posteriormente, o objeto de interesse na minha pesquisa de doutorado.

Relativamente acostumado a lidar com as questões relacionadas à produção imobiliária e habitacional na cidade, nos meandros da vida acadêmica, deparei-me com outras possibilidades de olhar para este problema de pesquisa, quando então resolvi me aventurar sobre a pesquisa que apresento neste trabalho, voltando-me mais para a dimensão social e cultural do espaço, afastando-me em parte da “terra firme”<sup>1</sup> (RIBEIRO, 1999), na qual me sentia mais ambientado e seguro. Os desafios, eu já esperava, foram muitos, não só na mudança de tema em si ou mesmo de orientador, mas particularmente na forma que escolhi para realizar a leitura sobre o objeto construído, ou seja, na metodologia de pesquisa.

O recorte espacial escolhido se refere ao Residencial Vista Bela, localizado na porção noroeste da cidade de Londrina, Paraná, construído com recursos provenientes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e entregue em diferentes fases a partir de 2011. A opção por tal empreendimento não se deu aleatoriamente, mas pelas características referentes ao seu tamanho - o empreendimento com o maior número de unidades habitacionais de Londrina e um dos maiores do Brasil - e sua localização na cidade, levando-se em consideração toda minha experiência acumulada na vivência e nos estudos sobre a cidade de Londrina. Trata-se, portanto, de um conjunto habitacional que provocou profundas modificações no contexto espacial onde foi inserido, a Zona Norte de Londrina, mas que também impactou a cidade como um todo, principalmente por meio dos imaginários que foram construídos após sua implementação e que serão discutidas no decorrer do trabalho. Não quis analisar seus efeitos territoriais na estrutura intra ou mesmo interurbana da cidade de Londrina, apesar de considerar alguns aspectos relacionados a isso. Meu olhar esteve centrado na vida das pessoas que lá passaram a residir, preocupando-me com suas trajetórias de vida e com suas práticas espaciais cotidianas. Ao lançar minhas hipóteses de trabalho, assentadas, em grande parte, nas obras de Massey (2000; 2004; 2008) e de Lindón (2006; 2007; 2009), parti do pressuposto de que a localização isolada do empreendimento interferiria diretamente nas formas como os moradores buscavam para

---

<sup>1</sup> O referencial teórico e as estratégias de pesquisa com as quais tive contato durante a minha trajetória acadêmica, particularmente no mestrado, foram importantes para que eu chegasse ao problema de pesquisa aqui apresentado. Todavia, em minha dissertação, voltei-me à análise da dinâmica imobiliária e do processo de diferenciação de áreas, ou seja, muito mais relacionados à dimensão econômica da produção do espaço. Ao ingressar no doutorado, a princípio com o mesmo orientador do mestrado – Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo -, tinha por objetivo continuar com esta abordagem, aprofundando algumas das reflexões que iniciei no mestrado. Diante do contexto que discuto nesta Introdução, novas questões emergiram e me geraram inquietações, levando-me a aceitar o desafio de me “distanciar” da “terra firme” assentada anteriormente, adentrando, então, numa dimensão de leitura da realidade urbana que exigiu novos referenciais e novas estratégias de pesquisa.

acessar equipamentos e serviços básicos para sua reprodução e na locomoção para fora do conjunto habitacional, tornando bastante difícil o cotidiano das famílias que lá residem. A dimensão material, dessa forma, demonstra relevância ao se considerar a estrutura na qual os moradores estão inseridos. Inerente a tal perspectiva, busquei destacar no trabalho a dimensão simbólica das relações sociais que se espacializam e produzem a cidade e, de forma mais específica, o próprio Vista Bela. As hipóteses levantadas no processo de construção do projeto, bem como muitos dos conceitos utilizados para compreender a realidade com a qual me defrontei, basearam-se, entre outros, nas obras de Massey (2000; 2004; 2008) e de Lindón (2006; 2007; 2009), referenciais teóricos fundamentais tanto no processo de construção do objeto de estudo, quanto na compreensão das práticas espaciais e das trajetórias de vida dos sujeitos que residem no Vista Bela.

O sujeito social, diante do contexto apresentado, emerge como elemento central da minha análise, na qual busco discutir suas estratégias de sobrevivência no espaço em que está inserido, seus imaginários acerca da vida no conjunto habitacional e como ela se liga à cidade e à vida em sociedade como um todo, e como se deu a transição dos locais de moradia anteriores para o residencial onde agora vive. Os conceitos de cotidiano e lugar constituíram os eixos balizadores da pesquisa na qual me lancei, pois são os meios pelo qual realizei a leitura sobre as trajetórias de vida e de cidade, ressaltando, neste sentido, as práticas cotidianas dos sujeitos num movimento permanente de produção do lugar. Ademais, a dimensão da casa e sua discussão também foi considerada, relacionando-a aos pressupostos teórico-conceituais que encontram no lugar e no cotidiano sua relação mais forte.

As indagações que me motivaram a realizar a pesquisa exigiram, certamente, cuidado e atenção com os meios pelos quais busquei alcançar meus objetivos. Baseando-me nas ideias de Marre (1991), iniciei minha caminhada a partir da reflexão sobre o objeto de pesquisa, conforme contextualizado até aqui, entendido pelo autor como um movimento de “dialética ascendente”. Sua definição não foi tão rápida e nem tão simples, apesar de ter, como de praxe, elaborado um projeto e um plano de trabalho que norteasse meu caminho durante a pesquisa. Todavia, apenas no processo do caminhar que as ideias foram se esclarecendo e o objeto passou a ficar mais nítido, bem como os aspectos e temas a serem discutidos com maior ênfase na tese. Após a definição do objeto, Marre (1991) indica a necessidade da construção de uma “dialética descendente”, que diz respeito às metodologias e técnicas que permitirão a produção do conhecimento sobre o objeto outrora definido. Da mesma forma, estabeleci de início algumas metodologias que para mim foram pertinentes, mas a realidade com a qual me deparei exigiu também adaptações.

As metodologias de cunho qualitativo, diante das reflexões concernentes ao que foi exposto até presente momento, foram necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, na qual se considerou a centralidade do sujeito no processo de investigação. De acordo com Turra Neto (2012), a pesquisa qualitativa, além de envolver a produção da informação, requer uma reflexão profunda acerca da relação entre sujeito e objeto, pois dessa relação decorre, justamente, a informação produzida. Não desconsiderei, conforme será relatado posteriormente, outros tipos de dados e informações, mas concentrei nas fontes orais as principais informações que objetivava levantar, sendo os sujeitos, inseridos em seu cotidiano, os fornecedores dessas informações.

As trajetórias de vida foram tomadas em minha proposição como um quadro de referência das experiências e práticas dos sujeitos nos espaços por eles percorridos cotidianamente a partir da casa, tanto nas proximidades do bairro como na cidade como um todo. Tal movimento, tinha eu como hipótese, repercute num processo de produção e construção de vínculos com este “novo” lugar, sendo o trabalho com aspectos da memória de grande importância para a minha análise. A memória, vale esclarecer, não deve ser confundida com a história em si, conforme discutem autores como Hall (1992) e Meihy (2002), ou seja, não se trata de um relato histórico puro, mas uma construção que é determinada biológica, social e culturalmente. Pode ser entendida como individual e coletiva, mas nunca tão somente uma ou outra, justamente por se tratar de um conjunto de fatores inerentemente ligados ao sujeito em sua permanente relação com a sociedade. O trabalho com a memória requer muito cuidado e atenção, dada a seletividade das informações por nós armazenadas, bem como sua confluência com elementos do imaginário social. Por sua vez, em que pesem suas limitações, a memória para minha pesquisa pareceu-me de um valor crucial no que tange às trajetórias de vida dos sujeitos que busquei compreender, exigindo, sobremaneira, o uso de metodologias que me permitissem adentrar tal dimensão.

Para tanto, elenquei de início a história oral<sup>2</sup> e o trabalho com a memória como uma das principais metodologias para os sujeitos sociais - tomados como objeto de pesquisa-, associadas à outras frentes, que tinham por objetivo apreender sobre as práticas e as experiências dos sujeitos no presente. Todavia, a ideia de trabalhar com a história de vida dos sujeitos não se mostrou muito operacional no momento em que me lancei nos trabalhos de campo no conjunto, pois encontrei grandes dificuldades em realizar longas e detalhadas entrevistas junto àqueles com os quais tive contato. Não quer dizer, todavia, que algumas

---

<sup>2</sup> Ver Meihy (2002).



entrevistas desse tipo não foram realizadas, pelo contrário, ao menos cinco delas me permitiram conhecer vários aspectos das trajetórias de vida dos sujeitos entrevistados e são bastante citadas no decorrer do trabalho, mas diante do quadro geral de informações que pude acessar por meio das fontes orais, optei por considera-las inseridas nesse quadro, não a parte.

Sobre a questão da entrevista como metodologia de trabalho, Colognese e Melo (1998, p. 143) esclarecem:

A entrevista pode ser definida como um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado. Enquanto técnica de obtenção de informações, trata-se de uma conversa interessada, orientada pelo entrevistador para fins de pesquisa, pela qual objetiva-se apreender informações sobre o comportamento e a consciência dos sujeitos investigados, tanto quanto possível [...] Entrevista-se porque acredita-se que o entrevistado detém informações que, transmitidas ao entrevistador, podem ajudar a elucidar questões.

O trecho transcrito da obra dos autores elucidada com bastante clareza sua interpretação da entrevista como metodologia de trabalho científico. Como bem colocado, trata-se, de antemão, de uma relação de interação entre o entrevistador e o entrevistado, ou seja, não compreende um exercício unilateral, pois a produção da informação depende dessa interação, ainda que a relação de poder neste processo seja desigual, pois o entrevistador detem, em geral, o controle sobre os temas compartilhados pelo entrevistado e também sobre o uso posterior das informações. Em que pese, na prática, não ter havido uma total regularidade na forma como consegui estabelecer o contato e as conversas com os moradores, tentei minimamente padronizar - ou ao menos orientar as questões a serem priorizadas nas conversas - as questões a serem colocadas em diálogo, optando, dessa forma, por entrevistas semi-diretivas, nas quais é estabelecido um roteiro de questões a serem lançadas ao entrevistado, mas sem a rigidez de um questionário que depende plenamente das respostas às questões colocadas. Muitas das abordagens que realizei, na realidade a grande maioria, foi por meio do contato com moradores que se encontravam nas ruas e em frente às suas casas enquanto eu realizava as caminhadas pelo conjunto habitacional. Portanto, em muitos casos, foram conversas rápidas, nas quais obtive informações mais centradas no tempo em que aquele sujeito estava residindo ali, seu local de origem, a composição de sua família, sua ocupação e, principalmente, suas impressões sobre a vida no conjunto habitacional. Essas caminhadas, vale ressaltar, foram fundamentais no processo de reconhecimento da paisagem do conjunto habitacional, dos movimentos, dos sons, das cores, enfim, da vida que passou diante dos meus olhos e me permitiu, para além das

conversas e entrevistas, conhecer um pouco mais sobre o Vista Bela e sobre os sujeitos que lá residem.

Nas entrevistas, é importante ressaltar, ainda que eu tenha dado abertura e ouvido relatos que caminharam para diferentes sentidos, houve o meu direcionamento por meio do roteiro, ou mesmo interferências não previamente estabelecidas em situações que me suscitaram interesse em determinados pontos das falas dos entrevistados. Prevaleceram, como será visto no decorrer do trabalho, reclamações referentes aos mais diferentes problemas vivenciados no cotidiano do conjunto habitacional, possivelmente por conta da relação que estabeleci com os sujeitos, de pesquisador que tinha interesse em suas trajetórias e práticas espaciais cotidianas naquele lugar, ou seja, podem ter enxergado em mim um canal de expressão para suas queixas. Talvez, num outro tipo de relação, outras questões pudessem comparecer com mais ênfase, por exemplo no caso de uma pesquisa embasada na observação participante<sup>3</sup>. Ou não, pois como me relatou uma moradora entrevistada, eu teria que residir numa casa do conjunto por uma semana, com dez reais no bolso, para então ter uma noção melhor do que todos passam naquele lugar. Ainda assim prevaleceriam, talvez, muitos dos problemas relatados nas entrevistas, mas as possibilidades de leitura e compreensão seriam outras, sem dúvida.

Obtive contato com um total de 41 sujeitos residentes no Vista Bela. Estes contatos podem ser divididos em quatro grupos: conversas rápidas (CR), em geral abordagens com pessoas que não se mostraram muito à vontade no compartilhamento de informações comigo, ou que se encontravam ocupadas no momento da abordagem; conversas longas (CL), nas quais pude obter um conjunto relevante de informações relatadas por sujeitos que se mostraram dispostos a compartilhá-las, mas não permitiram que a entrevista fosse gravada; entrevistas rápidas (ER), situação na qual obtive a permissão para gravar, mas devido às restrições do ambiente ou mesmo à dificuldade de interação com o sujeito, não houve um detalhamento mais aprofundado das informações, ainda que tenham sido muito relevantes por terem sido gravadas; entrevistas longas (EL), todas elas obtidas por meio de indicações de outros moradores ou de pessoas que realizam algum tipo de trabalho no conjunto, ou mesmo por meio de amigos meus que conheciam pessoas que lá residem. Fica claro, dessa forma, que a abordagem espontânea revelou uma dificuldade bem maior em comparação com os casos em que moradores foram indicados por outras pessoas, enaltecendo-se, assim, a relação de confiança entre o entrevistado e o entrevistador. Assim, de acordo com essa classificação, foram realizadas 14 conversas rápidas, 11 conversas longas, 10 entrevistas rápidas e 6 entrevistas longas, sendo considerado,

---

<sup>3</sup> Ver Becker (1999).

nesse caso, não o número de entrevistas em si, mas o de sujeitos entrevistados, pois em três casos obtive informações de casais, num outro caso de dois vizinhos e numa terceira situação de duas irmãs e um amigo. Cabe ressaltar que houve ao longo do trabalho a troca dos nomes dos sujeitos a mim informados por nomes fictícios, objetivando-se a preservação de suas identidades.

Além disso, tive a oportunidade de entrevistar a diretora da única instituição de ensino do Vista Bela, um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). Também tive acesso, autorizado por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, a dois profissionais do Centro Regional de Assistência Social que atende os moradores do Vista Bela (CRAS Norte A), um assistente social e uma psicóloga, que me concederam também uma entrevista. As informações obtidas por esses profissionais que atuam no conjunto, mas não residem nele, ajudaram na análise de questões que complementaram as informações obtidas por meio das fontes orais. Nesse caso, por se tratar de profissionais que atuam no bairro ou com sujeitos que lá residem, não houve a troca dos nomes. Ademais, obtive também informações através da Gerência de Gabinete da Secretaria Municipal de Educação (SME) por email, relativas a situação da política educacional no Vista Bela.

Nos apêndices deste trabalho, apresento os roteiros que foram utilizados para a realização das entrevistas, além de um banco de informações dos entrevistados, no qual busquei organizar o conteúdo das entrevistas num quadro que me permitisse uma leitura mais sistemática do grande conjunto de informações levantadas, o que facilitou consideravelmente a comparação e a análise desse material.

Em dezembro de 2014, realizei minha primeira visita de reconhecimento do Vista Bela, acompanhado de um colega que trabalhou no projeto de pós ocupação do conjunto habitacional, no qual fizemos um trajeto de carro. Meus trabalhos de campo começaram, de fato, em março do ano seguinte, quando iniciei as caminhadas, as observações e as abordagens junto aos moradores do conjunto. Dessa forma, entre dezembro de 2014 e junho de 2016, foram realizadas trinta visitas ao Vista Bela em diferentes horários e dias da semana, inclusive no período noturno e nos finais de semana e feriados. Por meio dessa estratégia de trabalho de campo, pude obter contato tanto com donas de casa e aposentados, como também com trabalhadores que ficavam ausentes do bairro na maior parte do tempo. Nos meses de julho e novembro de 2017, estive também no conjunto para realizar observações e tirar fotografias. Realizei, também, visitas à Cohab-LD, onde me foi concedido documentos com dados e informações sobre o Vista Bela, e ao CRAS Norte A, no qual, conforme já citado, entrevistei uma dupla de profissionais que trabalha com famílias assistidas no conjunto habitacional.

Durante os trabalhos de campo, que tiveram início em 2014, conforme descrito no parágrafo anterior, realizei observações, abordagens e entrevistas com moradores, reunindo todo o material, no final de cada dia, num diário de campo transcrito e organizado em arquivos no computador. Foram mais de cem páginas de registros de campo transcritas, sendo a maior parte do montante desse material referente às entrevistas mais longas, que exigiram, em muitos casos, um minucioso trabalho de transcrição devido às condições dos ambientes nos quais foram realizadas.

Portanto, após a construção do objeto, estabelecidas as estratégias de trabalho e obtida a rica diversidade de informações fornecidas pelas fontes orais e por meio de minhas próprias observações, iniciei o processo de organização do material produzido e construção do texto que resultou, primeiramente, no relatório de qualificação, que serviu de base, posteriormente, para a redação final da tese, conforme aqui apresentada. Este trabalho está estruturado em quatro capítulos, além das considerações finais.

No primeiro capítulo, intitulado “Habitação e cidade: descortinando o contexto histórico e geográfico do Vista Bela”, tenho por objetivo apresentar e discutir alguns elementos que configuraram a dimensão material na qual estão inseridos os sujeitos que estiveram no centro das minhas preocupações. Dividido em três subcapítulos, inicio com uma breve retrospectiva histórica acerca da produção habitacional no Brasil, enfatizando, particularmente, a política de oferta de crédito e de moradias subsidiadas empreendidas pelos governos do regime militar, representada pelo sistema BNH, e os preceitos e características da maior intervenção estatal no setor de moradias desde então, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), responsável pela construção de inúmeros empreendimentos habitacionais em todo o Brasil, dentre eles o Vista Bela. Na sequência, discorro acerca do processo de estruturação e expansão urbana da cidade de Londrina, adentrando o âmbito da produção da periferia pobre e a segregação socioespacial. As transformações ocasionadas pelos empreendimentos financiados pelo PMCMV na cidade de Londrina, localizados em diferentes áreas, de acordo com a faixa de renda atendida, também foram foco de breve análise, pois compõem o movimento de mudanças recentes na cidade e também incluem o empreendimento escolhido como recorte da referida pesquisa, que é apresentado por meio de informações fornecidas pela COHAB-LD.

Em “Do encontro de trajetórias à produção de um lugar”, segundo capítulo da tese, começo minha explanação situando o debate sobre a questão da casa e sua importância na sociedade urbana contemporânea e apresento diferentes concepções acerca dos conceitos de lugar e cotidiano, que correspondem, conforme descrevi anteriormente, aos eixos basilares do

meu trabalho. Os resultados da pesquisa com as fontes orais aparecem na sequência: no segundo subcapítulo, no qual adentro às questões de adaptação dos sujeitos à nova situação socioespacial, pontuando as principais dificuldades enfrentadas quando se mudaram e as estratégias utilizadas para superá-las, além de sua relação com os locais de moradia de origem, em que comparecem várias comparações; no terceiro, discorro sobre as relações de vizinhança que passaram a ser construídas nesse novo lugar, permeadas por solidariedades, indiferenças e conflitos.

No terceiro capítulo, intitulado “‘A cidade não nos quer’: desafios cotidianos num contexto de segregação socioespacial”, apresento para discussão diferentes problemáticas que compareceram repetidas vezes nos relatos concedidos pelos moradores entrevistados, os quais suscitaram em mim o interesse e a necessidade de colocá-los em debate e relacioná-los com as trajetórias e as práticas cotidianas desses sujeitos. Dessa forma, além do interesse nas questões estabelecidas no roteiro pré-definido, pude, na leitura do material produzido pelas entrevistas, considerar a voz dos sujeitos entrevistados no que concerne à sua própria compreensão dos problemas enfrentados no cotidiano do conjunto. No primeiro subcapítulo, discuto sobre os descompassos nas políticas públicas em diferentes esferas governamentais e nas dificuldades provocadas pela desatenção do Estado perante necessidades básicas dos cidadãos que residem há anos no Vista Bela e comprometem sobremaneira sua inserção na cidade como um todo, destacando os serviços de saúde e educação. A questão da (in)segurança relacionada à violência e às drogas ganha destaque no segundo subcapítulo, devido à repercussão que tais problemas exercem sobre as práticas que os moradores desempenham ou são impedidos de desempenhar em seu cotidiano, inclusive no âmbito simbólico e dos imaginários, em que os estigmas territoriais são construídos.

Por fim, em “Trajetórias de vida na cidade: relatos de três moradores do Vista Bela”, busquei enfatizar as trajetórias de vida de três sujeitos que me concederam entrevistas longas, nas quais pude apreender aspectos importantes de suas vidas antes e depois de se mudarem para o conjunto habitacional, cada qual discorrendo sobre suas experiências, que, para além dos aspectos comuns compartilhados por todos, revelam particularidades na forma como enxergam o mundo à sua volta. Não se trata de mera síntese das questões discutidas ao longo do trabalho, pois, ainda que muitas delas compareçam novamente neste capítulo, encontram-se situadas num conjunto mais amplo de experiências vivenciadas pelos sujeitos, o que se justifica dada a importância que denotei à dimensão das trajetórias no tempo e no espaço.

Nas “Considerações finais”, com o intuito de concluir as reflexões que propus no decorrer do texto, apresento uma síntese sobre as diferentes e complexas questões que compareceram durante o meu percurso nesta pesquisa e que foram discutidas nos quatro

capítulos anteriores, lançando-as como abertura para reflexões futuras. Reforço, nesta parte final do texto, a importância que todas as problemáticas tratadas – ainda que algumas não tenham sido tão aprofundadas – no trabalho tiveram para que eu pudesse apresentar ao leitor minha visão sobre as trajetórias e as práticas espaciais cotidianas desempenhadas por sujeitos que compartilham, entre eles, o mesmo lugar e a mesma condição de morador de uma periferia segregada e estigmatizada.

## **1 HABITAÇÃO E CIDADE: DESCORTINANDO O CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RESIDENCIAL VISTA BELA**

A produção do espaço urbano, enquanto fenômeno constitutivo do próprio movimento de reprodução da sociedade (CARLOS et al, 2011), perpassa e reflete as características e as contradições ensejadas nas relações entre os diferentes grupos sociais na cidade capitalista, que, além de compreender a base para a produção e circulação dos objetos tornados mercadoria, é por si só também transformada numa mercadoria. Neste contexto, o cotidiano dos sujeitos que residem nos espaços urbanos é condicionado, numa dimensão objetiva, pela materialidade produzida nos mais diferentes âmbitos, especialmente pelos poderes econômico e político. A localização de cada sujeito na cidade, dessa forma, pode revelar sua possibilidade de acessar os espaços diferencialmente produzidos pelos agentes capitalistas. As condições socioeconômicas de cada um fazem com que a localização seja relativizada pelo maior ou menor poder de mobilidade e acessibilidade. Para alguns, é permitido a aquisição de imóveis em locais consolidados ou mesmo repletos de amenidades que, mesmo distantes do centro principal, ou em descontinuidade à malha urbana, não têm problemas para acessar os espaços que lhes interessam, seja para o trabalho, o consumo ou o lazer; enquanto para muitos outros não resta opções além de reivindicar um lugar onde seja possível minimamente sobreviver, o que, via de regra, coloca-os numa situação geográfica desfavorável em relação ao conjunto da cidade, cujo acesso tende a ser negado.

No presente capítulo, busco apresentar aspectos da relação entre habitação e cidade no período contemporâneo, a fim de descortinar o contexto socioespacial no qual foi empreendido o Residencial Vista Bela. Para tanto, inicio a discussão com elementos históricos, econômicos e políticos que iluminam o cenário no qual emergiu o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e suas principais características. Na sequência, apresento a cidade de Londrina, enfatizando algumas questões primordiais de seu recente processo de expansão e reestruturação, que ajudam a elucidar outros processos, como o de segregação socioespacial. Por fim, adentro mais especificamente no contexto do conjunto habitacional, relacionando aspectos da política habitacional federal com a produção do espaço urbano de Londrina.

### **1.1 Breves notas sobre a política habitacional no Brasil**

O PMCMV é, certamente, uma das mais grandiosas políticas públicas empreendidas nas cidades brasileiras ao longo da história. São perceptíveis, em cidades do norte ao sul do

país, as mudanças na paisagem urbana após a construção e entrega dos milhares de empreendimentos financiados pelo pacote habitacional. Os efeitos dessa política foram sentidos por muitos, mas a forma como foi conduzida não denota necessariamente um ineditismo, ainda que em termos de volume alguns possam referenciá-la como “nunca antes na história desse país”<sup>4</sup>. Cabe, portanto, rever experiências anteriores, para reconhecer o que há de novo e o que ainda persiste como um modo de fazer política habitacional no Brasil.

### *Antes do PMCMV*

Falar de política habitacional de nível federal, no Brasil, requer a percepção de que sua implementação, ao longo da história, esteve direta ou indiretamente relacionada à atuação do setor imobiliário. Em trabalho anterior, discorri acerca desse setor compreendendo-o em sua acepção mais ampla:

[...] os agentes produtores do espaço urbano, no que concerne ao escopo do presente trabalho, conformam o que optamos denominar circuito espacial imobiliário, visando ampliar a noção de circuito imobiliário trabalhado por Fix (2011) e Abramo (2007). Entendemos tal circuito enquanto resultado articulado de um conjunto de agentes e práticas relacionadas à produção e comercialização imobiliária, desde a aquisição de terrenos e a formação de bancos de terra até a comercialização em forma de ativos na bolsa de valores, partindo da concepção que o espaço é elemento fundamental na conformação desse circuito, pressuposto e produto da atuação dos agentes imobiliários (ALCANTARA, 2013, p. 31)<sup>5</sup>.

O circuito espacial imobiliário, dessa forma, denota uma complexidade que vai muito além da comercialização de terras ou imóveis prontos, pois revela o quanto a produção da cidade tem se atrelado ao processo de financeirização da economia. Assim, a questão habitacional e seu provimento pelo Estado respondem à alguns dos parâmetros estabelecidos pelos grandes agentes que conformam esse circuito, repercutindo, conforme será visto ao longo do texto, nos mais diferentes aspectos da vida dos sujeitos que residem em conjuntos habitacionais.

A conformação do circuito espacial imobiliário ocorre, segundo Fix (2011), após o processo de privatização da terra na cidade, em decorrência da Lei de Terras de 1850 – que

---

<sup>4</sup> Referência ao discurso do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, que alegou ter promovido transformações sociais e econômicas de proporções nunca experimentadas no país.

<sup>5</sup> Os autores referenciados nessa citação (FIX, 2011 e ABRAMO, 2007) debatem e aprofundam a questão do circuito imobiliário e sua relação com a produção da cidade. A questão do banco de terras será tratado neste texto, adiante.



instituiu a privatização da terra como um todo –, e se consolida na Primeira República. O direito da posse à terra, que antes era concedido pelo Império e pelos poderes locais, não se modifica com o advento da privatização da terra – tanto no campo quanto na cidade –, pois as estruturas de controle já estavam estabelecidas, impedindo o acesso à grande parte da população que tinha uma inserção precária ao mercado de trabalho e pouca ou nenhuma condição efetiva de acessar um imóvel próprio. Destarte, no decorrer do século XX, milhões de pessoas que passaram a residir nas cidades brasileiras foram obrigadas a ocupar moradias precárias, especialmente cortiços e favelas, justamente por não se encontrarem aptas a adquirir ou mesmo alugar uma residência em boas condições de habitabilidade.

Os capitais excedentes de outros setores da economia, num primeiro momento, passam a investir cada vez mais no setor imobiliário, caracterizado, de acordo com Cano (2010), pela predominância do capital mercantil, que expressava sua face urbana através dos setores da construção civil e dos negócios imobiliários, num direcionamento da expansão das cidades de acordo com seus interesses.

De acordo com Bonduki (1994; 2004), nas primeiras décadas do século XX, a opção de moradia para grande parte da população eram as residências de aluguel, sendo que os imóveis para locação constituíam, na época, a principal fonte de investimento do circuito espacial imobiliário, ou seja, precisavam proporcionar rendas cada vez maiores aos seus investidores. Nos anos 1940, a gestão de Getúlio Vargas, diante de um cenário de crescimento exorbitante dos alugueis e de uma forte crise no âmbito da moradia, promulgou a Lei do Inquilinato, que congelava os alugueis e visava estancar a problemática social causada pela impossibilidade de pagamento dos vultosos valores por parte de muitos. Vendida como um benefício para a população e respondendo à uma necessidade do empresariado industrial por mão de obra barata, a medida fez com que os investidores do setor imobiliário parassem de produzir novas residências para locação, reiterando a crise da moradia, mas desta vez devido à falta de imóveis.

A produção habitacional revelava-se como uma demanda crescente da população nas cidades no decorrer da primeira metade do século XX. As grandes cidades, inclusive, não paravam de crescer devido às migrações provindas do campo e da intensificação do processo de industrialização. De acordo com Bonduki (2004), o governo Vargas, perante a pressão popular, incentivou a produção de moradias com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) – uma medida de utilização de parte do montante arrecadado pela previdência dos trabalhadores para o financiamento habitacional. Começava-se a difundir, portanto, a ideologia da casa própria, uma das principais estratégias do poder político, na época, na consolidação do desejo e do respeito à propriedade privada por parte da população, afastando

possibilidades de maiores influências subversivas de questionamento à ordem estabelecida. Tal iniciativa, certamente, não se restringiu a este âmbito, mas também respondeu às demandas dos empresários da construção civil e de incorporação imobiliária, que buscavam novas formas de fomento ao crédito que permitissem a expansão da produção e comercialização de imóveis. De acordo com Fix (2011), ainda que tenha ocorrido um avanço na injeção de crédito para o setor, tal padrão de financiamento não se consolidou de imediato, restringindo-se ao lançamento de empreendimentos de alto padrão nas grandes e mais prósperas cidades.

A partir de 1964, no início do regime militar, a produção habitacional e o circuito espacial imobiliário como um todo obtiveram, de certa forma, a primeira base sólida para expansão em diferentes lugares e para um público mais diversificado, por meio de incentivos ao principal elemento de difusão do setor: o crédito.

Vale assinalar aqui que numa perspectiva histórica a ausência de uma política habitacional antes de 1964 não pode ser explicada simplesmente por fatores de ordem política, como, por exemplo, o clientelismo populista. Com efeito, inovações como a correção monetária e circuitos financeiros protegidos são condições *sine qua non* da produção ampliada de habitações. As interdependências que esses últimos mantêm no sistema financeiro global são extremamente fortes, o que implica que só quando se atinge um estágio específico de desenvolvimento capitalista pode-se efetivamente consolidar um sistema financeiro de habitação. O mesmo vale para o sistema produtivo em geral, pois não se pode ter produção ampliada de habitação sem a implantação anterior ou simultânea do macrocomplexo da construção civil (que inclui ramos como a siderurgia, metalurgia, minerais não-metálicos, química etc.) (MELO, 1990, p. 43).

Os elementos apresentados por Melo (1990) elucidam questões importantes para o estabelecimento de uma política habitacional de grandes proporções que ocorreu somente nos anos 1960. Da mesma forma, a expansão do circuito espacial imobiliário, tomando-se por base as ideias do autor, dependia da consolidação de um cenário econômico nacional e internacional que estabelecesse os parâmetros para o fortalecimento das finanças, considerando, neste caso, o crédito como principal elemento propulsor. Assim, atentando-se a esses aspectos, o governo pós golpe militar criou o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), objetivando a estruturação de instrumentos financeiros que permitissem uma oferta maior e mais sólida de crédito ao setor imobiliário. Além do SFH, criou-se também um banco público voltado especificamente ao fomento de crédito para a produção imobiliária e habitacional – o Banco Nacional da Habitação (BNH), nome que ficou registrado como o slogan maior da política habitacional dos governos

militares entre os anos 1960 e 1980<sup>6</sup>. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a poupança compulsória dos trabalhadores que perdura até hoje, tornou-se a principal fonte de recursos para o financiamento imobiliário dos empreendimentos, além do fundo proporcionado pela Sociedade Brasileira de Poupança e Empréstimos (SBPE), articulando-se, dessa forma, tanto o sistema bancário público quanto o privado.

A financeirização, portanto, era a peça-chave para o desenvolvimento do circuito espacial imobiliário e para a implementação da primeira grande política habitacional no Brasil. O BNH e todo o sistema implementado para o fomento à produção imobiliária, vale destacar, veio ao encontro dos interesses dos grandes empresários que comandavam o setor na época, reforçando o histórico caráter empresarialista das políticas públicas implementadas no Brasil.

Em sua obra, Maricato (1987, 1997) discorre sobre as estratégias do governo militar no que tange à resposta à forte pressão por moradia popular nas cidades brasileiras, enfatizando a perpetuação da ideologia da propriedade iniciada na Era Vargas, uma lógica de transformação em proprietários de bens imóveis aqueles que não dispunham de renda suficiente ou mesmo acesso ao crédito pela via do mercado. Dessa forma, permitiu-se a possibilidade de obtenção de uma residência às famílias de renda baixa, particularmente por meio da construção de gigantescos conjuntos habitacionais, localizados nos limites das cidades. Em que pese ter havido esse direcionamento da política financiada pelo BNH, seu perfil empresarialista, conforme comentado anteriormente, triunfou perante a distribuição dos recursos financeiros que subsidiaram a produção dos empreendimentos. Os recursos provenientes do banco público alimentaram principalmente a produção imobiliária das grandes incorporadoras – muitas das quais surgiram nesse período -, destinados, em forma de crédito, ao comprador que pudesse comprovar renda suficiente para adquirir um empréstimo de longo prazo. Assim, foram privilegiadas principalmente as famílias com rendimentos médios, além do fortalecimento, também, do crédito direcionado aos compradores de imóveis de alto padrão, estes financiados principalmente por meio de recursos do SBPE. O déficit habitacional, majoritariamente situado nas faixas de renda mais baixas, perpetuou-se como um problema não solucionado, quando muito, apenas mitigado.

Os efeitos da política vinculada pelo BNH foram muito além das mudanças na estrutura financeira do país. Vendeu-se a ideia da oferta de moradias para as camadas da população que ainda não possuíam casa própria, mas também os impactos da produção de milhões de unidades habitacionais na economia em geral, no incremento do Produto Interno

---

<sup>6</sup> Ver Fix (2011) e Rolnik (2015).

Bruto (PIB), na dinamização de diversos setores à montante e à jusante do processo de produção e, principalmente, na geração de empregos. Ademais, os recursos concedidos pelo governo federal eram direcionados às prefeituras municipais, muitas das quais geriam tais montantes por meio das COHABs (Companhias de Habitação), também responsáveis pela organização e acompanhamento das obras, além da seleção dos beneficiários, no caso das habitações de interesse social. No âmbito do poder local, ocorria o processo de escolha do terreno para a construção dos conjuntos habitacionais, basicamente localizados nas extremidades periféricas do perímetro urbano, padrão que se repetiu em grande parte das cidades em todo o Brasil. Não de forma aleatória, tais estratégias locacionais se alinhavam aos interesses de proprietários fundiários que mantinham grandes porções de terra sem uso, seja por meio da transformação da terra de uso rural para urbano, através da expansão do perímetro urbano, seja pela valorização dos terrenos localizados entre as áreas de ocupação dos empreendimentos e as áreas centrais<sup>7</sup>.

A proporção dos efeitos espaciais da política do BNH, conforme discutido, foi grandiosa, provocando processos de reestruturação nas cidades<sup>8</sup> brasileiras que receberam investimentos do banco. Padrões de localização foram reafirmados ou ressignificados; ainda que tenha ocorrido algum incremento de tecnologia nos transportes, em muitos casos as distâncias entre os locais de moradia e trabalho - além do lazer e dos serviços - aumentaram significativamente, ao mesmo tempo em que perpetuou-se o descaso do poder público pela política de transporte coletivo e a predileção pelo modelo de transporte individual; as dificuldades na expansão de infraestrutura e na oferta de serviços públicos para a população dos conjuntos habitacionais também foram preponderantes, reforçando a condição de segregação dessas pessoas. Ao longo de duas décadas dessa política habitacional, portanto, reforçou-se a incapacidade dos governos de atuar na melhoria de vida, de fato, do crescente contingente populacional das cidades brasileiras.

De acordo com Rolnik (2015), na década de 1980, as atividades do banco foram se reduzindo na medida em que o próprio regime militar perdia sua força. Relaciona-se a esse quadro a crise de liquidez perante o cenário de aumento da inflação, de crise econômica, desemprego e aumento da inadimplência, que resultaram num rombo nas contas do banco, além,

---

<sup>7</sup> Ver Maricato (1987; 1997) e Botelho (2007).

<sup>8</sup> Sposito (2007) discorre acerca da reestruturação da cidade como um conceito, compreendendo-o em relação ao seu par dialético, a reestruturação urbana. No que concerne ao primeiro, a leitura se volta para as transformações na escala do intraurbano, na medida em que o segundo conceito elucida as mudanças no âmbito da rede urbana. No texto, utilizei-me do conceito de reestruturação da cidade, especificamente, para ressaltar os efeitos espaciais da política habitacional do BNH na malha urbana, nas elevações no preço da terra, nas ampliações na desigualdade no acesso às áreas centrais na cidade etc.

certamente, do desgaste na relação entre a coalização empresarial que se beneficiou dos recursos do BNH e o poder público federal.

A paralisação do sistema armado pelo BNH, assim como o período de recessão e estagnação econômica dos anos 1980, representou uma retração da atividade imobiliária e do financiamento habitacional. Esse cenário só começa a mudar a partir de meados dos anos 1990, quando reformas tanto no modelo de regulação do crédito habitacional quanto na estrutura e composição do capital das empresas envolvidas no mercado imobiliário residencial passam a ser implementadas (ROLNIK, 2015, p. 286).

Findados o regime militar e o sistema empreendido pelo BNH, pouco significantes foram as iniciativas tomadas pelos governos que se seguiram no que tange à política habitacional. Segundo Fix (2011), tais medidas foram baseadas na política neoliberal de autonomia de mercado, relegando a produção habitacional aos incipientes financiamentos bancários privados, ao sistema de construção por encomenda e à autoconstrução.

Em 1994, foi lançado o Plano Real, que teve como objetivo a estabilidade monetária e financeira, bastante comprometida pelas políticas da década anterior. Tal cenário foi demarcado pela tentativa do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que assumiu a Presidência da República em 1995, de estruturar uma política habitacional de âmbito federal por meio da criação de diversos programas e modalidades, destacando-se nesse ponto o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), no qual o empreendedor privado era responsável por toda a operação, cabendo às prefeituras a seleção da demanda e à Caixa Econômica Federal (CEF) o financiamento, além da criação, em 2001, do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), em operação até o presente momento. Assim como no sistema BNH, permaneceu-se como principal fonte de recursos os fundos do FGTS e do SBPE, mais uma vez destinados, em grande parte em forma de carta de crédito, para as classes de renda média e alta, dinamizando, desta forma, o mercado privado, ao mesmo tempo em que reforçava a barreira do acesso à habitação por parte das famílias que compunham a maior fatia do déficit habitacional, conforme discute Bonduki (2008).

As tentativas da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo Fix (2011), foram além do mero fomento ao crédito com base nos fundos públicos e privados. A criação do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), em sua gestão, que passou a destinar crédito para os casos não atendidos pelo SFH, teve como intuito a aproximação do mercado imobiliário com o sistema financeiro, de certa forma a exemplo do modelo de hipotecas praticado nos EUA, defendendo-se sua operação com a menor regulamentação possível –

característica primaz das políticas neoliberais -, ampliando, dessa forma, as possibilidades de atuação do circuito espacial imobiliário e propiciando a internacionalização do mercado através da entrada de capitais estrangeiros. Todavia, as especificidades da realidade brasileira, como a ausência de um mercado secundário de títulos e créditos de recebíveis imobiliários, impediram que a iniciativa fosse adiante. Da mesma forma, os incentivos ao provimento de habitação de interesse social foram pífios diante da realidade na qual se encontravam as cidades brasileiras, muitas das quais revelaram o aumento do número de ocupações irregulares e dos processos de favelização, de acordo com Rolnik (2015).

### *O advento do PMCMV*

Em 2002, após três tentativas anteriores, elegeu-se Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, amparado, nas palavras de Rolnik (2015), por uma coalização política liderada pelo PT e compreendida por vários partidos conservadores e de ocasião. Ainda assim, a vitória de Lula representava a promessa de mudanças na condução das políticas públicas e da economia como um todo, admitindo, de início, a presença de movimentos sociais e intelectuais de esquerda que fizeram parte da trajetória do Partido dos Trabalhadores, desde sua formação no cenário das lutas sindicais nos anos 1980. No âmbito da política urbana, foram várias as mudanças empreendidas, iniciando-se pela criação do Ministério das Cidades, que continha a Secretaria de Habitação, na qual começaram a ser pensadas as iniciativas voltadas ao provimento de moradia popular.

Os receios do capital financeiro, diante das características da gestão que estava para ser iniciada por Lula e pelo PT, fizeram com que o presidente eleito reforçasse o compromisso com as instituições de mercado e a manutenção da estabilidade macroeconômica. Dessa forma, continuou-se fortalecendo o cenário de financeirização da economia, inclusive para o circuito espacial imobiliário, que nos anos 2000 deu passos largos em direção ao processo de financeirização, representado pela abertura de capitais nas bolsas de valores por parte de várias incorporadoras. Essas empresas aumentaram consideravelmente sua atuação após a injeção de capital financeiro, diversificando seus produtos e ampliando massivamente seus estoques de terrenos, conhecidos como bancos de terra<sup>9</sup>. Tais transformações nivelaram o terreno no qual se assentou a política habitacional lançada, posteriormente, pelo governo Lula.

---

<sup>9</sup> Tradução da expressão *land banks*, originalmente utilizada nos Estados Unidos.

Antes mesmo do início de sua gestão, a equipe que esboçava a campanha de Lula começou a projetar um programa que tinha como intuito solucionar, no longo prazo, o problema do déficit habitacional. Desenvolvido por meio do Instituto Cidadania, o Projeto Moradia, lançado em 2000, reuniu uma equipe de especialistas no assunto e tinha diferentes frentes de atuação, tanto no âmbito do provimento de habitações sociais em si, como também no enfrentamento da problemática urbano-fundiária.

O projeto propôs a criação do Sistema Nacional de Habitação, formado pelos três entes da Federação, que atuariam de forma estruturada sob a coordenação de um novo ministério (Cidades). O controle social seria exercido pelo Conselho Nacional das Cidades e órgãos nos estados e municípios, aos quais caberia gerir fundos de habitação, que deviam concentrar recursos para subsidiar a baixa renda. Nesse aspecto, seria prioritária a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular de instituição do Fundo Nacional de Habitação, bandeira do movimento de moradia que tramitava desde 1991 no Congresso Nacional. A política de subsídios previa um mix de recursos não onerosos do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) com recursos retornáveis, para viabilizar o crédito e o acesso à moradia digna para a população de baixa renda. Para concentrar o FGTS na baixa renda, seria indispensável a retomada da produção habitacional pelo mercado, para atender a classe média, reativando o crédito imobiliário, particularmente do SPBE (recursos da poupança), que não vinha cumprindo os dispositivos legais que exigem a aplicação dos seus fundos em habitação, pois o governo FHC, baseado no rigor monetarista, enxergava o financiamento habitacional como inflacionário. A criação de um fundo de aval era considerado estratégico para reduzir os riscos de crédito e os juros (BONDUKI, 2009, s. p.).

Dessa forma, buscava-se não só propor a construção de moradias em número suficiente para atender à grande demanda, mas também os mecanismos, via mercado, que possibilitariam tal iniciativa. Para tornar viável o financiamento voltado às camadas de renda mais baixa da população, numa realidade macroeconômica demarcada pelo sistema financeiro, a produção de residências para a classe média, via SBPE, era indispensável, conforme relata Bonduki (2009). O projeto propôs também a criação do Sistema Nacional da Habitação, apontando a necessidade de aprovação da lei do Fundo Nacional da Habitação, demanda antiga dos movimentos sociais, que tinha por objetivo criar subsídios por meio de recursos não onerosos do Orçamento Geral da União (OGU) e do FGTS. Ademais, nos anos que se seguiram, e também sob forte pressão dos movimentos, criou-se o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), especificando ainda mais o atendimento à demanda por moradias populares. As diferentes iniciativas sinalizavam a estruturação de um Plano Nacional da Habitação que aparentemente conduziria, pela primeira

vez, uma política que realmente englobaria não só as classes médias, mas também as populações de baixa renda, propondo-se a solução do problema de déficit habitacional no longo prazo, conforme argumentado anteriormente.

O contexto, diante do que foi discutido nos parágrafos anteriores, era favorável para o desenvolvimento da política habitacional voltada, principalmente, à produção de interesse social. Todavia, num contexto de expansão das finanças e do crescimento e diversificação das grandes incorporadoras, o empresariado requeria também sua participação no processo.

A crise econômica e financeira eclodida em 2008, após o estouro da bolha imobiliária e da derrocada dos créditos *subprime* nos EUA<sup>10</sup>, exigiu dos governos em todo o mundo atitudes drásticas para conter a queda abrupta nas ações de muitas empresas, a quebra de grandes bancos e os efeitos nefastos da crise no ambiente doméstico, representado especialmente pelo *boom* de desemprego. Segundo Rolnik (2015), o Brasil, que já se caracterizava na época como uma das maiores economias emergentes do mundo, sentiu um pouco menos os efeitos da supracitada crise, principalmente por conta de uma política iniciada pelo governo Lula de incremento de renda à população e de conseqüente fortalecimento do consumo interno, tornando o país um pouco menos dependente dos acontecimentos em escala planetária. Ainda assim, medidas incisivas foram tomadas pelo Governo Federal para que o país conseguisse absorver melhor tal impacto.

A principal medida, anunciada como uma bandeira que viria a fortalecer a figura da gestão petista inclusive no âmbito eleitoral, foi, certamente, o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, realizado em março de 2009, ou seja, logo após ter eclodido a crise global. A iniciativa, tomada relativamente às pressas pelo governo federal, não visava apenas responder aos efeitos da crise, mas já se desenhava anos antes com a exigência do setor empresarial em participar mais da política de concessão de crédito imobiliário. Portanto, num mesmo “pacote”, a gestão de Lula vendia a proposta de construção de “1 milhão de casas”, apresentava uma estratégia keynesiana de crescimento econômico e geração de empregos e também se aproximava aos anseios de expansão do circuito espacial imobiliário – cada vez mais financeirizado (ROLNIK, 2015).

No anúncio, divulgou-se um investimento inicial de R\$ 34 bilhões na primeira fase do programa. Com uma proposta de produção a ser realizada, basicamente, via mercado, os movimentos que vinham lutando historicamente pelo compromisso da expansão na oferta de moradia social se mobilizaram e exigiram uma parcela dos recursos para a construção por

---

<sup>10</sup> Ver Fix (2011).



autogestão, resultando na criação do MCMV Entidades, para o qual foi destinado o montante de R\$ 500 milhões. Posteriormente, movimentos do campo também reivindicaram participação no programa, no que foi criado o PNH Rural, sendo destinados também R\$ 500 milhões para a construção de casas para cooperativas rurais e pequenos produtores da agricultura familiar. Inicialmente esboçado como um programa que atenderia regiões metropolitanas e cidades com mais de 100 mil habitantes, locais onde as incorporadoras já atuavam com seu “segmento econômico”, bancadas de deputados com base eleitoral em pequenas cidades pressionaram o governo para ampliar o atendimento à municípios com menos de 50 mil habitantes, no que surgiu o MCMV-Sub 50 (ROLNIK, 2015).

No que diz respeito ao público a ser atendido pelo programa, o direcionamento dos recursos foi organizado por meio de faixas de renda que, num primeiro momento, na Fase 1, teve como parâmetro o salário mínimo, mudando posteriormente para intervalos de valores específicos, nas fases 2 e 3. Portanto, a princípio as faixas foram assim estabelecidas: Faixa 1 - até 3 s.m.; Faixa 2 - entre 3 e 6 s.m.; Faixa 3 - entre 6 e 10 s.m. Posteriormente, nos ajustes realizados com a experiência da primeira fase do programa e com o lançamento da Fase 2 em 2011, ficaram estabelecidas as seguintes faixas: Faixa 1 – até R\$ 1600,00; Faixa 2 – entre R\$ 1601,00 e R\$ 3275,00; Faixa 3 – entre R\$ 3276,00 e R\$ 5000,00. Em 2016, foi anunciada a terceira fase do PMCMV, na qual ocorreram novas mudanças em relação às faixas de renda: Faixa 1 - até R\$ 1.850,00; Faixa 1,5 – até R\$ 2.350,00; Faixa 2 – entre R\$ 2.351,00 e R\$ 3.600,00; Faixa 3 – entre R\$ 3.601,00 e R\$ 6.500,00. Dessa forma, o atendimento voltado ao público da Faixa 1 passou a ser realizado por meio de subsídios diretos promovidos pela Caixa Econômica Federal (CEF) que, segundo informações do sítio oficial do programa, correspondem até 90% do valor total da unidade habitacional. Num Fase 3, foi criada a Faixa 1,5, que subsidia a unidade habitacional em até 45%, sendo o restante negociado a juros mais baixos pela CEF.

Em ambos os casos, a iniciativa volta-se para famílias de baixa renda, as quais precisam ser submetidas ao cadastro e posterior sorteio realizados por algum órgão vinculado à prefeitura de cada município. Todavia, no primeiro o subsídio é quase total e a escolha da casa e do empreendimento é realizada pelo órgão municipal, sendo que no segundo o sorteio refere-se apenas à possibilidade de acessar essa modalidade de financiamento, pois fica a critério do contratante a escolha do imóvel dentro de determinadas exigências. Nas faixas 2 e 3, o programa atua como direcionador de crédito através da CEF e do Banco do Brasil, e os interessados efetuam toda a negociação diretamente com o banco, após efetuarem a compra do imóvel junto à incorporadora ou promotora imobiliária.

A CEF, por sua vez, não somente passou a ser o principal viabilizador de crédito do programa, como também atua como a principal instituição gestora, fiscalizando a escolha dos terrenos e a construção das unidades, além de financiar iniciativas de pré e pós ocupação, no que se refere aos empreendimentos da Faixa 1. Esses aspectos serão melhor discutidos adiante.

No decorrer dos anos e com o advento das novas fases do programa, alterou-se não tão somente as faixas de atendimento ao público, mas também as metas de investimentos a serem alcançadas, passando de R\$ 34 bilhões em investimentos na construção de 1 milhão de unidades habitacionais, na primeira fase, para cerca de R\$ 125 bilhões e 2 milhões de UH na segunda, e R\$ 210 bilhões e 4,6 milhões de UH na terceira, ampliando-se expressivamente o direcionamento de recursos por parte do Governo Federal.

O PMCMV, conforme descrito, tornou-se o produto de uma política habitacional que vinha sendo pensada durante as gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo Federal, mas com contornos que visaram atender a um projeto de enfrentamento da crise financeira internacional. Dessa forma, a política habitacional a nível federal, pensada nos mais diferentes âmbitos e articulada à diversos sistemas e fundos, ficou circunscrita ao pacote do programa, que acabou por privilegiar o grande setor que envolve os capitais incorporadores e da construção civil. A lógica financeira, diante do que foi discutido, tomou uma dimensão nunca antes vista nesse setor, norteando as ações das empresas que atuaram junto ao PMCMV.

No que diz respeito à sua dimensão empresarialista, o PMCMV comparece no debate de Fix (2011), por um lado, associado à expansão das incorporadoras brasileiras que já mantinham um histórico de atuação voltado ao “segmento econômico” alvo do Programa, como MRV e Rodobens e, por outro, àquelas que se lançaram ao desafio de ampliar sua atuação, motivadas pelos recursos disponibilizados pelo Programa. Merece destaque o caso paradigmático - de globalização do capital imobiliário - da Homex, incorporadora mexicana com tradição no provimento de moradias para os segmentos de médio-baixo poder aquisitivo no México, que passou a atuar no Brasil a partir de 2009, também motivada pelo pacote habitacional.

De forma semelhante, Sanfelici (2013) se concentra em refletir sobre o crescente processo de financeirização do mercado imobiliário no Brasil e o quanto tal movimento do capital reforça o problema habitacional nas metrópoles brasileiras, ao considerar as péssimas condições de vida de milhões de seus habitantes. O PMCMV, na perspectiva do autor, vem alimentar o *boom* imobiliário, iniciado na última década, propiciando o aumento das receitas das incorporadoras e, concomitantemente, elevando o preço da terra urbana. O autor ressalta, relembrando o histórico de atuação do Sistema BNH (Banco Nacional da Habitação), a

retomada do problema do encarecimento dos terrenos nas cidades e o maior direcionamento dos recursos para o financiamento de moradias para as classes médias. Segundo Sanfelici (2013), o anúncio do PMCMV reforçou e acelerou a prática de aquisição de grandes bancos de terras em cidades de todo o território nacional, por parte das grandes incorporadoras cientes de que os preços viriam a subir no decorrer da sua implementação.

Shimbo (2011; 2012) também elege a associação entre agentes incorporadores e financeiros para pensar as mudanças na produção do espaço urbano das cidades brasileiras. Em sua obra, a autora discorre sobre o processo de aproximação entre Estado e capitais incorporadores na oferta de moradias “populares” - via crédito subsidiado -, resultando na concepção de uma “habitação social de mercado”. Para além da complexa lógica de aproximação do imobiliário com o financeiro, a autora destaca ainda a crescente expansão geográfica das incorporadoras, historicamente concentrada nas metrópoles e capitais de estados, sobre realidades urbanas que compõem outros tipos de tipologia e estrutura, denominadas cidades médias, em todas as grandes regiões brasileiras, com repercussões importantes no processo de urbanização do interior do país.

No que tange ao contexto da produção imobiliária em cidades médias, Melazzo (2013) oferece uma série de dados associados, de modo geral, à expansão do consumo nessas cidades e às maiores possibilidades de atuação das incorporadoras, devido aos mais baixos preços de terrenos praticados nas cidades médias, em comparação com as metrópoles. Segundo Melazzo (2013), é justamente nas cidades médias que se concentra boa parte dos bancos de terras de grandes incorporadoras. O PMCMV, portanto, tende a alimentar esse processo, ao incrementar, sobremaneira, o montante de crédito imobiliário apropriado, principalmente, pelas incorporadoras inseridas no movimento supracitado.

O PMCMV, conforme discutido nos parágrafos anteriores, não esteve circunstrito à uma política de provimento de crédito subsidiado para produção de moradias. Representou, para além disso, transformações profundas no direcionamento dos investimentos de grandes incorporadoras nacionais – e mesmo estrangeiras –, que não só diversificaram seu público de atendimento por meio das linhas do “segmento econômico”, mas também promoveram um reajanjo em sua atuação geográfica, expandindo-se para realidades não metropolitanas em diferentes regiões do país, que opto por chamar de cidades médias, a exemplo de Shimbo (2012). Ademais, foram justamente essas cidades que sentiram de forma mais impactante os efeitos espaciais do programa, conforme discutirei adiante.

Os impactos e efeitos espaciais da produção habitacional viabilizada pelo PMCMV tem comparecido em diversos estudos já publicados. Na obra organizada por Cardoso (2013),

no âmbito do Observatório das Metrópoles, várias realidades metropolitanas compõem como estudos de caso no que confere aos resultados no nível territorial do programa. Da mesma forma, a coletânea organizada por Amore, Shimbo e Rufino (2015) trata desses aspectos em múltiplos contextos, incluindo as cidades médias. Nas duas obras citadas, os autores verificaram mudanças substanciais no que concerne ao adensamento desproporcional de áreas até então vazias e sem infraestrutura adequada, particularmente as localizações onde foram produzidos os empreendimentos da Faixa 1.

Rodrigues (2011), num exercício de pensar a política urbana no decorrer das duas gestões do Presidente Lula, enfatiza a dimensão mercadológica do Programa Minha Casa Minha Vida e as possibilidades e limitações do pacote habitacional, que, apesar de buscar sanar parcialmente o déficit habitacional no país, não possui mecanismos para possibilitar uma maior democratização no acesso a terra urbana nas cidades brasileiras. Para Maricato (2009), a questão da terra é justamente o problema mais complexo e de mais difícil solução, pois esbarra na histórica prática patrimonialista da concentração da terra nas mãos de poucos, grande parte mantida sem uso, como reserva de valor. A proposta do Projeto Moradia tinha como um de seus objetivos a busca por mecanismos que permitissem algum tipo de mudança nesse quadro, mas com o advento do PMCMV e seu caráter empresarialista, a exemplo do que ocorreu com o BNH, a terra permaneceu, nas palavras da autora, como um “nó na sociedade brasileira”.

As comparações do PMCMV com o BNH, inclusive, compõem em várias críticas realizadas por aqueles que se debruçaram em pensar a política habitacional no Brasil, alguns já citados. Silva e Tourinho (2015) discorrem em seu trabalho acerca dessa comparação, particularmente no que diz respeito aos padrões locacionais dos empreendimentos financiados pelas duas políticas. No BNH, deflagrou-se o crescimento de um processo de expansão em direção à franja periurbana de inúmeras cidades, em localizações que não eram servidas por infraestrutura adequada e por serviços públicos e privados essenciais, tornando bastante difícil a reprodução das famílias que precisavam percorrer longas distâncias, num transporte coletivo precário, para satisfazer suas necessidades. Da mesma forma, no âmbito do PMCMV, essa prática de construção de conjuntos habitacionais nas extremidades periféricas se manteve e, ainda que o padrão centro-periferia não explique mais a estrutura intraurbana de muitas cidades, continuou reforçando a situação de segregação socioespacial dos mais pobres e dependentes dessas políticas, pois as escolhas locacionais permanecem levando em conta os preços mais baixos, ou seja, em áreas permeadas por ausências de todo tipo. Por sua vez, em relação aos empreendimentos direcionados às classes médias, a lógica locacional muda, mas leva em consideração o mesmo fator: preço da terra. Como os valores a serem cobrados são maiores, de

acordo com o estabelecido pelos tetos do programa, a possibilidade de se construir condomínios de casas e apartamentos em localizações mais vantajosas se amplia, numa prática que se traduz naquilo que Silva e Tourinho (2015) concluem: “quem paga mais, mora melhor”.

Em outros aspectos, todavia, conforme discutido anteriormente neste capítulo, o PMCMV tem revelado novidades em comparação à política do BNH. Não se trata, portanto, tão somente de permanências, mas também de mudanças substanciais, particularmente, em dois sentidos: a lógica financeira, já iniciada no período do BNH, ganha proporções inigualáveis durante a promoção do PMCMV, por conta, certamente, de uma expressiva expansão e maior maturidade do capital financeiro, ao qual passaram a se articular, cada vez mais, várias incorporadoras que foram beneficiadas pelo programa; nas cidades, os efeitos espaciais da produção do pacote habitacional se inserem num contexto de grandes transformações na escala intraurbana, em que muitas cidades passam a revelar uma estrutura não mais caracterizada pela monocentralidade, mas, também, pela poli(multi)centralidade, quando os conteúdos de novas áreas centrais e de novas periferias – no sentido geométrico – são ressignificados, o que será melhor explicado na sequência.

A produção e os efeitos espaciais do PMCMV, portanto, serão tratados mais aprofundadamente a partir do caso da cidade Londrina, que discutirei adiante. Antes, todavia, apresentarei a referida cidade numa perspectiva histórica, enfatizando os processos de reestruturação e de produção das diferenças, que resultaram num espaço urbano demarcado pela desigualdade e pela segregação socioespacial.

## **1.2 Londrina: produção do espaço urbano e segregação socioespacial**

A cidade de Londrina surgiu associada à diversas condicionantes, destacando-se, neste caso, a expansão da dinâmica cafeeira proveniente do interior do Estado de São Paulo e a atuação de uma companhia que comercializou, principalmente, pequenos lotes rurais no norte do Estado do Paraná, entre as décadas de 1920 e 1930 (FRESCA, 2002). A Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), uma confluência de capitais nacionais e estrangeiros (principalmente ingleses), adquiriu, parcelou e comercializou as terras na região, visando, na época, a prosperidade representada pela chegada da cultura cafeeira e do transporte ferroviário. Muller (2001), em seu estudo sobre a origem de Londrina, ressalta que a região apresentava características bastante relevantes para absorver a produção de café que já tinha encontrado seu limite de expansão no interior de São Paulo, como solo fértil e clima ameno, além, é claro, das questões de ordem política e econômica. O núcleo urbano de Londrina foi construído para

atender as demandas por serviços e escoamento da produção realizada nos lotes por ela comercializados. Cabe ressaltar que, num cenário de crise pós quebra da bolsa de Nova York e diminuição das exportações, a ideia inicial de se comercializar grandes lotes de terra para investidores precisou ser reajustada, direcionando-se lotes de menor tamanho para pequenos e médios produtores, em especial ex-colonos do café, imigrantes ou não<sup>11</sup>. Essa é uma característica que repercute até hoje na estrutura fundiária da região de Londrina, formada por várias pequenas cidades e um número ainda considerável de propriedades voltadas à agricultura familiar, por exemplo.

O plano urbano de Londrina, o primeiro projetado pela CTNP no norte do Paraná, corresponde ao atual Centro principal da cidade.

Sendo o primeiro plano projetado pela CTNP, era considerado o ponto alto do projeto da companhia. Seria o núcleo urbano onde se concentrariam as riquezas do Norte do Paraná – um município de grande produção de café e uma cidade que continha os armazéns para a comercialização do café. Seria o lugar de moradia dos proprietários de terras, dos funcionários da CTNP, dos imigrantes e dos trabalhadores. Se a CTNP e os proprietários de terras tinham como estratégia para o empreendimento a valorização ideológica do “desenvolvimento” regional, Londrina, então “Boca de Sertão”, seria o lócus da expressão desta perspectiva (RIBEIRO, 2006a, p. 46).

A cidade, projetada como um grande empreendimento para atender aos interesses da companhia, cresceu em ritmo acelerado devido à drenagem da renda decorrente da produção cafeeira, num primeiro momento, e de outros gêneros agrícolas posteriormente, em todo o norte do Paraná. Assumiu, dessa forma, grande centralidade desde o início, conformando, no decorrer do século XX, uma complexa rede urbana na qual permaneceu como principal centro. Tal contexto histórico e geográfico ressalta, desde o princípio, a relevância da mercantilização da terra que se desdobrou do espaço rural para a cidade, pois a expansão do tecido urbano e a transformação da terra de uso rural em lotes urbanizados consolidaram-se, com o passar das décadas, em um negócio muito rentável, conforme discuti em trabalho anterior (ALCANTARA, 2013).

Os anos 1950, segundo Fresca (2002), representaram os “anos dourados” para Londrina, período no qual a cidade (e sua região) se consolidou como “capital mundial do café”, recebendo muitos investimentos que modificaram sua estrutura intraurbana. É nesse período que surge uma das inovações imobiliárias mais marcantes no contexto histórico de Londrina - a verticalização -, fato que repercutiu na forma como a cidade se estruturou desde então,

---

<sup>11</sup> Fresca (2007).

marcada pela presença de inúmeros edifícios de apartamentos no Centro Principal e em outras áreas centrais produzidas posteriormente, de acordo com Casaril (2008).

A relevância dos negócios envolvendo a terra, portanto, denota a proeminência de um mercado imobiliário que há muito tempo já é complexo em Londrina, além de todo um sistema de valores da modernidade das grandes cidades revelado, por exemplo, pelo intenso processo de verticalização. No decorrer da segunda metade do século XX, novos produtos imobiliários e novas áreas foram incorporadas por um capital imobiliário em constante expansão, o que contribuiu significativamente com as transformações na estrutura urbana, por meio da seletividade de seus investimentos, ressignificando a relação e a diferenciação entre as áreas da cidade, como pode observar no período recente (ALCANTARA, 2013).

A atuação do mercado imobiliário em Londrina, a exemplo do que acontece nas cidades brasileiras em geral, encontra-se, muitas vezes, associada ao poder público municipal que, nas suas atividades de planejamento, gestão, criação e execução de leis voltadas ao uso do solo urbano, possibilita uma reprodução ampliada do capital das empresas voltadas a esse setor. Por meio dos investimentos seletivos, que incluem os gastos provenientes da administração municipal, o mercado imobiliário dispõe, dessa forma, de áreas produzidas diferencialmente, o que se traduz naquilo que é intrínseco ao capitalismo: a produção da diferença enquanto negatividade, ou ainda, na desigualdade socioespacial, no plano da cidade.

Desse modo, o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível que determina o acesso diferenciado da sociedade a ele, gerando os conflitos em torno dos lugares ocupados/vividos. [...] No cerne desse conflito, encontramos a diferenciação espacial traduzida como desigualdade socioespacial (CARLOS, 2007, p. 57).

O acesso diferenciado ao espaço na cidade está no cerne de muitos conflitos e contradições que se impõem à vida dos cidadãos. A produção diferenciada e a desigualdade no acesso à cidade por parte dos diferentes grupos que nela habitam, destarte, provêm de múltiplos fatores associados a agentes que são diversos, mas que atuam, geralmente, de forma complementar.

Dentre estes agentes, o Estado, não somente por meio da gestão promovida pela administração municipal, por vezes, atua diretamente nos mecanismos de transformação e ocupação do solo urbano, particularmente por meio dos processos de regularização fundiária e das políticas de oferta de habitação social, dentre outros, exercendo um papel de mediação dos conflitos decorrentes das diferenças no acesso à terra e à cidade como um todo, levando-se em consideração as diferentes escalas de sua atuação, conforme discutido no item anterior. Dessa

forma, é difícil apontar grandes ações do poder público que se voltaram a atender, de fato, as demandas da população de forma ampla, ao menos no âmbito federal. Como resultado, a vasta bibliografia produzida sobre o assunto, nas mais diferentes realidades urbanas brasileiras, aponta a continuidade de uma problemática que é atendida parcialmente, pois restringe-se, muitas das vezes, à oferta de uma unidade habitacional a uma família, desconsiderando-se o contexto mais amplo no que se refere ao *habitar* na cidade.

Londrina conheceu as transformações provenientes dos grandes projetos governamentais voltados à habitação, a partir da década de 1970, momento no qual o governo militar direcionava investimentos para o complexo sistema ligado ao BNH. Esse processo de reestruturação na escala intraurbana ganhou expressividade em Londrina, conforme aponta Ribeiro (2013), entre as últimas décadas do século XX e o início do século XXI, decorrente de variadas e complexas ações praticadas por agentes ligados ao Estado, conforme exemplificado por meio da política habitacional do governo militar, e ao setor privado, particularmente aqueles voltados à incorporação imobiliária e ao setor de comércio e serviços, culminando no surgimento de novas áreas centrais e na redefinição da centralidade na cidade. Tais áreas centrais são produtos dos investimentos seletivos provenientes de agentes públicos e privados, que diferenciam o espaço urbano e, conseqüentemente, tornam seu acesso restrito aos que dispõem dos recursos materiais para tanto.

Os conjuntos habitacionais produzidos com financiamento do Sistema BNH em Londrina, a partir da década de 1970, concentraram-se, a exemplo de muitas cidades, em áreas sobremaneira distantes do Centro Tradicional, até então única área central da cidade. A escolha das localizações não se deu de forma aleatória, pelo contrário, envolveu interesses privados que pressionaram o poder público a adquirir terras mais baratas na periferia mais distante. Os gestores da época, especialmente o ex-prefeito Antônio Belinati<sup>12</sup>, buscaram projetar-se a partir dos investimentos que foram direcionados à produção de moradias, assumindo posturas populistas que deram o teor de favorecimento do prefeito àqueles que necessitavam de uma casa. Essa prática se perpetuou através dos anos e gerou na população atendida pela política habitacional, bem como nas famílias que aguardavam ser contempladas, um sentimento de apadrinhamento pelo referido prefeito, considerado o principal responsável pela formação do “Cinco Conjuntos”, extensa área da Zona Norte da cidade na qual foram implantados,

---

<sup>12</sup> Antônio Belinati foi prefeito por três gestões em Londrina (1977-1982/1989-1992/1997-2000). Não chegou a cumprir inteiramente seu último mandato devido à condenação por práticas ilícitas em sua gestão. Candidatou-se em 2004, perdendo no segundo turno, e em 2008, no qual venceu a disputa no segundo turno, mas não chegou a assumir porque o pleito foi anulado pelo TRE por considera-lo inelegível, sendo então convocado um terceiro turno nas eleições municipais.



inicialmente, cinco conjuntos habitacionais, que rapidamente se expandiu com o surgimento de novos empreendimentos de habitação social, loteamentos privados e ocupações irregulares (BEIDACK, 2009).

O processo de formação e ocupação da Zona Norte de Londrina é emblemático para se pensar a produção do espaço na cidade nas últimas décadas do século XX. De acordo com Oliveira (2005), a expansão físico-territorial da cidade ganhou uma nova dimensão a partir dos anos 1970, quando grandes porções de terras foram parceladas e comercializadas, em sua maioria localizadas em áreas consideravelmente distantes do Centro Principal, incluindo os loteamentos que se formavam na Zona Norte. Os conjuntos habitacionais construídos com financiamento do Sistema BNH, de forma semelhante, passaram também a compor o cenário dessa periferia que não parava de crescer, pois o preço baixo do solo urbano nas extremidades periféricas garantia a possibilidade de construção maciça de moradias, que visava atender o máximo de famílias pelo menor custo possível para o Estado. Para as famílias, no entanto, o custo da mobilidade e a precária inserção urbana tornavam sua reprodução bastante dispendiosa. Concomitantemente, a lógica da localização periférica dos conjuntos habitacionais aprofundou a histórica prática de manutenção de terrenos e glebas sem uso como reserva de valor, o que propiciou a conformação de um imenso vazio entre a ocupação do extremo norte do perímetro urbano e o Centro Tradicional.

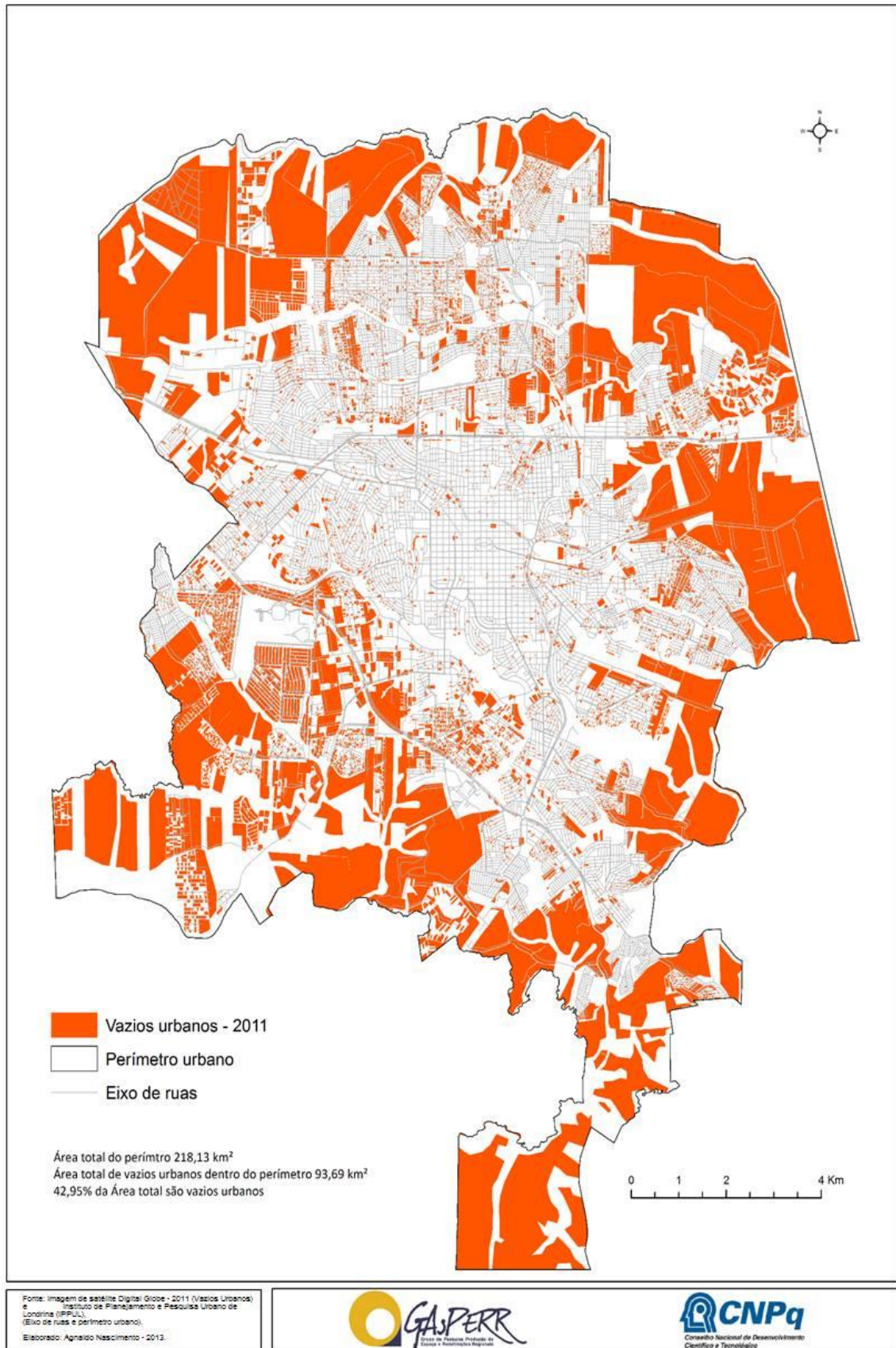
A reserva de terrenos e grandes áreas vazias no interior da cidade atende uma lógica comumente observada em muitas cidades brasileiras, nas quais a atuação do circuito espacial imobiliário é preponderante na definição da legislação sobre o uso do solo e na orientação dos investimentos públicos, conforme apontei anteriormente no texto. Dessa forma, a supervalorização de áreas nas quais estão inseridos tais lotes sem uso inviabiliza consideravelmente qualquer possibilidade de sua utilização para se produzir habitação social, sendo esta a justificativa do poder público para concentrar as moradias populares em áreas distantes e desprovidas de infraestrutura adequada. Em Londrina, durante a realização de um trabalho de campo com alunos em 2015, tive acesso à fala de uma técnica do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUL) da Prefeitura Municipal, na qual é possível apreender justamente a problemática supracitada: segundo ela, houve a intenção do Prefeito Alexandre Kireff (PSD, 2013-2016) de direcionar a construção de habitação social para áreas vazias no interior da cidade, pois partia-se, inclusive, do pressuposto de que o adensamento de áreas já consolidadas reduziria os custos do poder público municipal na expansão de infraestrutura nas bordas do tecido urbano, que normalmente ocorre nesse quesito; porém, ela ressaltou também que foram feitas várias projeções e a “conta simplesmente não fechava”, devido, obviamente,

ao elevado custo dos terrenos melhor posicionados no espaço intraurbano. Assim, constata-se que a propriedade privada da terra urbana continua, de fato, a ser um “nó” na sociedade brasileira, conforme afirma Maricato (1999), um problema colocado como insolúvel, como algo dado, já estabelecido, naturalizando-se um processo engendrado na produção desigual das cidades em que vivemos.

Cabe ressaltar, neste ponto, que a legislação voltada ao uso democrático da cidade avançou consideravelmente por meio do Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10/07/2001), no qual consta uma série de instrumentos que permitem ao Estado interferir e modificar os usos espoliativos do espaço urbano, que negam o acesso de uma grande parcela à terra urbanizada e às condições dignas de habitabilidade. Sua aplicabilidade, todavia, choca-se com os interesses voltados a uma das práticas mais estruturais da nossa sociedade, conforme referenciado em Maricato (1999).

Em Londrina, Nascimento (2014) identificou os lotes vazios e as áreas não loteadas na cidade, conforme revela o mapa produzido pelo autor (Mapa 1).

**Mapa 1 – Vazios urbanos de Londrina.**



O Mapa 1 permite a visualização de um adensamento maior da área edificada no centro da malha urbana, resultado do processo de expansão urbana de Londrina que, por várias décadas, manteve-se em contiguidade com a área central. Todavia, destaca-se a quantidade de lotes vazios nessa área central e, principalmente, as grandes porções de terras sem uso em suas proximidades, particularmente nos eixos sudoeste, leste e nordeste. As maiores glebas não loteadas, no entanto, permanecem concentradas nas extremidades periféricas do perímetro urbano em todas as zonas da cidade, exceto a Oeste, na qual já se verifica há um tempo um processo mais intenso de conurbação com o Município de Cambé. Analisando o histórico recente dos lançamentos de habitação social na cidade, são nas glebas não loteadas das extremidades noroeste, nordeste e sudeste que tendem a se concentrar os próximos grandes empreendimentos habitacionais, conforme pude também verificar junto a Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD). Nessas áreas, há maior disponibilidade de terras com preços mais acessíveis em comparação com o restante da cidade, o que viabiliza sua aquisição para a implantação de projetos do tipo, inclusive por meio de leis que ampliam o perímetro urbano, atendendo aos interesses de proprietários de terras que desejam converter seu uso e, com isso, auferir maiores rendas.

Associadas ao processo de reestruturação da cidade de Londrina, conforme observado por Ribeiro (2013) e também discutido por mim em trabalho anterior (ALCANTARA, 2013), mudanças no padrão da relação centro x periferia começaram a ser percebidas no período recente, particularmente nos últimos quinze anos. A ocupação de uma periferia distante do Centro Tradicional, conforme apresentei anteriormente no texto, ganhou ênfase na década de 1970, por meio da construção de grandes conjuntos habitacionais, concentrados principalmente na Zona Norte da cidade, mas também nas extremidades oeste e sul. Por outro lado, até o final do século passado, o padrão de localização das moradias dos mais ricos e das classes médias circunscrevia-se ao Centro Tradicional e a certos bairros próximos, particularmente ao sul.

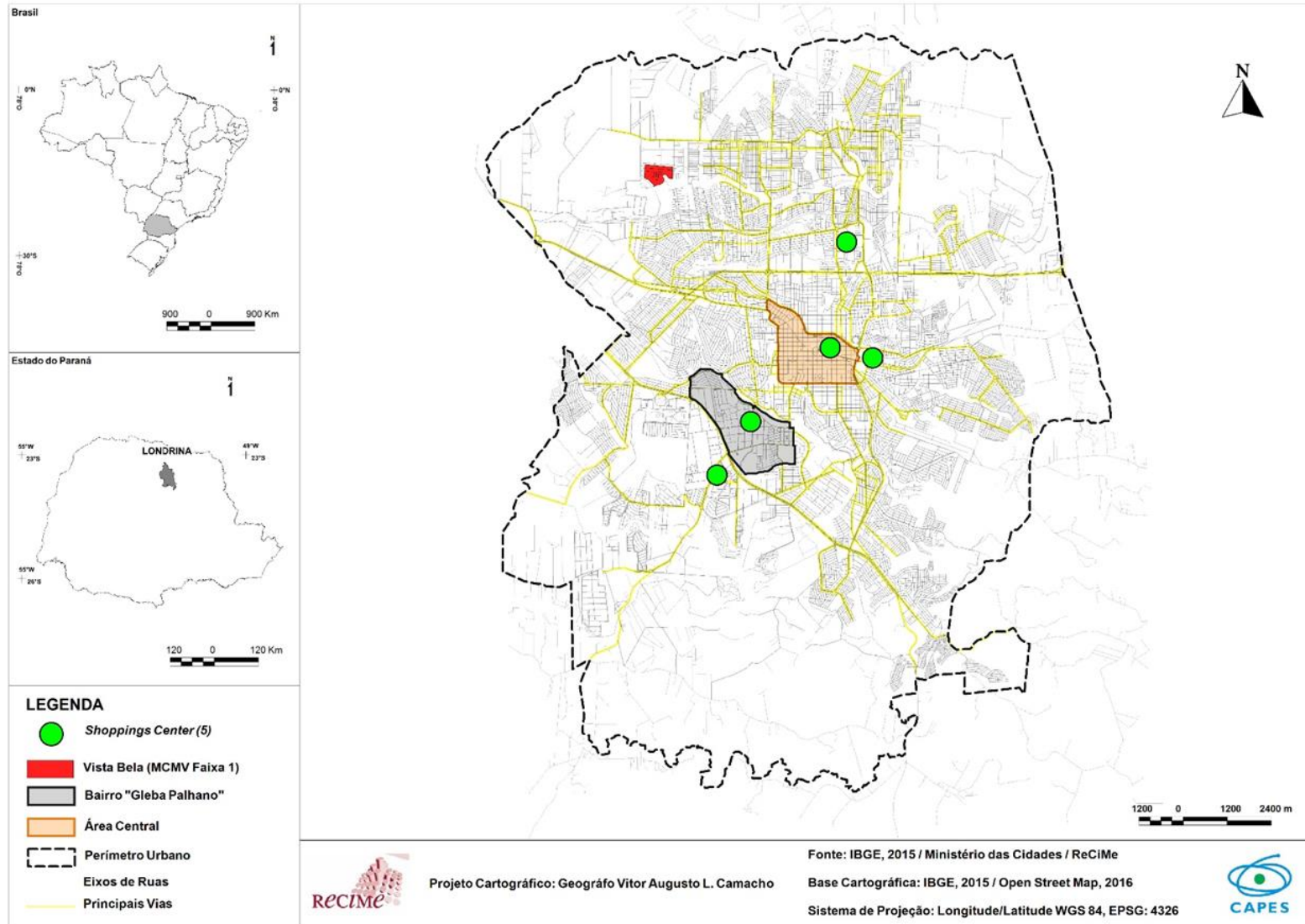
Além da conformação do grande vazio entre a Zona Norte e o Centro Tradicional a partir dos anos 1970, posteriormente outras ações estabelecidas pelos agentes produtores do espaço urbano deram continuidade à prática de manutenção de vazios para crescente valorização em áreas já dotadas de infraestrutura. Neste aspecto, destaca-se a construção do Catuaí Shopping Center, inaugurado em 1990, numa localização deveras distante da tradicional área central, onde até então concentravam-se os produtos imobiliários e os estabelecimentos comerciais e de serviços com maior valor agregado. Certamente, tratava-se de um empreendimento de grandes dimensões, o primeiro da região, que tornava inviável sua construção numa área central já estabelecida, exceto pelos próprios vazios urbanos já citados.

No entanto, a lógica de sua localização foi muito além da necessidade de um amplo terreno, pois inaugurou a tendência mais valiosa de produção do espaço em Londrina no âmbito do mercado imobiliário no período recente, atuando, no decorrer dos anos, como vetor de grande valorização de seu entorno e, principalmente, da área entre o empreendimento e o Centro Tradicional (RIBEIRO, 2013; ALCANTARA, 2013).

Assim, entre o final da década de 1990 e o início do presente século, na área supracitada, consolidou-se, por meio das práticas dos agentes imobiliários, uma densa ocupação de empreendimentos residenciais verticais, voltados para uma parcela da classe média e classe média alta, além de estabelecimentos comerciais e de serviços que visavam atender este público e, mais recentemente, edifícios comerciais e centros administrativos de importantes empresas, como a Unimed Londrina, resultando num bairro com excelente infraestrutura atendida pelo poder público municipal e importantes amenidades, como o Lago Igapó, que margeia o bairro ao norte. A Gleba Palhano, conforme ficou conhecida esta área da cidade, passou a revelar ao longo dos anos uma crescente centralidade em decorrência dos fatores já comentados, além de se situar no imaginário do londrinense como um bairro “nobre”, “distinto”, um lugar no qual muitos gostariam de viver. Soma-se a este contexto, a concentração de condomínios e loteamentos fechados ao sul do Catuaí Shopping Center, área recentemente incorporada ao perímetro urbano. Conforme analisa Ribeiro (2006b), a centralidade exercida pelo shopping desde os anos 1990 provocou uma profunda modificação no uso do solo do seu entorno, no qual concentravam-se chácaras de lazer e propriedades que produziam gêneros agrícolas, além de áreas de reserva ambiental. Como resultado de um fenômeno percebido globalmente, e que no Brasil começou a se efetivar no final do século XX (SPOSITO & GOES, 2013), agentes imobiliários locais e externos lançaram inúmeros empreendimentos residenciais fechados desde então, ampliando a ressignificação da relação entre centro e periferia na cidade de Londrina.

No Mapa 2, é possível observar, em destaque, algumas áreas que exercem grande centralidade no espaço intraurbano de Londrina, como o Centro Tradicional, a Gleba Palhano e os principais Shopping Centers. Em contraposição, no extremo noroeste da cidade, está localizado o Residencial Vista Bela, que veio a reforçar a concentração de conjuntos habitacionais na Zona Norte, conforme discussão realizada ao longo do capítulo.

**Mapa 2 – Localização do Residencial Vista Bela em relação às principais áreas centrais de Londrina.**



Os significados atribuídos às diferentes áreas da cidade – conforme representado no Mapa 2 - pelos processos relacionados no texto são diversos, o que reforça a hipótese de uma crescente complexidade na produção do espaço urbano em Londrina. A construção social da diferença e sua expressão espacial se revelam não apenas na caracterização material e aparente das áreas nas quais vivem a população mais pobre em contraposição às localizações privilegiadas na cidade, mas também nas representações que permeiam o imaginário dos que habitam em tais espaços e daqueles que estão externos a eles. A consciência da condição de sua inserção urbana e de suas formas de acesso aos mais relevantes espaços na cidade (de acordo com suas necessidades) compõem os significados construídos pelos cidadãos por meio de suas experiências cotidianas que, certamente, variam no que diz respeito às possibilidades que dispõem em se locomover e acessar os serviços essenciais para sua reprodução. Seguindo este raciocínio, residentes das extremidades periféricas da Zona Norte vivenciam a cidade de maneira bem diferente daqueles que moram nos espaços murados de uma outra “periferia”.

### *Desigualdade e segregação socioespacial*

A produção da cidade capitalista é permeada, historicamente, por diferenças, contrastes e desigualdades, numa espécie de combinação desses aspectos, tomando-se por base a teoria da produção do espaço urbano (CARLOS, 2011). Dessa forma, parte-se do pressuposto de que essa junção de fatores acarreta na intensa problemática vivida por grande parte dos cidadãos em realidades urbanas de todo o Brasil, pois, em nosso país, dada a especificidade do processo histórico de constituição da sociedade, caracterizado pela profunda desigualdade entre as classes e grupos sociais, esses elementos se revelam de forma bastante explícita.

Londrina insere-se neste contexto maior, mas também revela especificidades em relação à formação socioespacial<sup>13</sup> que a contem, formada pela influência direta da metrópole paulista que se iniciou desde a construção de seu núcleo urbano, no contexto de expansão da economia cafeeira. Assim, muitos dos seus problemas são diferentes daqueles verificados em cidades médias como Marabá, no Pará, ou Campina Grande, na Paraíba. No principal centro urbano do norte do Paraná, como discorri no início deste capítulo, a terra assumiu uma centralidade crescente ao longo do processo de expansão e consolidação da malha urbana, que se traduziu, inclusive, no surgimento de várias empresas do setor imobiliário, algumas das quais

---

<sup>13</sup> Santos (1978), ao partir dos conceitos de formação social e econômica, propõe a leitura sobre a diversidade regional brasileira por meio do conceito de formação socioespacial, pelo qual compreende a sociedade e a produção em sua relação indissociável com o espaço e o tempo.

se expandiram para outras cidades e estados do país, conforme discute Amorim (2015). O intenso volume nas construções de novos empreendimentos e nas transações imobiliárias e o lançamento de novos produtos e áreas privilegiadas para o mercado imobiliário demarcaram a história da cidade, numa busca incessante pelos símbolos da modernidade proveniente dos centros metropolitanos, conforme pude verificar em entrevistas com agentes imobiliários realizadas entre 2011 e 2012 (ALCANTARA, 2013).

O circuito espacial imobiliário, em Londrina, atuou historicamente e, no período recente, intensificou suas práticas no que diz respeito ao processo de diferenciação das áreas, decorrência da seletividade espacial de seus investimentos, que inclui também os investimentos do poder público municipal (ALCANTARA, 2015). A diferença, por si só, não constitui uma característica negativa do espaço urbano, pois é inerente à divisão social e territorial do trabalho e à própria constituição das cidades (SPOSITO e GOES, 2013). Todavia, no contexto de uma sociedade de classes sociais hierarquicamente posicionadas no espaço, as cidades são produzidas sob a perspectiva da diferenciação que denota a superioridade de uma área em relação às outras, ou seja, a hierarquia dos diferentes espaços, que se revela nos aspectos materiais e concretos desses lugares, mas também no simbólico construído por aqueles que vivem numa dada cidade. Para Carlos (2007, p. 48),

A hipótese da diferenciação como imanente à produção espacial obriga-nos a desvendar os conteúdos dos processos constitutivos da “produção social do espaço” fundada na contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada – posto que se trata de uma sociedade de classes. Nesse sentido, a diferenciação socioespacial é ao mesmo tempo, pressuposto e produto (contraditório e necessário) do processo histórico de produção do espaço, vivida concreta e praticamente na escala do lugar.

A diferença, portanto, é tomada pelos agentes capitalistas como forma de se lançar produtos (e neste caso, o espaço é tido como uma mercadoria) que representem atributos únicos em relação à maior parte do conjunto da cidade. Neste sentido, a diferença é produzida sob a forma de negatividade, repercutindo diretamente na vida e no cotidiano dos cidadãos que vivem nas mais diversas condições na cidade. A diferença, ao assumir contornos negativos, reverbera na constituição da desigualdade, que, no âmbito da cidade, revela-se na forma de barreiras quanto à inserção urbana de diferentes grupos sociais, ou como bem trata Rodrigues (2007), limitando alguns quanto ao seu direito à cidade.

A desigualdade socioespacial exprime formas e conteúdos da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria,



da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano (RODRIGUES, 2007, p. 74).

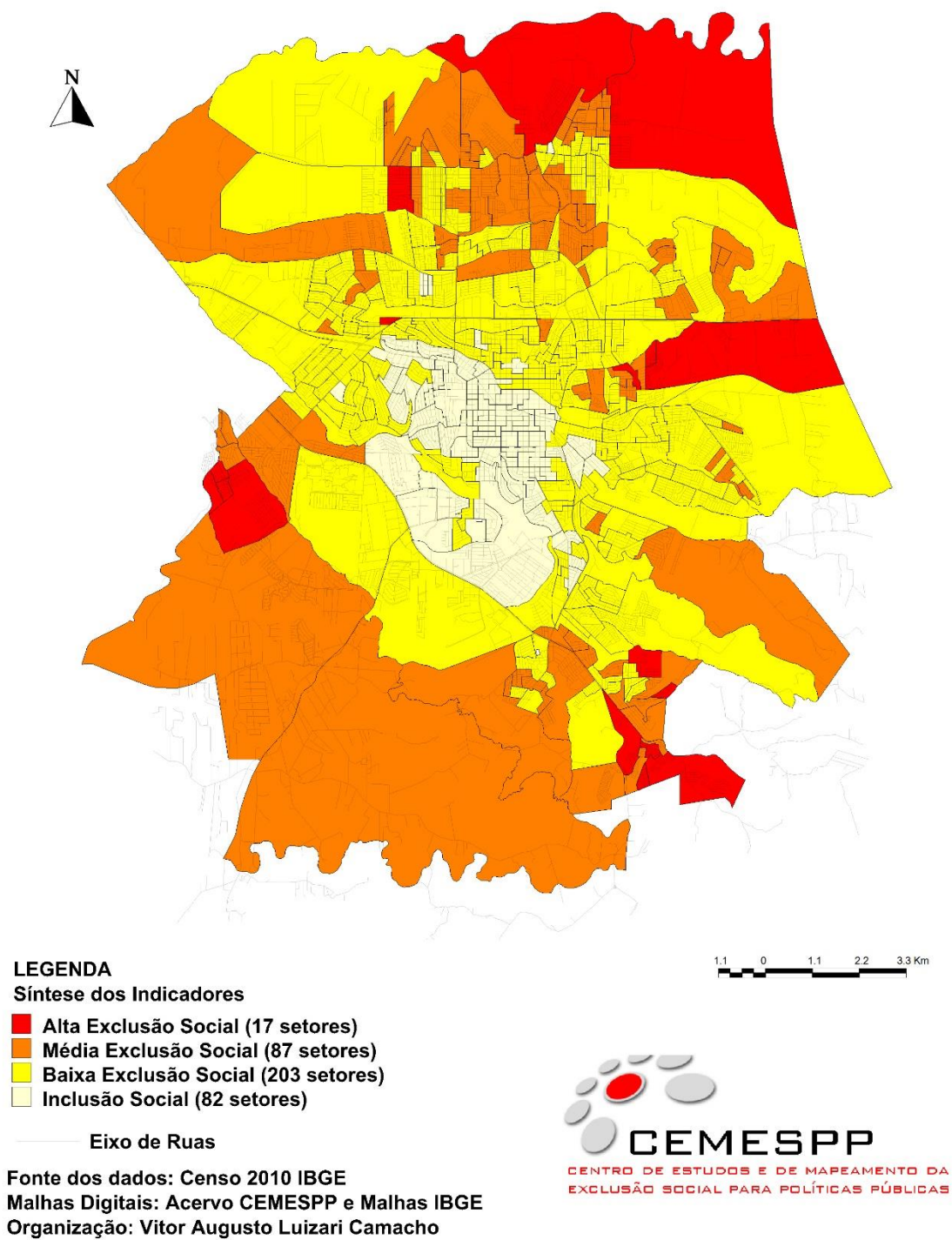
De acordo com o raciocínio da autora, a desigualdade socioespacial relaciona-se às formas e aos conteúdos que a produção da cidade capitalista revela, seja por meio das estratégias e lógicas empreendidas pelo mercado imobiliário, por exemplo, como também pela atuação do Estado no espaço urbano. A paradoxal presença e ausência do Estado é emblemática, segundo Rodrigues (2007), para se pensar os preceitos dessa desigualdade, pois se o mesmo determina uma legislação voltada a garantir o básico e necessário à população como um todo, age também na seletividade do acesso a esses direitos, pois pressupõe a manutenção de um sistema que é inerentemente desigual. O modo de produção capitalista incide sobre as cidades brasileiras condicionantes que caracterizam a atuação dos agentes e os mecanismos de resistência, reverberando, por exemplo, na disposição dos espaços ocupados pelos pobres, pelas “camadas de renda média” e pelos mais abastados, se é que se pode separar as classes existentes no espaço urbano dessa maneira. Dessa forma, Rodrigues (2007) alerta para o fato de que essa desigualdade não resulta de mera aleatoriedade, mas é também produzida, possui preceitos que indicam a permanente situação de exclusão de alguns grupos e inclusão de outros.

No que diz respeito à questão da inclusão e da exclusão dos diferentes grupos sociais no espaço urbano, vale destacar a forma como isso se revela por meio de dados produzidos pelo IBGE nos Censos Demográficos. A disposição desses dados, certamente, não esmiúça a complexidade em relação à posição dos cidadãos nos diferentes espaços na cidade, mas ajuda a ilustrar as transformações e as permanências em relação a alguns aspectos das condições de vida dessas pessoas, tendo como referência seu local de residência, conforme representado nos mapas 3 e 4<sup>14</sup>.

---

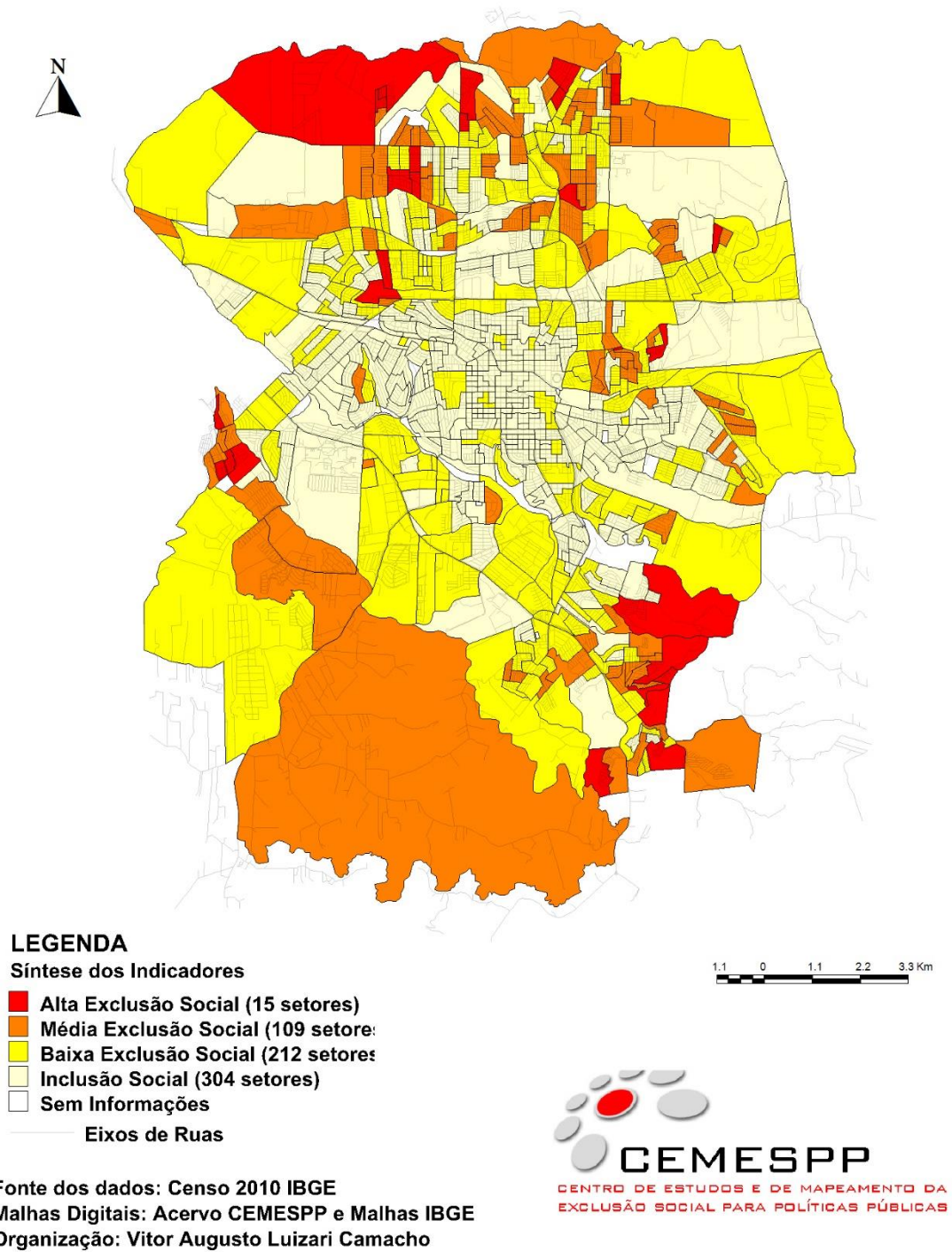
<sup>14</sup> Nos mapas de exclusão/inclusão social, produzidos com base nos dados dos Censos de 2000 e 2010 (Mapa 3 e Mapa 4, respectivamente), as informações resultam da soma de indicadores demográficos, socioambientais, econômicos e educacionais, sendo eles: número de habitantes por domicílio; chefes de família de 10 a 19 anos; domicílios sem banheiro; domicílios com 4 banheiros ou mais; domicílios ligados a rede de esgoto; chefes de família com rendimentos até 2 salários mínimos; chefes de família sem rendimento; chefes de família com rendimentos superior a 20 salários mínimos; analfabetos de 10 a 14 anos de idade; chefes de família analfabetos. Na metodologia desenvolvida no Centro de Pesquisa e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (CEMESPP), vinculado à Unesp – campus de Presidente Prudente, os setores censitários recebem notas para cada indicador dentre os citados anteriormente e, por meio dessas notas, chega-se a uma escala de comparação entre os diferentes setores da cidade. A soma dessas notas resulta num indicador síntese que revela diferentes “níveis” de exclusão e inclusão social na cidade, conforme pode ser verificado nos mapas 3 e 4, que retrata o caso de Londrina.

Mapa 3 – Exclusão e inclusão social em Londrina (2000).

**LONDRINA - PR 2000  
EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL**

Mapa 4 – Exclusão e inclusão social em Londrina (2010).

**LONDRINA - PR 2010  
EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL**



É necessário muito cuidado na observação e reflexão sobre os dados representados nos mapas 3 e 4, pois estes revelam um movimento, não um padrão rígido de espacialização da inclusão e da exclusão social na cidade de Londrina. O conjunto de indicadores utilizados para se chegar ao mapa síntese ajuda a elucidar certas condições de vida das pessoas que residem em Londrina e que estão desigualmente posicionadas na cidade, no que diz respeito à inserção urbana. Entre os dados do ano 2000 e os de 2010, é perceptível a mudança em relação à concentração tanto das áreas de inclusão, quanto das de maior exclusão. No primeiro ano, a concentração dos setores considerados como “inclusão social” restringe-se basicamente à área central, sentido zona sul; já os setores identificados como “exclusão social”, agravam-se gradativamente em direção às extremidades periféricas do perímetro urbano, numa clara relação com o antigo padrão centro-periferia, que perdurou como padrão exclusivo na cidade de Londrina até a década de 1990. No decorrer dos últimos vinte anos, mudanças substanciais foram sentidas no espaço urbano de Londrina, como a expansão de novos eixos de valorização imobiliária e o fenômeno da multi(poli)centralidade<sup>15</sup>, alterando a histórica relação entre as diferentes áreas da cidade norteadas pelo padrão centro-periferia (ALCANTARA, 2013). Assim, no ano de 2010, como decorrência das mudanças na estrutura urbana, bem como transformações no nível de Brasil nos âmbitos social e econômico, observa-se uma quantidade consideravelmente maior de setores identificados como “inclusão social”, para além da área central e imediações. Os setores de exclusão, em especial os de mais alta exclusão, por sua vez, mantiveram-se nas extremidades periféricas, destacando-se, nesse caso, os eixos sudeste e noroeste, onde estão localizados os bairros União da Vitória e Vista Bela, respectivamente.

O caso do bairro União da Vitória, a exemplo do que já foi discutido em relação à periferia produzida na Zona Norte da cidade, é também emblemática para se pensar a desigualdade e a segregação socioespacial em Londrina. Criado em 1985, como um “assentamento urbano” de iniciativa da Prefeitura Municipal de Londrina, o União da Vitória I, localizado no extremo sudeste da cidade, fez parte de um projeto de realocação de famílias de outras áreas precárias com o intuito de futura regularização, hoje com 563 lotes. Em 1993 foi também criado o União da Vitória II, que conta com 1505 lotes, havendo, ainda, os assentamentos de número III, IV, V e VI, ainda não regularizados. A área possui, hoje, relativa

---

<sup>15</sup> A concepção de multi(poli)centralidade, conforme defendida por Sposito (2013a), admite uma redefinição da centralidade nas cidades em geral, e nas médias em particular, e o surgimento de novas áreas centrais nas últimas décadas, que competem com o Centro Principal e se assemelham a ele, como os subcentros de bairros e avenidas, conformando a *multicentralidade*. Por sua vez, a emergência de grandes equipamentos comerciais, que também competem de alguma forma com o Centro Principal, como shopping centers e hipermercados, denotam um conteúdo diferente dos demais subcentros, revelando, assim, uma *policentralidade*.

infraestrutura e presença de serviços públicos básicos, como escolas e unidades de saúde da família, segundo Camponez (2005). No referido trabalho, a autora discorre acerca das conquistas em termos de direitos de cidadania após a organização da luta popular, como o direito de não ser discriminado, de ter acesso à boa infraestrutura e serviços básicos, entre outros, que serviu posteriormente, inclusive, como referência para outros movimentos populares da cidade. Todavia, ainda nos dias de hoje, as representações sobre o bairro e os estigmas territoriais que recaem sobre os sujeitos que lá residem, tornam difíceis e complexas suas vidas. Essas questões serão tratadas em relação ao Vista Bela, no decorrer do trabalho.

A situação de exclusão de grande parte dos moradores da periferia pobre de Londrina, conforme destacado ao longo do capítulo, decorre da histórica produção desigual do espaço urbano, é produto das relações mediadas pelos poderes políticos e econômicos, ou melhor dizendo, pelos interesses econômicos defendidos pelo poder político. As elites locais/regionais ligadas ao mercado imobiliário e fundiário, como destaca Amorim (2015), influenciam sobremaneira a forma como são conduzidos o planejamento e a gestão urbanos, ou seja, a orientação dos investimentos e a atenção direcionada pelo poder público à cada área da cidade. Muitos dos que residem nas denominadas periferias pobres, dessa forma, vivenciam uma permanente situação de desproteção, que somente é parcialmente atendida ao acessarem uma moradia ofertada pelo Estado, pois, em geral, continua faltando-lhes uma série de serviços essenciais para a reprodução de suas vidas.

Kowarick (2009), ao discutir a situação de vulnerabilidade socioeconômica e civil na qual se encontram milhões de pessoas no Brasil, busca compreender como a realidade urbana brasileira tem refletido as transformações na própria sociedade, no que diz respeito à naturalização da pobreza e à culpabilização do pobre por sua condição material. Afinal, a quem responsabilizar? Por outro lado, Kowarick (2009) destaca também as estratégias das elites em relação à apropriação privada do espaço público, o enclausuramento em condomínios e loteamentos fechados e a recusa à cidade em geral. A dialética desses movimentos no seio da sociedade, segundo o autor, reverbera no modelo de cidade que se apresenta hoje, extremamente hostil e excludente. Em que pese seu objeto de estudo ser uma realidade metropolitana, no caso a cidade de São Paulo, muitos dos aspectos discutidos por Kowarick (2009) podem ser pensados em diferentes contextos urbanos, pois se trata da produção da cidade capitalista, em um país com profundas desigualdades tanto de renda quanto de acesso aos bens e serviços básicos, que exclui e marginaliza grande parcela da população, inclui precariamente outro grande número de pessoas, enquanto mantém abastada uma ínfima quantidade de ricos que desfrutam plenamente das benesses desse sistema desigual. Portanto, a generalidade de vários processos

que se manifestam em inúmeras cidades em todo o país expressa condicionantes que se desdobram em múltiplas escalas, desde a global e nacional, até as especificidades da escala local.

Numa discussão que contempla a problemática urbana numa perspectiva multiescalar, Sposito e Goes (2013) discorrem acerca das transformações recentes na sociedade urbana brasileira no contexto particular das cidades médias. Neste sentido, observam vários elementos que são profundamente discutidos na bibliografia sobre a questão urbana no Brasil, como o processo de periferização por meio do afastamento dos mais pobres, que se iniciou na década de 1970, bem como as tendências recentes de expansão do tecido urbano e as discontinuidades territoriais que se mostram visíveis nas cidades médias, tal como tenho apresentado no presente texto a partir da realidade londrinense.

A produção da Gleba Palhano e da área onde estão concentrados os espaços residenciais fechados em Londrina, ao sul do Catuaí Shopping Center, denota aspectos da concepção defendida por Sposito e Goes (2013) no que diz respeito às discontinuidades territoriais, estas decorrentes da expansão desenfreada do tecido urbano em cidades que dispõem de uma grande oferta de terrenos urbanizados de diferentes tamanhos em áreas consolidadas, como pode ser observado no Mapa 1. Produz-se, dessa forma, uma parte da cidade em descontínuo com a malha urbana consolidada, porém, plenamente conectada com diferentes áreas centrais, por meio do acesso rápido garantido pelas avenidas, rodovias e viadutos, construídos para dinamizar a locomoção dos que residem nesses espaços. Denota-se, assim, a ideia de autosegregação (SPOSITO e GOES, 2013), que resulta da opção em residir em áreas relativamente distantes do Centro Tradicional, em especial os espaços residenciais fechados, por parte daqueles que dispõem da possibilidade de escolha, ou seja, as elites e parte da classe média. A segregação socioespacial, por sua vez, decorre justamente da falta de opção para os mais pobres, que são obrigados a residir em locais consideravelmente distantes das áreas centrais e/ou em espaços carentes de qualquer infraestrutura.

Segregação e autosegregação seriam, dessa forma, facetas de um mesmo processo, uma vez que a distinção entre as duas proposições conceituais está no ponto de vista a partir do qual a separação se estabelece. No caso da segregação, é a maioria (no sentido político, econômico, cultural e religioso) que decide pela separação total ou relativa da minoria, submetida a essa condição por razões de diferentes ordens e, no caso das cidades latino-americanas, sobretudo pela situação socioeconômica. No que se refere à autosegregação, é o grupo com melhores condições (brancos na África do Sul, mais ricos na América Latina etc.) que opta pelo isolamento em relação ao conjunto da cidade que, para eles, é o espaço dos outros e, portanto, não mais de todos (SPOSITO e GOES, 2013, p. 281).

Na definição apresentada pelas autoras, ambos os conceitos fazem parte de um mesmo processo, pois a separação decorrente da segregação é sempre relativa no que diz respeito a quais partes da cidade e a quais grupos está ocorrendo o distanciamento, da opção dos mais ricos em se separar dos mais pobres, ou da imposição do afastamento dos mais pobres dos espaços frequentados e/ou resididos pelos demais. Dessa forma, Sposito e Goes (2013, p. 281-282) complementam:

Ambos os processos resultam, pois, do aprofundamento das diferenças (no sentido cultural, étnico, religioso, político) e das desigualdades (no sentido socioeconômico), tanto quanto o ampliam, até atingir níveis de radicalismo que implicam o não reconhecimento do direito equitativo de todos à cidade, na grande escala – a da sociedade –, e a indiferença e a intolerância em relação ao outro, nas microescalas – aquelas das relações sociais e interpessoais cotidianas.

As autoras afirmam, portanto, que a segregação decorre do aprofundamento das diferenças e das desigualdades na cidade, atingindo, por vezes, o nível do não reconhecimento do direito do outro ao espaço urbano, fator este que pode se manifestar de várias formas, tanto no âmbito material, quanto no imaterial. No Vista Bela, as condições às quais foram impelidas as pessoas que lá passaram a residir vieram a reforçar, em muitos casos, a situação de marginalidade na qual vivia a maioria de seus moradores, conforme discutirei ao longo de todo o trabalho. A segregação socioespacial, no caso aqui estudado, revela-se por meio do afastamento e do isolamento dessas pessoas das áreas melhor posicionadas na cidade, conforme poderá ser observado no item seguinte em relação ao Vista Bela, isolado da malha urbana consolidada, ou seja, fracamente conectado pelas vias de maior importância e distante das principais áreas centrais, mesmo as localizadas na própria Zona Norte.

O conceito de segregação foi um dos mais discutidos ao longo da história dos estudos urbanos, tendo como marco principal, no século XX, a Escola de Chicago<sup>16</sup>. Desde então, foram muitas as contribuições no pensamento sobre a segregação, que ganhou, ao longo do tempo, diferentes adjetivos que qualificavam sua interpretação: residencial, social, espacial, socioespacial etc. No presente trabalho, optei por me basear em algumas das contribuições publicadas na obra organizada por Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2013), no âmbito do Grupo de Estudos Urbanos (GEU), além da já citada obra de Sposito e Góes (2013).

---

<sup>16</sup> Vasconcelos (2004), ainda que se oponha ao uso do conceito de segregação aplicado à realidade brasileira, dá uma importante contribuição nesse sentido, ao refletir acerca da trajetória do conceito no contexto brasileiro de longa duração.

Para Sposito (2013b), a segregação socioespacial não deve ser confundida com os processos de diferenciação, com a desigualdade socioespacial, ou mesmo com as relações entre exclusão e inclusão no espaço urbano. De acordo com a autora, trata-se de um fenômeno que representa uma separação radical, o isolamento de uma parte em relação ao conjunto da cidade, que se encontra eximida de relações com outros lugares. Utilizei-me, conforme discutido ao longo do presente item, das problemáticas acima listadas, mas para elucidar a atuação, principalmente, do mercado imobiliário e do poder público na produção da cidade de Londrina, que não excluem a ideia empregada por meio do conceito de segregação, como bem alerta a autora, pois neste caso auxiliam na sua compreensão. Afinal, o que gera a segregação?

No texto de Alvarez (2013), a autora reflete sobre a segregação como parte dos “fundamentos da produção do espaço urbano capitalista e o urbanismo, uma mediação para sua reprodução” (p. 111), concluindo que a segregação não é apenas resultado das ações dos agentes que comandam as estratégias de reprodução ampliada do capital, mas compreende também parte de seu conteúdo. Nos exemplos utilizados pela autora – as reformas urbanísticas em São Paulo –, pessoas são removidas contra sua vontade de áreas vantajosas que passam a ser exploradas pelo mercado imobiliário, que as expulsa, em alguns casos, para locais apartados do conjunto da cidade, promovendo uma ruptura abrupta das relações que essas pessoas mantinham com seu lugar de moradia. Em Londrina, conforme veremos no decorrer do trabalho, problemas nesse sentido resultaram na alocação de várias famílias que foram obrigadas a residir no Vista Bela.

Vale destacar que a segregação diz respeito, também, às representações construídas pelos próprios moradores da sua condição espacial, bem como daqueles que vivem em outros lugares de Londrina e imaginam formas de vida das mais negativas possíveis no Vista Bela, pois partem, justamente, da histórica concepção da associação entre violência e “maus costumes” com a pobreza, como se fossem lados de uma mesma moeda e localizam estes fatores nos extremos da zona norte e sudoeste de Londrina, conforme detalharei no capítulo 3.

A dialética da presença e da diferença entre as áreas da cidade, como o caso de Londrina, exprime a ideia do espaço como elemento de distinção social, que qualifica áreas como a Gleba Palhano enquanto lugar bem posicionado, ao mesmo tempo em que degenera e estigmatiza áreas como o Vista Bela, visto mesmo por seus moradores, em suas representações, como um lugar ruim, isolado e perigoso.

A construção da representação social sobre os diferentes espaços da cidade, segundo Sposito (1999), perpassa a associação entre múltiplos fatores de ordem política, econômica e social, além, é claro, da relevância da dimensão espacial: “as formas, segundo as quais as



territorialidades urbanas se estruturam, constituem elementos fundamentais para a compreensão dos processos de representação social no mundo contemporâneo” (SPOSITO, 1999, p. 16). A produção da cidade em descontínuo, que resulta na conformação de grandes vazios urbanos em seu interior, reflete-se no afastamento espontâneo dos mais ricos para espaços residenciais fechados verticais e horizontais, bem como na expulsão dos mais pobres das áreas melhor posicionadas no espaço urbano, repelindo-os às periferias menos conectadas com o restante da cidade e mais carentes de infraestrutura e serviços públicos e privados em geral. Conforme discuti anteriormente, a cisão do contato entre os diferentes na cidade contemporânea tem agravado o processo de segregação socioespacial que me parece visível, hoje, no caso do Residencial Vista Bela. Não diz respeito tão somente à distância desse conjunto habitacional em relação às principais áreas centrais da cidade, mas à capacidade que seus moradores dispõem para acessar os espaços que julgam necessários à sua reprodução, ou mesmo que desejam para usufruir de momentos de diversão e lazer. Portanto, esclarece Sposito (1999, p. 27-28):

Como o acesso a essas diferentes territorialidades urbanas está segmentado pelo poder de compra, pela capacidade de deslocamento no interior da cidade, pelo acesso à informação e ao conhecimento, construímos uma representação do espaço urbano, segundo nossos usos dos diferentes territórios. Esses usos são definidos pela frequência e pela passagem, pois grande parte desses territórios e do nosso tempo são consumidos para o ir e vir no interior das áreas urbanas [...] Está, dessa forma, imposta a construção de múltiplas representações do espaço urbano, não tantas quanto os indivíduos que habitam esses espaços, mas tantas o suficiente para que a noção de coletivo se esvaneça e a possibilidade de acesso à cidade como totalidade para a vida humana se enfraqueça.

As representações que cada grupo social constrói da cidade como um todo e de suas partes são diversas, compreendem fatores de ordem material e simbólica, objetiva e subjetiva, reiterando a complexidade da produção da cidade no período contemporâneo, no qual é extremamente difícil a construção de uma representação coletiva do que deveria ser o direito à cidade. Os interesses individuais, conforme discute Sposito (1999), cada vez mais se sobrepõem à coletividade, da mesma forma que os interesses privados aniquilam progressivamente a valorização daquilo que é considerado público e que deveria ser de todos. No Vista Bela, as demandas não atendidas dos moradores imprimem a eles uma representação sobre o lugar de moradia e sobre a cidade de Londrina muito diversa, certamente, dos que residem em áreas privilegiadas em termos de acesso e infraestrutura. A percepção que denotam sobre sua condição de inserção na cidade, precária e marginal, fortalece os indícios de que se trata, portanto, de uma área segregada, construída por fatores objetivos decorrentes de uma política

habitacional complexa, mas significada pelos elementos que conformam as representações construídas pelos que lá residem e também pelos que de fora a imaginam.

Na sequência, discutirei a dimensão geográfica da produção do PMCMV em Londrina, enfatizando a situação do Residencial Vista Bela neste quadro.

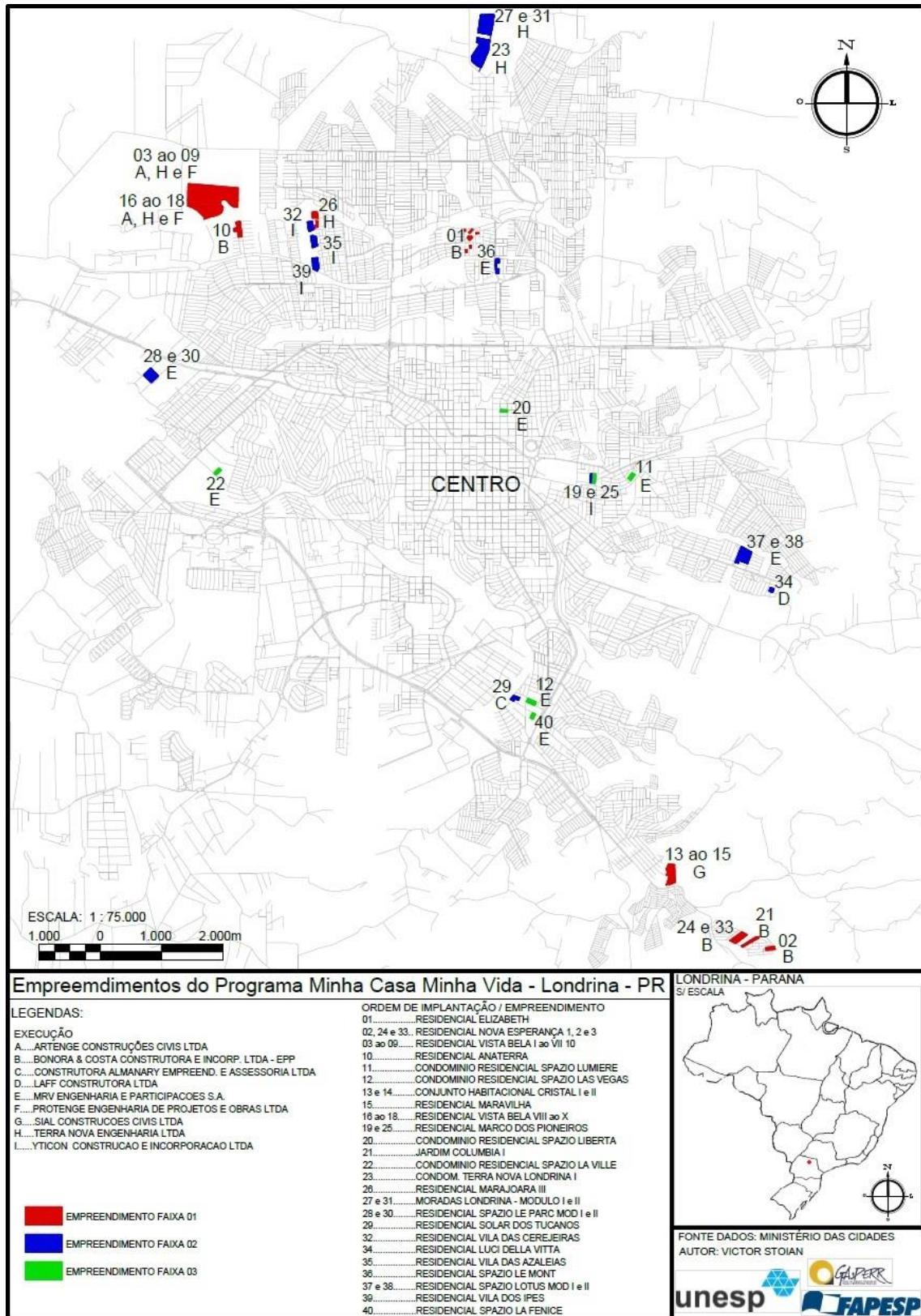
### **1.3 A produção do PMCMV em Londrina**

Em Londrina, tal como em tantas outras realidades urbanas em todo o Brasil, o capital incorporador, neste caso representado por grandes empresas do setor como a MRV, já dispunha, antes do lançamento do programa, de extensos bancos de terra em várias localizações que foram profundamente alteradas nas últimas duas décadas, conforme observei em trabalhos de campo realizados nos anos de 2012 e 2013 (ALCANTARA, 2013). Esses bancos de terra correspondem a extensos terrenos localizados em áreas relativamente ou bem consolidadas, adquiridos num momento em que o preço era vantajoso e depois mantido sem uso aguardando valorização<sup>17</sup>. Após um período variável de tempo, num momento em que as condições para construir tornem o uso da terra realmente vantajoso, as empresas anunciam os empreendimentos e se utilizam, certamente, das benesses que resultaram dos anos de transformações ocasionadas pelos investimentos públicos, principalmente, e privados realizados nas imediações do terreno. No caso aqui ilustrado, além das condições físico-territoriais, o anúncio do PMCMV, em 2009, deu um impulso considerável nas intenções de construir de grandes e médias incorporadoras que já mantinham terras aguardando valorização, fato este que pode ser verificado também em Londrina, conforme representado no Mapa 5.

---

<sup>17</sup> Esses bancos de terra funcionam também como garantia para investidores que buscam comprar ações de incorporadoras na bolsa, servem como um lastro bastante sólido dos investimentos “virtuais”.

Mapa 5 – Localização dos empreendimentos do PMCMV (2009 a 2012).



O Mapa 5 apresenta as localizações dos empreendimentos financiados e/ou subsidiados pelo PMCMV com projetos aprovados desde o seu lançamento, em março de 2009, até dezembro de 2012, de acordo com dados do Ministério das Cidades<sup>18</sup>. Conforme pode-se observar de imediato, existe uma diferença na localização dos empreendimentos de cada uma das faixas atendidas pelo programa em termos de distância do Centro Principal, sendo que os polígonos identificados em vermelho (Faixa 1) estão situados em áreas mais distantes, exceto alguns bem pequenos melhor inseridos na malha urbana, enquanto os demais encontram-se melhor posicionados. Todavia, há uma diferença substancial em termos de conteúdo de cada localização, que ajuda a elucidar as estratégias do circuito espacial imobiliário e do poder público na decisão de construir cada empreendimento na cidade de Londrina.

Os empreendimentos das faixas 2 e 3, identificados no Mapa 5 pelos polígonos azuis e verdes, situam-se, em sua maioria, em localizações privilegiadas no que diz respeito à alguns ou todos os seguintes aspectos: acessibilidade por meio de transporte individual, ou seja, facilidade de acesso à vias que integram diferentes áreas da cidade; bom atendimento de linhas do transporte coletivo; proximidade de equipamentos públicos e de estabelecimentos comerciais e de serviços; infraestrutura adequada em termos de rede elétrica, rede de telefone e internet de alta velocidade, água encanada e saneamento básico, e ruas plenamente asfaltadas. Cabe ressaltar, neste ponto, que o emprego do adjetivo “privilegiada” para referir-me às localizações desses empreendimentos justifica-se pela precariedade da situação de alguns outros, nos quais seus moradores vivem marginalizados por não acessarem serviços básicos para a reprodução de suas vidas, conforme tratarei principalmente no capítulo três.

As lógicas das localizações de muitos dos empreendimentos das faixas 2 e 3, tal como citei nos parágrafos anteriores, corresponde à utilização de terrenos que foram mantidos aguardando valorização por vários anos, uma prática bastante comum e histórica na realidade urbana brasileira. No entanto, na última década, grandes incorporadoras que abriram seu capital na bolsa de valores passaram a investir cada vez mais em bancos de terra, impactando diretamente nos processos de (re)estruturação dos espaços intraurbanos de cidades de diferentes portes, inclusive as cidades médias, conforme discute Melazzo (2013). Empresas como MRV e Rodobens que, de acordo com Melazzo (2013), cresceram exponencialmente na última década, particularmente no setor “popular”, lançaram empreendimentos das faixas 2 e 3 em Londrina, como pode ser observado na legenda do Mapa 4. A MRV, que atua majoritariamente no mercado de apartamentos, construiu seus empreendimentos em locais com excelente

---

<sup>18</sup> Estes dados foram disponibilizados em 2013 para uma pesquisa da qual fiz parte como pesquisador bolsista, referenciada na Introdução, o que justifica o referido recorte temporal.

acessibilidade e próximos de áreas centrais, características essas que agregam valor aos seus lançamentos. Um exemplo deste caso é o empreendimento Spazio Le Mont, localizado na Zona Norte, próximo ao terminal de ônibus do bairro Milton Gaveti, que no momento da entrega das chaves, em 2014, já dispunha, num raio de menos de 1 km de distância, da presença do Londrina Norte Shopping – empreendimento que valorizou imediatamente o seu entorno no momento de sua inauguração, no final de 2013. A Rodobens, por sua vez, manteve em Londrina um modelo de empreendimento já comum em várias outras cidades onde atua: loteamento fechado com casas geminadas, localizado numa área de expansão do perímetro urbano, ou seja, num local com conteúdo diferente dos empreendimentos da MRV, mas bem acessível via veículo particular, que é o meio de transporte que atende ao perfil do comprador de um imóvel desse tipo.

Assim, as estratégias empreendidas pelas grandes empresas do setor imobiliário destinam-se às faixas de público superiores dentre as atendidas pelo programa, ou seja, uma porção da classe trabalhadora que vivenciou um notável incremento de renda e acesso ao consumo de bens duráveis na última década. Destarte, a maior parte dos recursos do PMCMV são convertidos em forma de crédito destinado justamente para as faixas 2 e 3; fato este que privilegiou empresas como as citadas no parágrafo anterior, que apresentaram um considerável crescimento em termos de produção e rentabilidade, segundo Melazzo (2013). Mantém-se, dessa forma, a histórica prática de incentivos aos grandes capitais e uma maior oferta de crédito para as classes médias, acentuando a produção de desigualdades, em decorrência de investimentos seletivos e a contínua marginalização dos mais pobres, como revela o trabalho de Silva e Tourinho (2015), que constatam a manutenção das mesmas práticas realizadas desde o BNH.

No que diz respeito aos conjuntos habitacionais destinados ao público da Faixa 1, as decisões quanto a suas localizações na cidade compreendem aspectos bem diferentes, mas que nem por isso se desvinculam da lógica maior da produção do espaço urbano, conforme discute Rodrigues (2007). Pelo contrário, é também devido à elevação dos preços dos terrenos em áreas com infraestrutura consolidada que há tanta dificuldade em se construir moradias para os mais pobres nesses espaços. Os empreendimentos caracterizados como moradia popular, no âmbito do PMCMV, são totalmente subsidiados pelo Governo Federal, que se utiliza dos recursos do FAR, sendo a Caixa Econômica Federal (CEF) o agente responsável pela aprovação e fiscalização dos projetos e destinação dos recursos. O poder público municipal, por sua vez, realiza o cadastramento e sorteio das famílias a serem atendidas, além de intervir na escolha dos terrenos. Em Londrina, os maiores empreendimentos da Faixa 1, conforme pode-se

observar no Mapa 5, concentram-se nas extremidades noroeste e sudeste da malha urbana, localizações estas que vieram a alimentar tendências iniciadas décadas antes<sup>19</sup>. Na Zona Norte, tal fenômeno teve início nos anos 1970 e se intensificou na década seguinte, sendo que na Zona Sul o maior número de empreendimentos foi construído no início dos anos 1990, segundo dados da COHAB-LD.

Os padrões de localização revelados pelo Mapa 5 e descritos nos parágrafos anteriores, reforça a constatação de que o PMCMV, ainda que seja uma importante política de financiamento e provimento de habitação popular, não conseguiu alterar em nada a lógica do rentismo associado à terra urbana. Os empreendimentos voltados às faixas de renda com poder de compra mais elevado foram construídos em áreas melhor servidas em termos de infraestrutura e serviços, o que não quer dizer que tais localizações desfrutam do que há de melhor na cidade em termos de atendimento de serviços públicos, até porque alguns desses empreendimentos são pessimamente servidos em termos de transporte coletivo, por exemplo. Todavia, a lógica de escolhas locacionais das grandes incorporadoras reforça uma dimensão complexa de produção do espaço urbano no período contemporâneo, orientada fortemente pelo uso do automóvel como meio prioritário de locomoção. Quanto aos conjuntos habitacionais, no entanto, recai a lógica da localização extremamente periférica somada à ausência de serviços públicos, exponenciando as dificuldades enfrentadas por seus moradores.

### *O Residencial Vista Bela*

O Vista Bela, localizado no extremo noroeste de Londrina (Mapas 2 e 5), insere-se num processo de produção da periferia que já havia sido iniciado há pelo menos três décadas, acrescentando um conteúdo que vem a reforçar o padrão de localização dos mais pobres na Zona Norte e o consequente estigma que se constrói a partir disto, assunto este que irei tratar no capítulo três. A dificuldade em acessar uma moradia via mercado formal exigiu de muitas dessas pessoas, em determinado momento de suas vidas, a ocupação de áreas irregulares ou mesmo o comprometimento de grande parte de suas rendas com o pagamento de aluguel, fatores estes que aprofundam a condição de pobreza dessa parcela da população. A produção de conjuntos habitacionais periféricos, como o Vista Bela, torna estes sujeitos proprietários da tão

---

<sup>19</sup> Essas tendências podem ser interpretadas por meio da ideia de *rugosidades*, conforme discutido por Santos (1996). O autor entende tal conceito como metáfora, através do qual analisa os tempos passados materializados no espaço presente. Por meio deste raciocínio, entende-se que o histórico afastamento e segregação dos mais pobres, tal como o exemplo citado no texto, corroborou para a conformação de uma periferia que continuou recepcionando aqueles que não dispõem das condições materiais para acessar áreas melhores posicionadas na cidade.

sonhada casa própria, sendo o Estado, dessa forma, o agente que iniciou o processo de produção dessa periferia nos anos 1970 e agora continua reforçando-o.

A construção das unidades habitacionais do Vista Bela foi anunciada logo após o lançamento do PMCMV, em março de 2009, sendo propagandeada pelos líderes locais como uma conquista daqueles que representam Londrina, no caso, o prefeito da época, Barbosa Neto (PDT), e alguns deputados federais, em especial André Vargas (PT)<sup>20</sup>. O impacto da construção do Residencial Vista Bela, que somou ao todo 2.712 unidades habitacionais, entre casas e apartamentos, foi grande nas expectativas daqueles que aguardavam há muito tempo uma moradia, permitindo à COHAB-LD, no momento de entrega das moradias, a partir de 2011, desafogar parte da imensa lista de famílias cadastradas, algumas aguardando já há vários anos, conforme pude verificar em campo. Milhares de famílias foram atendidas e puderam, então, acessar pela primeira vez a “casa própria”.

A CEF, responsável pela gerência dos recursos financeiros, pela contratação dos projetos e fiscalização das obras, aprovou a construção, no extremo noroeste da cidade, de 1272 residências unifamiliares conjugadas e 1440 apartamentos localizados em edifícios de quatro pavimentos, distribuídas no que seria, em tese, dez conjuntos habitacionais. Dentre as casas, 46 foram diferencialmente desenvolvidas para idosos e 20 para pessoas com necessidades especiais, segundo dados divulgados pela Cohab-LD.

Na prática, todavia, não há divisão entre esses dez empreendimentos, há, sim, um grande conjunto habitacional conhecido por todos como Vista Bela. Quanto a este aspecto, na pesquisa da qual fiz parte sobre os efeitos do PMCMV nas cidades de Marília e Presidente Prudente, já referenciada, pudemos constatar que essa prática é mais uma que se mantém desde os tempos do BNH. Nas especificidades do programa no que se refere à Faixa 1, a CEF não aprova, em tese, projetos com mais de quinhentas unidades habitacionais, justamente para impedir um adensamento desproporcional. Todavia, na prática, o resultado é outro: a estratégia das empreiteiras para burlar essa norma reside em contratar vários empreendimentos contíguos, produzindo, dessa forma, imensos conjuntos habitacionais. No caso do Vista Bela, foram contratados junto à CEF dez empreendimentos por três construtoras diferentes, a Artenge, a Protenge e a Terra Nova, todas de capital local.

A Cohab-LD<sup>21</sup> foi a responsável pela seleção das milhares de famílias contempladas com um imóvel no Residencial Vista Bela, atividade essa bastante complexa, ao considerar as

---

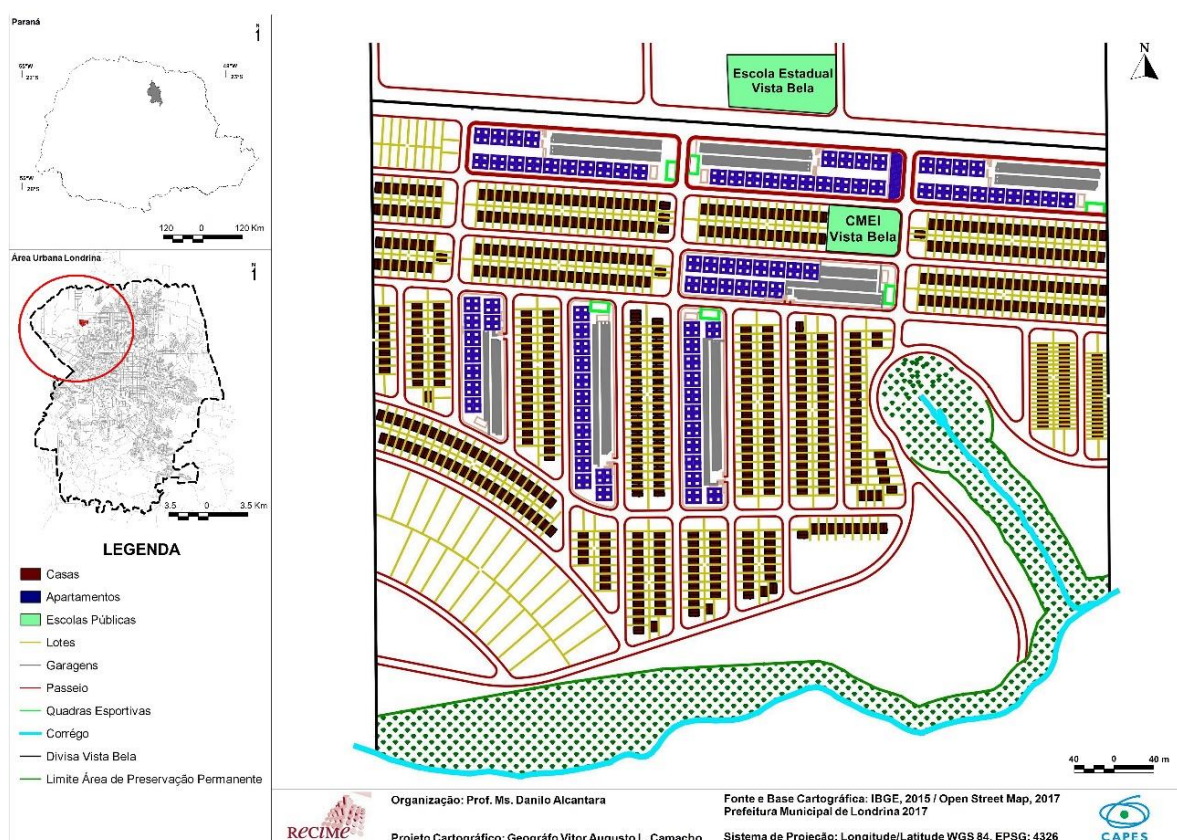
<sup>20</sup> Cabe destacar que ambos tiveram seus mandatos cassados posteriormente.

<sup>21</sup> A Companhia de Habitação de Londrina, empresa administrada pela Prefeitura Municipal e composta por capital misto, historicamente, manteve-se responsável pela política habitacional desenvolvida pelo Município, inclusive

necessidades da demanda, os locais de origem das famílias a serem atendidos prioritariamente, além dos estudos acerca da escolha do terreno – que também partiram da companhia.

O tamanho dos imóveis seguiu o padrão determinado pelo PMCMV para o Faixa 1: casas de 36 m<sup>2</sup> (36,89 para ser mais exato) e apartamentos de 39 m<sup>2</sup>. As casas foram erguidas em terrenos de 125 m<sup>2</sup>, metragem mínima de acordo com a legislação, todas entregues com sistema de aquecimento solar que se liga aos chuveiros, mas sem muros e portões. Os apartamentos conformam blocos com 16 unidades, localizados em condomínios fechados por cercas (ou muros), que dispõem de área de estacionamento, quadra para a prática de esportes e um salão de festas.

### Mapa 6 – Planta do Residencial Vista Bela



O Mapa 6 revela, com base na planta do empreendimento, os elementos que compõem a estrutura do conjunto habitacional. São diferenciadas as quadras onde estão localizadas as casas térreas e as quadras que compreendem os condomínios de apartamentos, além das escolas

por meio de financiamento direto. Atualmente, todavia, suas atividades praticamente se restringem ao controle do cadastro de pessoas que necessitam de moradia na cidade, não atuando mais na construção de habitação social, mas sim na colaboração com projetos que são financiados por outras esferas governamentais, em especial a União.



municipal e estadual, únicos equipamentos públicos instalados, de fato, no Vista Bela. É importante destacar a delimitação referente à área de preservação ambiental, popularmente conhecida como fundo de vale, que se impõe como uma espécie de barreira entre o conjunto e outros bairros que fazem parte da Zona Oeste, reforçando, portanto, a ligação do Vista Bela com bairros da Zona Norte, conforme será discutido no capítulo 3.

De acordo com dados fornecidos pela Cohab-LD, referentes a maio de 2012, residiam no Vista Bela 8.179 pessoas, distribuídas em 2.669 famílias, numa média de 3,1 pessoas por unidade habitacional. Dentre essas, 2.819 declararam possuir trabalho remunerado, sendo que a renda per capita média, segundo o que foi informado à equipe de assistência social da Cohab-LD, era de R\$ 248,70. Tais dados, certamente, estão desatualizados, porém somente através do próximo Censo Demográfico será possível ter uma dimensão mais ampla do perfil das famílias que residem no Vista Bela. Para os sujeitos com os quais conversei, a impressão é de que vive no conjunto um número bem maior de pessoas, sendo que alguns arriscaram números na casa dos 12 a 15 mil moradores, reflexo, talvez, da sensação de viverem em meio a um formigueiro de gente, que foi simplesmente “jogada” naquele espaço – conforme compareceu na fala de alguns sujeitos, tal como será tratado nos próximos capítulos.

#### **1.4 Síntese do capítulo**

As diferentes questões trabalhadas neste capítulo, tal como anuncia o próprio título, tiveram por objetivo descortinar o contexto histórico e geográfico no qual foi construído o Residencial Vista Bela. Destaco, dessa forma, a importância que as dimensões tanto espacial quanto temporal assumiram nos processos de construção do objeto de estudo, de desenvolvimento da pesquisa e de produção da tese em si, conforme será visto no decorrer de todo o trabalho.

A materialidade na qual se assenta o Vista Bela compreende aspectos que remontam, numa perspectiva histórica, às práticas já desenvolvidas em períodos anteriores, quando a confluência de interesses entre o poder público e o capital privado anunciaram estratégias que seriam mantidas até os dias de hoje. É importante ressaltar, todavia, que não se trata apenas de permanências e repetições do que seriam os “erros do passado”, mas, também, de novas nuances no que confere à complexidade da relação entre Estado e o meio corporativo num contexto crescente de globalização da economia demarcado, acima de tudo, pelas finanças. O PMCMV não pode, de forma alguma, ser pensado como mera reprodução do que foi o BNH, até porque o contexto político, social e econômico no qual foi introduzido distoa grandemente daquele das

décadas de governo do regime militar. O cenário democrático no qual surgiu o PMCMV permitiu, inclusive, que movimentos sociais participassem – ainda que de maneira muito menos expressiva do que havia se pensado – na condução da política pública, a exemplo do MCMV Entidades. Assim, na comparação entre as duas políticas habitacionais, comparecem similitudes, diferenças, permanências e novidades, ressaltando a importância em se pensar o movimento no tempo e as características de cada contexto socioespacial, tal qual aquele em que se encontra o Vista Bela, em Londrina.

Na cidade de Londrina, o maior conjunto habitacional do PMCMV voltado à população de baixa renda foi construído na Zona Norte, perpetuando uma prática histórica de concentração da moradia de interesse social e, conseqüentemente, dos mais pobres nessa porção da periferia de Londrina. Não se trata, todavia, de uma zona homogênea, pois nas últimas décadas, no movimento de reestruturação urbana e da cidade, novas formas e conteúdos emergiram, principalmente, na conformação de uma centralidade que se traduz atualmente em lojas de grandes redes de varejo, agências bancárias, shopping centers, hipermercados, entre outros equipamentos de consumo e serviços especializados, nesta porção da cidade. Destarte, o conteúdo da segregação verificado no Vista Bela, certamente, também não é o mesmo dos conjuntos habitacionais construídos por outras políticas de períodos anteriores, pois é necessário levar em conta todo o contexto de transformações ocorridas no espaço urbano e a ressignificação do conteúdo das diferentes áreas na cidade de Londrina. Não há mais, como discutido, tão somente uma área central e, além disso, novos usos e novas características podem ser observados em localizações periféricas do espaço urbano.

A dimensão material do Vista Bela se traduz, por um lado, num conjunto habitacional que proporcionou o acesso à casa para milhares de famílias que viviam com grandes dificuldades no que diz respeito à moradia, uma marca a ser considerada em relação ao PMCMV, que direcionou um considerável montante em recursos para a construção de moradias de interesse social em todo o país. Por sua vez, essa mesma materialidade representou para as pessoas que lá residem uma série de problemas e desafios vivenciados cotidianamente, envolvendo a difícil relação com os vizinhos, a falta de equipamentos e serviços públicos nas proximidades, entre tantas outras problemáticas que serão tratadas nos capítulos seguintes.

## **2 DO ENCONTRO DE TRAJETÓRIAS À PRODUÇÃO DE UM LUGAR**

Abordarei, neste capítulo, os aspectos que demarcaram o processo de ocupação do Residencial Vista Bela a partir de 2011, enfatizando as formas pelas quais os sujeitos buscaram se adaptar ao novo espaço e a negociar sua coexistência, além das referências às suas origens e trajetórias espaciais na cidade. Para tanto, partirei de uma discussão acerca dos sentidos da casa própria e dos conceitos de lugar e cotidiano, principalmente, que constituem os alicerces das reflexões que busco desenvolver ao longo deste trabalho, e que permitiram, ao longo do processo, o desenvolvimento e a leitura sobre o objeto de estudo: a vida cotidiana no Vista Bela e a construção de um novo lugar.

### **2.1 Para começar: um debate teórico e conceitual**

No extremo noroeste da cidade, próximo de uma área de fundo de vale e sobre as terras onde há pouco havia uma fazenda, foi construído o maior conjunto habitacional da história de Londrina. O contexto histórico e geográfico no qual está inserido o Residencial Vista Bela perpassa uma série de questões que vão desde a complexidade da produção do espaço da cidade de Londrina até as múltiplas relações que se dão na escala nacional e mesmo global, conforme discuti no capítulo anterior. Distribuídas nas 2.712 unidades habitacionais, entre casas conjugadas e apartamentos, passaram a residir famílias das mais diversas origens e formações, que se entrecruzaram num determinado ponto do espaço e num dado momento histórico e, assim, vieram a compartilhar de muitas questões relativas ao habitar nesse novo conjunto habitacional, demarcadas inicialmente pela conquista da casa e também pelas dificuldades que repercutiram, desde então, sobre as suas vidas cotidianas.

Desde fundos de vale, assentamentos ocupados irregularmente do ponto de vista legal, imóveis alugados, ou casas de familiares, dentre tantos outros casos particulares, mudaram-se para o Vista Bela famílias que, em sua maioria, buscavam há anos alternativas possíveis para acessar uma moradia que os garantisse mais segurança na cidade. Inscreveram-se, foram selecionadas e contempladas a partir de 2011, quando então deu-se início à entrega das chaves, traduzindo-se tal ação em motivo de alegria e superação de uma das maiores dificuldades enfrentadas pela população pobre das cidades: o acesso à moradia própria e regularizada.

Por outro lado, tal como se discute na bibliografia sobre o tema, o habitar extrapola o acesso à moradia formal, inclui o meio pelo qual cada um se liga à rua, ao bairro e à cidade como um todo, a forma pela qual lhe é permitido se inserir nos meios de consumo e na rede de

serviços públicos essenciais, além do acesso aos espaços que oferecem lazer, esporte, cultura e as mais diversas possibilidades de troca entre cidadãos de diferentes pontos da cidade, a casa constitui-se, portanto, enquanto “epicentro” da rede de relações que o sujeito constrói no seu cotidiano, como dimensão fundamental para a reprodução da vida.

A casa representa o ponto de referência a partir do qual o sujeito constrói sua relação com o entorno, ou seja, a colônia ou o bairro, e, portanto, a vizinhança. Mas também é o ponto de referência em relação ao que está mais além do bairro, a cidade... A casa usualmente tem o sentido de proteção e abrigo (LINDÓN, 2005, s.p. – tradução nossa)<sup>22</sup>.

A casa, neste sentido, é também fundamental na constituição das identidades dos sujeitos, conforme defendem Blunt e Dowling (2006), pois podem tanto assumir sentimentos de pertencimento e intimidade, como também medo, violência e alienação. No decorrer do trabalho, apresentarei relatos de sujeitos que atribuem à conquista da casa uma satisfação sem precedentes em suas vidas, na qual puderam começar a realizar planos e almejar novas conquistas. Em outros casos, contudo, o sentimento de frustração e até mesmo recusa pelo lugar habitado fez com que alguns desejassem sair de lá logo que possível.

Para Maia (2012, p. 340), a casa

[...] Expressa um tempo e uma cultura. Reflete a dinâmica econômica, as desigualdades sociais. Diz muito da política, em sua acepção mais ampla. É território e lugar, espaço de afagos e dissensos. Nesse sentido, não é possível qualquer análise sobre a casa, sem que consideremos a estreita relação entre a materialidade e a imaterialidade, entre a objetividade/subjetividade/ intersubjetividade.

A estreita relação entre a materialidade e a imaterialidade relacionada à casa, como argumenta Maia (2012), traduz-se nas práticas espaciais dos sujeitos que a habitam: a rotina desempenhada por aqueles que trabalham e estudam, que acordam cedo e se dirigem ao ponto de ônibus, para serem transportados até o local de trabalho ou à escola; a mãe ou qualquer outra figura que se responsabiliza por levar as crianças pequenas até a creche mais próxima; a mulher que sai para varrer a calçada e aproveita para se “atualizar” quanto às novidades com as vizinhas; as crianças que saem às ruas, às quadras ou praças para brincar e interagir com outras

---

<sup>22</sup> “La casa representa el punto de referencia básico desde el cual el sujeto construye su relación con el entorno, es decir la colonia o el barrio, y en consecuencia, el vecindario. Pero también es el punto de referencia con relación a lo que está más allá del barrio, la ciudad... La casa usualmente tiene el sentido de protección y abrigo” (LINDÓN, 2005, s.p.).

crianças que residem nas proximidades; entre outros inúmeros exemplos que poderiam aqui ser listados. Uma série de fatores interfere na forma como essas práticas são realizadas no cotidiano das pessoas, desde a posição da residência na cidade e a conseqüente distância a ser percorrida por aqueles que trabalham e estudam, a presença ou não de estabelecimentos de educação infantil, fundamentais para a permanência das crianças pequenas no período de expediente dos pais e familiares, bem como o estado no qual se encontram os espaços públicos, que joga importante papel na qualidade das brincadeiras e jogos, na maior ou menor possibilidade de frequência e permanência das pessoas – fatores estes mais relacionados com a dimensão material da vida cotidiana do bairro. Por outro lado, tais práticas são fortemente orientadas, também, pela dimensão subjetiva, que permeia o imaginário e as representações construídas pelos sujeitos em relação aos diferentes aspectos de suas vidas, ao lugar em que se situa sua casa, aos vizinhos, sendo o cotidiano uma amálgama entre essas duas dimensões.

O cotidiano, segundo Matos (2002), emerge e se dissemina como dimensão importante da produção historiográfica e das ciências sociais em geral na segunda metade do século XX, quando passam a figurar na história uma “multiplicidade de protagonistas” (MATOS, 2002, p. 28). De acordo com a autora, nos estudos urbanos, o cotidiano ganha importância para se pensar a relação público e privado, destacando-se, inclusive, a esfera dos domicílios. Matos (2002) reflete, ainda, acerca da relação entre espaço e memória, observando que as ruas, praças e bairros estão repletos de lembranças e memórias.

A sociologia do cotidiano, nas palavras de Tedesco (1999, p. 22), “[...] contempla o domínio das ações individuais, rotineiras e não organizadas – como fatores sociais – situando-as em seu ambiente institucional – simbólico e no lugar ocupado pelos atores na estrutura social”. Trata-se, portanto, de um campo do saber que se lançou perante o senso comum e passou a ressignificá-lo, observando fenômenos e problemáticas diante das particularidades e universalidades da prática cotidiana como elementos de suporte na análise crítica do social. Baseando-se nas concepções de diferentes autores que se debruçaram para pensar tal conceito, Tedesco (1999) entende o cotidiano como uma dimensão fundamental para o estudo do sujeito, um nível intermediário entre as “esferas superiores genéricas” e o mais simples e evidente, alertando para o fato de que as histórias de vida dos sujeitos não se dissociam da História dos grandes acontecimentos, pois o espaço-tempo do cotidiano não se separa da estrutura maior na qual o sujeito está inserido. É neste ponto que reside, a meu ver, o principal uso do conceito na análise que propus realizar neste trabalho, atentando-me às particularidades das trajetórias e das práticas espaciais dos sujeitos, mas sem desconsiderar o contexto maior no qual elas se

associam, demarcado por mudanças nos âmbitos econômico, político, social e cultural, nas mais diferentes escalas.

Ademais, vale ressaltar, Tedesco (1999) faz referência à obra de Goffman, que atribui pouca importância às estruturas e às engrenagens históricas – típicas de uma abordagem marxista –, mas não desconsidera o contexto no qual está inserido o indivíduo em interação, relegando grande importância ao encontro, aos momentos e situações de convivência e relacionamento. Em Lefebvre, Tedesco (1999) destaca o contrário, uma abordagem dialética do cotidiano, na qual emprega grande ênfase na forma como o capitalismo o colonizou, orientando as práticas dos sujeitos num direcionamento induzido pelo dinheiro em relação ao consumo. Ambas as abordagens transmitem elementos importantes para se pensar a problemática evidenciada pela leitura das falas dos sujeitos e das questões “maiores” que subjagam o seu cotidiano, sem que uma necessariamente anule a outra.

Para Lefebvre (1991), a vida cotidiana se revela como “não-filosófica”, pois manifesta-se na dimensão real em relação ao ideal, é composta de repetições que caracterizam a vida das mulheres e homens que habitam esse mundo, é o alimento, a veste, a casa, a habitação, a vizinhança, os arredores etc. Falar de cotidianidade, de acordo com o autor, é pensar a sociedade, no mundo moderno, transformada pela expansão do capitalismo e pela difusão do processo de urbanização, que ressignifica contundentemente a vida cotidiana. A cidade é remodelada sob os preceitos dos interesses capitalistas, fenômeno este que é acelerado no período recente por meio do que Lefebvre (1991) chama de “neocapitalismo”, no qual o consumo assume a dianteira da organização da vida cotidiana, explorando-se ainda mais o trabalho, a família e os lazeres, por exemplo.

A questão do consumo<sup>23</sup> ganha centralidade na forma como pessoas de diferentes classes/grupos sociais vivem sua vida cotidiana, ainda mais ao se levar em consideração as transformações econômicas e sociais provocadas pelo modelo de gestão colocado em prática pelos governos do PT, a partir de 2003, no Brasil, particularmente nos mandatos cumpridos pelo ex-presidente Lula, estando o PMCMV inserido neste contexto, conforme discutido no capítulo anterior. No caso analisado no presente trabalho, em sua maioria composto por trabalhadores pobres, ou mesmo desempregados e com uma condição financeira frágil, a expansão do consumo parece, de fato, ter impactado fortemente a vida das famílias que

---

<sup>23</sup> Tive a oportunidade de participar, em alguns momentos, de eventos e debates promovidos pelo Projeto Temático “Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo”, financiado pela Fapesp e de responsabilidade de professores do Gasperr. Vale referenciar, neste caso, produções de pesquisadoras do projeto acerca dessa relação no contexto específico das cidades médias: GOES (2016); SPOSITO (2015); SPOSITO & GOES (2015).

passaram a residir no Vista Bela. Isso porque a possibilidade de acessar uma casa garante uma segurança que permite a esses sujeitos adquirir bens de consumo que seriam inviáveis em contextos anteriores de suas vidas, fato este que pude observar nas caminhadas realizadas pelo bairro e nas visitas às residências que permitiram minha entrada, nas quais verifiquei a presença de uma diversidade de eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos, antenas de TV por assinatura, automóveis e motocicletas etc. Na análise feita por Lefebvre (1991), acerca das classes médias e sua cotidianidade no contexto de uma sociedade cada vez mais consumista, as práticas cotidianas dos sujeitos com os quais tive contato me pareceram, também, fortemente orientadas pelas (im)possibilidades apresentadas pelo consumo. Ainda que este não tenha sido o foco das minhas preocupações, ao longo do texto comparecerão aspectos que verifiquei nos discursos dos sujeitos entrevistados e também nas observações realizadas em campo, nos quais a dimensão do consumo, enquanto elemento orientador das práticas cotidianas contemporâneas, torna-se relevante para a discussão.

A ressignificação do cotidiano, num momento histórico cada vez mais direcionado, portanto, pelo consumo, atrela-se também às transformações na relação entre o público e o privado, conforme discute Serpa (2003). Os valores objetivos e subjetivos associados àquilo que pode ser entendido como espaço público, por exemplo as ruas, as praças e os parques (públicos), ganham uma interpretação no período contemporâneo que as qualifica de maneira preponderante em relação ao que se entende como espaço privado, que seria, por sua vez, entendido como mais seguro, mais limpo e mais agradável, a exemplo da própria residência, como observei nas falas dos moradores com quem conversei, ainda que de forma implícita em grande parte dos casos. Há que se considerar, também, a relação entre o espaço público e a esfera pública, esta mais associada às ações e práticas estabelecidas pelos sujeitos no que diz respeito à vida política e social, tal como discutem Sposito e Goes (2013).

De fato, na nossa pesquisa, as dimensões materiais e imateriais do espaço revelaram-se nas práticas descritas pelos entrevistados, mostrando a intensa articulação entre a constituição da esfera pública e as formas de uso do espaço urbano, bem como os sentidos que lhe são atribuídos [...] Podemos afirmar, com base nessa linha de raciocínio, que o espaço público é uma condição importante para a realização da esfera pública, ainda que ele nem sempre seja suficiente para tal, sobretudo em sociedades como a nossa, em que a democracia é relativa e a cidadania, incompleta (SPOSITO e GOES, 2013, p. 155).

O caso estudado pelas autoras referenciadas, como já citado no capítulo anterior, refere-se às práticas de moradores de espaços residenciais fechados de alto padrão, denotando uma

especificidade à sua análise. Todavia, no trecho transcrito, as autoras colaboram, a partir das constatações de vossa pesquisa, com uma interpretação mais ampla do que seria a relação entre espaço público e esfera pública. Na realidade periférica por mim estudada, algumas das referências constituídas por meio das trajetórias dos sujeitos são completamente diferentes, mas não deixam de se atrelar às condicionantes de um movimento bem maior, que, conforme referenciado neste texto, observa tais transformações em relação a um cotidiano cada vez mais condicionado pelas (im)possibilidades do consumo.

O próprio entendimento do que seria público e do que seria privado, conforme discute Ferreira e Marques (2000), tem mudado profundamente desde a segunda metade do século XX, quando novas formas e espaços de convivência passaram a configurar cidades em diferentes lugares do mundo, como o shopping center, exemplo usado pelas autoras e amplamente discutido pela literatura<sup>24</sup>. Essas novas formas de convivência, ainda que se atrelem à espaços tradicionalmente classificados como públicos, como os parques públicos<sup>25</sup>, são ressignificadas no período contemporâneo, atrelando-se, muitas das vezes, às práticas de investimento seletivo e de diferenciação do espaço promovidas pelos agentes imobiliários.

No que tange aos espaços (ou a ausência deles) que condicionam de forma mais direta a convivência e a esfera pública na realidade do Vista Bela, como as ruas, as calçadas e as áreas de lazer, observei, por um lado, o profundo descaso por parte do poder público em investir na sua construção e/ou manutenção, enquanto por parte dos moradores pareceu-me haver, ainda que não de forma homogênea, certa recusa e receio em se apropriar deles, algo que interfere diretamente nas relações que se estabelecem entre os moradores. Neste aspecto, a individualidade acirrada por aquilo que Lefebvre (1991) denominou de “sociedade do consumo dirigido” revela-se como algo a ser considerado, ainda mais no que diz respeito às relações de vizinhança mantidas pelos sujeitos que residem naquele lugar, ponto central da discussão no presente capítulo. Parto do pressuposto de que as relações de vizinhança, tanto entre adultos como entre crianças, dependem da forma como cada sujeito se insere no lugar onde reside, da forma como ele enxerga e sente a presença do outro que está tão próximo, ou seja, do modo como negocia sua (co)presença no lugar e convive com as pessoas que o animam e o constituem.

As concepções referentes ao conceito de lugar são múltiplas e muito ricas na literatura geográfica. Na abordagem humanista, é o conceito de maior importância, o alicerce das profundas discussões realizadas por vários autores ao longo de uma vasta tradição na

---

<sup>24</sup> Ver Pintaudi e Frúgoli Jr. (1992).

<sup>25</sup> Ver Serpa (2007; 2013).



Geografia<sup>26</sup>, que o associa, em geral, às experiências vivenciadas pelo sujeito no espaço, bem como às (des)afetividades desenvolvidas em relação a ele. Tal concepção de lugar baseia-se, principalmente, em Tuan (2012), que é considerado internacionalmente uma das principais referências para o conceito de lugar na abordagem humanista geográfica. Para o autor, a ideia de “topofilia” revela a íntima relação construída entre o sujeito e o meio ambiente, ou seja, as espacialidades vividas e percebidas por este sujeito, dotadas de significado de acordo com suas experiências e seus sentidos, considerando-se neste ponto a visão, o olfato, a audição e o tato. As trocas simbólicas, a dimensão subjetiva e a construção de identidades são aspectos fundamentais para se pensar o lugar a partir da perspectiva de Tuan (2012).

Numa leitura assentada na acepção defendida pelo referido autor, Oliveira (2012) esclarece que o sentido de lugar se dá pela familiaridade com dada porção do espaço, pela experiência adquirida pelo sujeito, suas afetividades e a segurança constituída por meio desta. A dimensão do tempo, segundo Oliveira (2012), é fundamental, pois a autora enxerga o lugar como um movimento, um acontecimento, ao mesmo tempo em que se estabelece como “pausa” para o sujeito, pois nessa porção do espaço são cultivadas a segurança e as afetividades.

Souza (2013), ao referenciar Tuan para sua discussão sobre o conceito de lugar, ressalta que, em certos casos, a construção da relação do sujeito com o lugar pode também se dar por meio do que seria uma “topofobia”, ou seja, o oposto daquilo que representa a “topofilia”, mas ainda assim uma ideia assentada nos sentimentos de um indivíduo sobre uma dada porção do espaço, só que dotada de significados negativos, perspectiva que se assemelha à discussão apresentada por Blunt e Dowling (2006) acerca da casa, ambiente este que se revela para cada um com significados diferentes.

Na espreita da discussão sobre lugar e casa, Mello (2012) afirma que “[...] não há lugar como o lar” (p. 37)<sup>27</sup>, e que “nas comunidades e nas periferias, a rua é a extensão da casa” (p. 39). O autor, que pensa também tal conceito na perspectiva da geografia humanista, vislumbra a vivência do lugar a partir da casa e do bairro, numa visão romantizada acerca das experiências guardadas pelo sujeito na memória, referenciando, por exemplo, a “casa da infância” como lugar eternizado por essa memória.

---

<sup>26</sup> Sobre o debate do conceito de lugar na Geografia Humanista, no decorrer do século XX, ver Holzer (1993). Em obra recente organizada por Marandola Junior, Holzer e Oliveira (2012), diversos autores discutem a relevância e o sentido de lugar no mundo contemporâneo, conforme será parcialmente exposto no presente texto.

<sup>27</sup> Ainda que a compreensão sobre o sentido de “lar”, na geografia humanista, seja mais ampla que o de casa/abrigo, o trecho citado se refere à questão da moradia e sua relação com o lugar para além de seus limites.

Por fim, no que diz respeito à geografia humanista<sup>28</sup>, cabe ressaltar que o sujeito – ou o indivíduo - passou a ser entendido como elemento central na leitura acerca do conceito de lugar, conforme discutem Berdoulay e Entrikin (2012). Para os autores, há uma qualitativa transformação no debate sobre a prática do sujeito nas ciências sociais no século XX, que gradualmente deixa de ser considerado como elemento passivo frente à sociedade - e, conseqüentemente, ao espaço -, havendo, segundo eles, uma relação intrínseca entre sujeito e lugar: “[...] procuramos, com efeito, insistir sobre essa parte ativa de um sujeito que se transforma, ele próprio, ao transformar o mundo no qual se insere” (BERDOULAY & ENTRIKIN, 2012, p. 103). Os autores alertam, ainda, que o conceito de lugar não se estabelece por meio de uma escala específica e nem a limites precisos, pois “[...] o que está em jogo, com efeito, são os processos graças aos quais se tecem as mediações” (BERDOULAY & ENTRIKIN, 2012, p. 110).

Na abordagem que busco desenvolver neste trabalho, a perspectiva humanista se apresenta como relevante em alguns aspectos, pois fornece subsídios para pensar a subjetividade dos sujeitos com os quais tive contato, sua vivência no conjunto habitacional e a importância das experiências adquiridas ao longo de suas trajetórias de vida nas práticas que desenvolvem, hoje, em seus cotidianos. Pela experiência dos sujeitos posso ter acesso aos sentidos que o lugar adquire para eles e elas. Todavia, penso haver certas limitações nessa abordagem no que diz respeito, especificamente, ao objeto de pesquisa tal como foi construído nesta tese, porque me defrontei com uma série de questões que exigiram a devida atenção quanto aos aspectos materiais da vida dos moradores do Vista Bela e que remetem a escalas mais amplas, sem as quais não posso compreender a constituição do lugar que é o Vista Bela, para além dos sentidos que os sujeitos lhe atribuem a partir de sua experiência. Entender o Vista Bela, como lugar, nesta tese, passa por considerar tanto as escalas mais amplas da macroeconomia que orienta a política pública, quanto as relações bairro/cidade, a partir da sua situação no conjunto. O lugar, portanto, é entendido aqui a partir das interações com um mundo de relações que o constitui.

Dessa forma, sem desconsiderar a visão da Geografia Humanista sobre os fenômenos que se revelaram em minha pesquisa, optei por adotar a concepção de lugar defendida por Massey (1994; 2000; 2004; 2008) que, baseando-se nos preceitos do materialismo histórico e dialético, expande as tradicionais discussões realizadas e adentra a intrínseca relação entre a

---

<sup>28</sup> A centralidade do conceito de lugar, na geografia humanista, muito se deve à uma questão de método. Seu aporte centrado na fenomenologia, toma a experiência como único caminho para o conhecimento, sendo essa experiência, por sua vez, fundamental para se chegar a compreensão sobre o lugar e seus sentidos.

materialidade e a imaterialidade do espaço, a objetividade e a subjetividade das vidas dos sujeitos em suas práticas espaciais cotidianas. Penso, dessa forma, que tais abordagens não são excludentes, por mais que se apresentem de formas tão diferentes. O diálogo entre autores de diferentes perspectivas mostrou-se necessário diante da complexidade da realidade com a qual me defrontei durante a pesquisa, cabendo, certamente, todas as ressalvas necessárias para que um pensamento não anule o outro.

Doreen Massey pensa o lugar como um ponto no espaço, um feixe das relações que compõem o espaço. Este espaço, para a autora, revela-se como um produto de inter-relações, sempre relacionado ao tempo, uma esfera em que é possível a existência de multiplicidade e pluralidade e que só existe a partir delas: “[...] é a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz” (MASSEY, 2004, p. 8). É a partir deste espaço, nunca acabado/finalizado, que está sempre (e cotidianamente) sendo feito (produzido) e que reflete a diversidade e a heterogeneidade da sociedade, que a autora constrói sua concepção de lugar. Portanto, baseado na autora, compreendo que o lugar é um ponto no espaço no qual distintas trajetórias coexistem e precisam negociar politicamente sua existência.

É dessa perspectiva que se torna possível imaginar uma interpretação alternativa do lugar. Nessa interpretação, o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular. [...] Trata-se, na verdade, de um lugar de *encontro*. Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. Isso, por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local (MASSEY, 2000, p. 184).

Ao longo da tradição geográfica sobre este conceito, inúmeras concepções demasiadamente saudosistas e melancólicas possibilitaram uma visão conservadora de lugar, como aquela defendida nos dias de hoje por nações e grupos étnicos e religiosos que se vêm circunscritos à uma dada porção do espaço, fechada para qualquer possibilidade de troca com o diferente. Esta é uma crítica veementemente reiterada por Massey em várias de suas obras (2000; 2004; 2008), em relação à qual a autora contrapõe sua visão “aberta” e relativa de lugar, contrária a um essencialismo exacerbado, que vincula cultura e espaço, como um pertencendo

ao outro. Neste sentido, Massey defende um “sentido global do lugar”, pois cada lugar reflete o global, bem como o global conforma-se de elementos de múltiplos lugares<sup>29</sup>.

Penso que o lugar, diante das diferentes perspectivas aqui apresentadas, pode ser entendido como uma relação socioespacial dos sujeitos com o espaço e como um processo, sempre se fazendo. Ao mesmo tempo produto e produtor das relações que lhe dão conformação e sentido. Tais relações são, elas mesmas, condicionadas por diferentes fatores e escalas e que se traduzem nas práticas espaciais, havendo a necessidade de negociação das diferenças para sua coexistência. Portanto, o lugar é o espaço por excelência da política, uma vez que nele distintas trajetórias se encontram, mas não param, tais trajetórias continuam, só que agora entrelaçadas. Portanto, precisam negociar permanentemente esta coexistência, conforme discute Massey (2004).

Além da perspectiva defendida por Massey (2004), apoio-me também na concepção - um pouco mais distante do materialismo histórico e relativamente mais próxima da Geografia Humanista - que Alicia Lindón (2006) construiu acerca das “geografias de la vida cotidiana” (GVC) quando, por meio das práticas dos sujeitos, reconhece quatro principais vertentes de leitura: deslocamentos; práticas ancoradas em um lugar; cenários; padrões e rotinização das práticas. Tais vertentes permitem-me empiricizar as práticas espaciais dos sujeitos e compreender como elas se inserem nas relações tecidas no cotidiano. Neste trabalho, interessa-me principalmente a segunda e a terceira vertentes. Essa combinação entre as duas autoras tem a intenção de pensar o lugar e o cotidiano de forma integrada, em que se estabelece o aqui e o agora, um espaço e um tempo específicos. Alicia Lindón, além das discussões de ordem teórica, transmite em seus textos experiências empíricas de pesquisas que muito contribuíram para a minha escolha de abordagem sobre o lugar e o cotidiano, que somadas às profundas reflexões de Doreen Massey, embasam o quadro teórico principal da tese.

As práticas ancoradas em um lugar, de acordo com Lindón (2006), dizem respeito a vivência cotidiana de um sujeito em sua casa, bairro, ambiente de trabalho, escola, entre outros espaços. Não reduzem a leitura àquilo que é restritamente fixo, mesmo porque os sujeitos estão todos em movimento, por mais que atados a determinados espaços e a uma condição socioeconômica que dificultam sua mobilidade na cidade. Pelo contrário, a vertente apresentada pela autora decorre do interesse em se conhecer as práticas espaciais dos sujeitos em espaços

---

<sup>29</sup> Milton Santos (1996) discutiu em sua obra elementos para se pensar o lugar numa perspectiva que se assemelha, em alguns pontos, a esta citada a partir de Massey. Para Santos, o lugar internaliza o mundo, ao mesmo tempo em que o mundo, em si, só existe de fato por conta dos lugares. Portanto, não há como fazer uma leitura de mundo sem se considerar o lugar, bem como não é possível, para o autor, enxergar o lugar independente do mundo que o cerca.

que se revelam com maior familiaridade, sendo a casa e o bairro lócus privilegiados de análise. Em relação aos cenários, Lindón esclarece: “O estudo das práticas cotidianas por meio da análise dos *cenários* questiona os espaços e tempos nos quais as pessoas mantêm *encontros* com outras pessoas” (2006, p. 373 – grifo da autora, tradução nossa)<sup>30</sup>, ou seja, trata-se do contato intrínseco entre os moradores de um mesmo bairro ou conjunto habitacional que, por vezes, pode ser indesejado, porém inevitável. Relações tais como as descritas por Lindón acontecem em profusão no Vista Bela, conforme será discutido no decorrer do texto. E esta é uma das razões pelas quais esta referência, focada na experiência espacial dos sujeitos no e com o lugar e com os outros, faz também todo o sentido para a leitura que estamos desenvolvendo.

As experiências que os sujeitos vivenciam em seu cotidiano, segundo Lindón (2006), conformam o que a autora denomina de “campo de informação espacial”, que equivaleria a um acervo das práticas desempenhadas pelos sujeitos num dado espaço e período de tempo, e que estará sempre influenciando de alguma forma a experiência seguinte. Pessoas recém-chegadas a um bairro, ressalta a autora, possuem, certamente, um campo de informação espacial mais limitado sobre aquele lugar do que os residentes ali há mais tempo, embora possam ter sobre o lugar certas concepções preestabelecidas. Outro exemplo é a maior mobilidade dos homens em relação às mulheres na cidade, que lhes permite um conjunto mais amplo de experiências e, portanto, um campo de informação espacial mais diversificado. A memória, assim, constitui um elemento fundamental no processo de construção de um lugar, pois este resulta da confluência de experiências que os sujeitos acumularam ao longo de suas trajetórias de vida, tal como será discutido em relação ao Vista Bela na sequência do texto.

Ademais, Lindón (2007) contribui também com a discussão acerca da cidade e da vida urbana através dos imaginários urbanos, que para a autora constituem campo frutífero de debate nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI. Segundo Lindón (2007), os estudos urbanos, ao longo do último século, basearam-se preponderantemente nas leituras sobre a dimensão material, socioeconômica e sociopolítica do espaço, no qual foram profundamente debatidas e denunciadas, vale lembrar, questões importantes relacionadas à dinâmica do capital no espaço e as desigualdades resultantes disso. Todavia, principalmente a partir dos anos 1990, problemáticas associadas à dimensão sociocultural do espaço ganharam destaque, comparecendo a noção de imaginários urbanos como uma boa possibilidade de associação entre as esferas material e imaterial do cotidiano dos cidadãos.

---

<sup>30</sup> “El estudio de las prácticas cotidianas a través de análisis de los *escenarios* se pregunta por los espacios y tiempos en los cuales las personas tienen *encuentros* con otras personas” (LINDÓN, 2006, p. 373 – grifo da autora).

Os imaginários são coletivos - são sociais, são socialmente compartilhados -, o que não deveria ser assumido como um caráter universal. Eles podem ser ancorados e reconhecidos por pequenos círculos sociais ou por mundos sociais extensivos, mas sempre são um produto da interação social entre as pessoas. Eles são construídos a partir de discursos, retóricas e práticas sociais. Uma vez construídos, eles têm a capacidade de influenciar e orientar práticas e discursos, sem implicar que permaneçam imóveis (como a linguagem com a qual são moldados, enquanto estão em vigor, são modificados). É por isso que eles produzem efeitos concretos sobre os sujeitos, *efeitos de realidade*. A isto se refere Daniel Hiernaux quando aponta que os imaginários criam *imagens guias* ou *imagens atuantes*, são guias para a ação. Os imaginários nos permitem encontrar ou, em vez disso, decifrar as respostas para o porquê das ações dos sujeitos sociais (LINDÓN, 2007, p. 9-10 – grifo da autora, tradução nossa)<sup>31</sup>.

Os imaginários urbanos, dessa forma, compõem o conjunto de experiências acumuladas pelos sujeitos em suas trajetórias, atuando como guias para suas ações e práticas espaciais cotidianas. Essa concepção de Alcía Lindón deveras contribui com a análise sobre as observações e relatos concedidos a mim durante as atividades de campo no Vista Bela, visto que se trata de uma noção que permite valorizar as trajetórias espaciais de cada sujeito entrevistado e suas práticas no que concerne a construção de um novo lugar.

Por fim, no que diz respeito à concepção de lugar, Alcía Lindón apresenta sua visão sobre seus sentidos:

Para as GVC, o sentido de lugar implica o reconhecimento de que os lugares não só têm uma realidade material, mas também são construídos socioculturalmente por meio de processos sociais que os carregam com sentidos, significados e memória na vida prática. Portanto, os sentidos e significados espaciais, assim como a memória espacial, não são somente se referem ao indivíduo, mas são coletivamente reconhecidos, socialmente consensuais, ainda quando se referem a pequenos grupos sociais. Pode ocorrer que um lugar, para alguns indivíduos, careça de sentido porque é estranho a sua própria experiência. O sentido de lugar não se refere ao indivíduo como caso único nem à sociedade como totalidade. O sentido de lugar é *singular* porque é compartilhado por diversos indivíduos, mas não é único, nunca é extensivo a toda uma sociedade. Refere-se a *diversidade e intensidade de nossas experiências de lugar* (2006, p. 379 – grifo da autora, tradução nossa)<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> “Los imaginarios son colectivos -son sociales, son compartidos socialmente-, lo que no debería asumirse como un carácter universal. Pueden estar anclados y ser reconocidos por pequeños círculos sociales o por extensos mundos sociales, pero siempre son un producto de la interacción social entre las personas. Se construyen a partir de discursos, de retóricas y prácticas sociales. Una vez construidos tienen la capacidad de influir y orientar las prácticas y los discursos, sin que ello implique que quedan inmóviles (como el lenguaje con el que se moldean, mientras están vigentes se modifican). Por eso producen efectos concretos sobre los sujetos, *efectos de realidad*. A esto se refiere Daniel Hiernaux cuando señala que los imaginarios crean *imágenes guías* o *imágenes actuantes*, son guías para la acción. Los imaginarios nos permiten hallar –más bien descifrar- respuestas al porqué de las acciones de los sujetos sociales.” (LINDÓN, 2007, p. 9-10, grifo da autora)

<sup>32</sup> “Para las GVC el sentido del lugar implica el reconocimiento de que los lugares no sólo tienen una realidad material, sino que son construidos socioculturalmente a través de procesos sociales que los cargan con sentidos,

Assim, é ressaltado no texto que os sentidos construídos sobre um determinado lugar decorrem das experiências singulares compartilhadas por diversos sujeitos, ou seja, nem se restringem à uma impressão única, individual, nem se generalizam à totalidade da sociedade, o que diretamente se associa com a concepção da autora sobre os imaginários urbanos. As experiências vivenciadas pelos sujeitos em outros momentos e em outros espaços influenciam diretamente a forma como esse entrecruzamento se dará, tornando o lugar esse amálgama de diversidade de experiências. Neste ponto, levando-se em consideração o pensamento de Massey, ressalto, também, que é no incessante movimento de intercâmbio entre o local e o global que resulta o lugar, pois trata-se das influências que os sujeitos recebem de acontecimentos nas diferentes escalas, que os posicionam de um modo específico no lugar, junto com os outros. Toda esta complexidade em movimento faz com que o lugar seja um “produto” nunca finalizado, sempre em processo de construção. Portanto, penso que é o conjunto das experiências e das influências decorrentes de processos multiescalares que tecem as características de um lugar, como espaço de negociação (espaço da política da vida cotidiana), que se apresenta como esta síntese complexa, em incessante movimento.

Diante do contexto apresentado por meio das referências citadas, reforço meu posicionamento de que o lugar (ou mesmo o cotidiano) não precisa ser compreendido tão somente através de uma única vertente do pensamento geográfico. Pelo contrário, defendo que a complexidade da realidade apresentada a partir da leitura sobre o objeto de pesquisa exige a confluência de ideias de autores com posicionamentos diferentes, mas que não se revelam excludentes.

Doreen Massey construiu, ao longo de sua carreira, uma leitura sobre o conceito de lugar preocupada com diferentes aspectos da vida contemporânea, que norteiam a concepção que cada um constrói acerca do espaço que ocupa, ressaltando os entrecruzamentos e as negociações necessárias entre os sujeitos que produzem o lugar, destacando, assim, a dimensão política dessa relação. A materialidade do espaço é uma preocupação muito presente nas formulações da autora, que se aproxima em alguns aspectos da perspectiva materialista,

---

significados y memoria, en la vida práctica. Por ello los sentidos y significados espaciales, así como la memoria espacial, no sólo se refieren al individuo, sino que son colectivamente reconocidos, están socialmente consensuados aun cuando lo sean dentro de pequeños grupos sociales. Puede ocurrir que un lugar, para unos individuos, carezca de sentido porque es ajeno a la experiencia propia. El sentido del lugar ni remite al individuo como caso único ni a la sociedad como totalidad. El sentido del lugar es *singular* ya que es compartido por diversos individuos, pero no es único, nunca es extensivo a toda una sociedad. Se refiere a la *diversidade e intensidade de nuestras experiencias del lugar*” (2006, p. 379 – grifo da autora).

efetuando sua crítica acerca dos processos que limitam e buscam diminuir a importância do sujeito no conjunto de uma sociedade capitalista e opressora. O papel do sujeito, inclusive, é central nas discussões efetuadas em suas obras, pois Massey se preocupa em pensar um mundo em constante movimento, um mundo que é resultado das ações de sujeitos posicionados nos mais diferentes lugares e que influenciam e são influenciados pelo que está dentro e pelo que está fora desses lugares. Esses sujeitos não são meros componentes de um sistema que os engole, eles têm uma dada nacionalidade, raça, gênero, faixa etária, enfim, histórias e identidades diferentes que se entrelaçam em dados contextos, o que exige negociação e gera, por vezes, conflitos. Levando-se em consideração a questão dos fatores que influenciam a vida desses sujeitos e a produção dos lugares, Massey volta-se também para a discussão das escalas geográficas, em como processos desencadeados em diferentes situações e pontos do espaço podem repercutir na vida de pessoas que estão mais ou menos inseridas no estilo de vida globalizado, amplamente difundido pelos meios de comunicação e colocado em prática pelas grandes companhias, com o suporte do Estado.

Alicia Lindón percorre um caminho diferente. Suas ideias podem ser associadas à uma matriz teórica que encontra nos preceitos do humanismo, conforme discutido anteriormente, o principal embasamento para sua construção, apoiando-se, inclusive, nas contribuições de Yi-Fu Tuan. Ainda que não parta de uma concepção puramente embasada no indivíduo, a autora lança seu olhar também sobre as experiências, mas principalmente no que se refere ao sujeito em interação social, sua trajetória de vida e as lembranças adquiridas nos diferentes lugares pelos quais passou e viveu, bem como a constituição de uma memória espacial relacionada a tais experiências. Não descarta que há uma materialidade que constitui o lugar e que influencia a vida dos indivíduos, mas sua preocupação volta-se aos processos sociais que carregam de significado esse lugar, que o diferenciam dos demais lugares, ao mesmo tempo em que se interconecta a eles. Adentra as discussões sobre gênero, a complexa questão acerca da dimensão “corporal” do espaço (LINDÓN, 2009), além de uma preocupação consistente em relação ao cotidiano e às práticas dos sujeitos “orientadas” pelos imaginários urbanos, que, por sua vez, conformam os lugares. Em muitos dos seus textos, comparecem resultados de pesquisas pelos quais Lindón reflete sobre a vida dos moradores das periferias pobres da Cidade do México, sem abdicar de um posicionamento crítico perante tal realidade, ainda que não se vincule a corrente crítica da Geografia. Percebe-se, dessa forma, que suas ideias não se contrapõem às de Massey, pelo contrário, permitem correlações que ajudam a pensar o lugar em pleno período de complexas e profundas transformações.



Na cidade de Londrina, a complexidade da produção do espaço lançou-me diferentes questionamentos acerca das transformações ocorridas no período recente, particularmente em relação ao meu objeto de estudo em si, o Residencial Vista Bela. Nos trabalhos de campo, nas observações, nos relatos dos moradores com os quais conversei, foram tantos os elementos a serem considerados para pensar aquele ponto do espaço, que eu me questionei por várias e várias vezes: como pensar o lugar neste contexto? A materialidade produzida, de um lado, por décadas de transformações no espaço urbano que tornaram aquela área uma escolha pertinente para os interesses daqueles que se encarregaram de materializar localmente a política de habitação social e, por outro lado, os parâmetros estabelecidos por uma política pública gerida na escala nacional, mas pensada também para atender as prerrogativas dos fluxos internacionais, são fatores impensáveis de se desconsiderar. Por sua vez, durante o contato direto com os sujeitos que vivem aquela realidade, pude me deparar com suas impressões, anseios, medos e perspectivas, todos esses elementos que conformam o imaginário desses sujeitos acerca do lugar onde vivem que, para além das paredes de suas casas, é compartilhado com outras milhares de pessoas que carregam trajetórias distintas no âmbito de suas individualidades, mas com premissas semelhantes no que tange aos processos sociais que orientaram essas trajetórias até aquele dado ponto.

Portanto, vislumbrei em minhas andanças pelo conjunto habitacional as ideias de Doreen Massey sobre o “sentido global do lugar”, nas estruturas construídas e viabilizadas pelo PMCMV, que se repetem em vários outros espaços, mas também nas paisagens carregadas de signos da contemporaneidade, como os veículos automotores passando em alta velocidade, as pessoas utilizando aparelhos de celular, as roupas que, de alguma forma, traduzem elementos da moda global, associados com aspectos carregados por sujeitos de outros lugares e que denotam resquícios de outros tempos, como a presença de cavalos e outros animais típicos de áreas rurais, as crianças soltando pipas nas ruas, os brechós funcionando nas calçadas etc. Pude apreender, também, os “sentidos do lugar” descritos por Alicia Lindón, principalmente ao ouvir os diversos relatos de moradores que vivenciavam, nos dados momentos das conversas, experiências que já não são, necessariamente, as mesmas do presente momento em que estou escrevendo este texto, que não deverão ser as mesmas nos tempos em que cada leitor vier a se debruçar sobre minhas ideias, bem como não repetem aquelas vividas no passado, mas carregam, no seu imaginário, as lembranças que conformam sua memória espacial e as perspectivas de vivenciar, no futuro, experiências melhores naquele lugar. Isso porque tanto para uma autora como para a outra, em que pese as diferenças em seus olhares, o lugar não é uma dimensão fechada, rígida e imutável, muito pelo contrário, é incessantemente produzido e

transformado, ainda que muitos aspectos importantes possam permanecer por muito tempo, tal como as dificuldades enfrentadas pelos moradores do Vista Bela e os significados construídos a partir dessa realidade, assuntos que irei discutir no decorrer do trabalho.

Iniciarei a apresentação dos resultados da minha pesquisa partindo do processo de ocupação do Residencial Vista Bela, a origem das famílias e sua trajetória espacial na cidade e as primeiras impressões verificadas pelos moradores quando chegaram ao conjunto habitacional recém construído.

## 2.2 O difícil começo

Em junho de 2011, ocorreu a primeira entrega de chaves das unidades habitacionais do Vista Bela, sendo que as demais se seguiram, conforme a dinâmica organizada pela Cohab-LD, por cerca de um ano. Prioridades foram elencadas de acordo com as normas estabelecidas pelo programa e também pela política de atendimento à demanda por habitação do município, inserindo-se na dianteira famílias que residiam em áreas que apresentavam riscos por alagamento e desabamento, particularmente encostas de fundos de vale. Ademais, idosos, pessoas com deficiência e casos diversos de extrema necessidade foram também considerados, como será discutido na sequência.

Milhares de famílias de diferentes áreas da cidade se mudaram para o conjunto habitacional e passaram a vivenciar experiências que foram completamente novas para muitas delas, compartilhando as dificuldades que se revelaram no momento de mudança para um espaço totalmente novo e distante dos equipamentos de uso coletivo e serviços públicos e privados disponíveis nas áreas mais centrais e consolidadas da cidade.

*C: Não tinha nada, nada, nem um mercadinho, quando abriu um mercadinho ali, eles enfiavam a faca, você ia pagar cinco real numa caixinha pequena de sabão em pó, mas você tinha que comprar, né, não tinha outro lugar pra comprar.*

(Cássia, moradora entrevistada em julho de 2015).

Os moradores que se mudaram logo no início enfrentaram, conforme verificado em diversos relatos, problemas extremos, como ausência total de comércio num raio de alguns quilômetros, ausência de linhas de ônibus que servissem ao conjunto e mesmo ruas ainda sem

asfaltar, como revela na sequência uma moradora que só passou a residir no Vista Bela em 2012, mas ainda assim enfrentou algumas dessas dificuldades.

*M. L.: [Em relação a ausência de linhas de ônibus] É, essa época a gente não pegou, porque quando a gente chegou... a gente chegou a ir lá antes da entrega do condomínio, porque eles foram entregues à parte, né, cada um de uma vez. O nosso foi um dos últimos a ser entregue, então aí a gente foi e já tinha a linha de ônibus que passava lá. Mas a nossa rua, por exemplo, ainda, tipo assim, uma metade dela ainda não tinha sido asfaltada, tava no barrão ainda.*

(Maria Luiza, moradora entrevistada em setembro de 2015).

\*Cássia reside no conjunto desde 2011, fez parte de uma das primeiras remessas de entrega das chaves. Entrevistei-a junto com seu esposo Marcos. Ambos vivem numa casa de esquina com mais quatro filhos, entre 4 e 17 anos. Ela tem 31 anos e trabalha como empregada doméstica; ele tem 47 anos e trabalha como pedreiro. Os filhos estão todos matriculados em escolas de educação infantil, de ensino fundamental e médio, já o casal não chegou a concluir os estudos. Antes, residiam no Jardim Eucaliptos, Zona Leste, numa casa alugada. \*Maria Luiza tem 25 anos e mora no conjunto desde 2012, em um dos condomínios de apartamentos. Divide o apartamento com a mãe e uma amiga. Ela está cursando uma graduação na Universidade Estadual de Londrina, enquanto a mãe e a amiga trabalham fora. Residiam, antes, numa casa alugada nas proximidades do Centro Tradicional.

São problemas que foram compartilhados por mais de duas mil famílias praticamente ao mesmo tempo, algumas das quais nunca haviam vivenciado tais tipos de dificuldades, enquanto muitas outras revelaram que já haviam passado por situações parecidas, ou mesmo piores, ao longo de suas trajetórias de vida. A ausência quase total do Estado no que diz respeito à oferta de serviços públicos no novo conjunto habitacional foi uma prática que se repetiu em várias outras realidades Brasil afora<sup>33</sup>, contrastando concomitantemente com sua forte presença justamente na oferta de milhares de moradias para famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza, ressaltando o paradoxo verificado por Rodrigues (2007) e já comentado no capítulo anterior.

<sup>33</sup> Ver Cardoso (2013) e Amore, Simbo e Rufino (2015).

Em que pese o impacto da mudança neste primeiro momento, a satisfação e a felicidade em conquistar uma casa que livraria muitos do aluguel, ou da dependência de familiares, ou ainda de situações precárias, como as ocupações irregulares e os fundos de vale, mostravam-se também presentes na grande maioria dos sujeitos com os quais conversei.

*E: Quando eu vim pra cá, no dia que eu entrei nessa casa eu chorei feito criança, porque era o sonho da minha vida. Meus filhos penduravam nas coisas, assim, sabe o que é você ver aquela alegria estampada, “gente, eu conquistei meu pedacinho”, com trinta anos você conseguir conquistar a sua casa é o sonho do brasileiro.*

(Elisa, moradora entrevistada em setembro de 2015).

\*Elisa tem 33 anos e mudou-se para o Vista Bela em 2011. Entrevistei-a junto com seu esposo Roberto, mas a conversa centrou-se nela a maior parte do tempo. Vivem com mais cinco filhos, entre 2 e 16 anos, todos matriculados no ensino regular. Nem ela, nem o esposo concluíram os estudos e ambos se encontravam desempregados no momento da entrevista. Viviam, assim, de alguns pequenos bicos e de auxílios da assistência social. Elisa me informou que ela tem problemas de saúde e seu esposo é ex-detento e luta contra a dependência de drogas, o que dificulta a procura de emprego por parte de ambos. Antes, residiam numa ocupação no João Turquino, Zona Oeste, e passaram também um tempo morando “de favor” na casa da mãe de Elisa.

A importância da casa, conforme discuti no primeiro item deste capítulo, torna-se explícita na fala da moradora Elisa que, a exemplo de tantas outras, enxergava nessa conquista a possibilidade de expandir seus sonhos e realizações. De acordo com Maia (2012), a casa se estabelece, para o que a autora denomina de segmentos populares, enquanto um valor inestimável, pois, além da segurança relativa à posse de um imóvel (neste caso a casa própria), permite a tantos indivíduos que enfrentaram inúmeras dificuldades em suas trajetórias de vida relacionadas a uma condição socioeconômica demarcada pela pobreza, tornarem-se “[...] reconhecidos sujeitos e autores de sua própria história” (p. 341). Lindón (2005) também ressalta que a casa representa, para as camadas pobres da população das cidades, a possibilidade de melhoria de vida, além de se constituir como a mais forte representação da propriedade privada em nossa sociedade.

A princípio, não importa se a casa é muito pequena para comportar a numerosa família, ou se ela não tem um acabamento tão bom e, com isso, apresente alguns defeitos. O fardo da condição de morador de aluguel ou dependente de favor de familiares, de morador de áreas

ocupadas irregularmente - do ponto de vista da lei -, de onde vem o estigma de “favelados”<sup>34</sup>, é demasiadamente pesado. Por isto, a casa própria, qualquer que seja, é tão carregada de valorização, pois povoa o imaginário das pessoas e se revela como um dos principais objetivos a serem alcançados ao longo de suas vidas, tornando-se um desafio por vezes intransponível para aqueles que vivem na pobreza.

Em sua pesquisa, Kowarick (2009) dá voz a sujeitos que residem em diferentes contextos marginais na metrópole de São Paulo, apresentando as realidades vivenciadas por moradores de cortiços nas áreas centrais, em favelas localizadas nas proximidades de bairros consolidados e em casas autoconstruídas em loteamentos nas extremidades periféricas da cidade, ou seja, pessoas que não haviam, ainda, sido amparadas pelos programas habitacionais do Estado e, portanto, permaneciam imersas numa condição de grande vulnerabilidade socioeconômica e civil, conforme conceitua o autor. O peso da importância da casa nos diferentes casos pesquisados por Kowarick (2009) é diferente, sendo que cada grupo valoriza mais um determinado aspecto daquilo que sua condição permite viver, seja a localização privilegiada no caso dos moradores do cortiço, ou a possibilidade de viver em uma casa própria e sem irregularidades com a lei, ainda que muito precária, no caso dos residentes em casas autoconstruídas na periferia. Porém, mesmo dentre aqueles que residiam em cortiços alugados ou em ocupações em favelas sonhavam com a regularização de suas moradias, o que fomentou reivindicações por parte dos moradores junto às instituições jurídicas competentes. Kowarick (2009) não discute a vida de pessoas que residem em conjuntos habitacionais, as quais seriam, em tese, amparadas em ao menos um dos aspectos essenciais à vida na cidade. Todavia, apresenta inúmeras questões relacionadas aos problemas daqueles que vivenciam a condição de pobreza na cidade, tal como grande parte das famílias do Vista Bela experimentaram ao longo de suas trajetórias e que, em alguns pontos, permanecem tentando superar, conforme será discutido no decorrer do trabalho.

As histórias de vida dos sujeitos com os quais conversei, muitas delas, revelam uma trajetória marcada pelas inúmeras dificuldades que se impõem às pessoas que vivem em uma condição de pobreza, apartadas do direito de acessar a cidade das mais diferentes formas, excluídas das benesses ofertadas pelo estilo de vida urbano embasado essencialmente no

---

<sup>34</sup> Estas condições de moradia castigam incontáveis famílias nas mais diferentes realidades urbanas em todo o país (para não dizer em grande parte do mundo). Discutirei sobre alguns aspectos relacionados a este ponto no capítulo 3.

consumo<sup>35</sup>, estando, por vezes, segregadas. São pessoas que, desde muito cedo, experimentaram os desafios que se colocavam cotidianamente em suas vidas, sendo a aquisição da casa própria um estágio de grande superação de parte dessas dificuldades, pois, conforme argumentado, a casa representa a possibilidade de melhoria nas condições de vida e maior segurança física e financeira. Antes de se mudarem para o Vista Bela, viviam nas mais diferentes situações, das quais pude identificar no conjunto dos relatos quatro principais grupos: áreas de risco, normalmente localizadas em encostas e fundos de vale; ocupações (favelas) que não foram regularizadas, ou seja, resultado de projetos de desfavelização; residências alugadas, muitas das quais viviam o perigo iminente do despejo, devido à impossibilidade de pagamento; residências de familiares, principalmente a mãe de um dos membros do casal/chefe de família, num esquema denominado pelo IBGE de família convivente ou coabitação. Estes quatro casos que compareceram nas falas dos moradores que entrevistei compõem o quadro de déficit habitacional urbano, conforme utilizado pelo IBGE e outras instituições que trabalham com esse tipo de informação, como a Fundação João Pinheiro<sup>36</sup>. Portanto, eram famílias que cumpriam o principal requisito para serem atendidas pela política habitacional estatal: não possuir casa própria. Houve, certamente, casos prioritários, nos quais se enquadram, principalmente, a realocação de famílias que antes viviam em áreas de risco, como os fundos de vale, e também os projetos de desfavelização, que foram intensamente efetivados após a conclusão do Vista Bela, local de destino de moradores de várias favelas localizadas em diversos pontos de Londrina, principalmente as zonas Norte e Oeste, conforme indica os dados fornecidos pela Cohab-LD.

A condição na qual viviam as famílias que hoje residem no Vista Bela compareceram, principalmente, nos relatos, pois os dados aos quais tive acesso revelam informações bastante limitadas nesse sentido. Todavia, a Cohab-LD disponibilizou o percentual de moradores de acordo com o bairro/área de origem, dos quais destacam-se alguns locais que ajudam a pensar sobre a situação em que viviam muitos dos moradores do conjunto habitacional. No que diz respeito à zona/região da cidade, a maioria residia anteriormente na própria Zona Norte, o equivalente a 63% das famílias; em segundo lugar, a Zona Oeste, de onde vieram 20,5%; da Zona Leste saíram 6,8% em direção ao Vista Bela e da Zona Sul apenas 0,8%; da Área Central foram 8,9%. Portanto, a maioria dos residentes do Vista Bela mudou-se de outros bairros

---

<sup>35</sup> A obra de Henri Lefebvre (1991; 1999; 2001) apresenta uma vasta discussão conceitual e filosófica acerca da cidade de maneira mais ampla e do estilo de vida urbano, de forma mais específica, conforme apresentei por meio da discussão sobre o cotidiano e a relevância do consumo na sociedade urbana contemporânea.

<sup>36</sup> Questões metodológicas relacionadas ao déficit habitacional no Brasil podem ser verificadas em Genevois e Costa (2001).

localizados na Zona Norte, o que é explicado pela prioridade da política habitacional em atender a demanda por casas nas proximidades do seu local de origem que, no caso de Londrina, equivale à manutenção da pessoa na mesma “região”, ou seja, não necessariamente próximo se for levado em consideração a dimensão das regiões/zonas da cidade. A mesma razão explica a concentração de pessoas providas da Zona Oeste, pois o Vista Bela está localizado na porção noroeste do perímetro urbano, conforme identificado nos Mapas 2 e 5. Da Zona Sul, veio um número inexpressivo de famílias, justamente devido à distância. Em relação a Zona Leste, destacam-se projetos de desfavelização, como o do Morro do Carrapato, que compareceu como local de origem de três moradores com os quais eu conversei. Vale ressaltar, ainda, a expressiva participação da Área Central nesses dados, equivalente a 8,9% das famílias, sendo que nas conversas com os moradores, em dois casos, foi-me relatado o Centro como local de origem - numa situação, a moradia anterior era alugada, na outra, pertencia aos pais da pessoa. Ademais, há dados referentes ao acesso à determinados serviços e redes de infraestrutura nos locais de origem, tais como: 96,3% declararam possuir abastecimento de água encanada; 84,9% dispunham de energia elétrica com medidor próprio, enquanto 10,5% tinham eletricidade por meio de medidor comunitário; a coleta de lixo era direta para 81,5% das famílias. Ou seja, a maioria das famílias residia em espaços com condições mínimas de infraestrutura, mantendo-se essa infraestrutura básica no conjunto habitacional que passaram a habitar<sup>37</sup>.

O foco deste trabalho, conforme já destacado, não se refere à análise do perfil dos moradores do Vista Bela por meio de dados quantitativos, no entanto, os dados apresentados no parágrafo anterior revelam algumas questões que podem até mesmo ser associadas com o que foi discutido até o presente ponto. A quantidade de famílias que já residiam em outras áreas da Zona Norte elucida a manutenção de parte considerável da pobreza de Londrina nesta porção da cidade, reafirmada, inclusive, pela própria construção do conjunto no extremo noroeste da malha urbana. Em relação as famílias que antes residiam na Área Central, vale destacar que as duas com as quais tive acesso me informaram que moravam em bairros nas proximidades do Centro, particularmente em áreas com uma paisagem marcada em partes pela deterioração de construções antigas ou mesmo por residências mais simples e um comércio de baixo valor agregado, o que pode ser verificado nos bairros Vila Recreio e Vila Casoni, por exemplo<sup>38</sup>. Portanto, não há como se estabelecer uma visão de conjunto com base nas informações que levantei por meio dos relatos, pois trata-se de realidades que se diferenciam muito entre si. Para se ter uma dimensão dessa questão, retomo os casos que especifiquei nos parágrafos anteriores:

---

<sup>37</sup> Os dados fornecidos pela Cohab se encontram, conforme organizados pelo órgão, no Anexo II.

<sup>38</sup> Ver Amorim (2015).

as famílias que antes residiam na ocupação Morro do Carrapato<sup>39</sup>, na Zona Leste, vivenciavam um cotidiano bastante diverso daquelas que antes moravam em bairros da Área Central. No primeiro caso, eram famílias que não vislumbravam nenhuma outra possibilidade de moradia que não fosse a ocupação de um terreno ocioso, no caso de propriedade privada; no segundo, eram famílias que antes residiam em casa de aluguel ou de familiares, havendo, ainda que não da forma desejada, possibilidades de reprodução que não a moradia numa ocupação irregular.

Na fala que se segue, a moradora relata suas impressões sobre os lugares pelos quais passou ao longo de sua vida:

*J: Nasci e me criei em Londrina, nasci no Jardim Ideal [...] e de lá, por volta dos meus seis anos, a gente se mudou para Andirá [...] com 12 anos eu voltei pra Londrina, com 12 pra 13 anos eu voltei pra Londrina e moro aqui até hoje. [...] Voltei pro Ideal, depois fui pro Monte Cristo, de lá eu fui pro Morro do Carrapato, que é de lá que eu vim pra cá. [...] Andirá eu gosto muito de lá, até hoje eu gosto muito, gostei muito de morar lá, é bem gostoso. E aqui, das experiências que eu tive aqui, pelo menos quando eu morei ali no Santa Fé foi boa, mas no Morro do Carrapato foi um pouco mais difícil, porque lá não tinha água, não tinha luz, era tudo clandestino, então foi... eu morei lá um ano, acho que um ano e oito meses eu morei lá no Morro do Carrapato, depois eu vim pra cá.*

(Jandira, moradora entrevistada em março de 2015).

---

<sup>39</sup> De acordo com matéria exibida pela TV Tarobá no dia 20/07/2016 e posteriormente publicada no site da emissora (<http://www.tarobalondrina.com.br/secoes/cidades/2016/07/terreno-particular-no-morro-do-carrapato-e-desocupado-2/>), na referida data algumas dezenas de famílias que ainda resistiam em sair da área de ocupação no Morro do Carrapato acabaram por deixar a “comunidade”, numa negociação intermediada pela Prefeitura Municipal. Por meio de um mandato de reintegração de posse conseguido no ano anterior, o proprietário da área tinha por objetivo a limpeza do terreno para nele construir um condomínio de “casas populares”. Em matéria publicada em 13/10/2015 no site do Jornal Nosso Dia (<http://www.jornalnossodia.com.br/?id=153-17906>), consta que o Morro do Carrapato estava, na época, literalmente com os dias contados, pois naquele momento a construtora proprietária do terreno já dispunha do mandato de reintegração de posse. Na referida matéria, há os relatos de famílias desesperadas por não terem para onde ir, apesar de muitas delas já manterem cadastro na Cohab-LD há vários anos, e uma referência ao fato de que várias outras famílias já haviam sido contempladas com a entrega do Residencial Vista Bela.



\*Jandira tem 38 anos e mora no Vista Bela desde 2011, mudou-se após a primeiro sorteio das chaves. Tem quatro filhas, mas vive sozinha no apartamento, apenas a mais nova fica com ela nos finais de semana, pois durante a semana mora na casa do avô devido à proximidade com a escola. Trabalha como autônoma com um brechó improvisado na garagem da casa de sua mãe, que também mora no conjunto. Não concluiu os estudos. Antes de se mudar, residia na ocupação Morro do Carrapato, Zona Leste.

Na fala de Jandira, comparece uma trajetória marcada por várias mudanças, tanto de bairros na cidade quanto para além dela. Sua experiência mais positiva, conforme relatou, advém do período em que residiu na cidade de Andirá, localizada no norte pioneiro paranaense, atualmente com cerca de 20 mil habitantes, segundo o IBGE. Certamente, trata-se de uma experiência na qual valoriza os aspectos da tranquilidade em se residir numa cidade pequena, diferente do contexto socioespacial da cidade de Londrina, na qual a violência comparece como aspecto marcante, de acordo com a percepção que a própria moradora me informou em outro momento da entrevista, enfatizando um imaginário sobre o urbano compartilhado com tantos outros cidadãos, conforme discutido por Lindón (2007). Do ponto de vista econômico, apesar dela não ter enfatizado isso, deduz-se que sua condição financeira tenha se agravado por conta da necessidade de se mudar para a ocupação no Morro do Carrapato, experiência que classificou como “difícil”, devido à ausência de uma infraestrutura adequada e à irregularidade da situação. Em sua pesquisa, Kowarick (2009) adentra a realidade de pessoas que passaram pelas mais diferentes situações, levando-as a viver em determinados contextos que, muitas vezes, não dependiam de suas opções, como os casos em que famílias eram obrigadas a ocupar barracos precários em favelas, pois a condição na qual viviam antes não podia mais ser mantida. Ressalto, neste ponto, que se trata de atitudes extremas, diante da total falta de alternativas, de escolhas. Tais atitudes, todavia, são comuns em muitas realidades urbanas brasileiras, demonstrando que casos assim não são exceções.

A situação de vulnerabilidade – no âmbito físico/ambiental - em que viviam muitos dos sujeitos com os quais conversei os colocava, conforme relatei anteriormente, numa posição de demanda prioritária a ser atendida pela política habitacional, por tratar-se de uma obrigação do Estado que, no caso da cidade de Londrina, tem sido relativamente atendida. A moradora Joana, que tinha 53 anos quando conversamos em abril de 2015, relatou-me que, antes, residia num fundo de vale no bairro Santa Mônica, localizado na Zona Norte, compartilhando a residência com outras oito pessoas, entre filhos e netos. Essa grande família, que vivia em condições extremamente precárias, chegou a tal ponto devido a impossibilidade de pagar o

aluguel no local onde residiam anteriormente, o que os obrigou a buscar uma forma desesperada de ocupar um espaço, um requisito mínimo e insubstituível para a reprodução da vida de qualquer pessoa e família. Num outro caso semelhante, a moradora Raquel, com quem conversei em julho de 2015, informou-me que morava na Vila Marieta, uma ocupação irregular localizada próxima ao distrito de Hemental, na Zona Norte, em um barracão em condições muito precárias, sujeita a diversas intempéries que acometem a população que vivencia tais problemas. Mudou-se com o esposo para o Vista Bela e, apesar de todos os problemas enfrentados (que serão relatados posteriormente), considera a casa onde hoje mora uma grande conquista.

\*Joana tem 53 anos e mudou-se para o Vista Bela após o segundo sorteio das chaves, em 2011. Divide a casa com uma filha de 17 anos, sendo que outros três filhos já são casados. Trabalha como auxiliar de cozinha; a filha, conforme informado na época, estava à procura de trabalho.

\*Raquel tem 48 anos e mora no conjunto desde 2011, junto com o esposo. Ela está desempregada, informou-me que tentou se aposentar, mas não conseguiu; o esposo faz bicos. Seus filhos já casaram e moram em suas respectivas casas. Evangélica, demonstrou grande importância da fé/religião em sua vida.

Quando falo em vulnerabilidade, refiro-me à condição de riscos à sobrevivência em que viviam muitos dos moradores com os quais conversei, destacando, por um lado, a dimensão socioeconômica desse fator, conforme debatido por Kowarick (2009) e também destacado por Castel (1997), que compreende a pobreza como fator determinante dos processos de marginalidade, permeadas por diferentes e complexos fatores associados ao econômico, ao social, ao político e ao cultural. No que diz respeito àqueles que viviam em áreas de risco, como fundos de vale ou mesmo em determinadas favelas, a dimensão ambiental ganha também relevância, pois apresenta um duplo movimento de riscos: dos sujeitos que podem ser acometidos por enchentes e desmoronamentos, por exemplo, e do próprio meio ambiente, que absorve os impactos dessa ocupação desmedida, conforme discute Mendonça (2004).

Em que pese os riscos provocados pela condição de se morar num fundo de vale, ao menos dois moradores me relataram que viviam em melhores condições no local de origem. Esse é o caso do Pedro, de 57 anos, com quem conversei em setembro de 2015, que residia num fundo de vale no bairro Hilda Mandarino, na Zona Norte, no qual possuía uma casa estruturalmente muito superior à que reside atualmente no Vista Bela, segundo me informou. Além disso, de acordo com Pedro, no fundo de vale ele estava próximo a equipamentos de

consumo e serviços públicos, muitos dos quais, ausentes no conjunto. Assim, torna-se extremamente complexo falar das necessidades de um grande grupo populacional, pois suas demandas devem ser relativizadas de acordo com suas individualidades, que não se restringem aos aspectos materiais, mas também incluem a dimensão subjetiva da experiência de cada um e a memória de outros lugares por onde passaram.

Lindón (2005), ao trabalhar com residentes numa comunidade pobre na periferia da Cidade do México, identificou que muitos dos que estavam ali não gostavam daquele lugar e desejavam se mudar o quanto antes. Todavia, vários dentre seus entrevistados eram proprietários de suas residências, ainda que estivessem em situação irregular, e tinham por objetivo a futura venda para poder, assim, mudar-se e conseguir melhorar de vida, seja para outra área na mesma cidade ou em outra região do país, ou ainda migrar para os Estados Unidos.

\*Pedro tem 57 anos e se mudou para o Vista Bela em 2011. Trabalha como pedreiro, em serviços eventuais. Divide a casa com filhos e netos.

As dificuldades enfrentadas no cotidiano das famílias do Vista Bela antes de se mudarem para o conjunto, como já colocado, diferem em relação a vários aspectos, dos quais destaco aqui as condições de habitabilidade. Além dos sujeitos que viviam vulneráveis e submetidos a riscos em fundos de vale e ocupações irregulares, havia famílias que não experimentaram necessariamente tais problemas, mas vivenciaram condições que restringiam sobremaneira suas possibilidades de reprodução cotidiana.

Muitos dos sujeitos com os quais conversei haviam se cadastrado na Cohab-LD com o objetivo de adquirir a casa própria e se livrar, assim, do aluguel, que, no caso de uma família de trabalhadores pobres, absorve uma parcela imensa da renda familiar, comprometendo uma série de questões básicas para sua sobrevivência, num cenário de crise estrutural da falta de emprego e o rebaixamento dos salários<sup>40</sup>. Em suma, famílias que jamais conseguiriam acessar por si só a casa própria, vivendo nas condições que permearam, em geral, toda sua trajetória.

*D: Então pra você a conquista disso aqui [a casa] representou...*

*S: É um sonho realizado, né, com certeza.*

*D: Porque aluguel é uma coisa que pesa muito, né, Simone.*

---

<sup>40</sup> Ver Antunes e Pochmann (2007).

*S: Muito. Aqui é minha casa, né, é tão bom a gente ter pra onde voltar, sabe, saber que é seu, né, Danilo, saber que não vão bater na tua porta cobrando aluguel.*

*[...]*

*D: É muito dolorido, né, porque é um dinheiro, é uma parte grande da nossa renda que vai pra aluguel.*

*S: Quase tudo, né, Danilo, ainda mais a gente que ganha muito bem [risos].*

(Simone, moradora entrevistada em janeiro de 2016).

\*Simone tem 37 anos e reside no conjunto desde junho de 2012, em um dos condomínios de apartamentos. Mora com uma filha de 11 anos, sendo que há outra, de 17, que mora em Americana (SP) e estava com planos de se mudar para Londrina. Trabalha numa cozinha industrial. No momento da entrevista, estava cursando o ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é ofertado no próprio Vista Bela.

Na conversa que tive com a moradora Simone, que residia antes numa casa alugada no Jardim Catuaí, fica explícito o alívio que ela passou a sentir ao se mudar para uma casa que seria sua, livrando uma parcela enorme de sua renda, que nas palavras da própria moradora representava “quase tudo”. Não é exagero, neste caso, a afirmação de Simone, pois o comprometimento dos ganhos dos trabalhadores pobres com o aluguel, ao menos dentre aqueles com quem conversei, é muito grande, obrigando, por vezes, a que muitos destes saiam da casa alugada e se abriguem em áreas que os exponham aos mais diversos riscos, como exemplificado anteriormente.

É possível, diante deste contexto, fazer um paralelo com algumas das realidades trabalhadas por Kowarick (2009) em São Paulo, particularmente em relação às famílias que apelavam para a autoconstrução, que mesmo em localizações extremamente isoladas e distantes das áreas centrais, eram movidas pela necessidade em ter um imóvel próprio, livre da obrigação mensal do aluguel.

Por fim, vários sujeitos me relataram que, antes de serem contemplados com uma moradia no Vista Bela, residiam em casas de familiares, compartilhando com outra(s) família(s) seu ambiente doméstico e vivenciando todos os problemas decorrentes dessa situação. As denominadas famílias conviventes, que constituem um esquema de moradia conhecido como coabitação, consistem, normalmente, num membro da família que passa a conviver com um parceiro(a) e/ou filhos e constitui, assim, uma outra família, permanecendo a anterior como

principal, esta nova como secundária e assim por diante, de acordo com a classificação utilizada pelo IBGE e Fundação João Pinheiro. Nos relatos obtidos, todavia, houve mais de um caso em que a família residia numa outra habitação, alugada ou irregularmente ocupada e, devido a impossibilidade de permanência, retorna para a casa da família anterior, de um dos membros do casal ou do chefe de família, no caso de uma família monoparental.

A moradora Juliana, de 23 anos, antes de se mudar com a família para o Vista Bela, residia na casa da sogra, no Vivi Xavier, bairro da Zona Norte, junto ao esposo e mais três filhos pequenos, entre 2 e 5 anos. Juliana me relatou que enfrentava várias dificuldades de convivência com a sogra e que ansiava por ter o seu próprio “teto”, onde ela não tivesse que viver de acordo com as regras estabelecidas por outra pessoa. O morador Henrique, da mesma forma, dividia a casa com uma outra família já estabelecida, no caso a mãe e irmãos, sendo a sua família, esposa e dois filhos, a secundária. Para ele, também, a conquista da moradia própria representou o acesso a um novo estilo de vida, no qual a liberdade e a privacidade são os fatores preponderantes:

*H: Então, eu morava na casa da minha mãe, cara, eu passava um perrengue nervoso, porque não era minha casa, né, cara, por mais que fosse minha mãe, mas eu não tinha aquela liberdade de poder assistir uma televisão, assim, sabe, de poder assistir um jogo. Agora, aqui eu posso assistir meu jogo de futebol, eu posso ouvir minha música a hora que eu quero, eu posso dormir, acordar a hora que eu quiser, minha mulher também, meus filhos também podem, sabe. Na casa da minha mãe não podia, né, cara, quem mandava era ela, tinha os meus irmãos. Então a gente não tem aquela liberdade.*

(Henrique, morador entrevistado em junho de 2016).

\*Juliana, de 23 anos, reside no Vista Bela desde 2011, junto com o esposo e mais três filhos. O esposo trabalha fora, sendo que ela teve que sair do emprego para cuidar dos filhos. Os dois mais velhos frequentam escola de educação infantil fora do bairro.

\*Henrique tem 36 anos e mora no Vista Bela desde 2011. Divide um apartamento com a esposa e dois filhos, de 12 e 13 anos, ambos de um relacionamento anterior. Trabalha como agente cultural e estuda um curso de graduação na Universidade Estadual de Londrina. A esposa é professora e atua no ensino fundamental. Antes, moravam na casa da mãe de Henrique, no Jardim José Jordano, Zona Norte.

A possibilidade de assistir ao jogo de futebol e ouvir música a hora que quiser ressalta o que o morador valoriza enquanto liberdade, que para ele foi conquistada a partir da mudança para o apartamento no Residencial Vista Bela. Antes, tais práticas eram restringidas devido a dinâmica já estabelecida por uma outra família, chefiada por uma senhora idosa, que certamente desempenha outras práticas em seu cotidiano.

O casal Elisa e Roberto, que residem numa casa no Vista Bela com mais cinco filhos, entre 2 e 16 anos, mudaram-se da residência da mãe dela, onde dividiam o ambiente doméstico com outras três famílias. Segundo relatado por Elisa, a condição de convivência compartilhada na casa da mãe foi temporária e necessária devido à janela entre a remoção promovida pela Prefeitura Municipal do fundo de vale onde moravam antes, no João Turquino, Zona Oeste, e a entrega das chaves da casa no conjunto, pois a contemplação ocorreu antes de saírem do fundo de vale, mas só puderam se mudar meses depois.

*E: Na verdade, eu peguei aqui a casa eu já tava aguardando há seis anos, porque eu morava no fundo de vale do João Turquino<sup>41</sup>, quando eu peguei aqui eu já tava há seis anos esperando, porque daí como era fundo de vale eu tinha construído lá, tinha gastado dinheiro, então eles colocaram a gente numa fila separada pra casas que seriam construídas e daí derrubaram a casa e cada um foi pro seu lado esperar. Eu tava morando de favor na casa da minha mãe, tava a minha família, a família da minha mãe...*

*D: Entre sair do fundo de vale e vir morar aqui, você ficou na casa da sua mãe um tempo?*

*E: Fiquei, né, pagava um pouco de aluguel “aqui”, aí não tava aguentando, aí ficava um pouco na casa da minha mãe.*

*R: E lá morava a mãe dela...*

*E: Eram quatro famílias.*

(Elisa e Roberto, moradores entrevistados em setembro de 2015).

No relato do casal, Elisa destaca que além de ter que deixar o fundo de vale - que apesar do risco apresentado, foi um local no qual ela e o esposo efetuaram um investimento -, a família precisou se submeter a residir de favor na casa da mãe dela junto a outras três famílias,

---

<sup>41</sup> Periferia da Zona Oeste de Londrina.

incluindo um irmão deficiente físico, e em alguns momentos tentaram também morar em casas alugadas, mas o alto valor do aluguel impedia que eles permanecessem por muito tempo nessa condição. A contemplação da casa no Vista Bela representou, dessa forma, a superação de uma série de dificuldades enfrentadas pela família no decorrer de toda sua trajetória de vida na cidade, garantindo uma segurança que, até então, não havia sido possível vivenciar.

Durante a pesquisa de campo e as conversas com os moradores, tive oportunidade de conhecer um caso curioso, uma exceção perante as demais experiências que foram comigo compartilhadas. Dona Elza, que antes morava numa casa alugada no Jardim Santo Amaro, no Município de Cambé, mudou-se para o Vista Bela junto com a filha que, por sua vez, residia numa área de fundo de vale na Zona Norte. Cada qual foi contemplada com uma casa, e por se tratar de casas contíguas, tiveram a ideia de derrubar a parede que as separava e transformaram-na numa casa só, que, segundo Elza, resultou em mais espaço, tanto interno quanto de quintal. No momento em que eu a entrevistei, informou-me que estavam investindo em segurança, aumentando o muro, as grades e portões e também construindo, nos fundos, um espaço coberto para ser utilizado como área de serviço. Acabaram por constituir, dessa forma, uma só família.

\*Elza, de 63 anos, mora no Vista Bela desde 2011, e compartilha duas casas contíguas com a filha e sua respectiva família. Cuida da neta enquanto a filha e o genro trabalham fora.

As trajetórias e origens das famílias aqui apresentadas revelam a diversidade com a qual me deparei ao longo da minha experiência de campo no Residencial Vista Bela. Em comum, todas essas famílias compartilharam desafios ao longo de suas vidas nos aspectos mais básicos do cotidiano, vivendo sob condições adversas por faltar a elas a devida proteção e amparo por parte do Estado. As situações, por vezes extremas, de pobreza revelam a permanência de práticas históricas de reprodução das desigualdades, em que a riqueza produzida nos espaços urbanos se concentra numa minoria de espaços e se coloca como privilégio de poucos grupos sociais. A renda média dos moradores do Vista Bela, conforme apresentada no início do capítulo, claramente demonstra a impossibilidade que a maioria das pessoas que lá residem tinham de adquirir um imóvel, ou mesmo pagar um aluguel, ainda mais se for levado em consideração patamares em que chegaram os valores num período de intensa valorização dos bens imobiliários<sup>42</sup>. Quais alternativas restam para essas pessoas? Muitas se obrigavam a residir junto com outras famílias na casa de parentes, tornando o espaço domiciliar,

---

<sup>42</sup> Ver Alcantara (2013), Abreu (2014), Amorim (2011; 2015), Melazzo (2013).

por consequência, num lugar de constantes conflitos e estresses causados pela necessidade de negociação e aceitação das normas estabelecidas pelos proprietários da casa. Na ausência dessa possibilidade, a ocupação de fundos de vale ou de terrenos públicos ou privados compareceu, em muitos casos, como única opção.

Os interesses do capital, alicerçados na seguridade garantida pelo Estado, sobrepõem-se à vida na cidade, fragmentam-na e destituem de direitos básicos grande parte dos cidadãos, como bem coloca Carlos (2013). Como o lugar se estabelece diante deste cenário? De que forma as relações humanas se concretizam num cenário de intenso acirramento da competição por emprego, por casa, pelo direito mais básico de sobreviver na cidade?

A conquista da casa, certamente, passou a garantir a esses sujeitos maior segurança e possibilidades de vislumbrar um futuro melhor, em que pese a série de dificuldades que foram mantidas, ou mesmo agravadas, devido às condições nas quais foi entregue o conjunto habitacional – tema que será tratado no capítulo posterior. Após a mudança, todavia, para além dos problemas representados pela falta de serviços e infraestrutura adequada, revelou-se o desafio da convivência com pessoas das mais distintas trajetórias. Assim, na sequência, discutirei as formas pelas quais os sujeitos entrevistados têm buscado se conectar com o ambiente externo à casa, enfocando as relações de vizinhança, os conflitos e as solidariedades daí decorrentes.

### **2.3 Sobre as interrelações no lugar: solidariedade e conflito**

A mudança de milhares de famílias para um conjunto habitacional gera, no âmbito material, um impacto de grandes dimensões para uma cidade como Londrina, inaugurando-se um novo espaço densamente ocupado e que exige uma série de serviços essenciais a serem prestados pelo Estado, em especial no nível municipal. No que diz respeito à vida das pessoas que passaram a ocupar esse novo espaço, o impacto vai muito além do material, representando para elas a necessidade de adaptação e reconhecimento das formas, das cores, dos sons e odores, em especial no contato com o outro, que, na maioria dos casos que tive acesso, era um total desconhecido. Tornou-se necessário, dessa forma, a negociação daqueles que passaram a ocupar o novo conjunto habitacional, cada qual com suas práticas e costumes, transformando o Vista Bela naquilo que Massey (2000) denomina como um *lugar de encontro*.

Esse encontro num determinado ponto do espaço e numa determinada fração de tempo foi compartilhado por várias famílias, dentre as quais algumas já se conheciam por terem sido removidas da mesma área de risco, por exemplo. A maioria, porém, não fazia ideia de quem



seriam seus novos vizinhos. A base material desse lugar de encontro já vinha sendo produzida muito antes pela política habitacional estatal, que criou as condições para que milhares de pessoas viessem a compartilhar aquele espaço – ou podemos ir ainda mais longe ao pensar no conjunto histórico de elementos da produção do espaço de Londrina que culminaram na escolha daquela área. As experiências dos sujeitos no que diz respeito à segregação em relação à cidade como um todo, obviamente, também não começaram ali, foram ressignificadas nesse ponto do espaço. A base material somada à memória espacial constituída por cada indivíduo culminaram ali na produção desse novo lugar.

As dificuldades enfrentadas no início foram comuns a todos com quem conversei, mas, no momento em que adentrei o conjunto pela primeira vez, em dezembro de 2014, e depois nas vezes que se seguiram, a paisagem por si só já revelava transformações ocorridas de maneira diversa entre as incontáveis casas no decorrer dos anos. Andando pelas ruas, era notável o destaque de algumas casas que já estavam profundamente reconfiguradas, com muros, portões, grades, pinturas, antenas etc. Algumas outras ganharam apenas um muro e um portão, enquanto havia também aquelas que pareciam intocadas desde o momento da entrega.



**Foto 1 (esquerda) – Sequência de casas que passaram por transformações diversas na parte externa; Foto 2 (direita) – Casa de esquina sem nenhum tipo de modificação externa aparente. Fonte: Danilo Alcantara, outubro de 2016.**

Nas ruas, de acordo com cada faixa de horário em que estive presente, casas totalmente fechadas, outras abertas, em algumas, mulheres varrendo a calçada e conversando, em outras, rapazes sentados em cadeiras, ou apoiados em seus carros e motos ouvindo música alta, além, é claro, de crianças brincando, correndo, jogando bola ou soltando pipa. Eram justamente dessas pessoas que eu buscava me aproximar e apresentar meu trabalho, convidando-as a uma conversa, aproximação nem sempre bem sucedida. Quanto ao movimento que animava as ruas, vale destacar que esse se mostrava mais aparente aos finais de semana, pela tarde, certamente por se tratar de dia de folga para as crianças e jovens em idade escolar e também para muitos de seus pais e familiares. Na maioria das casas, todavia, e nos mais diversos horários, as famílias se encontravam em seu interior, ou mesmo fora com a casa fechada.

No momento da abordagem dos sujeitos, mesmo nas conversas mais rápidas, elenquei algumas perguntas direcionadoras, dentre as quais havia o questionamento de como era a relação de vizinhança, tanto no Vista Bela, quanto no local de residência anterior. Conforme discutido anteriormente com base em Maia (2012), a casa representa para quem a habita o “epicentro” das relações construídas no cotidiano do sujeito, a forma pela qual ele se liga com o “mundo externo”, sendo a rua e a vizinhança a dimensão mais próxima desse mundo. As relações com os vizinhos, portanto, tornam-se iminentes ao se residir num conjunto habitacional como o Vista Bela, em primeiro lugar devido à proximidade entre as casas e, principalmente, entre os apartamentos e, para além disso, as necessidades dos moradores que precisam contar com o auxílio dos que estão próximos em situações as mais diversas. Na conversa com uma moradora sobre a melhoria da sua casa, ela me relatou:

*D: E essas coisas, assim, calçada, muro, essa cobertura... vocês foram fazendo aos poucos?*

*H: A gente foi fazendo aos poucos, conforme dava, daí guardava o nosso dinheirinho... então os vizinhos ajudou também, aí a gente fez o muro, a calçada, a vizinha aqui fez, essa aqui também, então um ajudando o outro.*

*D: Ah, então rolou essa solidariedade entre os vizinhos.*

*H: Isso, um ajudando o outro pra conseguir fazer o muro.*

*D: Ah, que legal.*

*H: Uhum. Graças a Deus que eu peguei uns bons vizinhos, não tem confusão, não tem briga, e no que você precisar eles estão prontos pra te ajudar. Meus vizinhos, eu não tenho do que reclamar.*

(Helena, moradora entrevistada em janeiro de 2015).

\*Helena, de 41 anos, mudou-se para o Vista Bela no final de 2012. Reside com uma filha de 10 anos e um outro filho de 20, este último estava viajando no momento da conversa. É divorciada, seu ex-marido continua morando na casa que foi cedida a eles pela sogra de Helena, no Avelino Vieira, Zona Oeste. Trabalhava como agente comunitária de saúde, mas ficou desempregada quando os funcionários temporários foram substituídos por trabalhadores concursados. Recebe bolsa família. Salientou a importância da religião católica em sua vida.

A moradora Helena enfatiza uma situação em que houve colaboração entre os vizinhos para se atingir objetivos comuns, no caso a melhoria das casas de todos eles<sup>43</sup>. A necessidade em se buscar a garantia de maior privacidade e segurança, representada principalmente pela construção dos muros, era compartilhada por todos no momento da mudança para o conjunto habitacional, ocasionando uma aproximação entre os vizinhos e uma “negociação” das questões a serem superadas. Em outro momento da entrevista, Helena também revelou que uma das vizinhas a ajuda quando precisa sair para resolver algo e não tem com quem deixar a filha de 10 anos, enfatizando a boa relação que ela mantém com os moradores próximos.

O morador Diógenes, com quem conversei em abril de 2015, informou-me que sua relação com a vizinhança também é muito boa, pois ele conhece muita gente tranquila que mora próximo a sua casa. Aposentado e com 75 anos no momento em que conversamos, Seu Diógenes me relatou que teve a possibilidade de escolher a localização da casa dentro do bairro, pois ele tem um amigo que é engenheiro na Cohab. Portanto, pôde optar por uma casa que, segundo ele, estava distante das “quebradas” onde se concentrava o pessoal mais “baderneiro” e “perigoso”. Em julho de 2015, conversei com o morador Vanderlei, 60 anos, que, da mesma forma, informou-me que hoje considera muito tranquila a vida no bairro, principalmente devido às boas relações que foram construídas com a vizinhança ao longo dos anos, alguns dos vizinhos considerados por ele como verdadeiros amigos – referenciados pelo morador por meio de apelidos. A moradora Pâmela, 47 anos, disse-me que a relação com os vizinhos é uma das

---

<sup>43</sup> Kowarick (2009) descreve situações de ajuda mútua entre vizinhos nas favelas, nos cortiços e nos loteamentos de casas autoconstruídas.

melhores características atualmente do bairro, principalmente no que diz respeito ao cuidado que mantêm um com a casa um do outro, particularmente na ausência dos proprietários.

\*Diógenes tem 75 anos e reside no Vista Bela desde 2011. Aposentado, trabalhou mais de 30 anos como caminhoneiro. Vive numa casa com a esposa e um filho pequeno, que ainda não vai pra escola.

\*Vanderlei, de 60 anos, mudou-se para o Vista Bela em 2011. Mora numa casa com a esposa e outros dois filhos, sendo que um dos filhos mora num “puxadinho” que construíram nos fundos da casa. Ao todo, Vanderlei tem oito filhos, mas a maioria, segundo ele, está casada e bem encaminhada. Antes, residiam numa casa alugada no Jardim Santiago, Zona Oeste.

\*Pâmela, de 47 anos, mudou-se para o conjunto em dezembro de 2011. Reside numa casa com duas filhas e um filho, todos trabalham e uma das filhas também faz faculdade. Morava antes numa casa alugada no Residencial do Café, Zona Norte.

Em um estudo desenvolvido por Koury (2010), num bairro popular de João Pessoa – PB, o autor verificou que as redes de solidariedade constituem um elemento de grande importância para a construção do sentimento de pertencimento dos sujeitos junto ao bairro, e que estas encontravam-se em processo de fragmentação no momento da pesquisa, pois os moradores relataram que, no passado, havia uma colaboração mútua muito maior do que há hoje, o que contribuía sobremaneira para absorver as dificuldades cotidianas na periferia. Em que pese os moradores citados anteriormente enfatizarem que as boas relações que mantêm com os vizinhos contribuem consideravelmente para a manutenção do que consideram como tranquilidade, hoje, no Vista Bela, parte considerável dos sujeitos com os quais conversei ressaltou as dificuldades no contato com os vizinhos no cotidiano do conjunto habitacional.

*D: Como vocês definiriam as relações de vizinhança aqui?*

*E: Eu, no particular, digo que é complicado, essa é a palavra, complicado, porque as pessoas têm universos diferentes, pensamentos diferentes, vieram de lugares diferentes, pensam de maneiras diferentes, então a gente poderia colocar aqui o Vista Bela, da maneira que tá, **como se fosse uma cadeia**. Você convive com pessoas que você não se dá bem, que você não concorda, com um gênio diferente, mas você não tem opção, você tem que conviver, você tá naquele espaço fechado com aquela pessoa, e você tem que ou se adaptar ou enlouquecer.*

(Elisa, moradora entrevistada em setembro de 2015).

No relato de Elisa transparece uma percepção extrema em relação à vizinhança ao comparar o Vista Bela à uma cadeia. Para a moradora, que vive em condições bastante precárias com sua família e, por isso, não possui a menor condição de se mudar para outro lugar, é muito complicado conviver num conjunto habitacional com várias pessoas que vieram de lugares diferentes e construíram percepções de mundo diversas ao longo de suas trajetórias de vida. Os conflitos, segundo ela, são frequentes e acontecem pelos mais diversos motivos. A negociação decorrente do irrefutável encontro entre os diferentes, conforme discutido por Massey (2000), deve acontecer constantemente, pois, apesar das dificuldades compartilhadas por muitos dos moradores, a diversidade das identidades, de trajetórias de habitar a cidade e as diferenças de perspectivas contrapõem as demandas coletivas e as individuais. Na entrevista com a moradora, vale destacar, compareceu em sua fala um histórico de mobilização no Vista Bela junto a outras moradoras, dentre as quais Elisa responsabilizava-se principalmente pelas questões voltadas a juventude. Nesse ponto, a moradora me relatou que as divergências de ponto de vista entre as mulheres que se mobilizavam, particularmente com uma delas<sup>44</sup>, impediu que ela continuasse com a sua atuação, o que ajuda a explicar o teor de sua resposta referente a pergunta sobre as relações de vizinhança.

Os problemas referentes ao contato iminente entre vizinhos repetiram-se em várias falas. O morador Davi, aposentado e com 71 anos, é viúvo e reside sozinho em sua casa no Vista Bela desde o falecimento de sua esposa. Antes morava em Cambé, numa casa alugada, local onde mantinha boas relações com os vizinhos. Atualmente, no conjunto habitacional, Davi me disse que são poucos os vizinhos com os quais ele tem contato, mesmo porque quase não sai de casa, apenas em momentos de real necessidade. O grande problema do conjunto, percebido por ele em sua vizinhança, é o consumo e o tráfico de drogas, que gera violência e provoca medo na população. Um de seus vizinhos, segundo ele, faz muito barulho e consome drogas, o que gera muita insatisfação e insegurança na vizinhança, particularmente dentre aqueles que possuem filhos pequenos e adolescentes. A moradora Beatriz, que reside com o esposo na mesma rua de Davi, relatou-me que um dos maiores problemas na convivência entre os vizinhos diz respeito justamente ao problema das drogas e do barulho, talvez porque ambos se referissem ao mesmo vizinho. Apesar das complicações em relação a alguns, Beatriz teve a sorte, segundo ela, de ter sido contemplada com uma casa ao lado de uma das filhas, sendo que

---

<sup>44</sup> A moradora com quem Elisa mais divergiu em relação ao grupo de mobilização é sua vizinha. Apesar das divergências de olhares sobre os problemas do Vista Bela, ela a descreveu como uma pessoa que possui uma trajetória de vida bastante difícil, marcada por diversas lutas que a colocam numa posição de reconhecimento hoje no bairro. Tentei falar com essa moradora ao menos três vezes e até chegamos a marcar um horário para uma conversa, mas nunca consegui encontrá-la, o que me levou a desistir.

a outra reside na rua de trás. As complicadas relações de vizinhança, neste caso, são relativamente equilibradas devido à proximidade entre familiares que mantém uma rede de solidariedade construída ao longo de suas trajetórias de vida, sustentadas pela importância dos laços consanguíneos em nossa sociedade.

\*Davi, de 71 anos, reside no Vista Bela desde o final de 2011. É aposentado, após ter trabalhado por mais de trinta anos como caminhoneiro. Vive sozinho numa casa, pois no momento da entrevista me informou que a esposa havia falecido há quatro meses, de câncer. Tem três filhos, todos casados, dois residindo em Cambé e um em Campinas.

\*Beatriz, que não me respondeu a idade (mas estimo ter entre 40 e 50 anos), vive no Vista Bela desde 2011. Mora numa casa com o esposo, sendo que duas filhas residem também no conjunto, uma delas sua vizinha de parede. Apenas o esposo trabalha fora, mas estava afastado no momento da entrevista, devido a um acidente. Ela cuida dos netos para as filhas trabalharem. Antes, morava numa “chácara” no Cilo 3, Zona Oeste, numa área de fundo de vale.

Há, ainda, quem não se identifique com o conjunto por se considerar diferente da maioria que lá reside, desconexo de um contexto do qual a pessoa não consegue se enxergar. Nas palavras da moradora Simone: “os vizinhos aqui são diferentes de mim, sabe, agem diferente de mim”. Em comparação com o lugar onde residia anteriormente, a mesma moradora relata:

*D: Se você pudesse comparar com os lugares onde você morou, por exemplo no Jardim Catuaí, você acha que lá era mais tranquilo?*

*S: Claro, não tem nem comparação, lá as casas são bonitas, um lugar bonito, perto de tudo, tinha escola perto, posto, tudo perto. Os vizinhos são diferentes daqui, aqui ninguém faz nada pra ninguém, se você não tiver dinheiro, ninguém faz nada pra ninguém, aqui **não tem aquela coisa que os vizinhos tem**, aqui não tem, e lá onde eu morava tinha, entendeu, **amizade de verdade**, tranquilidade do lugar. Tinha coisa errada, lógico que tinha, mas a gente não via na nossa frente, entendeu? Aqui não, aqui se você não tiver dinheiro... por exemplo, a minha filha já tem 11 anos, agora ela já fica sozinha, ela já é mais independente, eu ensinei ela, eu tive que ensinar, mas quando eu mudei aqui eu pagava pra olhar ela, eu não soltava ela de jeito nenhum, entendeu, as coisas foi melhorando, mas ninguém faz nada pra ninguém aqui. Assim, como que eu vou te explicar... tipo, tem uma pessoa doente, entendeu, e a mulher da*

*pessoa trabalha, não tem ninguém assim pra fazer um nada. Isso é doído, hein, muito triste, é cada um por si e Deus por todos.*

(Simone, moradora entrevistada em janeiro de 2016).

Morando há mais de quatro anos no Vista Bela, num dos condomínios de apartamentos, Simone conta que não conseguiu se adaptar plenamente, apesar de considerar a mudança para o local que a libertou do aluguel uma das maiores conquistas de sua vida, conforme relatei anteriormente. No bairro onde residia antes, numa parte já consolidada da Zona Norte, a moradora ressalta que as casas são mais bonitas, há comércio e serviços próximos e, principalmente, uma vizinhança bem mais solidária e com quem ela se identificava muito mais, a ponto de construir laços de *verdadeira amizade*. No Vista Bela, por sua vez, não há colaboração entre os vizinhos, ninguém presta ajuda a não ser por intermédio de uma remuneração financeira, um lugar onde *é cada um por si e Deus por todos*. Ao fazer referência à “tranquilidade do lugar” no Jardim Catuaí, Simone recorre ao que Lindón (2006) denominou de “campo de informação espacial”, pois sua percepção sobre o local de moradia anterior contrasta com sua experiência atual, selecionando na memória características muito mais positivas do que negativas.

Dessa forma, as redes de solidariedade, tal como colocado por Koury (2010), decorrem da percepção e vivência de cada um no cotidiano do bairro, não sendo algo que possa ser percebido a priori por um observador externo. A moradora Maria Luiza, por exemplo, que reside num dos condomínios de apartamentos, antes de responder como era sua relação com os vizinhos, lançou-me a percepção que ela tem das relações entre eles em comparação com o lugar onde morava antes, na área central:

*ML: Eu vejo que é bem mais próxima essa relação de vizinhança, né, mas acho que isso independe tanto no condomínio quanto nas casas, lá eles têm bastante contato pelo que eu vejo. Mas, tava falando da nossa relação com a vizinhança, né?*

*D: Isso.*

*ML: Como a gente não fica muito em casa, a gente não tem muito contato. Assim, o contato que a gente tem é com os porteiros, mas também o mínimo, que é pra pegar correspondência e subir; com a zeladora, que sempre tá por ali. Vizinhos a gente tem contato no máximo com uns três, incluindo a zeladora, tanto pelo fato de não ficarmos tanto em casa e pelo fato do contato também, porque assim, não sei, pode parecer só*

*a minha visão, mas é o que a gente sente, como a gente não faz tanta questão de manter esse contato, então ninguém também se aproxima, então fica assim, a gente prefere manter uma certa “distância”.*

(Maria Luiza, moradora entrevistada em setembro de 2015)<sup>45</sup>.

Maria Luiza percebe, portanto, que há uma relação mais próxima entre os vizinhos no Vista Bela do que no bairro onde antes residia, no qual ela me informou que também não mantinha muito contato com a vizinhança. No edifício onde mora, hoje, ela e sua família preferem não manter muito contato com os demais moradores, até porque vivem uma rotina agitada e permanecem pouco em casa. Vale ressaltar, entretanto, que Maria Luiza e sua família estavam acostumados com um ritmo e um ambiente bastante diverso àquele verificado no Vista Bela, em especial pelo fato de ela ser universitária e almejar um projeto de vida diferente da realidade da maioria das pessoas com quem conversei no conjunto. Em que pese essas características que, de certa forma, a diferenciam da maioria, Maria Luiza endossou o reconhecimento quanto a importância da política de habitação e também a falta de atenção no atendimento à grande parte da população do conjunto que carece de uma série de serviços básicos. Possui, portanto, uma perspectiva crítica diante dessa realidade, na qual ela está inserida espacialmente por residir no conjunto, mas dispõe de uma condição de vida ligeiramente privilegiada em relação à maioria dos que lá moram.

Em uma das primeiras incursões no conjunto, já prestes a anoitecer, adentrei uma sorveteria localizada na parte frontal de uma casa, na qual pude conhecer Teresa, que reside no Vista Bela desde 2012, com o esposo e quatro filhos, dois deles alunos da UEL e os outros dois no ensino médio. Quando perguntei o que ela achava da vida no bairro, Teresa prontamente me respondeu que odeia e não vê a hora de quitar as prestações para poder financiar uma casa em outro lugar. Ao questioná-la sobre o motivo dessa insatisfação, ela me respondeu que se deve a tremenda falta de respeito dos vizinhos, que estão sempre ouvindo músicas muito altas e fazem muita baderna até tarde da noite, atrapalhando demasiadamente o sossego dos demais. Teresa relatou-me que ela e a família deveriam ter continuado pagando R\$ 450 de aluguel na casa onde antes residiam no Semiramis, bairro consolidado da Zona Norte, local no qual eles mantinham relações muito mais cordiais com a vizinhança. Apesar de todos os problemas envolvendo a convivência com os vizinhos, Teresa disse que nunca procurou “arrumar confusão”, pois sua

---

<sup>45</sup> A moradora utiliza o advérbio “lá” ao se referir ao Vista Bela porque realizei a entrevista com ela em outro lugar. No caso, tratou-se da única moradora não entrevistada no conjunto habitacional.



família prezava pela paz e pela pouca tranquilidade que possuíam nos momentos em que permaneciam em casa. As negociações de coexistência no lugar (MASSEY, 2000), nesse caso, decorriam particularmente do silêncio de Teresa e sua família perante à insatisfação com o comportamento dos vizinhos, fazendo com que ela acumulasse diversas frustrações e negatividades sobre esse lugar, estabelecendo como um de seus principais objetivos a mudança para outro bairro.

\*Teresa, de 45 anos, mora no Vista Bela desde 2012. Divide uma casa com o esposo e mais quatro filhos, todos estudantes. O esposo trabalha fora e ela cuida de uma sorveteria localizada na área frontal da casa. Tem um filho mais velho que, no momento de realização da entrevista, estava vivendo com a avó em São Paulo.

De todos os relatos com os quais tive contato, no que diz respeito às relações entre vizinhos, o mais conflituoso envolve as moradoras Raquel e Cristina, que moram em casas uma em frente a outra. Conversei, primeiramente, com a moradora Raquel, que afirmou ter vivenciado uma grande mudança em sua vida no que diz respeito às condições de habitabilidade, pois na ocupação onde morava era tudo improvisado e estavam constantemente expostos a diversas intempéries, conforme exposto no item anterior. Todavia, o teor de desolação em residir no conjunto mostrou-se explícito, particularmente devido as reclamações relacionadas aos vizinhos que, segundo ela, não possuíam qualquer moral ou respeito ao transformarem suas casas em estabelecimentos que comercializavam bebidas e mantinham música alta até tarde da noite, que mais pareciam “zonas”. Por meio de um discurso fortemente vinculado à sua religiosidade evangélica, Dona Raquel disse que, após muitas correntes de oração, Deus os libertou do bar que havia ao lado de sua casa, pois este havia fechado meses antes da nossa conversa, e que agora faltava Deus agir sobre o estabelecimento que se encontra defronte sua residência, no qual ela já percebia características de declínio, pois a dona do local não abria mais todos os dias e o movimento havia diminuído, mas ainda os incomodava. Durante toda a conversa, Raquel demonstrou muita insatisfação e mesmo ira diante da situação na qual ela e seu esposo se encontravam, inclusive me relatou que seu esposo já quis ir embora do Vista Bela, mas ela não permitiu, porque a casa foi uma conquista muito difícil, não deveriam abandoná-la, pois os que incomodam que precisavam sair.

Dois meses após conversar com Raquel, numa das minhas andanças pelo conjunto, resolvi adentrar o estabelecimento ao qual ela havia se referido antes, solicitando inicialmente uma água para estabelecer o contato. Cristina, a proprietária, atendeu-me e informou que

naquele momento ela não possuía nenhuma bebida não alcoólica, pedindo desculpas em seguida. Na sequência, eu nem precisei fazer muitas perguntas, ela começou quase que instantaneamente a desabafar, relatando as dificuldades que enfrentava no seu cotidiano para manter a casa e o sustento da família, além do bar que, para ela, tratava-se de um sonho, algo que exigia sacrifícios como trabalhar fora durante o dia e no estabelecimento a noite e nos finais de semana. Cristina me disse que já tinha uma barraquinha que vendia bebidas no lugar de residência anterior, a ocupação Vila Marieta, ou seja, ela e Raquel já eram vizinhas em outro espaço e tempo de suas trajetórias. Segundo ela, os problemas entre as duas já existiam no outro lugar, onde Raquel também não a deixava em paz, sem ela saber o porquê. Emotiva, Cristina enfatizou que mantém uma ótima relação com seus vizinhos e vários outros moradores do conjunto, pois muitos a conhecem e a chamam por um apelido “carinhoso”<sup>46</sup>. Portanto, ela não consegue entender o que a vizinha tem contra ela, que é uma pessoa trabalhadora e que não deseja o mal a ninguém, referindo-se, inclusive, à religiosidade de Raquel como um fator que deveria imputar a ela uma postura diferente, não o tal ódio que nutria por Cristina.

A conflituosa realação entre Raquel e Cristina, conforme pude observar, ressalta a total falta de reconhecimento entre sujeitos que coexistem – e já coexistiam antes – no mesmo lugar, demonstrando a complexidade desse ponto no espaço quanto às questões que vão muito além da condição socioeconômica desfavorecida, compartilhada pela maioria. São identidades construídas sob as mais diversas referências políticas e culturais, que se entrecruzam e, na disputa e confronto por seu uso e apropriação, atuam na construção socioespacial da cidade (LINDÓN, 2009).

\*Cristina, de 42 anos, reside no Vista Bela desde 2011. Mora com duas filhas, uma de 13 e outra de 19, ambas estudantes. Tem um bar anexo à sua casa, mas também faz bicos como faxineira, pois ainda não conseguiu investir no comércio a ponto dele se manter sozinho. Tem um namorado que a ajuda.

A complexidade das relações entre vizinhos num conjunto habitacional como o Vista Bela, conforme exposto nos parágrafos anteriores, revela a diversidade de identidades que se cruzam e precisam negociar sua convivência cotidianamente, pois os encontros são constantes e iminentes. As redes de solidariedade permanecem presentes em diferentes situações, algumas delas construídas em momentos e lugares de vivência anteriores dos vizinhos e que puderam

---

<sup>46</sup> Pude confirmar essa afirmação em dois momentos nos quais pessoas passaram a cumprimentando pelo apelido, de forma bastante cordial.

permanecer no novo espaço; algumas decorrentes dos laços de sangue; outras tantas construídas ali mesmo no conjunto habitacional, de acordo com as necessidades e também com a identificação de cada um em relação aos outros, aos diferentes. Dona Helena enfatizou que as melhorias em sua casa só foram possíveis com a colaboração dos vizinhos, com os quais ela tem a satisfação de também poder ajudar. Simone e Maria Luiza, cada uma de uma maneira e por motivos diferentes, relataram a ausência de uma identificação com os moradores do conjunto habitacional, o que as levam a viver suas rotinas da forma mais independente e reclusa possível. Elisa comparou sua condição de vida no Vista Bela a de uma cadeia, pois aglomeram-se ali pessoas com pensamentos muito diferentes, engessadas numa situação da qual não podem sair, ou seja, obrigam-se a conviver umas com as outras. Para além dessas experiências individuais, tive a oportunidade de conhecer os pontos de vista de duas vizinhas que não se relacionam bem desde o local de moradia anterior, mantendo-se num conflito que não parecia dar sinais de melhoria, aprofundando, dessa forma, o sentimento de insatisfação de ambas com suas vidas no conjunto habitacional.

Nos contextos estudados por Kowarick (2009) e por Lindón (2005), vários sujeitos relataram sua insatisfação quanto ao lugar no qual residiam, tanto no que diz respeito as condições de habitabilidade, como também devido às relações de vizinhança. A ausência de identificação com os vizinhos e a recusa em se relacionar com aquele que se mostrava tão diferente, compuseram as falas dos sujeitos estudados pelos autores, questões essas que foram também por mim verificadas, como descrevi nos parágrafos anteriores. Não se reconhecer como parte de um lugar demarcado pela situação de pobreza de seus moradores, estigmatizado por meio de signos que relacionam os que vivem na periferia à marginalidade, à sujeira e, no máximo, ao sentimento de pena, permeia o discurso de muitos que se vêm atados àquele espaço em decorrência de uma impossibilidade monetária de pagar outro local. Essa impossibilidade, para muitos, é momentânea e, assim que surgir uma oportunidade, esperam prontamente se mudar. É paradoxal, talvez, o pensamento dos sujeitos que alegaram essa falta de identificação com o bairro, ao afirmarem que não há um mínimo de solidariedade entre os vizinhos, não há com quem contar naquela imensidão de casas e apartamentos. É complexo identificar as razões que levam esses sujeitos a enxergar dessa forma o lugar onde vivem e as pessoas que o animam, mas me pareceu evidente, todavia, a necessidade de perceber o lugar para além das visões romantizadas de vários autores, especialmente muitos dos humanistas que pensaram o conceito no passado. Lindón (2005) alerta em suas reflexões que a pobreza nem sempre caminha junto com a solidariedade e com a ideia do que é comunitário, pois, para muitos sujeitos que residem

em lugares indesejados, o sentimento é de *estar* no lugar, não de *pertencer* a ele, fazendo com que aquela condição seja pensada como temporária.

Ao desconstruir concepções tradicionais e conservadoras acerca do conceito de lugar, Massey (2000; 2004; 2008) considera, justamente, a complexidade do período contemporâneo e as relações que se estabelecem entre as pessoas e, conseqüentemente, entre os lugares, num cenário de globalização da economia e dos costumes. Não há nada fixo, nada imutável, mas, sim, uma perpétua reconstrução que se aplica ao espaço, às relações, às identidades. No Vista Bela, dessa forma, não observei uma convergência de perspectivas devido as semelhanças que possam haver nas difíceis trajetórias de vida das pessoas com quem conversei, pelo contrário, conforme exposto ao longo do capítulo, suas experiências revelam diferentes nuances do que se pode considerar como desafios referentes à limitações de renda e de acesso aos meios de consumo e à cidade como um todo. Há, no discurso do senso comum, e até mesmo no acadêmico, um certo saudosismo em relação aos lugares de antes, que pode ser exemplificado pelos bairros nos quais famílias construam suas vidas e ali permaneciam por gerações, onde todos os vizinhos se conheciam e podiam contar uns com os outros.

As “fragilidades” ou mesmo “fragmentação” das relações sociais na atualidade são apontadas como um movimento que têm modificado profundamente a sociedade em que vivemos, discutido por Sposito e Goes (2013) no âmbito da individualização da sociedade, termo este que as autoras relacionam à fragmentação socioespacial e às práticas espaciais dos cidadãos que vivem em espaços residenciais fechados. No caso estudado pelas autoras, elas observam uma mudança na forma como diferentes grupos acessam e vivenciam a cidade, vislumbrando um afastamento e uma fragilização das relações entre os diferentes grupos. Percebem também, todavia, a complicada relação entre os vizinhos que residem num mesmo lugar e como as famílias têm se fechado não só (mas principalmente) aos de fora, mas também entre aqueles que estão intramuros. No Vista Bela, que no par dialético dos diferentes espaços na cidade ocupa o outro extremo, verifiquei por meio das falas dos sujeitos uma insatisfação referente à falta de solidariedade e também aos modos de vida de seus vizinhos, quando não uma total recusa em reconhecer-se na figura do outro. A convivência, entretanto, é iminente, mas muitos buscam diferentes estratégias para evita-la o máximo possível.

Obviamente, a realidade com a qual trabalhei é muito diversa daquela analisada por Sposito e Goes (2013), mas resguardada suas especificidades no que diz respeito às condições de vida e ao lugar de moradia de cada grupo, revelam aspectos de mudanças e permanências em nossa sociedade. A vivência do entorno e da cidade como um todo se fragmenta no período recente, pois, se num caso há os muros que separam os que escolhem viver dentro, do perigoso

mundo de fora, no conjunto habitacional há muros invisíveis, pois encontram-se no âmbito subjetivo daqueles que não se reconhecendo naquele lugar, fecham-se para seu entorno imediato, ao mesmo tempo em que acessam com dificuldade os demais espaços na cidade. Todavia, numa clara ilustração da complexidade da realidade estudada, pude verificar, numa das últimas incursões que realizei no conjunto habitacional, a iniciativa daqueles que residem nos condomínios de apartamentos – modalidade de residência que já tem como característica o cercamento de seus limites – em substituir o cercado de arame por muros de concreto, motivados, principalmente, pela garantia de maior segurança<sup>47</sup>, mas claramente condicionados também pelo desejo em se isolar um pouco mais do entorno e garantir maior privacidade, conforme ilustrado pelas fotos 3 e 4.



**Foto 3 – Cerca de arame sendo derrubada em um dos condomínios de apartamentos. Fonte: Danilo Alcantara, julho de 2017.**

---

<sup>47</sup> Este assunto será tratado no capítulo 3.



**Foto 4: Muro de concreto em processo de construção. Fonte: Danilo Alcantara, julho de 2017.**

De um lado, os sujeitos escolhem viver autosegregados do restante da cidade, desfrutam das benesses possibilitadas pelo seu poder de consumo, e por mais distante que estejam das áreas centrais, conectam-se a elas por meio de veículos particulares que trafegam por vias construídas para este propósito. No outro extremo, quase não há escolhas, as estratégias para mudar a realidade num cenário tangível são bastante limitadas, portanto, os sujeitos se encontram segregados, pois lhes foi imposta uma vida demarcada pelas ausências, pelas carências, pelas dificuldades. Ao refletir sobre a fragmentação da vida na cidade também no caso por mim estudado, apoio-me em Lindón (2005), que estabelece uma reflexão com base nos vários elementos já citados neste capítulo, concluindo que as pessoas que residiam naquela situação de pobreza na periferia da Cidade do México, insatisfeita com suas vidas e se recusando a pertencer àquele lugar, acabam por construir vínculos não duradouros e pouco profundos com o entorno, portanto, fragmentados. É uma constatação complexa, mas que decorre de uma série de aspectos verificados nas mudanças no estilo de vida urbano, que atingem, diferencialmente, todos os grupos sociais. Neste sentido, a privatização da vida social e o retraimento da vida coletiva ao âmbito da família parece ter chegado também a esses sujeitos, contudo, certamente, sem as condições materiais que os moradores dos espaços residenciais fechados têm para realizarem este modo de vida urbano. A exiguidade das casas e também dos apartamentos empurra as crianças e jovens para a rua, assim como as carências de

toda ordem empurram as pessoas, em determinadas situações, a precisarem umas das outras – o que acarreta por um lado solidariedade, mas por outro também acirra os conflitos.

## **2.4 Síntese do capítulo**

O referencial teórico apropriado e debatido neste segundo capítulo, somado às discussões empreendidas no capítulo anterior, antes de compor as compreensões construídas sobre os resultados obtidos durante a pesquisa, permitiram-me, no princípio de tudo, pensar e estabelecer o quadro teórico e metodológico no qual embasei minhas hipóteses e construí meu objeto de estudo, fortemente ancorado nas ideias de Doreen Massey e Alícia Lindón, principalmente. Estas autoras, além dos demais estudiosos consultados, possibilitaram o início do meu percurso diante de uma realidade da qual eu obtinha apenas uma imagem, uma apreensão diante do que o discurso midiático e do senso comum já haviam produzido sobre aquele espaço. Não se trata, de uma realidade que estava pura e simplesmente dada e pronta para ser investigada. Busquei-a a partir de determinados interesses de pesquisa, com um olhar orientado para as trajetórias de vida e as práticas espaciais cotidianas, em sua correlação com a construção de um novo lugar.

As dificuldades enfrentadas no processo de mudança para o Vista Bela, assim como as relações com vizinhos desconhecidos e vistos, muitas vezes, como diferentes e indesejáveis, lançaram luz às questões que eu já havia elencado, mas também revelaram, para além das minhas hipóteses, um complexo entrelaçamento entre os desafios cotidianos da vida material e objetiva, condicionada pelos ditames da economia e da política em diferentes escalas, e pelos sentidos atribuídos àquele lugar que, situado num contexto de segregação e de tantas necessidades não atendidas, representa para seus moradores uma difícil equação entre a satisfação pela conquista da casa e as tristezas decorrentes de tantas limitações.

Para reforçar a discussão que construí neste e no capítulo anterior, na sequência trabalharei mais detidamente com fatores relacionados às dificuldades enfrentadas pelos moradores no que diz respeito à ausência de uma infraestrutura plenamente adequada, de serviços públicos básicos e da desatenção do Estado em vários âmbitos, dentre eles a falta de segurança percebida pelos moradores, que vivenciam um cotidiano marcado pelo que consideram como violência e também pelas imagens e estigmas que o conjunto da cidade constrói sobre o bairro.

### **3 “A CIDADE NÃO NOS QUER”: DESAFIOS COTIDIANOS NUM CONTEXTO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

Nos capítulos anteriores, apresentei um panorama do processo de produção do espaço na cidade de Londrina, enfatizando os aspectos que geraram as estruturas e os conteúdos de forma diferenciada em cada área do espaço urbano. A produção dessas diferenças, que acirradas resultam na desigualdade socioespacial, associada à uma política pública de habitação promovida na escala nacional, revela o contexto em que foi construído o Residencial Vista Bela, um ponto no espaço no qual se entrecruzaram milhares de pessoas de diferentes lugares e distintas trajetórias de vida. Discuti que tal encontro exigiu, desde então, uma incessante negociação, pois a diversidade de identidades e de experiências que chegaram no conjunto habitacional passaram a construir, cada qual a sua maneira e ao mesmo tempo coletivamente, os significados de um novo lugar.

Ao se mudarem para um conjunto habitacional recém-construído, mais de duas mil famílias se depararam com uma série de problemas comuns à histórica prática de construção de grandes concentrações de habitações de interesse social em áreas extremamente periféricas, estendendo os limites do tecido urbano. Alguns problemas foram sendo parcialmente resolvidos com o tempo, ao passo que outros permaneceram ignorados pelo poder público, tornando o cotidiano dos moradores desgastante e repleto de infortúnios e incertezas quanto ao futuro.

No decorrer das visitas ao Vista Bela e no contato com os vários moradores com quem conversei, emergiram em suas falas uma série de questões relacionadas aos mais diferentes problemas enfrentados no cotidiano do conjunto habitacional, conforme colocado no parágrafo anterior, levando-me a considerá-los como parte importante da análise do todo. São questões amplas e complexas que, em geral, abrem a possibilidade de novas incursões de pesquisa sobre a realidade dos moradores deste contexto socioespacial, ou seja, revelam-se como maiores do que o escopo do presente trabalho. Considero-as neste capítulo porque são indissociáveis às trajetórias de vida e influenciam diretamente nas práticas espaciais dos sujeitos no que concerne à produção deste novo lugar, entendido como uma amálgama de experiências que se entrecruzam num dado ponto no espaço.

Assim sendo, neste capítulo, abordarei num primeiro momento as principais dificuldades apontadas nas entrevistas pelos sujeitos em suas vidas cotidianas no conjunto habitacional. Adentrando uma das preocupações mais recorrentes, discutirei posteriormente a questão da violência e sua relação com os estigmas territoriais, que povoam o imaginário sobre



o bairro à escala da cidade, fato este que repercute de forma preponderante na vida das pessoas que vivem nos espaços representados.

### 3.1 O descaso do poder público e a ausência de serviços essenciais

O processo de adaptação após a mudança para uma residência, num lugar completamente novo, conforme inicialmente discutido no capítulo anterior, foi complexo e doloroso para muitas das famílias com as quais conversei ao longo da pesquisa de campo. Para muitos, a situação de moradia já era bastante complicada nos locais de origem, tornando a possibilidade de adquirir uma casa num conjunto habitacional uma saída para as inúmeras adversidades enfrentadas por esses sujeitos. Pois bem, a realidade, de acordo com a fala de tantos entrevistados, mostrou-se mais difícil do que esperavam.

Quando questionados acerca dos problemas enfrentados no início em comparação com aqueles que permaneciam no momento da entrevista, vários dos sujeitos afirmaram que pouca coisa havia mudado, e que há, ainda, muito a ser feito.

*D: O que você acha que mudou, melhorou ou piorou? Vamos dizer, assim, num aspecto geral [no conjunto].*

*E: Olha, o que melhorou foi o que a própria população fez, que é em relação ao acesso a mercado, a uma lojinha, uma coisinha que a gente precisa, né [...] O que mais melhorou foi em relação a isso, tem um mercadinho, tem uma farmácia, agora, ali, que pra gente é uma coisa muito boa. Melhorou em relação a que? Foram plantadas umas árvores pela própria população, entendeu? A gente foi, buscou as mudas e a gente mesmo plantou, fez plantio de árvores, algumas consegue cultivar, outras a molecada ranca, mas melhorou. Agora, tinha uma academia, foi feita uma academia ao ar livre aqui na rua de baixo, que virou ponto de tráfico. Por quê? Porque não teve manutenção, ela vivia no meio do mato, então, assim, o mato tava na altura de um ser humano. Tem um terreno aqui que diz que era pra ser uma praça, depois falaram que ia ser o posto, depois falaram não sei o que, acabou não sendo nada, porque é também ponto de jogar lixo, virou lixo.*

(Elisa, moradora entrevistada em setembro de 2015).

Pâmela, com quem conversei em agosto de 2015, informou-me que falta ainda muitas melhorias a serem efetuadas no Vista Bela, e mesmo a chegada do comércio, apontado por Elisa como uma mudança positiva percebida nos últimos anos, está concentrado numa avenida que delimita o conjunto habitacional a leste, consideravelmente distante de sua casa, que se localiza no outro extremo, como pode ser observado no Mapa 6, no capítulo 1. Para o morador Pedro, entrevistado em setembro do mesmo ano, não havia absolutamente nada no conjunto quando se mudaram. Quatro anos depois, segundo ele, continuava “a mesma coisa”, além da degradação construtiva das próprias casas, numa clara percepção de que sua vida no conjunto continua muito difícil.

O cotidiano dos sujeitos que residem no Vista Bela é marcado por ausências, negligências e irresponsabilidade por parte do poder público, que se apropriou de um discurso de “vitória” e “comemoração”, no âmbito local, após Londrina ser contemplada, logo no início do PMCMV, com a liberação de recursos para construção de milhares de unidades habitacionais. As moradias foram construídas e os contemplados passaram a ocupa-las a partir de 2011, mas suas necessidades básicas, que vão muito além do abrigo em si, não se revelaram motivo de “comemoração” por parte dos moradores, pelo contrário, passaram a figurar como preocupação presente em quase todas as famílias entrevistadas. Conforme discutido por Rodrigues (2007), já referenciada em outras partes deste trabalho, há uma paradoxal relação entre a presença do Estado, aqui representado pela oferta de moradia plenamente subsidiada, concomitante à ausência, pois os diversos equipamentos e serviços públicos necessários à reprodução da vida estão ausentes, passando a ser incorporados no médio e longo prazos, conforme descrito no decorrer do trabalho.

Numa avaliação sobre empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV no Estado de São Paulo, Rolnik et al (2015) partem da contextualização do conceito de moradia como direito humano universal, que deve garantir não somente o acesso a um abrigo, mas também às condições mínimas para o “[...] pleno desenvolvimento social, econômico e cultural de seus moradores” (ROLNIK et al, 2015, p. 391). No Brasil, esse direito foi estabelecido por meio da Constituição Federal de 1988 e reafirmado pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001), havendo, portanto, um aporte jurídico que sinaliza a importância e necessidade do acesso à moradia e à cidade como um todo. Na prática, todavia, tal como os casos analisados por Rolnik et al (2015), muitos dos direitos considerados fundamentais não estão sendo plenamente atendidos por meio da política do PMCMV, que possibilitou a construção de milhões de unidades habitacionais em todo o país, mas não conseguiu avançar, na mesma proporção, no atendimento das necessidades das famílias. Os autores analisaram, em

sua pesquisa, diferentes dimensões no que se refere à inserção urbana e à efetivação do direito à moradia adequada, incluindo as condições de habitabilidade, acesso a infraestrutura, serviços e equipamentos básicos e a segurança da posse. Esse último ponto foi tratado no capítulo anterior, no qual apresentei o sentimento de alguns moradores que consideram a aquisição da casa própria (ainda que o direito em si só seja validado após a quitação das prestações) uma segurança e uma estabilidade que nunca haviam experimentado.

### *Condições de habitabilidade*

No que diz respeito às condições de habitabilidade das unidades habitacionais, houve inúmeras reclamações que apontaram que a situação construtiva das casas piorou consideravelmente com o desgaste do tempo, sem contar problemas que se revelaram logo após a mudança para as casas e os apartamentos.

Para Rebeca, entrevistada em junho de 2015, as casas foram produzidas com todo tipo de material da pior qualidade. Quando conversamos, revelou-me que, recentemente, profissionais de uma empresa contratada pela CEF foram às casas “instalar” os pisos, pois estas foram entregues sem esse acabamento, causando diversos problemas para as famílias, que ficaram anos sem uma cobertura interna do solo apropriada. E, por fim, ainda tiveram o transtorno de retirar toda a mobília de dentro de casa para que o piso fosse instalado. Ademais, Rebeca ressaltou que o forro e o telhado são muito fracos, sendo que na última ventania forte a cobertura de várias casas foi destruída, ocasionando grande prejuízo para as famílias afetadas.

\*Rebeca mudou-se para uma casa no Vista Bela em 2011, onde reside com o esposo e um filho pequeno. Anteriormente, vivia com os pais na área central, sendo que seus dois filhos mais velhos, um de 5 e um de 6, permanecem morando com os avós durante a semana para frequentar a creche, pois não conseguiram vaga no conjunto. Apenas o esposo trabalha fora, enquanto ela cuida da casa e do filho.

O morador Pedro, que certamente foi o que demonstrou maior insatisfação em residir no Vista Bela, fez uma série de reclamações em relação a qualidade construtiva da casa e ao espaço do terreno, pois, segundo ele, “isso não é casa de gente morar, fizeram um serviço porco para ganhar dinheiro”<sup>48</sup>. Para ele, as casas simplesmente não prestam, nada funciona: de cada

---

<sup>48</sup> Na conversa com Pedro, marcada do começo ao fim por um sentimento profundo de decepção e pessimismo em relação a sua vida no Vista Bela, achei curiosa sua constatação de que a culpa quanto aos inúmeros problemas do

três tomadas, apenas uma funciona; depois de quatro anos que foram colocar os pisos, fizeram uma bagunça; ele teve que gastar uma nota para murar e fechar toda a casa para ter um pouco de paz, pois a violência e o uso desmedido de drogas são problemas recorrentes no cotidiano do conjunto, segundo sua avaliação. Além disso, citou-me o caso de duas casas geminadas próximas a sua que pegaram fogo, devido a problemas na rede elétrica interna (ele ouviu dizer que a Caixa está pagando aluguel para as famílias). Tal situação foi referenciada também pelo morador Ângelo, que endossou os problemas relacionados à qualidade construtiva das habitações:

*A: [...] Tem uma mulher que saiu aí pra trabalhar, deixou os filho em casa, quando ela chegou em casa, a casa dela tinha pegado fogo. Se não fosse os vizinhos, os filhos dela tinham morrido queimado, sabe por quê? Porque essas casas aí foram mal feitas, elas têm uma caixinha de energia dentro... os fio que colocaram por dentro do forro eu acho que é meia polegada, eu acho que é meio, porque tem que ser o fio de 2,5, eles colocaram meio só, e esse fio esquenta até com lâmpada e entra em curto, por isso já pegou fogo em várias casas aqui. [...] Teve uma senhora que a casa dela além de queimar, queimou a casa da vizinha, porque é grudado, queimou as coisas dela e queimou as coisas da vizinha.*

(Ângelo, morador entrevistado em maio de 2015).

\*Ângelo tem 58 anos e mudou-se para o Vista Bela após a segunda chamada para entrega das chaves, em 2011. É o presidente da Associação de Amigos e Moradores do Vista Bela. Residia, antes, no Morro do Carrapato, Zona Leste, onde já era uma liderança. Divide a casa com a esposa e mais duas filhas, sendo que um outro filho veio a falecer atropelado por um ônibus em frente à sua casa, em 2013. Possui um comércio informal e improvisado na parte frontal de sua casa e recebe alguns benefícios sociais, como o bolsa família.

As situações relatadas pelos moradores Pedro e Ângelo são extremas, possivelmente exceções em relação ao conjunto das casas presentes no Vista Bela. Ainda assim, tais fatos

---

conjunto habitacional não era necessariamente do Governo Federal, que repassou o dinheiro, mas do Prefeito da época, o Barbosa Neto, e um deputado federal conhecido na cidade, o André Vargas, pois ambos teriam, segundo ele, desviado parte do dinheiro destinado à obra. Conforme comentei anteriormente, essas duas figuras políticas construíram um discurso no qual associavam a construção das casas à sua imagem, como se fosse uma conquista da sua administração e do seu mandato. Ambos sofreram processos no âmbito político-administrativo e tiveram seus mandatos cassados.

alarmantes, somados aos diversos outros problemas que foram relatados, como o caso informado por Rebeca referente ao descobrimento de várias casas ocasionado por ventanias, elucidam a condição de risco na qual se encontram muitos moradores que não puderam realizar reformas que garantissem sua segurança. Portanto, a situação de vulnerabilidade na qual viviam muitas dessas famílias, conforme discutido por Kowarick (2009), não se resolveu com o acesso à casa própria, pois verifica-se indícios de que, em muitos casos, essa vulnerabilidade é ressignificada, denotando riscos para pessoas que foram atendidas apenas parcial e precariamente pela atual política pública habitacional.

*E: [...] porque pra mim o Vista Bela é desvio de dinheiro em todas as áreas que você puder imaginar, é a porta aberta pra quem quiser ganhar dinheiro vindo do poder público. Aí você olha assim: o Vista Bela antes, o Vista Bela depois, mudou algumas coisas pra melhor, mas a maioria pra pior. As casas estão destruídas, pessoal veio tirar foto, filma... cheio de rachadura, molha praticamente todas as casas e prédios, você passa do lado dos prédios e tira foto, pode tirar foto de longe, não precisa ser de perto não, tudo rachado! Todos, é todos! Não é quase todos, todos os prédios têm fissura, todos os prédios estão rachados, o cimento lá, o piso dos estacionamentos dos prédios estão rachados. As calçadas das casas, que são das casas mesmo, que não foi a gente que fez, tão rachadas, as paredes, o forro... chove lá, escorre pelas paredes. Além de tudo torto, né.*

(Elisa, moradora entrevistada em setembro de 2015).

O relato indignado de Elisa, que observa os problemas no âmbito geral do conjunto, nas casas e nos apartamentos, reforça o descaso das construtoras responsáveis pela construção do empreendimento e também da CEF, agente responsável pela fiscalização. Ademais, Elisa associa o não funcionamento das estruturas e ações desempenhadas no conjunto à irresponsabilidade e à corrupção praticada por gestores do poder público, que, segundo ela, não perdem uma oportunidade de ganhar vantagem em cima dos mais pobres, endossando um discurso compartilhado por muitos sujeitos que se vêm reféns do sistema que os exclui. Outros moradores, como os que citei nos parágrafos anteriores – Pedro e Ângelo -, também fizeram referência à crença de que no Vista Bela, em diferentes âmbitos, houve desvio de dinheiro, levando os moradores a absorverem os prejuízos das supostas iniciativas criminosas.

Além dos diversos problemas já apresentados, foi-me relatado pela moradora Helena a dificuldade quanto ao fato das casas serem geminadas, sem qualquer tipo de isolamento acústico, o que compromete a privacidade e a liberdade dos moradores.

*H: Então, você não tem liberdade nenhuma, até o que você vai conversar dentro [da casa], você tem que tomar cuidado o que você vai conversar, porque o outro lado ouve. Então eu acho que eles deveriam, quando eles fez a casa, fazer como outras que fizeram, né, separadas.*

*D: É como se eles tivessem feito uma casa e dividido em duas, né, foi mais ou menos isso.*

*H: Isso. Não é que a gente tá reclamando, eu esto contente que eu tenho uma casa, mas a gente não é feliz por completo por causa disso, né, não ter liberdade, porque tudo o que você vai fazer, você tem que pensar antes de fazer, antes de falar alguma coisa, tem a vizinha do lado (risos).*

(Helena, moradora entrevistada em janeiro de 2016).

A dimensão privada da vida, normalmente associada ao ambiente doméstico, fica comprometida, devido às características construtivas das residências, segundo a percepção da maior parte dos meus interlocutores. O discurso da moradora Helena revela seu incômodo quanto a falta de privacidade ocasionada pela proximidade das casas, pela presença da vizinha que se incomoda com conversas altas ou com a TV ligada em certo horário da noite, conforme relatado por ela em outro momento da entrevista. Por sua vez, Helena ressalta que, apesar dos problemas, está muito satisfeita por ter conseguido, finalmente, sua casa própria, fato que ela relaciona muito com as dificuldades enfrentadas anteriormente, quando vivia numa casa cedida pela sogra e que apresentava uma série de problemas piores que os verificados no Vista Bela.

As comparações entre a situação vivida pelos sujeitos no Vista Bela e as condições nas quais viviam nos locais de origem, certamente, são constantes, o que pode ser associado à memória espacial condicionada pelo conjunto de suas experiências vivenciadas no passado e no presente (LINDÓN, 2006). A forma como constroem os laços com o lugar onde hoje vivem depende, inclusive, desses significados, sendo a dimensão do ambiente doméstico um fator preponderante no estabelecimento dessa relação. A decepção com problemas associados à qualidade construtiva das casas, somada à satisfação pela segurança da posse, resultam num

entrelaçamento de sentimentos que recaem sobre suas vidas cotidianas, tornando complexo o processo de construção daquele espaço como um lugar.

As questões referentes à habitabilidade, segundo Rolnik et al (2015), relacionam-se de forma preponderante ao arranjo familiar e às condições físicas, sanitárias, de conforto e salubridade dos moradores. No caso estudado pelos autores, o tamanho reduzido da moradia compareceu como um aspecto relevante no que diz respeito ao conjunto de insatisfações relatados pelos entrevistados, além de outros pontos, dos quais se destacam problemas com excesso de barulho, com umidade e com questões hidráulicas. Tais aspectos se assemelham bastante com os verificados no Vista Bela, certamente por se tratar de empreendimentos construídos sob os critérios do mesmo programa habitacional, no qual foi privilegiada a produção massiva de moradias com tipologias muito semelhantes, do norte ao sul do país, desconsiderando as particularidades físicas, ambientais, sociais e culturais de cada localidade e região.

Na observação sobre a paisagem do conjunto, verifica-se uma mudança substancial na estrutura e acabamento de várias casas nas quais os moradores tiveram condições financeiras para tanto - muitas vezes adquirida por meio de crédito fornecido por programas específicos da CEF para moradores do PMCMV<sup>49</sup>. Pelo que verifiquei junto à Cohab-LD e também nas conversas com os moradores, a maioria dos inscritos que aguardam uma moradia têm preferência por casas térreas, justamente devido a possibilidade de serem realizadas melhorias, além da garantia de maior privacidade e individualidade – aspecto este bastante comprometido no contexto do Vista Bela, conforme descrito anteriormente.

A totalidade dos casos estudados por Rolnik et al (2015) refere-se a moradores que residem em apartamentos, sendo que dentre os que antes habitavam residências unifamiliares, grande parte revelou uma dificuldade de adaptação devido à falta que sentem do espaço do quintal que possuíam na moradia anterior, fosse para estender as roupas no varal ou para as crianças brincarem, fosse para expandir a casa no momento em que houvesse oportunidade para tal. Na conversa que tive com a moradora Simone, compareceu também esse tipo de sentimento:

*S: Quando eu mudei pra cá eu fiquei feliz no começo e depois eu fiquei triste, porque não tinha costume de morar em apartamento, a gente que mora em casa a vida inteira, eu morei em casa a vida inteira, daí eu mudei pro apartamento, tinha várias coisas aqui que... [...] Senti [diferença], muita, muita porque quando a gente mora em casa,*

---

<sup>49</sup> Trata-se do cartão Construcard, ofertado pela CEF para fins de compra de materiais de construção para ampliação e reforma da casa própria. Sobre o assunto, ver Catelan e Bastazini (2014).

*Danilo, a gente faz churrasco, a gente faz, sabe, uma festinha, a gente chama... aqui não tem como você fazer nada, nada. Tem um salão de festa, mas pelo amor de Deus, né, não tem como você fazer uma festa lá. Primeiro que aqui tem umas 300 crianças, só no nosso [condomínio], entendeu, como que você vai fazer uma festa lá? Eles vivem solto aí embaixo, e criança é criança, né, não tem como você negar nada pra eles. Então eu não faço nada, se eu quero fazer um almoço, eu faço na casa da minha tia, ou se for pra poucas pessoas aqui na minha casa ainda dá, mas aqui não cabe ninguém! Triste isso.*

(Simone, moradora entrevistada em janeiro de 2016).

A conquista da casa própria não se encerra no acesso à unidade habitacional em si, pois está relacionada a uma gama de sonhos e expectativas construídos por famílias que almejam melhorar de vida, que enxergam nessa mudança a possibilidade de transformação. A dimensão simbólica da casa, como discutido por Maia (2012) e também por Lindón (2005), revela-se no conjunto de significados construídos por aqueles que não só necessitam de um abrigo que garanta proteção, pois esperam tornar esse ambiente num lugar caracterizado por aquilo que os conforta, que os remeta satisfação, como a fala da moradora Simone demonstra no que diz respeito à sua lamentação devido à falta de espaço em seu apartamento para receber amigos e familiares, além daquilo que se revela para ela como impossibilidade no uso dos espaços coletivos no condomínio. Os problemas de convivência, discutidos no capítulo anterior, ressaltam a complexidade da relação entre as esferas individual e coletiva da vida, e para além deste aspecto, ilustram algumas transformações no que tange à relação entre os espaços privados e os espaços públicos.

#### *A problemática inserção urbana do conjunto habitacional*

A casa, como já amplamente discutido, encontra-se inserida num contexto espacial que interfere diretamente na forma como cada sujeito vivencia seu cotidiano. Para além da adaptação em relação à moradia, os sujeitos com quem conversei tiveram que experimentar os desafios impostos por um conjunto habitacional relativamente isolado da malha urbana consolidada, que não dispunha minimamente de equipamentos públicos, nem mesmo estabelecimentos comerciais para consumo básico, o que fazia com que muitas das necessidades



básicas tivessem que ser atendidas por meio de deslocamentos para acessar outros bairros e mesmo o centro.

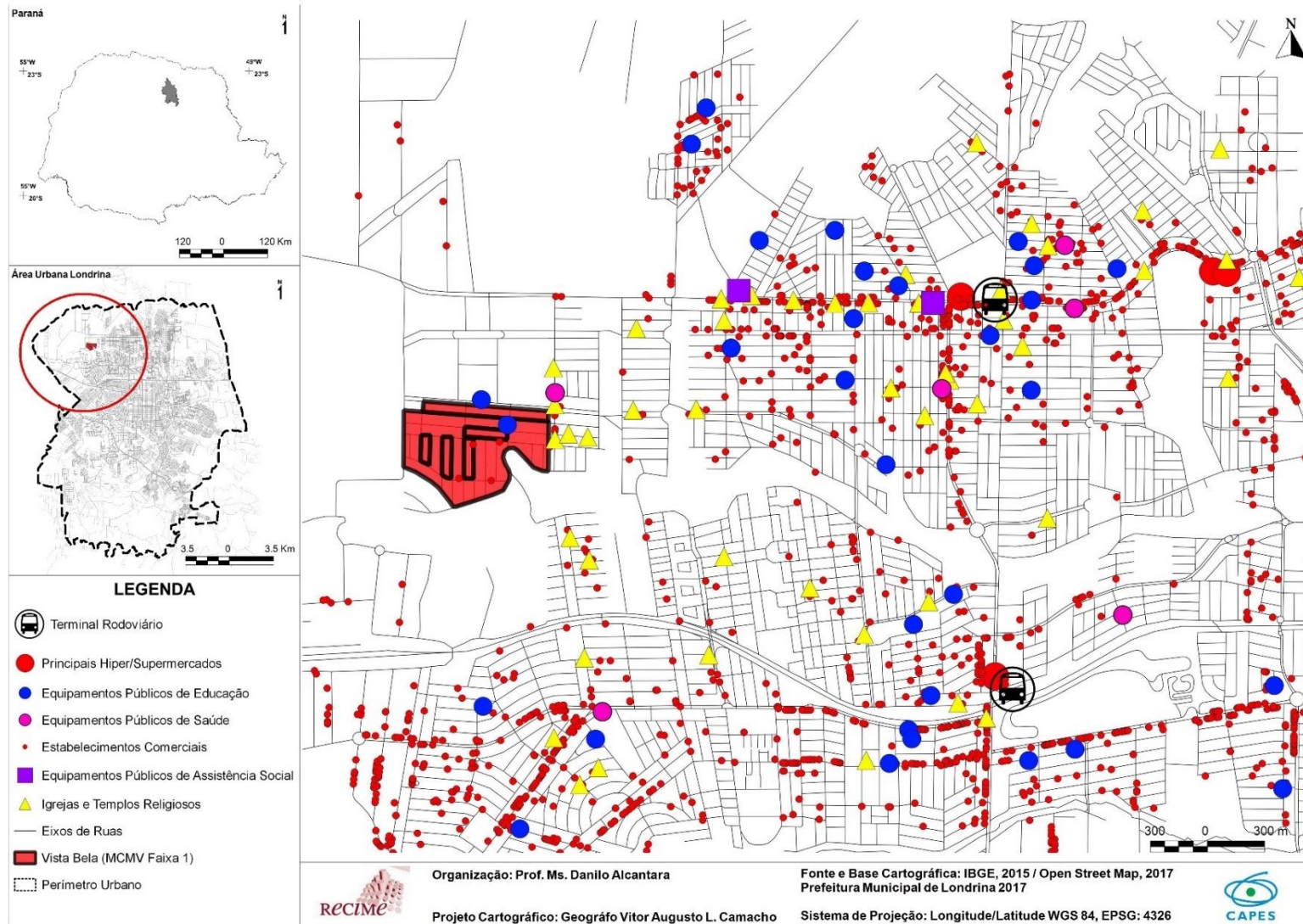
Rolnik et al (2015) alertam para o fato de que mudanças substanciais aconteceram no PMCMV por meio da Medida Provisória nº 514, de 1º de dezembro de 2010, quando foram acrescentados parâmetros para a localização e implantação dos empreendimentos, que passariam a incluir no projeto, por exemplo, equipamentos e serviços básicos para atender a população residente no local. Ou seja, a primeira fase do programa, na qual foi implementado o Vista Bela, não estabelecia exigências criteriosas que garantissem condições de inserção urbana mais amplas para os moradores, resultando na ausência de muitos serviços e equipamentos, verificada mesmo depois de alguns anos da sua implantação.

Em que pese os problemas a serem apontados quanto a execução do PMCMV, que é um programa federal, cabe ressaltar as negligências cometidas pelas outras esferas governamentais, como a estadual e, principalmente, a municipal, que é responsável pelo atendimento na maior parte dos serviços prestados à população<sup>50</sup> como saúde, educação, assistência social e segurança, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Mudaram-se para o conjunto quase dez mil pessoas num intervalo de menos de um ano, segundo dados da Cohab-LD, o que por si só já exige do poder público os atendimentos descritos de forma acessível, ou seja, no interior ou nas imediações do conjunto habitacional. A moradia, tal como apontado por Rodrigues (2001), não é uma mercadoria fracionável, ou seja, não pode ser pensada de forma isolada, independentemente da localização onde está inserida, que acarreta em maiores ou menores custos para a família residente, de acordo com os diferentes elementos que compõe o “habitar”. No Vista Bela, pagam-se prestações reduzidas, mas que não deixam de ser cobradas todo mês, além de taxa de condomínio para os que residem nos apartamentos, despesas essas somadas às tarifas cobradas pelo consumo de água, de luz, de telefone, bem como os deslocamentos necessários para acessar serviços. No Mapa 7, a seguir, foi realizado um esforço de síntese para ilustrar alguns elementos que revelam a inserção urbana do Vista Bela no contexto da Zona Norte, enfatizando a localização de equipamentos públicos, estabelecimentos comerciais, templos religiosos e terminais de ônibus, no entorno mais próximo do empreendimento e num recorte que contemplou parte da Zona Norte.

---

<sup>50</sup> Nos textos que compõem a coletânea organizada por Amore, Shimbo e Rufino (2015), há diversas informações sobre o funcionamento do programa e análises de estudos de caso em cidades de diferentes regiões do país.

Mapa 7 – A inserção urbana do Vista Bela no contexto da Zona Norte de Londrina.



A quantidade de informações representadas no Mapa 7 pode gerar, num primeiro olhar, uma percepção de que a inserção urbana do Vista Bela não é tão problemática assim, considerando o relevante número de objetos apontados, particularmente o de estabelecimentos comerciais. Todavia, diante dos diversos aspectos já levantados neste trabalho, é necessário a reflexão acerca da dimensão temporal e da relativização das distâncias que são percorridas pelos moradores na busca pela satisfação de suas necessidades. A ocupação no conjunto foi iniciada em 2011, quando não havia nenhum dos equipamentos públicos e dos estabelecimentos comerciais representados em seu interior e no entorno mais próximo, enfatizando a constatação de que algumas das demandas dos moradores foram sendo parcialmente atendidas no decorrer dos anos, pois as informações presentes no referido mapa foram coletadas em novembro de 2017. A atual presença de equipamentos públicos de saúde e de educação no conjunto habitacional, inaugurados anos após a sua ocupação, será discutida adiante. Por outro lado, no que concerne às distâncias, é perceptível o reduzido número de objetos presentes nas proximidades do conjunto em comparação às outras áreas representadas neste recorte da porção ocidental da Zona Norte de Londrina. Muitos dos sujeitos com quem conversei percorrem as distâncias até equipamentos de saúde, de educação, de assistência social e a supermercados e hipermercados, dentre outros estabelecimentos comerciais, a pé, acentuando as dificuldades enfrentadas no cotidiano do conjunto habitacional. A exceção, conforme pode ser nitidamente observado, dá-se pela expressiva presença de templos religiosos no entorno do empreendimento, demonstrando aspectos do contraste entre o rápido comparecimento destes estabelecimentos e sua atuação junto à vida dos sujeitos que lá residem, e a vagarosa intervenção do poder público na resolução de suas demandas.

O atendimento pelo serviço de transporte coletivo, alimentado, principalmente, por dois terminais urbanos representados no Mapa 7 – Vivi Xavier e Ouro Verde -, melhorou no decorrer dos anos, conforme pude verificar em alguns relatos. Há uma linha que circula entre os dois terminais e percorre diferentes vias do conjunto; e uma linha que sai do Terminal do Vivi Xavier, passa pelo Terminal Oeste, pela Universidade Estadual de Londrina e tem como ponto final o Terminal do Shopping Catuaí, possibilitando um percurso amplo para os usuários sem necessitar de integração no Terminal Central. Todavia, a tarifa do transporte coletivo urbano, no início de 2017, chegou a R\$ 3,75, valor muito oneroso para pessoas que precisam se deslocar com frequência e dispõem de rendimentos limitados.

*J: Se você for pensar, R\$ 3,35<sup>51</sup> não é caro, porque você pega o ônibus aqui e você pode ir até Lerroville [distrito de Londrina], se você ver por esse lado. Mas a pessoa que tá aqui dentro, que todo dia tá circulando aqui, duas vezes por dia, que trabalha e depende de ônibus, é muito dinheiro [...] Quem fica rico são eles, a gente... cada vez tem menos.*

*D: Seu salário, seu dinheiro cada vez valendo menos.*

*M: Verdade. Quando o salário sobe 50 reais, se você juntar tudo os impostos que subiu e que vai subir e que tá subindo, já pegou aqueles 50 que subiu e mais 150 do teu salário, já era. Então, não tem jeito, a gente não tem pra onde correr não, a gente enfrenta ou a gente enfrenta.*

(Jandira, moradora entrevistada em março de 2015).

Na fala da moradora, são explicitadas as dificuldades quanto a administração das despesas por um chefe de família do qual os aumentos no salário não acompanham os aumentos nos preços do consumo em geral, exigindo desses sujeitos um enfrentamento diário diante das dificuldades que se impõem à sua condição de vida.

A cidade capitalista é produzida de forma diferenciada por meio da desigual distribuição das riquezas, que imputa, dessa forma, um acesso também diferenciado aos meios coletivos de consumo, aos serviços públicos e aos espaços em geral, num duplo movimento de homogeneização do espaço enquanto mercadoria e fragmentação dos lugares (CARLOS, 2013). O sujeito que se encontra num conjunto habitacional com a configuração do Vista Bela, diante de suas experiências cotidianas, percebe sua situação de segregação ao compreender que seu acesso à cidade como um todo é bastante difícil, pois se dá mediado pelo dinheiro e por aquilo que lhe é ofertado pelo Estado, ou seja, quase nada.

Pereira (2008), ao estudar a situação da mobilidade urbana e da acessibilidade na cidade de Presidente Prudente (SP), verificou que a condição socioeconômica e a localização das residências de moradores da periferia pobre eram fatores limitantes às suas necessidades de locomoção e acesso aos diferentes espaços da cidade, sendo tal situação agravada nos casos em que outros fatores se somavam a esse quadro, como o desemprego, que gera diminuição ou

---

<sup>51</sup> No momento em que conversei com a moradora Jandira, especulava-se que o reajuste da tarifa do transporte coletivo passaria de R\$ 2,95 para R\$ 3,35, ou seja, um aumento de aproximadamente 14% de uma única vez. Antes de efetivado o aumento, no entanto, a Prefeitura atualizou os cálculos e conseguiu reduzir o preço final para R\$ 3,25. De lá para cá, porém, esse valor já aumentou cerca de 17%, sobrecarregando demasiadamente a renda do trabalhador, especialmente o mais pobre, conforme exemplificado por Jandira.

completa ausência da renda familiar. Os sujeitos entrevistados pela referida autora sentem-se, tal como aqueles sobre os quais trata o meu trabalho, segregados e excluídos do restante da cidade, porque não compartilham daquilo que é básico e que deveria ser garantido a todos. Justifica-se, dessa forma, o sentimento de muitos que revelaram estar melhor inseridos nos locais de moradia anteriores, apesar das dificuldades que enfrentavam com as condições de habitabilidade. Em alguns casos, aparentemente, resolvem-se uns problemas na medida em que outros são piorados.

No que diz respeito aos equipamentos de consumo, as dificuldades enfrentadas foram grandes também nos primeiros anos, segundo me informaram vários moradores, pois não dispunham de quase nenhum estabelecimento comercial nas proximidades. Padaria, mercadinhos e farmácia, por exemplo, foram sendo inauguradas no decorrer dos anos, principalmente na avenida que margeia o conjunto à leste, onde estão concentrados os principais estabelecimentos comerciais do entorno, conforme representado no Mapa 7. Os principais super e hipermercados, nos quais se encontra uma variedade maior de produtos e, de certa forma, preços mais atrativos, estão concentrados na Avenida Saul Elkind, nas proximidades do Terminal do Vivi Xavier e para além deste, como o Super Muffato<sup>52</sup>, representado pelo círculo vermelho mais ao leste do mapa, ou seja, consideravelmente distante do conjunto.

No Mapa 7, é possível visualizar também que alguns estabelecimentos se encontram inseridos no interior do conjunto. Como pude perceber ao longo dos trabalhos de campo, o número de comércios e “vendinhas” informais é bastante expressivo, resultantes, por um lado, das necessidades dos moradores que precisavam ser sanadas de forma urgente, e de outro, pela condição de desemprego e de dificuldades financeiras de muitos dos moradores, que vislumbravam por meio dessas atividades uma fora de geração de renda.

O descompasso na aplicação de políticas públicas por meio das diferentes esferas governamentais comparece de forma nítida na realidade do bairro. Ressalto, mais uma vez, que iniciei o contato com os moradores do Vista Bela em março de 2015, ou seja, quase quatro anos após o início da ocupação do conjunto habitacional. Naquele momento, os relatos dos sujeitos entrevistados e as observações realizadas nas caminhadas pelo conjunto me permitiram enxergar um contexto de forte abandono e desproteção daquelas pessoas por parte do Estado que, apesar de ter entregue as unidades habitacionais ligadas a rede de água e esgoto, energia captada parcialmente por fonte solar, e ruas pavimentadas, não construiu os equipamentos urbanos básicos, como unidade básica de saúde e escolas de ensino fundamental e médio.

---

<sup>52</sup> Maior rede de hipermercados em atividade na cidade de Londrina, dispondo de 11 lojas em diferentes bairros.

A pressão popular foi fundamental para que fosse construído e entregue, com quatro anos de atraso, uma unidade básica de saúde no Jardim Padovani, nas imediações do conjunto. O morador Ângelo, presidente da associação de bairro do Vista Bela, relatou-me sua experiência quanto a cobrança da construção e entrega da unidade básica de saúde para a população, conforme segue:

*A: [...] Tive umas reuniões com o prefeito. Ele tinha um ano e alguma coisa de candidatura, que ele já tava eleito, que ele já tava na prefeitura, aí tivemos uma reunião. Aí eu peguei e botei a questão do Vista Bela pra ele, as máquinas públicas, que não estava nenhuma sendo viabilizada pra nós, aí na ocasião ele me falou: “Seu Ângelo, nós vamos estudar um jeito pra que a gente possa fazer lá as máquinas públicas, o posto de saúde...”; eu falei: “olha, os postos tudo vão fechar, certo, pra pintar, pra reforma e tudo, e o povo do Vista Bela são 15 mil moradores, eu quero ver aonde que eles vão ir em médico”. Falei: “e tem outra, Prefeito, pro senhor ver, o senhor já tem um ano que o senhor tá aqui na prefeitura, e ninguém nunca viu a cara do senhor lá no Vista Bela, se o senhor pretende se eleger, ou pretende procurar um apoio lá na minha comunidade, então o senhor tem que se mexer, nosso posto de saúde é prioridade”; aí ele falou: “olha, me dá então 25 dias que eu vou conversar com a Cohab e tal e tal, pra ver o que que a gente resolve”; eu falei: “não, na Cohab eu já conversei com o Hoffman, ele falou que o problema tava aqui na prefeitura”, né, aí ele pegou e falou: “tudo bem”, pegou o celular, telefonou pro Hoffman, o Hoffman confirmou, aí ele disse: “então, dentro de 25 dias a gente começa a obra lá, mas não fala nada pra ninguém não, nós vamos começar dentro de 25 dias e até junho de 2015 nós vamos entregar o posto concluído pra vocês, pelo menos o posto de saúde vai tá pronto, e as outras máquinas públicas nós começaremos a partir de março”, que seria as creches e as escolas. Aí tudo bem, eu gostei da atitude dele porque ele me prometeu 25 dias, e dentro de 25 dias as máquinas estavam trabalhando ali, começou a fazer o posto de saúde, hoje tá quase inaugurando.*

(Ângelo, morador entrevistado em maio de 2015).

O discurso do morador Ângelo, dada sua experiência enquanto liderança de bairro iniciada já em seu local de origem, o Morro do Carrapato, é permeado por um teor fortemente

político, explicitado por sua advertência perante o Prefeito quanto a desconsideração dele por nunca ter visitado o Vista Bela, atitude essa considerada como elementar caso ele quisesse votos numa suposta tentativa de reeleição. Segundo Ângelo, sua reivindicação em nome da associação foi fundamental para que a Prefeitura colocasse em prática, finalmente, a construção da unidade básica de saúde, que se apresentava desde o início como uma demanda crucial para os moradores do conjunto.

Antes da instalação da UBS do Jardim Padovani, alguns moradores me relataram que permaneceram buscando atendimento nas unidades básicas de saúde de seus bairros de origem, exigindo-se, dessa forma, deslocamentos para outras áreas da cidade, ou mesmo para outras cidades, como informado pelo morador Davi, que continuou utilizando os serviços de saúde do bairro onde residia, na cidade de Cambé. Outros tantos moradores passaram a buscar atendimento nas UBS de bairros vizinhos, principalmente a unidade do Parigot de Souza, que ficou sobrecarregada por conta dessa migração em massa de pacientes, conforme informado por profissionais do CRAS Norte A, entrevistados em maio de 2015. Crianças, idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas em geral, que dependem de atendimento médico frequente, além de todo o restante da população residente no Vista Bela, enfrentaram anos de dificuldade devido as distâncias que precisavam percorrer para acessarem os serviços públicos de saúde, até que em agosto de 2015, com dois meses de atraso em relação à previsão de entrega do prefeito, foi inaugurada a UBS do Jardim Padovani, motivo de comemoração para os moradores do conjunto. No Mapa 7, é possível visualizar as distâncias entre o conjunto habitacional e os esquipamentos públicos de saúde presentes em outros bairros da Zona Norte, que exigiam longos percursos realizados, principalmente, a pé.

Os vizinhos Clovis e Julieta, entrevistados em setembro de 2015, listaram-me uma série de melhorias que ocorreram no conjunto desde a entrega das moradias, num discurso marcado pelo otimismo e pela satisfação devido a conquista da casa. A entrega do “postinho”, segundo eles, foi uma dessas melhorias, que englobavam ainda a maior frequência de horários de ônibus e a quantidade de paradas, e a diversificação do comércio nas proximidades de suas

casas, pois ambos moram no limite leste do conjunto habitacional, nas imediações da avenida que concentra os principais estabelecimentos comerciais.

\*Clovis mudou-se para o Vista Bela em 2011, onde reside numa casa. Aos 52 anos, vive de bicos fazendo pequenos consertos, mas procurava na época da entrevista se aposentar por invalidez, devido ao acúmulo de problemas de saúde. Antes, residia no Santa Fé, um fundo de vale localizado na Zona Leste.

\*Julieta, de 65 anos, é vizinha de Clovis desde que ambos moravam no fundo de vale do Santa Fé. Mudou-se para o Vista Bela também em 2011. Quando conversamos, tinha acabado de conquistar o auxílio idoso, mas mantinha-se lavando roupas para sua filha, que permaneceu residindo no Santa Fé.

O acesso aos serviços básicos de saúde é um direito elementar que deveria ser garantido a qualquer cidadão. A nova UBS gerou um impacto bastante positivo na dinâmica da vida no conjunto, pois trouxe consigo a possibilidade de atendimento próximo ao local de moradia, sem a necessidade de grandes deslocamentos. Todavia, apesar da estrutura predial ser o primeiro passo para se oferecer o serviço, o atendimento em si apresentou vários problemas desde sua inauguração, conforme relatado por alguns moradores.

*E: Pessoal dá o nome ali pra ser atendido, pra pegar um remédio as pessoas tão ficando quatro horas sentadas ali, entendeu? Aí chega o ponto de uma pessoa está precisando de atendimento, tá ali passando mal, tá com dor, porque você vai pra tentar uma consulta... porque também tem esse, que você chega e aguarda ali, se alguém faltar eles te encaixam, mas aí só pra pessoa ser chamada pra medir a pressão está levando em torno de três horas. E tem funcionário ali, não vem falar que não tem. Não tem medicamento! Você vai lá e precisa de remédio controlado, essas coisas, não tem medicamento! Vacina, também não tem vacina ali, porque meu filho tá com as vacinas atrasadas, fui lá perguntar, passei lá perguntar, falaram “ah, a gente tá com falta de algumas vacinas, não vai dar pra gente atualizar a ficha dele agora, aí você traz semana que vem”. Aí também tem o detalhe das gestantes, não sei se vocês viram, passou uma reportagem, a menina foi lá no Camargo reclamar, que que aconteceu? Ela chegou ali com dor, a pressão dela estava alterada, e daí foi filmado, o repórter filmou, a enfermeira falando pra ela “então, faz o seguinte, eu te indico você ir no outro posto e tentar o atendimento lá, porque aqui infelizmente a gente não vai poder te atender”. A mulher de nove meses, gente, faltando uma semana pra ganhar, com a*



*pressão alterada, passando mal, uma senhora branca, ela tava vermelha! Você via estampado na cara dela que ela não estava bem, custava ter posto essa mulher pra dentro, ter atendido, chamado o Samu? [...] Então, quer dizer, o postinho foi inaugurado, vieram, fizeram uma festa, eu nem fui lá, tava com o pé machucado, nem fui lá! Falei: “eu não vou lá dar ibope pra gente que tá fazendo só imagem ali”, porque o que eles queriam era tirar foto com o povo pra depois usar isso em época de campanha eleitoral. Comigo não me pega mais isso aí não. Ali o negócio do posto tá um caso sério... foi dito que a partir do dia 5 de outubro vai tá vindo mais um médico, que não vai ter pediatra, que não vai ter ginecologista... quer dizer, pra que o posto ali então? Não adiantou em nada. Aí o posto atende das sete as sete, né, é o horário que tá marcado lá, mas você chega lá sete horas da manhã você vai ficar até as sete da noite esperando atendimento pra não ter. E eu vou falar uma coisa pra você, tem pessoas aqui que são deficientes, que usa de um remédio, assim, que tem uma especialidade, a mulher tava falando no Camargo, ele filmou um monte de gente ali, e ela falou assim “eu preciso desse medicamento, o Estado tem que me dar, porque isso tá na Constituição”. Só que o que é Constituição pro Vista Bela? Não tá existindo, não tá existindo...*

(Elisa, moradora entrevistada em setembro de 2015).

Há uma série de elementos a serem considerados na fala da moradora Elisa. Primeiramente, havia a expectativa alimentada por anos de espera pelo posto de saúde que viria a sanar uma das maiores necessidades dos moradores do Vista Bela. Todavia, as Unidades Básicas de Saúde, atualmente denominadas de Unidades de Saúde da Família, têm como função justamente o acompanhamento das condições gerais de saúde das famílias, nas quais se prioriza o acompanhamento de idosos, gestantes, crianças e pessoas com doenças crônicas em geral. As consultas são agendadas antecipadamente, sendo que cada médico e cada equipe ficam responsáveis por um conjunto de famílias situadas no raio de abrangência da UBS. A busca por atendimento emergencial é comum no cotidiano dos postos de saúde, quando pessoas com dor ou com algum tipo de ferimento ou alteração no corpo necessitam de atendimento imediato, como me revelou o esposo de Elisa num outro momento da entrevista, em que reclamou quanto a burocracia do atendimento na UBS do Jardim Padovani. O atendimento emergencial, na estrutura municipal dos serviços de saúde, é realizado, hoje, por meio das Unidades de Pronto

Atendimento (UPA), que funcionam 24h com médicos de plantão para atender casos como os citados, numa ordem de prioridade de acordo com a gravidade de cada situação. Por sua vez, a falta de esclarecimento e de sensibilidade no trato com a pessoa que busca atendimento, mesmo que o local não seja apropriado para o fim estabelecido, é o que destoa na fala de Elisa e também de outros moradores do Vista Bela, que permanecem, dessa forma, privados de seus direitos humanos mais básicos. Ademais, de acordo com a fala dos sujeitos entrevistados, faltam médicos até mesmo para o atendimento agendado do qual a UBS é responsável, além de medicamentos e vacinas.

Por fim, na fala de Elisa transparece um exaspero de consciência quanto a sua condição e a de outras pessoas que hoje residem no Vista Bela. Do que trata a Constituição? Quais os fins estabelecidos nessa Lei que serve como parâmetro para todas as outras? Repetindo seu questionamento: “o que é Constituição pro Vista Bela? Não tá existindo, não tá existindo...”. O tempo é uma variável preponderante no cotidiano dos sujeitos que vivem nessa situação de segregação e desproteção. Foram-lhes entregues as casas com uma infraestrutura básica, depois, aos poucos, veio o comércio, mais alguns anos e chegou a UBS... agora, quantos anos mais serão necessários para a construção das escolas? E os equipamentos para a prática do lazer e de esportes? As promessas são muitas, como pude verificar num trabalho de campo<sup>53</sup> realizado no IPPUL, em março de 2015, no qual obtive a informação de que havia previsão de uma verba para a construção de um equipamento de uso comum para a prática de esportes. Até o momento em que esta tese é escrita, todavia, isso não se concretizou. Para Alvarez (2013, p. 113), “[...] a segregação urbana se expressa, por exemplo, na morfologia profundamente desigual das habitações, na dificuldade e/ou impossibilidade de acesso à centralidade urbana e aos serviços”. O não cumprimento dos preceitos constitucionais se revela na falta de prioridade do poder público em intervir nas demandas dos moradores do Vista Bela, atuando, nos últimos anos, de forma muito pontual e vagarosa, impossibilitando, portanto, o pleno acesso dessas pessoas aos serviços mais básicos.

#### *A importância (e a ausência) das escolas*

Diante de tantas ausências relatadas pelos sujeitos entrevistados no Vista Bela, a falta de um tipo de equipamento público mostrou-se como unanimidade em suas preocupações: as

---

<sup>53</sup> Trabalho de campo realizado com alunos da disciplina Produção e Consumo do Espaço Urbano, do curso de Arquitetura e Urbanismo da FCT/Unesp.

escolas. Entre o período da entrega das chaves, até o intervalo de tempo no qual realizei a pesquisa de campo, 2015-2016, o conjunto habitacional não obteve a construção de escolas de ensino fundamental e médio, apenas um pequeno centro municipal de educação infantil (CMEI). Este último, por sua vez, só foi instalado no bairro porque passou a ocupar a estrutura predial de um espaço que foi entregue pela Cohab como um centro de convivência, não havendo, dentro do conjunto, áreas disponíveis para a construção de outros equipamentos.

Tive a oportunidade, logo no início de minhas incursões no conjunto, de conversar com a diretora do referido CMEI, Valdirene, que me relatou um pouco de sua curta experiência naquela escola, pois havia sido transferida há pouco tempo no momento em que a entrevistei. Valdirene me informou que a escola foi inaugurada em 2013, e atende 40 crianças na faixa dos cinco anos e outras 120 na faixa dos seis anos, nos turnos matutino e vespertino.

*V: [...] todos são daqui do bairro. O bairro tem 12 mil pessoas, atende a essa demanda. A fila de crianças para serem matriculadas é enorme, sempre aparecem pais aqui querendo dar o nome pra serem chamados, mas infelizmente não dá para atender todos, não há espaço físico para isso. Há projetos de construção de escolas de Fundamental 1 pelo Município e Fundamental 2 pelo Estado.*

(Valdirene, diretora do CMEI, entrevistada em março de 2015).

Não há, no presente momento, estatísticas precisas quanto ao número de habitantes do Vista Bela, mas as estimativas são diversas. Valdirene comenta que existe cerca de 12 mil pessoas vivendo no conjunto, havendo, dessa forma, uma demanda enorme por vagas na educação infantil, conforme percebido pela intensa e constante procura por matrículas na instituição. A escola, de fato, é bem pequena, não comporta um número maior de crianças sem que seja comprometida a qualidade no atendimento que, segundo a diretora, é uma preocupação muito presente na administração municipal, que garantia, naquele momento, infraestrutura adequada, profissionais devidamente qualificados e uma merenda produzida sob controle de nutricionista e com ingredientes de procedência (ela me informou que recebe, semanalmente, verduras e outros perecíveis, sempre muito frescos). Valdirene explicou que os pais e/ou responsáveis pelas crianças são bem participativos, comparecem nas reuniões e se preocupam com a educação dos filhos, algo considerado por ela como fundamental no processo de formação dos alunos.

*D: Resumindo tudo o que você falou, como avaliaria o impacto da escola no bairro?*

*V: Muito positivo. Como eu te falei, são 160 crianças atendidas, são 160 famílias que dependem aqui da escola, então eles têm um respeito [muito grande]. A escola faz parte também do programa do leite, que é fornecido segunda, quarta e sexta. A escola é da comunidade, é deles, eles cuidam, há uma relação muito positiva entre a escola e o bairro. Temos também funcionários que são moradores do bairro [...].*

(Valdirene, diretora do CMEI, entrevistada em março de 2015).

Na fala da diretora transparece a importância que a pequena escola de educação infantil possui para o conjunto habitacional. A maioria das famílias é bastante consciente dessa importância, como eu mesmo pude atestar por meio dos sujeitos que entrevistei. Além da diretora, tive a oportunidade de conversar com uma funcionária do “apoio”, a Antônia, que reside no conjunto e atua também como voluntária no projeto DIST<sup>54</sup>, além de participar ativamente na igreja evangélica da qual faz parte. Antônia é uma figura conhecida e muito querida pelos moradores do Vista Bela, particularmente por aqueles que participam do programa de distribuição do leite, atendidos por ela na escola onde trabalha, e pelas mães e pais que estudam o ensino fundamental e médio na modalidade EJA (educação de jovens e adultos), ofertado pelo DIST, no qual a moradora se responsabiliza pelo cuidado das crianças durante as aulas, no período noturno.

---

<sup>54</sup> Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Integrado do Vista Bela e seu Entorno. De acordo com a descrição presente no blog do projeto: “É uma iniciativa do programa Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, desenvolvido pelo Instituto Fazer, de Londrina, em parceria com o Instituto Pólis, de São Paulo. O DIST atende a área do Programa Minha Casa Minha Vida, situada no Conjunto Vista Bela, e mais 13 regiões próximas, sendo elas: Conjunto Horizonte II, Bairro São Jorge, Jardim Padovani e Conjuntos Habitacionais Parigot de Souza I, II e III, Vivi Xavier, Chefe Newton, José Giordano, Ana Terra e Residenciais Santo André e Maria Celina. Todas se situam na região norte da cidade de Londrina (PR).

O objetivo do programa é melhorar as condições de vida da população residente nesses bairros. As estruturas públicas de saúde, educação e assistência social do bairro sofreram uma intensa pressão de demanda, assim como a rede de comércio e serviços. Por conta disso, o DIST tem como objetivos específicos: levantar as necessidades e potencialidades do território de intervenção; promover a gestão integrada do território; qualificar a população para uma melhor inserção no mercado de trabalho; melhorar o nível de escolaridade da população; fortalecer a expressão e formas de representação individual e coletiva; promover ações para apropriação, manutenção e conservação do patrimônio individual, coletivo e público.; fortalecer o exercício da cidadania” (<http://projetodist.tumblr.com/projeto-dist>).

\*Antônia, de 48 anos, mudou-se para o Vista Bela em 2011, na segunda chamada. Antes, residia no Jardim Eucaliptos, Zona Leste, numa casa alugada. Mora com dois filhos, um rapaz de 18 anos e uma moça de 17, além de um filho mais velho, que já é casado e mora com sua família.

Portanto, além da escola, havia no Vista Bela no momento em que realizei os trabalhos de campo a atuação do projeto DIST, que atendia, principalmente, certas demandas educacionais e de formação profissional dos moradores. Eram ofertadas turmas de EJA e cursos esporádicos para aperfeiçoamento e formação profissional, como os cursos de porteiro e de treinamento para assentamento de azulejos, por exemplo. No entanto, o projeto faz parte de um fundo da CEF para atendimento da população alocada nos conjuntos Faixa 1, financiados pelo PMCMV, havendo prazo determinado para ser encerrado: dezembro de 2015, conforme foi-me informado na sede do DIST. Apesar de limitado, o projeto contribuiu na oferta de alguns serviços que não foram atendidos por meio das administrações estadual e municipal, sua finalização deixou uma lacuna que ainda não tinha previsão de ser preenchida. Por outro lado, no que diz respeito às escolas de ensino fundamental e médio, não houve desde o início o atendimento da imensa demanda que foi criada ao transferirem milhares de famílias para o conjunto habitacional, a maioria delas com crianças e adolescentes em idade escolar.

*H: Nem escola não tem, não tem nenhuma escola ainda. Era previsto pra 2016 tá pronta já, né.*

*[...]*

*D: Esse ano faz cinco anos que começou a ocupar o bairro já.*

*H: Esse ano vai pra cinco anos, então já era pra escola estar pronta, né.*

*D: Exatamente.*

*H: Eles tão dando passe pras crianças ir pra escola, tem um ônibus que leva as crianças daqui até a municipal, né. Mas eu já acho que a estadual vai ficar difícil, porque tem que pegar o ônibus de linha, a municipal a prefeitura tá mandando ônibus e leva pra escola, mas estadual já tem que pegar ônibus de linha. Aí você já se preocupa, porque você vai deixar sua filha ficar pegando ônibus, indo e vindo da escola, não sabe com quem anda. Porque quando a gente vem do emprego, ou do Centro, e pega esse ônibus cheio de criança da escola, nossa, você vê cada coisa, porque eles estão sozinhos, e se você tem a escola no bairro, não dá tempo deles*

*fazerem tanta bagunça assim, chega logo em casa, você dá o tempo pra eles “oh, você sabe que você sai da escola e cinco minutos tem que tá em casa”. E esse tempo no ônibus, andando dentro do terminal, pensa bem, o que que as crianças não aprontam, e os pais não têm como acompanhar, levar pra escola, buscar na escola, não tem jeito.*

(Helena, moradora entrevistada em janeiro de 2016).

A moradora Helena relata em sua fala a forma que a Prefeitura encontrou para sanar provisoriamente o problema da falta de escolas de ensino fundamental no conjunto. Dezenas de ônibus são fretados pela administração municipal para transportarem as centenas de crianças que se encontram aptas a frequentar do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, faixa etária atendida pelas escolas da Prefeitura, para instituições localizadas em diversos bairros da Zona Norte, principalmente, e também da Zona Oeste, algumas delas representadas no Mapa 7. A situação, que viria a remediar a condição emergencial dos moradores recém alocados no conjunto habitacional acabou por se tornar uma prática permanente na gestão do prefeito Barbosa Neto, até 2012, e Alexandre Kireff, que assumiu em 2013 e manteve tal situação até o encerramento de seu mandato, em 2016.

Em sua fala, Helena revela também que sua preocupação maior diz respeito ao momento em que sua filha passar a frequentar o sexto ano do ensino fundamental, ofertado nas escolas estaduais, que não oferecem esse tipo de locomoção, exigindo-se dos estudantes o uso do transporte coletivo comum. Em que pese tal situação se tratar de uma dificuldade que preocupa também outros pais, como discutirei através do caso de uma outra moradora no próximo item, as reclamações quanto aos problemas ocasionados pelo transporte das crianças pelos ônibus fretados foram frequentes, demonstrando que a solução para uma situação que se mostrava emergencial no começo não deveria se tornar permanente.

*S: [...] Mas falta muita coisa, Danilo, por exemplo, não tem uma escola para as crianças aqui. As crianças, igual minha filha, tem que pegar ônibus lá em cima, debaixo de chuva, as vezes chega no ponto toda molhada, vai pra escola toda molhada, entendeu, e não é só minha filha, filho de todo mundo aqui que estuda no ensino fundamental. Outra coisa, como eu trabalho, minha filha vai sozinha, eu tive que soltar ela pra ir sozinha, porque ou eu trabalho, ou eu levo ela pra escola, eu tive*

*que ensinar ela, tive que pegar confiança nela pra ela ir sozinha, mas eu morro de medo, Danilo, eu morro de medo porque é perigoso, entende.*

(Simone, moradora entrevistada em janeiro de 2016).

As preocupações de quem tem filhos em idade escolar foram bastante presentes nas falas que obtive no Vista Bela, como exemplificado pelo relato da moradora Simone. As crianças precisam estar em determinado horário e local, no centro do conjunto, para aguardar os ônibus fretados pela Prefeitura, sem a proteção de uma cobertura e sem um espaço com recuo apropriado para os veículos estacionarem. Claro, trata-se de uma prática emergencial e provisória, o que não justificaria a construção de uma infraestrutura segura para este fim, mas que já dura mais de cinco anos. A Prefeitura disponibiliza, em cada ônibus, uma monitora para acompanhar as crianças durante o trajeto, mas tal iniciativa não impede que ocorram conflitos e situações que comprometam a integridade física e mental das crianças, segundo os pais com os quais conversei. O morador Ângelo foi um dos que me relataram situações de conflito nos ônibus, expondo um episódio no qual sua filha supostamente havia esbarrado numa outra menina, fazendo-a cair, o que gerou uma certa revolta nos pais dessa menina e a necessidade de resolução do conflito por parte de Ângelo.

Assim, evidencia-se o problema da falta de escolas e os impactos dessa problemática na vida cotidiana dos moradores que, além da preocupação atinente à locomoção dos filhos para outros lugares, por vezes, acaba por impedir que a mãe exerça uma atividade remunerada fora de casa. A moradora Juliana, de 23 anos, evidenciou que não tem como trabalhar fora devido à ausência de creche para deixar os três filhos, de 2, 4 e 5 anos, sendo que os dois mais velhos estão matriculados numa creche no bairro de origem da família, o Vivi Xavier, e são transportados diariamente por meio de *van* particular. A moradora Cássia mantém seus dois filhos mais novos matriculados em uma creche em um CMEI próximo ao seu local de trabalho, na Zona Leste, transportando-os diariamente por meio de transporte coletivo, nos horários em que entra e sai do trabalho. No ano seguinte ao da data em que a entrevistei, em julho de 2015, estimava-se que os meninos teriam de mudar de turno ou de escola, o que viria a comprometer a sua rotina:

*C: É que o meu [filho mais novo, de 4 anos] ainda tá na creche, e quando for pro pré? Que é que eu vou fazer? Esse aqui [o de 7 anos] ainda estuda de manhã, e*

*provavelmente não vai ter segundo ano na parte da manhã. Ele [o de 4 anos] é de manhã e aí vai ser pré, eu quero ver o que que eu vou fazer.*

*M: Porque daí é um de manhã e um a tarde.*

*C: Meu marido já falou que eu vou ter que parar de trabalhar, e daí?!*

*D: Aí falta renda, compromete, né, fica difícil pra fazer outras coisas.*

*M: Por que assim, o bairro é bom, a gente não tem do que reclamar, a casa também é boa, só que ela precisa de melhorias, com o que vai melhorar? O muro, tem que fazer o muro, tem que fazer calçada, você tem que alimentar a casa, e só um na família trabalhando é complicado, hein.*

(Cássia e Marcos, moradores entrevistados em julho de 2015).

O caso exposto pelo casal Cássia e Marcos há de acometer muitas famílias que residem no Vista Bela, que, na impossibilidade de matricular os filhos em creches e escolas no conjunto, precisam tomar a decisão de abdicar da fonte de renda de um dos adultos que trabalham fora. Em todos os casos em que pude verificar esse problema, foi a mulher que precisou abandonar o trabalho para poder cuidar da casa e dos filhos, comprometendo consideravelmente a renda da família. Mas, e nos casos em que a mulher é a chefe da família? Segundo dados da Cohab, 84,8% das unidades familiares são de responsabilidade de mulheres, o que reflete uma posição da política do PMCMV de atribuir à posse da casa prioritariamente à figura feminina. Todavia, independentemente da orientação jurídica do programa, percebi por meio das fontes orais que grande parte das casas são mantidas por uma chefe de família mulher, que, na impossibilidade de trabalhar ou mesmo numa situação de desemprego, depende de favores e da assistência social fornecida pelo Estado.

A questão da condição feminina no conjunto é complexa e abre diversas frentes de reflexão no que concerne aos desafios cotidianos enfrentados pelos moradores. Segundo Przybysz e Silva (2010), os papéis de gênero, historicamente construídos, demandam especialidades diferenciadas, tanto no âmbito privado quanto no público. No que concerne à mulher, sua crescente inserção no mercado de trabalho nas últimas décadas – papel este tradicionalmente atribuído à figura masculina – acumula-se às tarefas no ambiente doméstico, no qual, em geral, permanece responsável pelo cuidado com os filhos e com as tarefas da casa como um todo. Assim, seus deslocamentos e sua vivência na cidade são comprometidos, ainda mais quando compõe uma família monoparental e não dispõe de acesso à serviços públicos que



garantam o cuidado e a educação dos filhos num determinado período do dia, tornando suas possibilidades de reprodução cotidiana bastante limitadas.

A falta de escolas no conjunto compareceu como preocupação também por parte de jovens, que já não encontram muita motivação para frequentar as aulas no sistema educacional vigente, ainda mais se precisarem se locomover de ônibus ou longas distâncias a pé. Tal constatação compareceu na fala de três jovens com quem conversei, conforme segue:

*A: Escola não tem. Muitos adolescentes, a maioria como eu, não estuda, meu irmão, vários amigos da rua, ninguém estuda, por quê? Escola todo dia você tem que pagar passagem, todo dia, ida e volta, muito longe, todo dia tem que ir pra escola pra você estudar e tal, então... nada, o que deveriam oferecer não tem.*

*C: É, nada.*

*A: Deviam oferecer uma escola...*

*C: Não vejo nada de bom, assim, não tem um entretenimento que seja.*

*A: Um lazer, né.*

*C: Um lazer eu diria...*

*D: Um projeto cultural, esportivo...*

*C: Exatamente, um projeto...*

*[...]*

*A: Agora, pra ajudar acho que não tem nada que foi pensado... mas só colocaram aqui [as famílias] e não pensou em nada, em escola, em educação, em nada.*

(Amanda e Carolina, moradoras entrevistadas em junho de 2015).

\*Amanda, de 16 anos, e Carolina, de 22 anos, são irmãs e residem numa casa no Vista Bela desde o início. Moram junto com a mãe, que trabalha fora, e um irmão pequeno, que fica sob a responsabilidade da mais nova durante o dia. Carolina estava desempregada no momento da entrevista, enquanto Amanda encontrava-se fora da escola.

O relato das irmãs Amanda e Carolina reitera as reclamações de tantos outros moradores do Vista Bela quanto a desconsideração no trato com os cidadãos, que não dispõem,

muitas vezes, nem do mais básico para sua reprodução cotidiana<sup>55</sup>. Amanda esclarece que a ausência de uma escola de ensino médio no bairro estimula a evasão escolar dos jovens, pois as dificuldades quanto ao deslocamento diário para estudar em outros bairros, principalmente no caso dos alunos que frequentam aulas no período noturno, é fator determinante na decisão dos alunos que abandonam os estudos. Não há, dessa forma, a devida preocupação das políticas públicas com uma juventude que demonstra a perda de perspectivas no futuro, pois se nem o mais básico é atendido no conjunto, como uma escola de ensino fundamental e médio, quem dirá projetos que integrem os jovens em atividades culturais e esportivas. Conforme representado no Mapa 7, o Vista Bela passou a dispor, no final de 2017, da estrutura predial do colégio estadual de ensino fundamental e médio, promessa que compareceu na fala de alguns moradores com quem conversei entre 2015 e 2016. A inauguração foi realizada pelo próprio governador do estado do Paraná, Beto Richa, que mobilizou um grande aparato policial para o evento, como pude verificar junto a um morador que esteve presente. Nas palavras do morador, compareceu um questionamento: “tudo isso é medo do povo?”.

Em que pese a questão do distanciamento e da evitação das figuras do poder público em relação à população, a costumeira transformação de algo essencial para o povo num grande evento eleitoral explicita o escárnio com os vários anos de infortúnios enfrentados pelos sujeitos que residem naquele lugar, especialmente as mães e seus filhos, que precisaram se lançar em diferentes situações para sanar de alguma forma suas necessidades. O início das atividades do colégio estadual ocorreu no ano de 2018, dentro do calendário estabelecido pela rede estadual de ensino.

---

<sup>55</sup> Harvey (1980) discute a questão urbana sob o viés da justiça social, no qual o autor reflete sobre a desigualdade na distribuição das riquezas e nos problemas gerados a partir disso. No caso referenciado neste trabalho, verifica-se o descaso quanto às necessidades de uma população que, mesmo produzindo as riquezas presentes no espaço urbano, vive à margem das benesses compartilhadas por outros grupos sociais na cidade de Londrina.



**Foto 5: Fachada do colégio estadual. Fonte: Danilo Alcantara, novembro de 2017.**

Devido às dificuldades de acesso presencial à informações na Secretaria Municipal de Educação (SME), tomei a iniciativa de escrever um email para a gerência de gabinete da secretária, obtendo a resposta das questões que inseri na mensagem, conforme seguem transcritas integralmente:

*I - Verifiquei que uma unidade escolar está sendo construída pelo Governo do Estado, mas e as demais escolas de educação infantil e ensino fundamental de responsabilidade da Prefeitura Municipal? Essa permanece sendo minha grande dúvida.*

*R: A escola construída pelo Estado irá atender em sistema de dualidade administrativa, sendo que nesse momento, serão cedidas 9 salas de aula para atender a demanda dos alunos da Rede Municipal de Ensino, vez que serão atendidos cerca de 480 alunos em um total de 18 turmas no período matutino e vespertino.*

*2- Existe previsão para construção de novas escolas? Essas escolas irão atender a grande demanda de berçário, educação infantil e séries iniciais?*

*R: Sim, encontram-se em andamento dois projetos para construção de um Centro Municipal de Educação Infantil e de uma Escola de Ensino Fundamental localizados na mesma quadra da escola do Estado.*

*O Centro Municipal de Educação Infantil encontra-se em fase de recebimento de projeto para posterior elaboração de planilha orçamentária, quanto a Escola de Ensino Fundamental, será realizado chamamento público com recursos do FAR – Fundo de Arrendamento Residencial através da Caixa Econômica Federal. Tanto o CMEI quanto a Escola estão sendo projetados para atender a demanda da região.*

(Questões respondidas pelo gabinete da SME, em novembro de 2017).

De acordo com as respostas fornecidas por email pelo gabinete da SME, parte das salas do novo colégio estadual serão cedidas para a Prefeitura Municipal, que ofertará turmas das séries iniciais do ensino fundamental. As escolas próprias da rede municipal, todavia, ainda se encontram em processo de licitação e conclusão de projetos, situação essa que remete à fala do presidente da associação de bairro, o morador Ângelo, quando me informou, em maio de 2015, que duas escolas da prefeitura já deveriam estar sendo construídas, segundo informações recebidas por ele pela gestão municipal anterior. Conforme o exposto, as iniciativas do poder público permanecem demonstrando o teor de atendimento emergencial, mitigatório, nunca plenamente adequado, postergando mais e mais o acesso dos moradores aos seus direitos básicos.

O descaso no atendimento às demandas por escolas da população do Vista Bela, assim como o atraso na entrega da UBS e a permanente ausência de outros equipamentos, reflete o tratamento dado à classe de trabalhadores pobres, que dependem mais do Estado devido a sua condição de segregação e vulnerabilidade, mas são muito menos beneficiados do que aqueles que se encontram em espaços mais inseridos e conectados à cidade como um todo. Banalizou-se, certamente, a forma como são tratados os cidadãos atendidos pelas políticas habitacionais, pois é “com o tempo que as coisas melhoram e o bairro ganha valorização”. No senso comum norteado pelos preceitos do mercado, o conjunto vai realmente mudar positivamente quando as melhorias que forem feitas se refletirem nos preços dos imóveis. Mas quantos conseguirão se beneficiar disso? Parece-me, assim, que estamos assistindo à reprodução de lógicas muito

semelhantes de produção do espaço urbano pelo Estado, na oferta de moradia popular, que orientaram a política habitacional desde os anos de 1970. A passagem a seguir, que fala destas políticas habitacionais anteriores ao PMCMV, poderia muito bem estar descrevendo processos contemporâneos.

Os conjuntos habitacionais, edificados e financiados pelo Estado, ‘destinados à chamada população de baixa renda’, foram construídos em descontinuidade com o tecido urbano, em áreas sem infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo. A organização dos moradores possibilitou a implantação de serviços urbanos necessários à reprodução da vida. Contraditoriamente, assim, os conjuntos construídos para trabalhadores, num mercado específico e financiados com recursos públicos, acentuam a desigualdade social e espacial. Num aparente paradoxo, quando os conjuntos habitacionais são inseridos no tecido urbano, o preço aumenta, expulsando os moradores que continuam aprisionados pelo financiamento [...] (RODRIGUES, 2007, p. 77).

No trecho citado, a autora reflete sobre um contexto que se aplica a inúmeras realidades urbanas Brasil afora. A situação de segregação na qual se encontram, em geral, os conjuntos habitacionais, ao mesmo tempo em que torna onerosa a vida das famílias que lá residem, devido as ausências e distâncias, permite que elas permaneçam nessas áreas por conta do baixo preço da terra que, ao ser valorizada, expulsa-as para outros locais mais precários, normalmente ocupações irregulares e áreas de risco. A leitura feita pela autora é genérica, encontra-se no plano de reflexões mais amplas sobre as desigualdades socioespaciais e o direito a cidade, e leva em consideração, principalmente, os contextos metropolitanos. Cabe ressaltar que, no Vista Bela, verifiquei tanto discursos que demonstraram um conformismo quanto à longa espera por melhorias, como também relatos sobre famílias que não suportaram a situação de segregação vivenciada no conjunto habitacional e abandonaram a moradia, repassando-a por um valor ínfimo ou mesmo em troca de um aluguel mensal, ambas as transações consideradas ilegais pelas normas do programa.



**Foto 6: Casa à venda no Vista Bela. Fonte: Danilo Alcantara, julho de 2017.**

Porém, quais as possibilidades que se revelam para os sujeitos que vivem um cotidiano marcado por tantos desafios? Quanto tempo de suas vidas será consumido na espera por mudanças a serem realizadas por um Estado que não as enxerga como prioridade? Essas são questões que se colocam na reflexão acerca da realidade vivenciada pelos moradores do Vista Bela com quem conversei. Neste sentido, pude constatar que as dificuldades cotidianas relacionadas às ausências e ao descaso do poder público tornam a vivência e a convivência naquele lugar bastante difíceis, pois corroboram com o acirramento dos conflitos e também com a evitação de certos moradores em relação aos demais. O processo de construção do lugar, caracterizado pela contínua negociação entre sujeitos, é permeado pelas mais diferentes problemáticas que se impõem perante todos no âmbito coletivo, mas que também resguardam diversas particularidades. A solidariedade utópica entre pessoas pobres, que vivem numa periferia segregada do restante da cidade, parece encontrar cada vez menos espaço dentre àqueles que são tão usurpados todos os dias.

Para além dos problemas aqui relatados, a maioria desses sujeitos também me revelou seus receios quanto à violência vivenciada no cotidiano do bairro, além do preconceito sofrido devido ao imaginário construído sobre essa violência por parte daqueles que olham de fora, que enxergam esse lugar como hostil e as pessoas que nele vivem como perigosas.

### **3.2 A violência e a insegurança percebidas e os estigmas produzidos sobre suas representações: as negatividades do lugar**

A complexa situação na qual se encontravam os moradores no momento em que se mudaram para o Vista Bela, conforme discutido ao longo do trabalho, revelava fortes indícios de segregação socioespacial, pois o conjunto habitacional contava apenas com a infraestrutura mais básica, como água encanada, ligação à rede de energia elétrica e ruas pavimentadas, ainda que neste último ponto houve relatos afirmando que a cobertura asfáltica só foi completada após o início da ocupação das residências. Aguardaram, portanto, meses até que a primeira linha de ônibus começasse a passar pelo conjunto, até que o primeiro mini mercado abrisse as portas, e anos até que a primeira e única escola municipal fosse inaugurada e a primeira UBS entregue.

Além de todas essas questões debatidas no item anterior, que tornaram o cotidiano dos moradores desgastante e as relações entre eles ainda mais complicadas, no que tange ao princípio do processo de adaptação no conjunto, compareceram também vários relatos sobre impressões ou mesmo experiências relacionadas a situações de insegurança e violência nas ruas e casas. Encontravam-se, dessa forma, segregados do ponto de vista socioespacial, “abandonados” pelas políticas públicas que deveriam garantir-lhes formas de enfrentar e amenizar o medo provocado pela manifestação da violência, nos planos objetivo e subjetivo.

No período recente, de acordo com Sposito e Goes (2013), tem ocorrido mudanças profundas na estrutura e no conteúdo das cidades brasileiras, sendo a violência uma dimensão da realidade que não pode ser desconsiderada nesse processo de transformação. Segundo as autoras, são identificados em diferentes realidades urbanas, no Brasil, “[...] processos de produção do espaço baseados na segregação, cada vez mais extremos, intensos, visíveis e explícitos, sustentados por uma percepção crescente da insegurança [...]” (SPOSITO e GOES, 2013, p. 3-4). No contexto pesquisado pelas autoras, os espaços residenciais fechados em cidades médias, comparece com mais ênfase a representação da violência e sua associação com a cidade aberta, elementos considerados pelos sujeitos que se autosegregam nesses espaços como fundamentais para suas escolhas de moradia. A realidade do Vista Bela está no outro extremo, mas é justamente a periferia pobre na qual o conjunto está inserido o lugar a absorver características que vão alimentar o imaginário daqueles que se fecham entre muros, povoado pela insegurança e pelo medo dos que se encontram do lado de fora. Tratarei dessa relação posteriormente.



**Foto 7: Condomínio de apartamentos no qual a cerca de arame foi substituída por muro de concreto com aparato de segurança. Fonte: Danilo Alcantara, novembro de 2017.**

A foto 7 ilustra uma prática que, associada ao discurso da busca pela segurança, tem se disseminado cada vez mais em contextos periféricos<sup>56</sup>. No capítulo 2, inseri duas fotografias (3 e 4), tiradas em julho de 2017, que ilustravam o processo de substituição da cerca de arame, entregue pelas empreiteiras, por muros de concreto, em iniciativas tomadas individualmente por cada condomínio. A foto 7, tirada em novembro de 2017, já revela um dos condomínios que dispõe da substituição do muro concretizada, no qual foi inserido também um recurso extra, os arames de proteção.

No Vista Bela, segundo o que os entrevistados me relataram, a violência não povoa somente o imaginário daqueles que acompanham os noticiários na televisão, pois encontra-se disseminada nas ruas, na casa do vizinho, nos pontos de tráfico, estes últimos compreendendo estruturas por vezes invisíveis, mas nem por isso despercebidas por muitos dos moradores. Aglomeraram, num mesmo ponto no espaço, grupos que residiam em diferentes localidades, em favelas que foram removidas, em fundos de vale que precisaram ser desocupados, em

---

<sup>56</sup> Ver Oliveira (2014).



assentamentos precários etc. Mudaram-se famílias que buscavam formas de viver com mais dignidade, que enxergavam na promessa da casa própria uma possibilidade de maior segurança, tanto econômica quanto física. Porém, vieram junto, também, grupos de tráfico que passaram a disputar o controle do território num conjunto habitacional completamente novo, segregado e habitado por milhares de pessoas. Ressalto, neste ponto, que não tive por objetivo investigar o tráfico de drogas e sua organização territorial no Vista Bela, não obtendo, portanto, informações mais precisas acerca de sua atuação. Mas destaco no texto sua participação devido às inúmeras menções à sua existência e participação no cotidiano do bairro, em especial nos primeiros momentos após a ocupação. Ademais, na bibliografia produzida sobre o assunto, como no texto de Carvalho (2008), há referências acerca da prática ilícita do comércio de drogas realizada principalmente em alguns pontos da periferia pobre de Londrina, o que reforça a hipótese de que alguns dos sujeitos envolvidos com essa prática mudaram-se de ocupações irregulares para o Vista Bela, que concentrou, de fato, centenas de pessoas oriundas de remoções e desocupações com histórico de problemas relacionados ao narcotráfico.

A violência provocada, principalmente, pelo uso e pelo comércio de drogas no conjunto foi apontada como o pior problema enfrentado desde o início de ocupação do Vista Bela pelo morador Davi, de 71 anos, que reside numa das ruas centrais do bairro. Seu Davi me falou que até gosta de morar no bairro, acha tranquilo durante o dia, mas, ao cair da noite, sente que o lugar fica perigoso, fazendo com que ele mal saia de casa após o anoitecer. Segundo ele, o uso e o tráfico de drogas geram violência e insegurança na população, além do mal estar de quem não consome ou compartilha de tais práticas e precisa conviver com isso diariamente. Como exemplo desses problemas, relatou-me dois casos que aconteceram há pouco tempo em relação ao momento em que conversamos: num dos condomínios do bairro, um carro e uma moto foram intencionalmente incendiados, e o motivo foi associado pelos moradores em geral a uma dívida de drogas; uma mulher foi brutalmente agredida por mais de um homem - acontecimento este bastante exibido na mídia local -, sendo a agressão atribuída ao uso de entorpecentes que não eram de sua propriedade, segundo o morador. Ele informou que também não convive bem com os vizinhos, exceto alguns poucos que moram mais próximos. Nesse ponto, Seu Davi fez referência a um vizinho que reside a duas casas da sua e que, segundo ele, é envolvido com drogas e faz muito barulho, conforme já exposto no capítulo 2. Para o morador, o bairro até chega a ser bom para ele que agora é sozinho, mas não é para uma família que possui crianças pequenas e adolescentes, devido, principalmente, ao problema das drogas.

A moradora Beatriz, com quem conversei em junho de 2015, reside na mesma rua de Davi e fez referência ao mesmo vizinho por ele citado, além de reclamar dos problemas e da violência gerada pelo consumo de drogas, que têm afligido muito os moradores que trabalham e se preocupam com suas famílias. Há falta de segurança, pois a polícia não tem atuado de forma a garantir uma tranquilidade maior para os moradores, não por sua própria responsabilidade, segundo a moradora, mas porque o governo não investe mais na segurança, não há viaturas o suficiente, além de ressaltar que falta um “módulo policial” no bairro. Ao afirmar que as drogas têm provocado vários surtos de violência, citei os casos da mulher que foi espancada e do carro que foi incendiado, no que ela me respondeu que isso tem acontecido com frequência, pois nas últimas semanas vários carros já foram incendiados e várias pessoas agredidas em brigas que resultaram de problemas com drogas. O discurso da moradora explicita uma preocupação aparentemente crescente na sociedade urbana contemporânea, ao associar os diferentes casos de violência do bairro diretamente ao uso e ao tráfico de drogas, reiterando o que relatou seu vizinho Davi.

Para além do ambiente das ruas, a moradora Simone, que reside num dos condomínios de apartamentos, relatou-me sua insatisfação quanto ao consumo de drogas nas áreas comuns do condomínio, inclusive no interior dos blocos.

*S: [...] Uma coisa que eu fiquei triste quando eu mudei aqui... a minha filha era muito inocentona, assim, e daí as pessoas fumam maconha normal aqui, como se fuma cigarro, entendeu, e ela já sabe o cheiro, isso me deixou muito triste. “Olha, mãe, que fedor de maconha”; falei: “pra você ver, né, minha filha”. Minha cara queimou, nossa, eu não sabia onde que eu enfiava a minha cara, porque eles fumam... eles levantam com o negócio na boca, é incrível, é incrível.*

*D: Aqui no condomínio mesmo?*

*S: Aqui na escada mesmo. Na minha porta eu não deixo, não, porque eu já tenho conhecimento, eu já moro aqui há bastante tempo e meus vizinhos são os mesmos, esse bloco aqui é o único que não mudou ninguém, o nosso aqui, as mesmas pessoas que moravam no início são as mesmas [até hoje], incrível. Então, eu já tenho um conhecimento, eu pego e falo pra eles “ah, por favor, né, na minha porta não, eu não aceito esse cheiro, eu odeio esse fedor! Vá fumar pra lá!”.*

(Simone, moradora entrevistada em janeiro de 2016).

O caso exposto pela moradora Simone não envolve, diretamente, uma prática violenta com o consumo de drogas, apesar de ela ter mencionado num outro momento da entrevista os problemas causados pelo tráfico no conjunto como um todo. É perceptível que ela sente uma violência no âmbito moral, por não aceitar o consumo de maconha na porta de sua casa, especialmente pelo fato de sua filha ser muito nova. Essa insatisfação vai ao encontro de sua percepção sobre o lugar em que vive, conforme já discutido no capítulo 2, que envolve um sentimento de não pertencimento causado pela não identificação com a maioria dos moradores, em que pese sua satisfação em ter conquistado uma casa e se libertado do aluguel. Não há, portanto, uma relação simples entre aquilo que os moradores vivem e sentem morando no Vista Bela, pois o conjunto de suas experiências cotidianas remonta às diferentes esferas de suas vidas, no período atual e em suas trajetórias espaço-temporais.

No que tange as experiências de lugar relacionadas aos problemas causados pelas drogas, destaco o caso do morador Ulisses. Numa das últimas ruas do conjunto, no extremo oeste - considerando como referência de início a avenida que divide o Vista Bela e o Jardim Padovani, a leste -, abordei e troquei algumas palavras com o Seu Ulisses num final de tarde, em maio de 2015. Seu Ulisses se encontrava sentado no paralelepípedo em frente à sua casa, e me informou que havia acabado de voltar de seu trabalho numa chácara, onde exerce a função de lavrador. Mantendo um semblante que exibia, para além do cansaço, uma certa tristeza, Seu Ulisses me informou que o grande problema do conjunto era o mesmo de tantos outros lugares: as drogas. Ao discorrer sobre os problemas causados pelas drogas, o morador desabafou quanto à situação que acontece em sua própria casa, sendo seus dois filhos adolescentes, um de 15 e outro de 17 anos, usuários já há algum tempo. Seu Ulisses disse que a mãe dos garotos os abandonou, e que é de sua responsabilidade o cuidado para com os filhos, pois o vício tem causado uma série de dificuldades e conflitos no ambiente doméstico e em outros espaços do bairro. Não pude conversar muito tempo com ele, mas por meio de seu breve relato pude perceber um pouco da condição de alguém que vive o problema dentro de sua própria família, e não tão somente nas ruas ou casas de vizinhos. Seu Ulisses, além de ter que enfrentar os prejuízos causados pelas drogas aos seus filhos e à família como um todo, certamente convive com um estigma que cerca sua casa e transforma sua experiência no lugar onde vive em algo difícil e pesado. Segundo me informou, os problemas começaram antes mesmo de se mudarem para o conjunto, quando viviam na pequena cidade de Assaí, no denominado norte pioneiro do Estado do Paraná, o que revela a permanência de tais dificuldades em sua trajetória de vida, que

agora se assenta num lugar fortemente caracterizado pela problemática do consumo e do comércio ilícito de drogas.

A questão do consumo e do tráfico de drogas é muito associada à juventude, especialmente masculina, algo perceptível nas falas corriqueiras da mídia e do senso comum e que eu pude apreender também na fala de vários moradores entrevistados. Nas pesquisas sobre o assunto, todavia, também comparecem várias discussões sobre a tríade juventude, drogas e violência, como tão bem apresenta as obras de Diógenes (1998) e de Fernandes (2009): na primeira a autora reflete sobre os significados da combinação entre violência e juventude na periferia pobre de Fortaleza; no segundo caso, o autor investiga a segregação imposta aos moradores das favelas do Rio de Janeiro e os estigmas que recaem sobre eles, particularmente os jovens. Em Londrina, Carvalho (2008) discute a questão da violência e destaca o grande número de homicídios envolvendo jovens do sexo masculino no início da década passada, ressaltando como principal causa seu envolvimento com o tráfico de drogas, especialmente na periferia pobre da cidade. Nas falas de vários moradores entrevistados, a menção à uma “molecada baderneira” comparece associada às práticas que geram desordem e medo, enaltecendo os aspectos negativos atribuídos à juventude pobre do sexo masculino. Ulisses, o morador que citei no parágrafo anterior, certamente convive com esse estigma que recai diretamente sobre os seus próprios filhos.

Jandira, ao comentar sobre a questão da violência no bairro, relaciona o problema do envolvimento dos jovens com as drogas, apontando a criação exercida pelos pais como preponderante. A moradora se atenta, também, às dificuldades enfrentadas por muitas famílias, especialmente chefiadas por mulheres, que não conseguem acompanhar atentamente o comportamento dos filhos no cotidiano, pois precisam trabalhar e garantir o sustento da família como um todo. Segundo a moradora, a ausência de creches e escolas é apontado como crucial na conformação desse cenário, o que é fator de grande peso na acentuação da condição de exclusão e marginalidade das famílias, que encontram profundas dificuldades na administração da casa e no cuidado com os filhos. O papel da mulher, conforme comentado no item anterior, comparece amplamente vinculado ao cuidado com os filhos, sendo o seu fracasso associado às práticas por vezes criminosas e violentas por eles praticadas.

O morador Fernando, com quem conversei em agosto de 2015, relatou-me que considera como um dos maiores problemas do conjunto habitacional a ausência de espaços e de incentivo para a prática do lazer e dos esportes. Segundo ele, há uma necessidade urgente de ocupar mais as crianças e adolescentes do bairro, pois sem ter o que fazer nos horários livres,

muitos acabam caindo nas drogas. Seu discurso, tal como o da moradora Jandira e de tantos outros sujeitos com quem conversei, relaciona a falta de políticas públicas voltadas para a juventude com o agravamento do envolvimento desses jovens com as drogas, e que seria daí o advento de tanta violência no conjunto<sup>57</sup>.

\*Fernando, de 40 anos, mudou-se para o Vista Bela em 2011, onde reside numa casa com a esposa e um filho de 19 anos. Antes, morava de aluguel no Aquiles Stenguel, bairro consolidado da Zona Norte. A partir da conquista da casa, pôde montar um negócio próprio, onde vende artigos de tabacaria e incensos na parte de frente de seu terreno.

A relação entre violência e drogas perpassou a fala de muitos moradores. Todavia, o morador Henrique foi além nas considerações sobre o assunto, alegando que o problema é mais sério do que o simples fato de existir drogas e usuários no conjunto.

*H: Mas é aquilo, cara, que você tinha perguntado, as pessoas quando mudaram pra cá, elas perderam a identidade delas, tá ligado, eu mesmo perdi a minha, cara. Quando eu morava no Chefe Newton, lá no Jordano, cara, eu conhecia todo mundo, mano, eu vim pra cá eu perdi totalmente, a gente perde a identidade, cara, você chega num lugar onde você não sabe nada, não conhece nada, não tem nada, sabe, não tinha um mercado, não tinha escola, não tinha nada. Se você quisesse comprar um refrigerante, você tinha que partir pro mundão aí fora, mano, pra você comprar um refri, pra você tomar, tá ligado. Então, ficou muito ruim, cara, a gente sofreu muito esses primeiros anos aí, foi embaçadíssimo, mano, foi super difícil. Isso aí gera muita... como veio muitas pessoas de [bairros diferentes], veio tráfico também de bairros diferentes, tipo, cada rua tem uma pessoa que controla o tráfico, sabe. Então, cara, isso aqui é um lugar onde... tipo, cara, a rua de cima não vem aqui, os caras de lá da esquina não vêm pra cá, os caras daqui não vão pra lá, então, sabe, é uma guerra por território, sabe. A gente não vê, porque a gente, pô, é uma coisa que é invisível, mano, pra nós que moramos aqui, mas quem tá no rolê ali, trabalha no bairro, tá*

---

<sup>57</sup> A questão da juventude e sua associação com as drogas e a violência revela intensa complexidade e exige um aprofundamento que não cabe, diante de tantas outras questões, neste trabalho, inclusive por eu não dispor de informações específicas para tanto. Volto a ressaltar que inseri essa discussão devido as respostas de muitos dos moradores entrevistados quanto a sua percepção da vida no conjunto habitacional.

*ligado, entendeu, e isso é uma violência, é uma violência porque você acaba tendo os espaços [cerceados].*

(Henrique, morador entrevistado em junho de 2016).

Numa referência à ausência de identidade dos moradores no momento em que se mudaram para o conjunto, Henrique elucida uma série de aspectos que proponho discutir no presente trabalho, especialmente as concepções associadas ao conceito de lugar. As pessoas levaram tempo para se reconhecer no novo espaço que nada se assemelhava aos seus locais de origem. Mais do que isso, não conseguiam se reconhecer no outro, um completo desconhecido, gerando nesses sujeitos um profundo estranhamento em relação ao lugar que passaram a habitar e aos poucos transformar com suas práticas cotidianas.

Retomando Lindón (2005), percebe-se que o sentimento de muitos desses moradores não envolve, de fato, um pertencimento ao novo lugar, o que não impede que eles criem vínculos, que eles se relacionem todos os dias, ainda que por meio de trocas conflituosas. Para além daquilo que escreve a autora, percebo que as vidas dos sujeitos que entrevistei são entrecruzadas por um misto muito complexo de sentimentos, que envolve gostar do bairro em alguns aspectos, mas odiar em outros. O medo e a constante insegurança configuram uma característica negativa em relação ao Vista Bela, mas sua percepção vem acompanhada, em muitos casos, de um entendimento de que a violência e as drogas estão em todos os lugares, de que não há para onde fugir. Pode-se associar isso, talvez, a uma dolorosa aceitação de sua condição de segregação na cidade, pois muitos não enxergam possibilidades reais de mudança dessa realidade, por se tratar de algo que marcou e continua muito presente em suas trajetórias de vida e de cidade.

A sequência da fala do morador Henrique ilustra aquilo que referenciei anteriormente, no que diz respeito à presença de diferentes grupos que controlam o tráfico no conjunto, que se mudaram dos mais diferentes bairros, favelas e ocupações da cidade e precisaram adentrar numa acirrada disputa territorial. Conforme o próprio morador alertou, não se trata de algo visível, mas que acontece nos ambientes domésticos, nos pátios dos condomínios, nas ruas e esquinas do conjunto habitacional, gerando a sensação de que há muros invisíveis que limitam a plena mobilidade dos moradores.

*H: [...] Fica bastante limitado pra você poder [movimentar-se], você não consegue... por exemplo, tem um lugar aqui que eu não vou, mano, ali no 10, no Vista Bela 10 tem uma galera ali da pesada, mano, super difícil da gente conversar, se comunicar com eles, porque eles não, sabe, eles não conversam com a comunidade, porque é uma galera que o interesse dos caras é o tráfico, mano. Sabe, não interessa, tipo assim, ia fazer uma festa para as crianças lá, a mulher não [negou-se], falou não, tá ligado, não deixou não, tá ligado. Queria plantar uma árvore lá, ela não deixou, na rua assim, sabe. Então beleza, né, mano, respeitar a gente respeita, né, a opinião deles, mas é cruel, mano, porque a gente tá vivendo no mesmo lugar, e aí, por exemplo, se eu começar a vender droga aqui agora, eu não vou prejudicar a minha família, eu vou prejudicar todo mundo, mano, a gente vive em sociedade, mano. Eu vou vender pro filho da mulher aqui, pro filho dali da esquina, pro filho lá do Chefe, eu vou estragar com a vida de todo mundo, entendeu, a gente vive em sociedade, mano.*

(Henrique, morador entrevistado em junho de 2016).

O cotidiano dos moradores do Vista Bela, segundo Henrique, é marcado pela presença do tráfico de drogas que, se por um lado, é pouco perceptível no que diz respeito ao comércio de drogas em si, é sentido por todos devido à violência associada a essa prática. Nos projetos que desenvolve no bairro, Henrique já tentou se aproximar de diferentes partes do grande conjunto habitacional, mas encontrou muita resistência em alguns locais onde o controle do tráfico já se materializou. Para ele, a vida em sociedade demanda o compartilhamento de diferentes situações independentemente de haver ou não proximidade ou desejo de contato entre os vizinhos, o que denota a existência de consequências para todos nos atos cometidos por alguns. O sentido de negociação pela coexistência num dado lugar (MASSEY, 2004), nas palavras de Henrique, ganham um sentido explícito.

No Vista Bela, muitos moradores revelaram que, no começo da ocupação do conjunto, eram corriqueiros os casos de homicídio, reforçando a constatação de que a violência era consideravelmente maior durante o início do processo de adaptação de todos nesse novo lugar. Os fatores podem ser dos mais diversos, mas a correlação com o jogo de forças entre narcotraficantes é apontada pela maioria como a causa das práticas violentas percebidas pelos moradores, principalmente no início. O morador Vanderlei relatou que as mortes faziam parte do cotidiano do bairro no começo, quando houve situações nas quais sujeitos que fugiam da

polícia se escondiam nos terrenos e casas, algo que aconteceu em sua própria residência, antes de serem levantados os muros. A moradora Raquel também relatou que era comum pessoas morrerem em sua rua logo depois que se mudaram para o conjunto, o que gerou nela e em seu esposo muito medo e até vontade de abandonar a casa. Da mesma forma, a moradora Joana fez referência à sua percepção de que o conjunto era muito perigoso no começo, período em que morreu muita gente, mesmo ela tendo se mudado já em 2012. Ou seja, tais afirmações foram muito recorrentes entre vários moradores de diferentes origens, faixas etárias e composições familiares, o que me leva a crer que a situação na qual se encontravam nos primeiros anos era realmente de grande desproteção.

*[...] Agora aqui não é um lugar ruim de se morar, aqui não, aqui é tranquilo, a gente achou que seria pior até, porque juntou todas as favelas num lugar só. Então a gente achou que ia ser bem pior, mas agora tá tranquilo, morreu um pouquinho de gente, mesmo povo que morreu aqui, morre ali (risos).*

(Jandira, moradora entrevistada em março de 2015).

A forma irônica como a moradora Jandira faz referência aos problemas e às mortes que ocorreram no princípio da ocupação do conjunto, vale ressaltar, nada tem a ver com uma posição de escárnio frente às dificuldades enfrentadas por todos, até porque ela fez parte do grupo que vivenciou tudo isso. Seu discurso, a meu ver, relaciona-se mais com a ideia que lancei anteriormente no texto no que diz respeito a estar acostumado com os problemas cotidianos enfrentados por aqueles que foram, são e, em muitos dos casos, continuarão sendo pobres. A própria moradora relatou suas “brigas” junto à Prefeitura e à Cohab para a conquista dos ônibus que transportam hoje as crianças para as escolas municipais, mas sua condição de permanente exclusão das benesses compartilhadas por outros grupos na sociedade não foge à sua compreensão.

*H: A violência era muito grande, cara, a gente viu coisas aqui, que olha, eu nunca imaginei que ia ver. Então, tipo, a gente ficou muito espantado. Tipo, eu e a Mariana, a Mariana estudou lá na UEL e tal, morou num bairro onde era tranquilo. Tipo assim, o bairro onde ela morava não era tranquilo, mas também não era um absurdo. Aqui, quando a gente mudou aqui a violência era muito grande, sabe, os caras roubavam*



*carro e vinham pra cá, roubavam casa, deixavam o carro aqui ó, encostava o carro aqui e saía fora, deixavam o carro esfriando aqui. A gente viu um cara espancando uma mulher aqui no meio da rua, dois anos atrás, não faz tanto tempo não, viu, espancaram a menina no meio da rua, passou no Brasil inteiro, cara, os caras filmaram, passou no jornal.*

*Eu: Não foi no ano passado isso?*

*H: Acho que foi, no inverno do ano passado.*

(Henrique, morador entrevistado em junho de 2016).

Muitos moradores, como o Henrique e sua família, espantaram-se com a violência vivenciada nos primeiros anos de ocupação no Vista Bela. Não estavam acostumados e, certamente, recusaram-se a enxergar naquele lugar características do que se pode associar a um lar. O caso de espancamento de uma mulher no meio da rua e em plena luz do dia foi citado por outros moradores, conforme referenciei anteriormente, o que causou profundo horror em Henrique, que não fez menção ao que poderia ter motivado a agressão. Tal situação, que ocorrera no ano de 2015<sup>58</sup>, revela que a violência que acomete os moradores do conjunto, apesar de não se apresentar mais de forma tão recorrente, continua alimentando o imaginário dos que lá residem e, principalmente, dos que estão do lado de fora e constroem imagens de um bairro extremamente violento, conforme tratarei posteriormente.

*D: No apartamento vocês se sentem mais seguros do que se tivessem numa casa, por exemplo?*

*ML: Com toda a certeza! Com toda a certeza! [...] Por menos segurança que você tenha, dentro do apartamento ainda é mais. Mas, eu digo assim, segurança em transitar no bairro, no seu próprio estacionamento [não há], porque teve lá um condomínio que eu não sei se você ficou sabendo que atearam fogo num carro.*

(Maria Luiza, moradora entrevistada em setembro de 2015).

---

<sup>58</sup> Um vídeo amador da agressão foi gravado por um morador e amplamente compartilhado nas redes sociais, além de ter sido exibido em alguns dos principais jornais locais da cidade, como o Tribuna da Massa, da Rede Massa (afiliada do SBT), que postou o vídeo em seu canal no YouTube, em 03/06/2015: [https://www.youtube.com/watch?v=OO\\_3TDOIqe0](https://www.youtube.com/watch?v=OO_3TDOIqe0).

O episódio informado pela moradora Maria Luiza, que ocorreu na mesma época da agressão comentada no parágrafo anterior, foi relatado também por outros moradores. A moradora Beatriz associou tal situação com uma dívida de droga, afirmando que se tratava de algo frequente no período em que conversamos, no mês de junho de 2015. Aparentemente, diante das informações relatadas pelos moradores entrevistados e dos episódios retratados pela mídia local, trata-se de uma disputa por poder que envolve traficantes que atuam no Vista Bela, ou associando com o que bem colocou o morador Henrique, tais práticas violentas revelam uma disputa por território, por controle do tráfico em dadas porções do espaço. As percepções dos próprios moradores no que diz respeito a relação entre espaço e violência, conformam o que uma vasta bibliografia denomina de território, compreendido como um espaço delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 2013). Ainda que eu não avance no uso deste conceito no presente trabalho, é importante ressaltar a relevância que ele confere às questões levantadas por diferentes sujeitos, especialmente o morador Henrique, que enxerga na disputa de traficantes por território algumas das mazelas que acometem as famílias que residem no Vista Bela.

A insegurança no cotidiano do Vista Bela é sentida pela ampla maioria dos sujeitos com os quais conversei durante a pesquisa de campo. Muitos relataram que a situação era extrema no começo, mas foi melhorando conforme os moradores foram se adaptando e conhecendo uns aos outros, o que os levou a construir, ainda que superficialmente e demarcada por tensões, uma rede de apoio no que diz respeito à segurança. Outros tantos moradores foram enfáticos em afirmar que a violência se tornou algo banalizado, um problema com o qual as famílias tiveram que se acostumar para sobreviver, pois não encontravam formas de fugir à essa realidade. O problema relacionado à falta de segurança da população foi apontado por alguns moradores como consequência, para além da venda e consumo de drogas, da ausência de policiamento constante, o que supostamente criaria um ambiente propício para o crime no conjunto.

A moradora Beatriz, que além de reclamar das drogas criticou a existência de tantos programas sociais no Brasil - o que estaria, na sua opinião, incentivando o ócio de alguns e desvalorizando o trabalhador - reclamou da falta de investimento do governo na segurança, pois não há viaturas e nem pessoal suficiente para a realização de patrulhamento constante no bairro, havendo a necessidade urgente, para ela, de um módulo policial no conjunto. O casal de idosos Manoel e Gertrudes, com quem conversei em abril de 2015, também reclamou da falta de um posto policial e de ronda periódica no bairro, pois assim seria garantido a todos mais segurança

e tranquilidade, inclusive a resolução dos problemas com barulho e concentração de jovens “arruaceiros” no período da noite na “academia ao ar livre”, que fica em frente à casa deles. Alguns moradores, como a Raquel, reclamaram que a polícia não costuma atender solicitações no Vista Bela, especialmente à noite, denotando um profundo descaso do Estado quanto à segurança da população periférica de Londrina.

Em que pese a correlação feita por vários moradores da permanente violência no conjunto com a falta de policiamento, alguns outros me revelaram uma visão mais crítica e ampla sobre a atuação da polícia em espaços periféricos. Os moradores Elisa e Henrique teceram seus pontos de vista quanto as abordagens policiais junto aos jovens, aos negros e aos moradores em geral da periferia pobre de Londrina.

*E: Olha, o que melhorou foi o que a própria população fez, que é em relação a acesso a mercado, a uma lojinha, uma coisinha que a gente precisa, né. Lotérica eles tentaram três vezes colocar Lotérica aqui, não deu certo até pelo índice de criminalidade do bairro, mas por quê? Existe opressão da polícia, mas não existe segurança.*

(Elisa, moradora entrevistada em setembro de 2015).

Elisa aponta em sua fala que o índice de criminalidade do bairro é alto, o que impediu a permanência de uma casa lotérica junto ao comércio já instalado e em funcionamento. Porém, adverte para o fato de que a polícia não é tão ausente como relataram outros moradores, mas a segurança da população não é sua prioridade, porque a opressão é a atitude predominante nas atuações policiais no conjunto. Antes de iniciar a gravação da entrevista, Elisa me relatou uma situação humilhante que vivenciou anos atrás no Centro de Londrina, quando participava de uma manifestação artística de hip hop, mais especificamente na Concha Acústica, área que tradicionalmente serve de palco para diferentes apresentações artísticas e culturais. Segundo ela, os moradores dos edifícios do entorno entraram em contato com a polícia reclamando do barulho, apesar de o evento ter ocorrido dentro do horário permitido por lei, ou seja, antes das 22h. A polícia militar chegou rapidamente em várias viaturas, incluindo o Choque (pelotão de “elite” da Polícia Militar do Paraná, que atua em casos que exigem profissionais altamente treinados), lançando-se frente aos participantes do movimento com muita violência e repressão, apontando armas e ameaçando os jovens que estavam presentes, em sua maioria negros e

moradores da periferia. Elisa disse que chegaram a apontar uma arma para o seu rosto, gerando nela grande medo e sensação de impotência. O caso relatado pela moradora não aconteceu no Vista Bela, mas demonstra o tipo de tratamento direcionado ao morador da periferia, em sua maioria negros e residentes em favelas, ocupações irregulares ou conjuntos habitacionais. As marcas da condição de segregação e pobreza acompanham esses sujeitos para onde eles forem, ainda mais quando reivindicam a apropriação de um espaço público localizado numa área central, na qual moram pessoas de outras classes sociais, que se sentem proprietárias daquele espaço. A complexa relação, no período contemporâneo, entre os espaços público e privado, tal como discute Serpa (2013), associa-se à valorização e indevida apropriação – ou mesmo privatização – dos espaços públicos pelas classes médias e elites -, na medida em que tais espaços são de difícil acesso para as demais camadas da população, em especial a juventude preta e periférica, como bem ilustrou o caso relatado por Elisa.

A violência policial comparece, dessa forma, como um fato, algo que se tornou parte do cotidiano dos que vivem nas periferias pobres, tal como o Vista Bela.

*H: [...] Falta tudo ainda, cara, nós não temos a segurança, porque a polícia não vem aqui, a polícia não vem aqui, sabe. Mas também a gente não quer que venha pra cá pra trazer ainda mais violência, porque a polícia ela é violenta, mano, quando vem, vem pra matar, porque matou aqui, matou o menino aqui.*

*D: Ah, esse menino que você falou que foi morto, foi pela polícia, então.*

*H: Foi a polícia, foi. Difícilmente a gente vê um assassinato de jovem matando jovem aqui, sabe, graças a Deus, que é o que acontece muito em outros bairros aí, guerra... mas aqui a molecada tá tranquila, sabe, não sei como, porque aqui não tem escola. Teve evasão escolar, né, tipo, pra você estudar em escola estadual, não tinha passe livre ainda na época.*

(Henrique, morador entrevistado em junho de 2016).

As falas de alguns moradores podem parecer, numa comparação rasa, contraditórias e opostas em algumas situações. Há que se considerar, todavia, o conjunto mais amplo de vivências nas quais cada sujeito experimentou ao longo de sua trajetória de vida e, hoje, no cotidiano do conjunto habitacional. Elisa alegou que existe a presença da polícia, mas para opressão, o que não quer dizer que o policiamento seja constante. Henrique alerta que a polícia

não se dirige ao Vista Bela, não se faz presente na maior parte do tempo, mas reconhece que isso é o desejável, porque as atitudes truculentas da polícia militar têm gerado ainda mais violência no bairro, como o caso citado da morte de um menino num confronto entre os policiais e supostos traficantes.

Em março de 2015, numa das minhas primeiras incursões no Vista Bela, conversei com a moradora Francisca, que, na ocasião, encontrava-se em frente à sua casa na companhia da vizinha, a moradora Jandira, já citada outras vezes neste trabalho. Após discutir alguns aspectos relacionados aos problemas e mudanças que ocorreram no conjunto desde que se mudaram, Francisca me informou de um caso que havia ocorrido recentemente com uma de suas filhas, que iniciou o sexto ano do ensino fundamental naquele mês e estava indo sozinha para um colégio localizado em outro bairro da Zona Norte. A menina, muito nova, sem conhecer direito o trajeto entre a casa e a escola, pegou o ônibus em outro ponto e acabou se perdendo por várias horas. Nisso, a mãe entrou em contato com a escola, que solicitou, quando Francisca se fez presente no local, a presença da patrulha escolar. Após a chegada da polícia militar, Francisca exigiu que fosse preenchido um boletim de ocorrência pelo sumiço da filha, mas segundo o que ela me informou, a policial que preencheu o “B.O.” disse que estavam jogando papel fora, e que a menina devia estar “por aí”, talvez até “estilhaçada”, jogada em qualquer lugar. Era perceptível o quanto Francisca se sentiu humilhada, mas de acordo com o que me relatou, ela se impôs diante da policial militar e frisou que esse era o trabalho deles, que se a população não puder contar com a polícia, com quem poderá? A moradora disse que depois disso ela sentiu que a policial se arrependeu de sua própria postura e mudou o comportamento, tornando-se mais educada. Além disso, quando ela disse que era do Vista Bela, os policiais se olharam e fizeram uma cara do tipo “tinha que ser”, ou seja, como se fosse algo esperado de pessoas que residem naquele lugar. Francisca, então, destacou o preconceito que os moradores do bairro sofrem, como se naquele lugar só houvesse bandidos, quando na verdade existem pessoas boas e ruins em todo lugar, e que eles só queriam ser respeitados.

\*Francisca não me informou sua idade, mas aparentava ter entre 35 e 40 anos. Mudou-se para o Vista Bela em dezembro de 2015, sendo que antes residia numa casa de aluguel no bairro Mister Thomas, na Zona Leste. Reside na casa com o esposo e cinco filhos, todos em idade escolar.

O relato da moradora Francisca reforça o desrespeito e o preconceito enfrentados pelos moradores do Vista Bela, que não dispõem nem fisicamente de equipamentos públicos

essenciais, nem de um atendimento minimamente digno dos serviços que deveriam obrigatoriamente ser oferecidos pelo Estado a todos os cidadãos. O comportamento dos policiais diante de Francisca retrata a forma como o próprio Estado negligente e a sociedade como um todo enxergam os moradores da periferia, sendo que o Vista Bela se destaca nesse cenário devido a concentração de milhares de pessoas de diferentes áreas periféricas da cidade, ou seja, torna-se um lugar visto pelos de fora como hostil e perigoso, características associadas à pobreza que foram naturalizadas ao longo do tempo, como discute Kowarick (2009).

Os relatos de medo e sensação de insegurança dos moradores com quem conversei não foram unânimes, apesar de comparecerem em maior ou menor grau na fala de muitos. Suas percepções dizem respeito às experiências vivenciadas por eles próprios ou assistidas nas ruas, nos pátios dos condomínios, na casa do vizinho etc. Além, certamente, dos comentários que percorrem as redes de contato da vizinhança e alimentam o imaginário dos moradores diante do espaço em que eles próprios vivem. A maioria dos sujeitos entrevistados situou o problema da violência como frequente no início de ocupação do bairro, algo que, com o tempo, foi melhorando, mas que também foi muito associado aos conflitos decorrentes do comércio e do consumo de drogas, ou seja, que afeta particularmente aqueles que se envolvem com esses atos ilícitos, não havendo grandes problemas com quem se mantém afastado dessas relações, ainda que haja o desconforto. Porém, a imagem disseminada do conjunto habitacional não separa uma minoria de jovens e adultos em conflito com a lei da grande maioria de trabalhadores que lutam diariamente para sua sobrevivência, quem dirá a consideração quanto à complexidade de elementos que levam esses jovens a assumir tal postura. A cidade olha para a periferia, e neste caso particular para o Vista Bela, como um borrão, no qual não há interesse algum em se apurar o olhar para a diversidade de pessoas que lá vivem, muito menos considerar o contexto no qual estão inseridas suas complexas trajetórias de vida. Deriva daí, portando, o título do presente capítulo: “a cidade não nos quer”, algo percebido por muitos dos sujeitos com os quais tive contato.

A visão que os moradores das áreas centrais ou mesmo de diversas partes do subúrbio da cidade têm da periferia pobre é, certamente, construída por uma série de aspectos que historicamente foram disseminados sobre a condição de pobreza de uma parcela considerável da população. A concepção dos imaginários urbanos, debatida por Lindón (2007), enquadra-se nessa perspectiva, pois se remete aos elementos construídos coletivamente pelos cidadãos que orientam suas práticas e comportamentos perante os diferentes lugares da cidade e às pessoas que os ocupam.

Uma parte da população pobre não encontra formas para a manutenção de suas vidas e termina por adentrar no mundo da criminalidade? De certa forma, sim, mas esse não é um assunto nem de longe simples, tampouco se restringe à associação entre criminalidade e falta de possibilidades de sobrevivência da população mais pobre. Todavia, pode-se afirmar que o referido problema acomete principalmente os jovens, mais suscetíveis aos deslumbres da sociedade de consumo, que não enxergando oportunidades de acessar os bens e serviços ofertados em troca do dinheiro, buscam no crime, em especial no tráfico de drogas, um meio possível de superar sua condição de pobreza extrema, como bem argumenta Diógenes (1998).

*E: Só que daí você para e pensa: uma mãe, vamos supor, tem vizinhas minhas... uma conhecida, uma mãe com quatro filhos, tem filho pequeno, aí tem os horários que não é flexível pra você arrumar um emprego, ela vai viver de bicos, bolsa família; esse moleque estuda meio período, o resto da tarde que a mãe tá trabalhando fora, onde que essa criança fica? Tá na rua! Tá aprendendo o que? Aí ele se revolta, por quê? Porque ele entra dentro de casa, as vezes tem o arroz, as vezes não tem o feijão, as vezes tem uma fruta, as vezes não tem, quase nunca vê um iogurte, aí ele assiste na televisão que aquilo é necessário pra viver, que “ah, tal, um lançamento de um tênis, um lançamento de uma coisa”, aí ele vê que o menino lá do Centro tem, ele tá aprendendo coisa que não presta, aí ele começa, ele se envolve com o mundo do crime, ele tem acesso à arma, à droga, que que vai gerar isso? O contraste do rico com o pobre, que é mais pobre porque é usurpado e sugado pelo rico e pelo Estado. Ele vai assaltar, ele vai roubar, é onde gera morte, é onde gera guerra entre eles mesmo, porque um tem e outro não tem... “ah, porque eu fui lá e eu roubei, agora eu tenho”.*

(Elisa, moradora entrevistada em setembro de 2015).

O trecho transcrito da entrevista com a moradora Elisa consegue exprimir em algumas frases o que busco discutir com várias referências no presente trabalho. É avassalador ver a capacidade de interpretação e a consciência crítica de sua própria realidade e a das pessoas que estão próximas. Quando afirma que há “[...] o contraste do rico com o pobre, que é mais pobre porque é usurpado e sugado pelo rico e pelo Estado”, Elisa traz uma interpretação do quadro estrutural da sociedade capitalista na qual estamos todos inseridos, que coloca uns contra os outros num constante cenário de competição, transformando os indivíduos em integrantes de

uma sociedade de consumo dirigido, como defende Lefebvre (1991). O jovem, ou mesmo o adulto que adentra no mundo do crime, busca formas não lícitas de conquistar as benesses ofertadas por essa sociedade, inadmissíveis pelos cidadãos que se encontram inseridos nos meios de consumo ou que simplesmente recusam tal postura devido a valores éticos e morais. Não quero, diante dessa contextualização, enveredar-me pelo âmbito filosófico e sociológico mais amplo da questão, até porque não se trata disso o foco da tese. Porém, parto desse quadro para refletir como a associação entre violência e pobreza está incutida no imaginário dos cidadãos em geral, e de que forma isso impacta na vida cotidiana dos sujeitos que vivem no Vista Bela.

O tratamento da polícia militar junto aos moradores da periferia pobre, como o recebido pela moradora Francisca, é amplamente disseminado por grandes veículos midiáticos como necessário, devido à falta de alternativas, isso porque há um padrão estabelecido dentre aqueles que praticam crimes ou simplesmente vivem num ambiente conflituoso, do qual fazem parte os moradores do Vista Bela. Os noticiários policiais da imprensa local, com grande penetração nos lares das famílias londrinenses, alimentam fortemente o imaginário dos que absorvem diariamente as informações veiculadas sem qualquer tipo de reflexão crítica, exceto os comentários dos próprios apresentadores, normalmente carregados de preconceitos e argumentos torpes.

Numa matéria exibida pelo programa “Tempo Quente”, da TV Tarobá (afiliada da Band), e publicada no perfil do YouTube da emissora, em 21 de março de 2012<sup>59</sup>, com o título “1º Assassinato Vista Bela”, o apresentador Léo José inicia sua fala com os seguintes dizeres: “o que já era esperado aconteceu, o primeiro assassinato no Residencial Vista Bela”. Após a exibição da gravação realizada no conjunto, no qual um homem de 38 anos foi baleado pelas costas, o apresentador parece se preocupar com sua introdução da matéria e a justifica dizendo que segundo a própria polícia há uma concentração de criminosos no Vista Bela, mas que seriam uma minoria, pois há muitos trabalhadores e pessoas honestas que lá também residem. Em que pese a justificativa do jornalista, sua fala carrega um teor simbólico bastante elucidativo da forma como o conjunto habitacional é retratado pela mídia e visto, portanto, por uma grande audiência que acompanha esses noticiários diariamente.

Outros exemplos podem ser citados acerca da representação da violência no Vista Bela, normalmente veiculados nos noticiários de cunho policial, ou seja, aqueles que podem ser comparados com programas como o Brasil Urgente, da Band, e o Cidade Alerta, da Record,

---

<sup>59</sup> Link da matéria: <https://www.youtube.com/watch?v=GpQVnFVlw0I>.



que são exibidos em rede nacional. Três emissoras locais produzem e exibem programação com esse conteúdo: a já citada TV Tarobá (afiliada da Band), a Rede Massa (afiliada do SBT) e a RIC TV (afiliada da Record). Em suma, trata-se de empresas que se alinham à produção realizada pelas grandes emissoras das quais são afiliadas, reproduzindo em sua programação um conteúdo que é disseminado a nível nacional, mas com os acontecimentos verificados em Londrina e região.

No dia 12 de junho de 2012, a TV Tarobá transmitiu uma reportagem sobre um jovem que foi baleado no Vista Bela<sup>60</sup>. A mesma emissora, em 14 de agosto de 2014, vinculou uma matéria sobre a morte de um jovem que também foi baleado no conjunto habitacional, levado a óbito após o resgate por ambulância<sup>61</sup>. Já no dia 8 de janeiro de 2016, o apresentador Cid Ribeiro, que apresenta atualmente o noticiário “Tempo Quente”, iniciou sua fala com os seguintes dizeres: “virou terra de ninguém, pelo jeito, no Residencial Vista Bela, quem manda é a bandidagem”. Na sequência, o jornalista relata um caso em que a reportagem, junto com a polícia militar, foi recebida no conjunto habitacional por um adolescente que, indicando estar portando uma arma, disse que ninguém iria gravar coisa alguma em seu bairro. No decorrer da matéria, Cid Ribeiro demonstra profunda indignação com a desmoralização da polícia militar londrinense e defende que a Rocam, o Choque e demais pelotões da polícia ajam no bairro fazendo “uma limpa”, porque o Vista Bela estaria dominado por vagabundos. Tal como na matéria referenciada no parágrafo anterior, o apresentador também ressalta que há pessoas boas no bairro, mas devido ao número de ocorrências, está sendo levado a crer que uma grande parte dos moradores é composta por bandidos<sup>62</sup>.

No programa Tribuna da Massa, apresentado por Carlos Camargo, seguramente o âncora do jornalismo local mais conhecido de Londrina, há também uma série de matérias que retratam um cotidiano violento e demarcado pelo tráfico de drogas e pela criminalidade no Vista Bela, como atesta as seguintes matérias: “Rapaz é preso em casa no Vista Bela com maconha”, publicada no canal da emissora no YouTube em 26 de junho de 2014<sup>63</sup>; “Garoto de 17 anos é executado no Vista Bela”, publicado em 12 de setembro de 2014<sup>64</sup>; “Tráfico no Vista Bela”, publicado em 10 de março de 2015, no qual exibem a prisão de um jovem envolvido com o tráfico de drogas no conjunto<sup>65</sup>. No programa Balanço Geral, exibido pela Ric TV e atualmente

---

<sup>60</sup> Link da matéria: <https://www.youtube.com/watch?v=93NCeRREug0>.

<sup>61</sup> Link da matéria: <https://www.youtube.com/watch?v=LY0bVpw6TfI>.

<sup>62</sup> Link da matéria: <https://www.youtube.com/watch?v=sclPUZ5XWRI>.

<sup>63</sup> Link da matéria: <https://www.youtube.com/watch?v=T0HZWj2mbTc>.

<sup>64</sup> Link da matéria: <https://www.youtube.com/watch?v=aMXR9n1F8sY>.

<sup>65</sup> Link da matéria: <https://www.youtube.com/watch?v=tgguP-cHt-I>.

apresentado por Barbosa Neto - ex-prefeito de Londrina, já referenciado no presente trabalho -, os conteúdos de muitas matérias se assemelham: “Briga entre vizinhos termina em facada em Londrina”, publicado no site da emissora em 10/02/2015<sup>66</sup>; “Cadáver é encontrado em plantação no Residencial Vista Bela”, publicado em 03/08/2015<sup>67</sup>; “Jovem troca tiros com a Polícia e acaba baleado”, publicado em 20/04/2016<sup>68</sup>.

*S: Tudo é aqui, tudo acontece aqui, tudo foi daqui, entendeu, tudo assim. Acho incrível isso, tem tanta gente boa, eu mesma, eu trabalho, não é só eu que trabalho, todo mundo aqui, a maioria trabalha, a maioria são pessoas honestas. Agora, as pessoas que fazem, tipo, o Carlos Camargo, eu não assisto mais ele, ele fala demais daqui. [...] Eu parei de assistir, você acredita? E eu assistia muito, Danilo, muito. Teve uma época, depois que eu comecei a estudar, falei: “que desgraça de homem que só fala mal do lugar onde a gente mora”. Minha filha chama ele de fofoqueiro: “mãe, ele é fofoqueiro, sabe da vida de todo mundo” – “não, filha, é o trabalho dele” – “ah, mas que ele é fofoqueiro, ele é, né, mãe”. É demais, gente, eu não assisto mais, Danilo, não assisto mais. Meu irmão sempre falava pra mim: “um dia você não vai mais querer assistir esses caras, esses caras só te põem pra baixo, é falta de cultura assistir isso, Simone”, e é verdade! Ratinho, Camargo, é só isso... e eu não assisto mais, você viu como eu mudei (risos), uma coisa foi bom. E ele fala todo dia mal daqui, nossa, to pegando um nojo da cara dele.*

(Simone, moradora entrevistada em janeiro de 2016).

As matérias exibidas pelos programas supracitados não se restringem, certamente, à veiculação de casos de violência quando se trata do Vista Bela. Há, sim, outras reportagens que registraram, por exemplo, denúncias de problemas e outros tipos de informações relevantes para o conjunto. Quero destacar, todavia, a recorrência de reportagens acerca de acontecimentos violentos no bairro e, principalmente, a forma como os apresentadores comentam tais acontecimentos. Volto-me, neste ponto, ao discurso do apresentador Cid Ribeiro, no qual ele

<sup>66</sup> Link da matéria: <http://pr.ricmais.com.br/balanco-geral-londrina/videos/briga-entre-vizinhos-termina-em-facada-em-londrina/>.

<sup>67</sup> Link da matéria: <http://pr.ricmais.com.br/balanco-geral-londrina/videos/cadaver-e-encontrado-em-plantacao-no-residencial-vista-bela/>.

<sup>68</sup> Link da matéria: <http://pr.ricmais.com.br/balanco-geral-londrina/videos/jovem-troca-tiros-com-a-policia-e-acaba-baleado/>.

confessa estar começando a acreditar que grande parte dos residentes do Vista Bela são bandidos. Esse tipo de discurso está na base do imaginário construído pelos londrinenses sobre o conjunto habitacional, algo que está na raiz da formação da sociedade urbana brasileira, que enxerga a pobreza como de responsabilidade do próprio pobre e ainda por cima a criminaliza, conforme discute Kowarick (2009).

Por meio da fala dos moradores, além da minha própria percepção no contato com aquilo que os de fora enxergam no Vista Bela, reconheci um imaginário associado a um lugar com aspectos preponderantemente negativos, no qual passaram a residir milhares de sujeitos que já viviam em outros lugares tradicionalmente vinculados a esse tipo de imaginário, tal como demonstra a fala da moradora Jandira: “juntou todas as favelas num lugar só” (Entrevista realizada em março de 2015). Para a realização da leitura deste tipo de situação, optarei por chamar essa representação negativa do lugar de estigma territorial, baseando-me na obra de Wacquant (1997; 2006; 2008).

Em sua discussão acerca da “marginalidade avançada”, na qual discorre sobre o avanço da destituição de direitos básicos e assistência do Estado perante a população mais pobre e historicamente excluída, Wacquant (1997) destaca o estigma relacionado ao lugar de residência do sujeito, fato que, segundo ele, foi desconsiderado por Erving Goffman em sua clássica obra “Estigma”. Em que pese o trabalho do autor se centrar em estudos de caso de países de capitalismo avançado, como Estados Unidos e França, sua contribuição teórica e as indagações sobre a forma como o estigma é produzido nesses lugares é bastante relevante na leitura que eu proponho fazer no presente trabalho.

Os efeitos da estigmatização territorial também se fazem sentir ao nível das políticas públicas. A partir do momento em que um lugar é publicamente etiquetado como uma zona de *não-direito* ou uma *cit e fora da lei* e fora da norma, é fácil para as autoridades justificar medidas especiais, derogatórias face ao direito e aos costumes, que podem ter como efeito – quando não por objetivo – desestabilizar e marginalizar mais ainda os seus habitantes, submetê-los aos ditames do mercado de trabalho desregulado, torná-los invisíveis ou escorraçá-los de um espaço cobiçado (WACQUANT, 2006, p. 30).

A estigmatização territorial, tal como colocada pelo autor, é produzida inclusive pelo Estado, que, ao invés de se voltar para as inúmeras demandas da população que reside nesses lugares estigmatizados, acaba por reforçá-la ou mesmo oferecê-la para o capital, como citei anteriormente no caso da remoção da ocupação Morro do Carrapato, para a construção de um

condomínio de casas, da qual muitas famílias partiram para o Vista Bela. Fernandes (2009), ao discorrer sobre a situação de segregação dos moradores das favelas no Rio e a estigmatização que recai sobre eles na associação da violência com a negritude e a pobreza, utiliza-se do escopo teórico produzido por Loic Wacquant, no qual ele assinala que os processos mais gerais verificados pelo sociólogo francês nos países mais ricos se reproduzem em escala diferenciada no Brasil. O morador da favela, particularmente o jovem negro, carrega em seu corpo os signos que o associam ao medo e a violência, impedindo-o de acessar certos espaços na cidade, como os shopping centers, o que torna sua inserção urbana bastante limitada.

Na sequência da discussão empreendida em seu texto, Wacquant (2006) discorre acerca do que chama de “dissolução do lugar”, que seria “[...] a perda de um quadro humanizado, culturalmente familiar e socialmente peneirado, com o qual as populações urbanas marginalizadas se identifiquem e no seio do qual se sintam (entre si) e em relativa segurança” (p. 30-31). Essa concepção vai ao encontro da discussão que também realizei no capítulo 2, na qual apresentei os relatos dos moradores acerca de suas relações com os vizinhos e destaquei a falta de referência e apoio que muitos deles percebem ou mesmo se negam a conviver. Há uma profunda dificuldade na construção de uma identidade positiva sobre o lugar de moradia, pois a situação de pobreza e segregação na qual se encontram muitos dos sujeitos com os quais conversei, reduzem sua perspectiva quanto às melhorias que deveriam ocorrer para tornar o conjunto habitacional um lugar que os garanta mais dignidade e segurança.

*S: Sabe, Danilo, o que as vezes me deixa triste aqui, logo no início quando eu mudei aqui, tipo assim, jogaram a gente aqui, entendeu, e misturou todo tipo de gente, todos os tipos de gente tem aqui, Danilo, bandido... entendeu? E eu, particularmente, eu nunca morei na favela, eu sempre paguei aluguel, entendeu, e várias pessoas aqui morou na favela, morou em... como que fala, fundo de vale. Eu não, eu não morei, eu não achei justo isso, sabe, tinha que ter escolhido mais, entendeu, porque tem pessoas aqui que pelo amor de Deus, não tem nem como você ter amizade, e é muito triste isso, você morar num lugar assim. Pra você ver como é as coisas, o povo tem preconceito de quem mora aqui, eu já fui ver emprego que eu perdi, Danilo, porque eu falei onde morava, não quiseram me pegar pra trabalhar. Não vem nada aqui, você quer comer um lanche, não vem ninguém entregar aqui, tem farmácia que não entrega aqui, entende, isso é muito triste! Você quer comer um lanche, tem que comer daqui, e eu não como, gostava de comer lá no Zé Lanches, ele entregava lá onde eu morava, aqui*

*não vem mas nem a pau, pode ser cinco horas da tarde que eles não vêm. Não é um preconceito isso?*

(Simone, moradora entrevistada em janeiro de 2016).

É complexo pensar que na fala da moradora Simone comparece sua queixa quanto ao preconceito sofrido por viver no Vista Bela e sua própria visão acerca do que acarreta esse tipo de preconceito: concentração de bandidos, de pessoas que vieram de favelas e fundos de vale. Simone, todavia, é produto da forma como a sociedade urbana demarca cada grupo social de acordo com seu lugar de moradia - sem contar, obviamente, vários outros fatores -, sendo a favela a representação máxima da estigmatização territorial presente nas cidades. A moradora alega que sempre morou de aluguel em casas localizadas em bairros já consolidados, mas, agora, encontra-se no mesmo lugar de moradia de tantas outras famílias que possuem origens das mais diversas, devendo a política pública, segundo ela, ter selecionado melhor quais grupos colocaria residindo no mesmo espaço. É preciso reconhecer que a moradora faz uma série de considerações em outros momentos da entrevista sobre o quanto ela é agradecida por ter hoje sua casa e também por verificar que no conjunto vivem muitos trabalhadores que não se envolvem com atividades ilícitas e violentas. Simone, enquanto trabalhadora acostumada com uma vida aparentemente dentro dos ditames da sociedade regida pela norma estatal, choca-se perante o suposto comportamento que outros grupos, que residem no mesmo conjunto, mantém em seu cotidiano e o quanto isso desgasta a imagem do bairro. Ela sentiu isso na pele ao perder uma oportunidade de trabalho por residir no Vista Bela e também ao realizar pedidos por telefone a empresas que se negam a entregar o produto no referido lugar. Parece-me, por meio de sua fala e da de outros moradores, traumática a experiência de residir num lugar que não é nem um pouco bem visto pelo restante da cidade, que absorve os imaginários negativos associados à criminalidade e à violência que se dilui dentre os seus moradores, mas que certamente se associa, de forma estereotipada, mais diretamente aos negros e aos que revelam por meio da própria aparência - roupa e estética - uma condição de pobreza extremamente precária, como um estigma que acompanha estes sujeitos aonde quer que eles vão. Torna-se pesado e difícil a construção de uma relação mais positiva com o lugar, na qual se entrecruzam tantas trajetórias que poderiam trocar entre si suas experiências e construir uma rede de apoio mais sólida. Os imaginários construídos pelos que lá residem, somados à representação mais

ampla que se tem do conjunto perante a cidade como um todo, carregam seu cotidiano com as negatividades do lugar.

As irmãs Amanda e Carolina, de 16 e 22 anos, disseram que consideram um preconceito não haver estabelecimentos “bacanas” nas proximidades do conjunto, como o Habib’s, que possui um restaurante localizado na Avenida Santos Dumont, próximo ao aeroporto de Londrina. Segundo elas, tudo o que fazem no bairro é muito improvisado, não há valorização daquilo que é comercializado, do ambiente etc. Seria o fator renda o único motivo? Ademais, há a problemática que envolve as crianças e adolescentes que estudam em diferentes escolas da cidade, pois não há estabelecimentos de ensino que as comporte no conjunto. Segundo me foi relatado por diferentes moradores, as crianças, em geral, não são bem quistas pela direção e pela equipe em geral de escolas localizadas em outros bairros, pois é associado à elas o estigma de bagunceiras e agitadas, algo que, segundo os moradores, deve-se, em parte, ao fato de as crianças terem que ser transportadas diariamente por meio dos ônibus fretados pela Prefeitura, ou mesmo pelo transporte coletivo urbano, como no caso dos alunos de sexto a nono anos do ensino fundamental e do ensino médio.

*E: [...] Aí veio o Núcleo Escolar e fez uma reunião a respeito dos adolescentes que estudam fora, “ah, que superlotou as escolas”, mas se você... “Ah, pode deixar o nome em todas as escolas, mãe”, eu fui, aí eu deixei. Logicamente eu quero que meus filhos tenham um bom estudo, o Champagnat é o melhor colégio da cidade; o Vicente Rijo a gente sabe que é boca de tráfico, mas é um estudo bom, os professores são aplicados; o Benjamin... nenhum colégio do Centro aceitou gente do Vista Bela. Lá no Tiradentes, onde eu consegui, foram 18 jovens que foram encaminhados pelo Núcleo, porque foram mães que foram pra cima e conseguiram essa vaga no Tiradentes, o resto tá nesses coleginho, né, dos bairros aqui do entorno. Tem criança aqui que atravessa a cidade pra estudar lá na zona sul! Por quê? Porque os colégios do entorno tavam lotados, não tinha vaga, os colégios do Centro não aceitam, vai no Champagnat e pergunta se tem algum aluno do Vista Bela. No Vicente Rijo começou a aceitar, tem algumas pessoas aqui que foram pra lá, mas por que? Porque não deu o endereço daqui, entendeu?*

(Elisa, moradora entrevistada em setembro de 2015).

A situação relatada por Elisa retrata como as próprias instituições estatais lidam com os moradores do Vista Bela, vistos como um problema pelos mais diferentes setores da sociedade. As mães que lutam para garantir um ensino melhor estruturado nas escolas mais bem consolidadas, encontram dificuldades por residirem numa periferia extremamente estigmatizada, que impede seu acesso a diferentes tipos de serviços. Num outro trecho da entrevista, a moradora, juntamente com seu esposo, destaca:

*D: Disseram que há um preconceito nas escolas que recebem alunos [do Vista Bela].*

*E: Muito.*

*R: É, tem crianças que sofrem bullying nas escolas por morar aqui no Vista Bela.*

*E: Meu filho no começo sofreu muito, os outros chamavam ele de Vista Bela na escola, não chamava ele pelo nome, minha filha também era chamada de Vista Bela na escola, os dois estudam no mesmo colégio, lá no Tiradentes. Aí foi indo, eles foram vendo, porque daí a pessoa vai mostrando que tipo de caráter que tem. Eu agradeço muito a Deus por meus filhos terem caráter, né, terem uma personalidade boa, graças a Deus forte, então eles mostraram que Vista Bela... na verdade, eu acho que em alguns pontos o Vista Bela tá mostrando que o Vista Bela é VISTA BELA, não é O Vista Bela, em forma de favela, em forma de... né, a pessoa tá mostrando que aqui é um bairro, que é uma vista bela.*

(Elisa e Roberto, moradores entrevistados em setembro de 2015).

O preconceito perante quem reside no Vista Bela, segundo o relato dos moradores, revela-se também em forma de *bullying*, pois os colegas da escola rotulavam os filhos de Elisa e Roberto com o próprio nome do conjunto, carregado de estigmas negativos. Quando Elisa reforça que a demonstração de caráter de seus filhos fez com que a imagem depreciativa sobre eles se desvanecesse, demonstra o quanto as pessoas que residem em espaços periféricos precisam se esforçar para superar a barreira do estigma, numa luta cotidiana para provar que o fato de residirem num conjunto habitacional de ocupação recente não os caracteriza como criminosos e violentos, como bem verificou Fernandes (2009) em sua investigação no contexto dos moradores de favelas no Rio de Janeiro.

Segundo Bezerra (2011), existe no discurso predominante nas cidades, profundamente alimentado pela mídia, uma desqualificação do “ser pobre”, no qual se associa terminologias como favela com todos os territórios marcados pela pobreza. A referida autora identifica uma ambiguidade nesse discurso: o pobre é “vulnerável, necessitado e de vida precária”, ao mesmo tempo em que é identificado como “perigoso, violento e potencialmente suspeito” (BEZERRA, 2011, p. 4). Os estigmas associados à imagem dos moradores do Vista Bela os relacionam ao atual local de moradia e, também, aos seus endereços anteriores, pois predomina no senso comum a ideia de que lá se concentraram milhares de pessoas provenientes de favelas e de lugares da pior fama possível, tal como compareceu na fala de alguns dos próprios moradores entrevistados.

### **3.3 Síntese do capítulo**

No movimento entre os processos da dialética ascendente e da dialética descendente, iniciei a construção do meu objeto de estudo e pensei sobre as estratégias de pesquisa e os recursos metodológicos a serem utilizados. No decorrer das atividades de campo pude apreender, para além dos aspectos por mim levantados, uma série de questões que compareceram em maior ou menor grau na fala dos sujeitos entrevistados, das quais as mais expressivas busquei situar no debate desde capítulo. No primeiro reconhecimento sobre o conjunto, ainda em 2014, eu já pude observar a ausência de uma série de serviços essenciais para a vida das pessoas que lá residem, além de uma presença ainda não muito expressiva de estabelecimentos comerciais. Porém, as dificuldades enfrentadas no cotidiano daquelas pessoas – e as formas utilizadas para superá-las ou sobreviver a elas - eu só pude compreender, diante do meu ponto de vista enquanto sujeito pesquisador, ao conhecer um pouco sobre suas trajetórias e práticas espaciais, quando compareceram as problemáticas aqui listadas. A Unidade de Saúde da Família, ainda que não atenda todos os problemas de saúde demandados pelos moradores, foi construída durante o meu percurso de campo. Os estabelecimentos comerciais também estão presentes em maior número, ainda que não numa diversidade como muitos gostariam. A ausência de escolas para todas as faixas etárias, por sua vez, ainda permanece como um problema de grande impacto no cotidiano das famílias do Vista Bela, particularmente no que confere às práticas desempenhadas pelas mulheres, figuras às quais são atribuídas a maior parte das responsabilidades na reprodução do lar. O lugar, assim, continua permanentemente se fazendo, nestas tensões entre necessidades, demandas e seu (insuficiente)



atendimento pelo poder público. Enquanto isto, famílias vão enfrentando os desafios cotidianos como podem. As crianças vão crescendo, tornando-se jovens e as demandas vão mudando. Os chefes de domicílio vão envelhecendo. As trajetórias pessoais, familiares e as trajetórias das políticas públicas de saúde, educação, transporte e segurança vão se entrelaçando na produção do lugar.

As questões referentes à associação entre violência, drogas e insegurança urbana compareceram nas falas dos moradores como uma das principais preocupações na vida cotidiana no Vista Bela. A falta de uma diversidade de políticas públicas que viesse a atender as principais demandas da população do conjunto, como as voltadas à educação, à juventude e à cultura, reforça a condição de segregação dos moradores em geral, e dos grupos mais vulneráveis em específico, nos quais destaco os que residiam em favelas e fundos de vale e que permanecem, salvo pela garantia de um abrigo minimamente mais digno, numa situação grave de pobreza. Assim, não se resolvem os problemas desde a raiz, o que se daria por meio do atendimento mais amplo às necessidades já mencionadas, porém, permanece-se criminalizando a pobreza e jogando o fardo da condição de morador periférico sobre os próprios sujeitos que, além dos desafios de uma vida com grandes limitações, precisam também se defrontar com o preconceito que emana dos veículos de comunicação e povoa o imaginário daqueles que vivem em outros lugares e sequer conhecem a realidade do conjunto habitacional.

No Vista Bela, o lugar, dessa forma, é continuamente produzido pelas práticas espaciais cotidianas dos sujeitos que lá residem, mas também se conecta com as representações sobre o bairro e as decisões tomadas em outros lugares, resultando num entrelaçamento complexo de elementos que se revela no bairro como ele é hoje e na vida de seus moradores. As trajetórias de muitas dessas pessoas, marcadas, em grande parte, por uma condição histórica e estrutural de pobreza, não passaram a encontrar no atual local de moradia, como se pela primeira vez, as questões aqui debatidas. Algumas viveram as limitações e carregam consigo os estigmas da grotesca associação entre pobreza e criminalidade desde o início de suas histórias de vida, outras passaram a enfrentar tais problemas quando se mudaram para o conjunto habitacional. O que verifiquei, todavia, é que nesse entrecruzamento de trajetórias, para além da própria visão negativa de alguns em relação aos vizinhos, revela-se a construção, neste momento, de um lugar marcado pelas limitações relacionadas à segregação e pelos estigmas incorporados pela visão majoritária que caracteriza os imaginários urbanos dos londrinenses. Em maior ou menor grau, cotidianamente todos eles sentem isso.

#### **4 TRAJETÓRIAS DE VIDA NA CIDADE: RELATOS DE TRÊS MORADORES DO VISTA BELA**

As discussões que propus realizar no presente trabalho, conforme expliquei anteriormente, partiram das indagações que se acumularam durante minha experiência enquanto pesquisador, particularmente a partir da pós-graduação, mas também da minha vivência enquanto sujeito que residia na cidade de Londrina. O interesse pelos estudos urbanos emergiu da minha formação enquanto geógrafo associada à minha curiosidade sobre a cidade e, mais especificamente, de quem vive nela. Ressalto novamente este ponto devido a importância que atribuo, neste trabalho, às trajetórias de vida dos sujeitos que me receberam em seus lares, que compartilharam com um estranho relatos e memórias que foram tão relevantes para a pesquisa. Da mesma forma, pontuo como relevante a minha própria trajetória de vida, que inclui, obviamente, o meu percurso enquanto pesquisador, que me levou a este objeto de estudo, em que busquei investigar e refletir acerca do entrecruzamento de trajetórias que culminaram na produção de um novo lugar, denominado oficialmente como Residencial Vista Bela. Utilizei-me das observações, das informações oficiais e, principalmente, de fragmentos dos relatos dos moradores para descortinar processos e problemáticas relacionadas à política habitacional promovida pelo PMCMV e à produção da cidade de Londrina como um todo. Para não restringir a análise às partes dos relatos que me convencionou utilizar durante as discussões, relacionadas à problemáticas específicas, apresento neste capítulo uma visão sobre outros eventos das trajetórias e práticas de três sujeitos que me concederam entrevistas longas, todos já citados nos capítulos anteriores.

As relações sociais que se dão sob condição, por meio e como produto do espaço (CARLOS, 2011), no Vista Bela, resultam das experiências que cada sujeito que lá se encontra acumulou durante sua trajetória na cidade de Londrina e, em alguns casos, para além dela. Essas relações perpassam também as condicionantes estabelecidas pela materialidade de um espaço produzido num contexto complexo de articulação de interesses públicos e privados, definidos em múltiplas escalas. Neste lugar, em constante processo de modificação devido a todos esses aspectos (MASSEY, 2008), vivem e convivem milhares de pessoas reais, que enfrentam cotidianamente as mais diversas intempéries, e que por mais que compartilhem tantos aspectos comuns da vida num conjunto habitacional segregado, conformando um imaginário urbano coletivo (LINDÓN, 2007), interpretam o mundo à sua volta sob aspectos que são também particulares, próprios de sua trajetória no tempo e no espaço. Conforme argumentei

anteriormente, as trajetórias destes sujeitos não terminam com a chegada ao conjunto, elas continuam se fazendo, vivendo sua vida com os outros ali, mas também com os demais cidadãos em outros contextos da cidade - no trabalho, estudos, igreja, lazeres -, o que também conforma seus posicionamentos no bairro.

A escolha desses três sujeitos dentre os demais entrevistados não foi aleatória, pois suas falas se mostraram para mim bastante emblemáticas, levaram-me a refletir por mais tempo que as outras, ou seja, carregam consigo aspectos que me ajudaram muito a pensar a problemática de pesquisa como um todo.

Início pelo Seu Ângelo, identificado como Presidente da “Associação de Moradores e Amigos do Vista Bela”, que me foi indicado pela equipe de comunicação do DIST. Conversei com ele em maio de 2015, após ter previamente agendado o encontro por telefone. Em sua fala, Ângelo compartilhou diversos aspectos de sua trajetória política como representante de uma comunidade desde o seu local de vivência anterior, junto às experiências dramáticas vivenciadas por sua família no Vista Bela, que o motivaram a seguir reivindicando melhorias para o conjunto habitacional, ainda que sob resistência de muitos. Na sequência, apresentarei o relato da moradora Elisa, que me concedeu a entrevista também após indicação - dessa vez por uma colega da Universidade Estadual de Londrina – e agendamento prévio, em setembro de 2015. No decorrer de sua fala, em alguns momentos com a participação do esposo Roberto, compareceram questões bastante complexas no que diz respeito à trajetória de vida de sua família, particularmente no atual momento vivendo no Vista Bela, mas permeadas por uma leitura muito elucidativa das razões que levaram ela e seus vizinhos a viverem uma realidade marcada por tantas limitações e desafios. Por fim, trago o relato da moradora Simone, indicada pela Antônia, que trabalha no CMEI Vista Bela e também colabora como voluntária no DIST, numa entrevista realizada em janeiro de 2016. Simone apresenta suas impressões acerca do Vista Bela e as compara, em diversos momentos, com o lugar onde residia anteriormente, revelando também perspectivas de um projeto de vida que não há de ser encerrado no conjunto habitacional.

Em comum, todas essas entrevistas resultaram da indicação de alguma pessoa com a qual tive contato no processo de desenvolvimento da pesquisa, ou seja, não partiram do contato espontâneo nas andanças e observações que realizei no bairro, reforçando a relação de confiança que os entrevistados puderam estabelecer comigo. Em comum, também, há diferentes aspectos compartilhados pela vida no conjunto habitacional que se encontra segregado, isolado do restante da cidade. De forma particular, há as impressões percebidas por cada um no processo

de produção cotidiana do lugar, que carregam consigo os mais diversos aspectos acumulados por suas experiências em espaços e tempos os mais diversos. Nos meandros da relação entre o que é geral e o que é particular, apresento seus relatos, ressaltando que a ideia não é compará-los, mas situá-los, tomando como referência o momento de realização das entrevistas, como partes de um mesmo contexto socioespacial.

#### 4.1 Ângelo

Na tarde do dia 09 de maio de 2015, um sábado, fui ao Vista Bela com o objetivo de entrevistar o morador Ângelo. Como não sabia ao certo onde era a casa dele, desci do ônibus e caminhei pelas ruas tentando me localizar, considerando como ponto de referência a “academia da terceira idade”. A movimentação nas ruas e em frente às casas era intensa, a maior desde a primeira vez que estive no bairro. Pude observar crianças brincando, jovens e adultos conversando, uma casa sendo decorada para uma festa de aniversário infantil, o muro da escola com roupas - aparentemente usadas - penduradas e a venda, além de um fluxo considerável de motocicletas e automóveis, muitos dos quais em alta velocidade em se tratando de vias locais. Era uma ensolarada tarde de sábado, propícia para atividades ao ar livre. Cheguei à casa do Seu Ângelo e me identifiquei, ele próprio me recebeu e me convidou para entrar. Na calçada, uma espécie de estrutura de jardim suspendia galhos e folhas, demarcando uma paisagem singular em toda a extensão da rua. No que seria o quintal frontal da casa, Seu Ângelo cobriu-o completamente e montou um pequeno espaço para comercializar diferentes itens, numa estrutura bem rústica, destacando-se a venda de cd's e dvd's pirateados e de jogos, como o “Vale Sorte”<sup>69</sup>.

Seu Ângelo me recebeu de forma cordial, demonstrando bastante interesse em relatar fatos sobre sua vida desde o início da conversa, sem questionar muito meus objetivos. Durante toda a entrevista, ficou explícito o teor político do seu discurso, explicado pela importância atribuída à ação política em seu cotidiano, que teve início antes mesmo de se mudar para o Vista Bela, onde se tornou presidente da associação de bairro.

*D: Quando o senhor se mudou para o Vista Bela? Foi no primeiro ano mesmo?*

*A: Foi logo no começo. Eles trouxeram a primeira leva de pessoas, aí na segunda leva nós já viemos... quer dizer, só nessa quadra aqui, debaixo da quadra, que estava com*

---

<sup>69</sup> Título de capitalização comercializado na Região Norte do Paraná.

*“população” já. Eles colocaram aquelas pessoas ali e depois colocaram essa quadra aqui, e quando eles colocaram aqui, eu e minha família já viemos. Porque lá no morro onde nós morávamos eu era uma liderança, né, mas era apenas uma liderança, eu não cheguei a ser presidente, porque lá era um lugar muito pequeno, então se eu fosse montar uma associação lá metade dos moradores estariam na diretoria. Então, aí eu fiz uma parte de liderança, eu corri atrás e consegui trazer 197 famílias pra cá.*

*D: 197 famílias? E onde era esse lugar em que o senhor residia antes?*

*A: Lá no Morro do Carrapato, perto do Monte Cristo, zona leste.*

*D: Ahh, sei, sei... Morro do Carrapato, sei onde é, sim. Entendi, interessante, então o senhor já era uma liderança lá no Morro do Carrapato, e quando veio pra cá o senhor conseguiu, então, garantir que várias famílias viessem pra cá também.*

*A: Isso. Aí essas famílias vieram, se alojaram e tal, e começou a vir a população, vieram outras famílias, foram ocupando as casas, aí começou a dependência da escola, a dependência da creche, a dependência do posto de saúde, e nós pegamos, nós tentamos entrar em contato com o pessoal para ver se a gente formalizava alguma coisa aqui, mas até aquele momento eu não queria me envolver de novo assim em política, né, porque a gente ser presidente de associação é mais uma parte política.*

A trajetória de Ângelo é marcada, conforme revela sua fala, pela ação política. Ao fazer referência à sua experiência como liderança no lugar onde residia anteriormente, o Morro do Carrapato, indica a importância que tal fato representou para que ele emergisse como candidato à presidência da associação de bairro que, segundo me informou, ele próprio mobilizou o processo, desde a formação das chapas e a eleição, sendo a dele a única aprovada, ou seja, eleita por unanimidade. Como grande conquista em sua atuação como liderança no Morro do Carrapato – já referenciado no capítulo 2 -, elenca a contemplação de 197 moradias que foram destinadas para famílias que lá residiam, passando a atuar, posteriormente, nas demandas que surgiram com a plena ocupação do conjunto. Se realmente houve interferência sua no processo de transferência das famílias para o Vista Bela, não entrarei no mérito da questão, apenas destaco a entonação dada à tal acontecimento, interpretado por mim como uma forma de reforçar sua importância enquanto líder na “comunidade”.

Ressalto, portanto, a importância da experiência que Ângelo acumulou no Morro do Carrapato, endossando o que Lindón (2006) referenciou como práticas que influenciam nas experiências seguintes, ou seja, no lugar produzido cotidianamente por ele e por outros milhares

de sujeitos. No processo de produção desse novo lugar, de coexistência entre distintas trajetórias, Ângelo teve que negociar sua posição e sua participação, somando-se a tudo isso o seu papel como presidente da associação de bairro, permeado por conflitos que envolvem disputas por poder, cobranças, ameaças e falta de reconhecimento.

*D: Então, em janeiro de 2013, a associação foi oficialmente fundada.*

*A: Isso, aí eu até tive uma demanda aqui muito grande, um confronto muito grande aqui, porque eu coloquei algumas pessoas na minha diretoria, e as pessoas... eles confundiram associação com poder, sabe, eles acharam que ao entrar na associação a pessoa fica superpoderosa, que nem o He-Man e o Superhomem, mas... e começaram, ao invés de vir junto comigo na diretoria... uma das pessoas, que era minha segunda tesoureira, ela foi convidada a ir na câmara dos vereadores, e lá na câmara dos vereadores, o... aquele, como é que é o nome dele, o sobrinho do Beto Richa.*

*D: Gustavo Richa?*

*A: É, o Gustavo Richa, ele convidou essa senhora pra ir na câmara se apresentar como liderança, né, e na cabeça dele, ele ia montar uma outra associação. Então, ele alimentou a ideia na cabeça dessa mulher, então essa mulher achou que o meu posto de presidente já não era mais tão bom pra mim, que seria melhor pra ela, sabe, aí começou aquela: eu tava fazendo uma coisa, ela ia no computador e desmanchava, eu tentava fazer outra coisa, ela ia no computador e mudava [...].*

A arena das disputas, conforme colocado por Ângelo, estava armada, comparecendo, inclusive, figuras do poder político londrinense. A mulher a qual ele faz referência, que era parte de sua associação, tentou se impor como uma espécie de “liderança alternativa”, articulando-se junto com outras figuras e se estabelecendo, conforme me informou num outro momento da entrevista, como líder de uma ONG fundada e localizada no Vista Bela, da qual não consegui mais informações. Ângelo lamentou que foram muitos os desafios e complicações decorrentes de tal disputa, conformando, de certa forma, o que se discute na literatura geográfica como território, espaço delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 2013). O teor político das relações estabelecidas no âmbito da associação de bairro, que inclui a disputa pelo protagonismo nas ações realizadas no Vista Bela, desdobra-se nos conflitos

vivenciados por Ângelo durante muitas de suas iniciativas, especialmente na realização de eventos voltados à comunidade local.

*A: [...] Aí eu peguei, nessa demanda aí, essa mulher que tava me atrapalhando um pouco, eu resolvi até tirar ela da diretoria, mas só que por ela ser uma pessoa que tava me enfrentando muito, eu dei uma ideia melhor, eu cheguei e falei pra ela: “olha, já que você é uma mulher que gosta de briga, gosta de brigar, você já pertence a minha diretoria, então usa essa astúcia que você tem pra gente arrecadar fundos, pra gente trazer as coisas pra dentro da nossa comunidade”. Aí, no momento ela se fez, assim, de concordância comigo, das minhas ideias e tudo, mas logo que eu virei as costas ela se manifestou com pessoas que não tinham nada a ver com a associação, e ela se colocou numa posição que estava sendo até ameaçada por mim, né. Então, alguns vagabundos vieram, me chamaram, fui fazer uma festa junina, eles disseram que eu teria que fazer nessa rua de trás. Para não surgir conflitos, nem nada, eu preparei tudo pra festa junina, quando era dia 24, quando eu fazia a festa junina, ela mandou os camarada vir conversar, os caras: “você vai colocar barraca de associação aí, meu, é o seguinte, aqui vai ser tudo de graça, vai ser tudo de graça!” Então, quer dizer que tudo que eu comprei pra associação, pra gente angariar fundos, aí eu distribuí, eu fiquei injuriado, então falei “dá tudo pros outros”, peguei umas prendas que era pra mim fazer leilão, fui lá e entreguei tudo na mão deles, mas por causa dessa mulher. [...] Só que na hora que surgiu esse conflito, aí o rapaz veio e falou comigo no dia que eu ia fazer a festa junina, ele chegou perto de mim, bravo, com a mão cheia de munição: “ah, é o seguinte, você não pode ser presidente aqui não, que tem uma mulher aqui que não gosta de você”, que é esse mulher, aí eu peguei e falei “ué, mas eu não fiz nada contra ela, conheço ela como ninguém, coloquei ela na minha diretoria, o dever era ela tá trabalhando, não arrumando conflito pra mim”. Ele falou: “pois é, mas a associação quem vai montar é nós aqui, porque é nós que trabalha com a droga, com arma não sei o que”, eu falei “olha, jovem, você monta o que você quiser, tá bom, a minha associação ela é registrada em cartório, tá, ela tem cnpj da receita federal, tá, houve o tempo de votação, houve o tempo de chapa, não colocaram a chapa porque não quiseram, tá entendendo, mas se quiser montar uma associação de moradores vocês nunca vão montar, vocês podem montar uma ONG, podem montar o que vocês quiserem, agora se tem esse pessoal que você disse aí que*

*não gosta de mim, junta eles e monta, monta a associação... ao invés de ficar me afrontando, vamos correr atrás dos objetivos aqui da comunidade”; aí ele falou: “é melhor você cuidar da sua família”, eu virei pra ele e falei “olha, jovem, você tem alguma coisa contra mim?” – “eu não” – “então é o seguinte, jovem, eu vou continuar o meu caminho, o dia que você achar que eu to demais, mete bala, me derruba, tá bom? Porque eu não nasci pra ser... agora é o seguinte, não é porque você tá falando comigo que eu vou deixar de servir a minha comunidade, eu vou continuar trabalhando, se vocês quiserem trabalhar paralelo, problema é de vocês, chama essa mulher aí, manda ela lançar a chapa de presidente, do que ela quiser lá e montar a associação dela”.*

Os problemas envolvendo sua adversária, nas palavras de Ângelo, levaram a situações de questionamentos e ameaças, marcadas pela interferência, inclusive, de sujeitos armados e envolvidos com o tráfico de drogas, numa clara referência à disputa pelo poder naquele território. O discurso de Ângelo, mesmo defronte à tais ameaças, é de imposição e resistência motivada pelo trabalho voltado à comunidade do Vista Bela, algo endossado por ele em diversos outros momentos da entrevista.

Os conflitos relatados com moradores não envolveram tão somente as disputas no âmbito da associação de bairro, mas também as relações de vizinhança que se dão no cotidiano da vida no conjunto habitacional, conforme discutido no capítulo 2. Por sua vez, o teor das tensões envolvendo diferentes sujeitos compareceu na fala de Ângelo marcadas por ameaças e posicionamentos violentos daqueles com os quais ocorreu o embate. Um caso comentado por ele, que envolveu também uma crítica à desatenção do governo municipal no que se refere à oferta de escolas no bairro, decorreu de um desentendimento de sua filha no ambiente do ônibus que realiza o transporte das crianças do Vista Bela para diversas escolas municipais da cidade.

*A: [...] Minha filha, por exemplo, ela estuda lá do lado do Gaveti, lá no Jd. Paraíso [Zona Norte de Londrina], ela já me falou umas quatro oportunidade aqui que o ônibus saiu da pista.*

*D: Nossa!*

*A: Uma vez um ônibus quase entrou na traseira de um caminhão, então... e fora o que acontece dentro do ônibus, porque os monitores que vai [junto] parece que não liga para as crianças, depois que entrou eles fecham a portinha lá e deixa o pau torá lá*



*dentro. Então, é um tal de todo dia mãe subir pra lá, e briga daqui e briga dali e discussão. Num dia desses eu subi lá, porque minha filha tinha... surgiu lá uma confusão entre minha filha e uma outra menina, minha filha tava sentada na cadeira e brincando e tal, ela chegou e sentou na cadeira e a menininha que tava brincando junto com ela ficou em pé, aí tentou rancar ela a força da cadeira, então ela deu um empurrão na menina, aí a menina ficou chorando e tal, chamaram ela lá na diretoria e tal, né. Aí, a mãe da menina teve aqui em casa tirando satisfação com a minha esposa: “ah, porque minha filha isso, porque o pai dela se souber ele dá um tiro, ele é o bicho da goiaba, não sei o que”. Aí, no outro dia, eu, pelas ameaças que a mulher fez “ah, se meu marido souber de uma coisa dessa ele mata”... e, por coincidência, a minha filha saiu no outro dia pra ir pra escola, eu to ali parado conversando com um rapaz ali, eu to vendo ela subir, “eu vou subir”, alguma coisa me disse “vai com a menina, vai com a menina lá no ônibus”, falei “vou subir lá”, falei pro rapaz “vou subir lá”. Aí, minha filha já tinha subido na frente, eu subi mais atrás, quando eu cheguei lá e tal, minha filha acabou de entrar no ônibus, chega um camarada brabo, mas muito brabo mesmo: “porque não sei o que, porque eu queria saber quem foi essa menina que bateu na minha filha, que eu vou meter bala na cara dela aqui, e se os pais dela tiverem aqui eu vou dirrubá eles aqui na bala”. Eu tava assim, eu sabia da confusão da minha filha, aí veio no meu ouvido aquela conversa que a mulher falou pra minha esposa, que o marido dela se soubesse era perigoso fazer qualquer coisa, aí eu achei que a ameaça era pra minha filha, né, aí eu peguei e ele “ah, não sei o que, cadê essa menina! Cadê essa menina!”, e chegou na porta do ônibus que ela estuda, que ela tava pra ir pra escola, e perguntou pras meninas “oh, como é que chama a menina que bateu na minha filha? Como é que chama a menina?! Mostra essa desgraçada aí pra mim mostrar uma coisa pra ela”, eu virei pra ele e falei “oh, jovem, aconteceu alguma coisa com a sua filha também?” – “ahhh, uma filha da puta desgraçada aí pegou e bateu na minha filha, não sei o que, oh se eu pego pode ser quem fosse, se o pai tivesse aqui, a mãe, ó eu só ando assim...”, virou pra mim e mostrou uma “quadrada” – “só ando assim, ia descarregar na cara”. Falei: “jovem, você é pai, não é? Então você tem que prestar atenção na sua filha, tá, você tá aí nervoso, mas você não sabe o que que aconteceu, você tá falando em dá tiro e fazer acontecer, faça que nem eu ó, eu monitoro minha criança, eu monitoro minha criança porque se ela fizer errado eu sei que ela tá errada, agora se ela for prejudicada em*

*alguma coisa, eu sei como conversar com os pais das crianças aqui”. Falei: “não é a primeira vez que aconteceu o atrito, minha filha teve um problema ontem aí também, agora não sei com que criança foi, e não é por ela ter tido isso aí que eu vou chegar e ficar ameaçando ninguém – “ah, porque eu sou parente de fulano, sou parente de cicrano e pá, e comigo é na bala mesmo ”. Falei: “olha jovem, eu também conheço um bocado de gente se você quer saber, já que tu tá falando que é parente de fulano e cicrano, eu também sou parente de cicrano e de fulano e blá e blá e blá” – “é, eu vim lá do Santa Fé” - eu falei: “eu também vim de lá, rapaz, vim lá do Morro do Carrapato, meu nome é Ângelo”, aí que ele.. “então, irmão, poxa, né, esse negócio e tal”, aí ele acalmou, sabe, aí começamos a conversar, eu falei “oh, jovem, é o seguinte, você tem mais é que chegar de boa, tá, vai lá na escola, conversa com a diretora”, eu nem sabia que ele tinha ido na escola.. “conversa com a diretora direitinho e tal” – “é, poxa, mas essa menina aí queria bater na minha filha, não vai ficar assim não, vou lá na escola, vou mandar a molecada catar ela lá, porque no Paraíso eu que mando lá, o tráfico lá é meu, eu que mando no Paraíso”, eu falei “é, jovem, então cê manda no Paraíso você tem que ficar esperto, mano, tá entendendo”*

A necessidade cotidiana de negociação da coexistência no lugar, conforme debatido por Massey (2004), comparece de forma extrema na fala de Ângelo, que endossa sua habilidade de diálogo no arrefecimento das tensões cotidianas. Os signos da violência aparecem por meio da referência ao uso de armas e pela ameaça de utilizá-las numa situação de conflito, além da alusão de pertencer a determinado lugar como figura de reconhecida importância: chefe do tráfico no Paraíso, ex-morador do Morro do Carrapato etc. Os estigmas associados a esses lugares, de forma complexa, aparecem no imaginário de seus próprios moradores, conforme discutido no capítulo 3.

Em que pese o teor explícito de comportamento violento nas tensões entre vizinhos relatadas na entrevista, muito relacionadas ao agravamento das dificuldades enfrentadas pelos moradores nos primeiros anos após a mudança para o conjunto, Ângelo disse que entre altos e baixos a situação, naquele momento, estava mais tranquila. Os problemas e desafios vivenciados pelos moradores do Vista Bela são entendidos por Ângelo como os estopins para muitos dos atritos que ocorrem no cotidiano do bairro.

*D: O senhor pode continuar. O senhor tava falando que os problemas maiores estavam relacionados a questão da organização das festas, que eles estavam...*

*A: É, eles estavam me boicotando. O que aconteceu? Aí eu peguei, foquei, deixei as festas meio de lado, e foquei mais na escola, na creche, no posto de saúde, tive umas reunião com o prefeito, né, ele tinha um ano e alguma coisa de candidatura, que ele já tava eleito, que ele já tava na prefeitura, aí tivemos uma reunião. Aí, eu peguei e botei a questão do Vista Bela pra ele, as máquinas públicas, que não estava nenhuma sendo viabilizada pra nós.*

As principais demandas dos moradores do conjunto, conforme discuti nos capítulos anteriores, compareceram na fala de Ângelo como foco prioritário de sua atuação como presidente da associação de bairro, levando-o a se reunir diretamente com o prefeito da época, Alexandre Kireff. Em outro momento da entrevista, ele relatou novas tentativas de conversa com o prefeito, mas acabou sendo recebido por assessores e não obteve nenhuma confirmação, por exemplo de efetiva construção das escolas – que nunca chegaram a sair do papel -, tal como ocorreu com o posto de saúde. Em sua fala, ele cobra a presença do prefeito e alega que o Vista Bela é um importante reduto eleitoral, pois em outros momentos cita, inclusive, a presença de candidatos interesseiros, que realizaram visitas e campanhas no Vista Bela, mas sem um retorno posterior ao período de eleição.

*A: [...] Agora que tá começando o pessoal a [falar] “oh, Silvestre, como é que tá lá? Oh, Silvestre, como é que tá o Vista Bela?”, os vereadores e tal, sabe... Por quê? Porque as eleição tão chegando, e é tanta mentira que eles falam, que não tem mais jeito, jovem, não tem jeito mais nem de falar “ó, vota em fulano aqui”, poxa, porque o pessoal... Igual, essa campanha passada aí eu resolvi apoiar o Requião pra governador. Requião filho, Requião pai e o João Arruda... “não, porque, se nós ganhar é o seguinte...”, o Requião não falou nada, mas o filho dele, o Requião Filho e o João Arruda: “ó, se nós ganharmos, Seu Ângelo, você vai ter um setor pra trabalhar nas máquinas públicas, ou na Prefeitura ou no Fórum ou na Câmara, qualquer lugar você vai ter sua vaga de trabalho”. Jovem, eles ganharam, eles ganharam, o velho não, mas o filho e o João Arruda ganhou. Depois que eles ganharam, o rapaz que tava assessorando eles veio aqui, falei “nossa, que legal, o pessoal ganhou hein, agora nós vamos poder arrumar um serviço naquele Parque*

*Arthur Thomaz e tal*". Falaram pra mim um monte de coisa, sabe, que eu poderia trabalhar no parque como segurança, sabe, encheram a minha cabeça de sonho, a minha cabeça, hein, e depois o rapaz teve a coragem de falar: "é o seguinte, o homem ganhou, mas daqui, daqui foi só 700 voto, aí não tem jeito", falei "mas não ganharam?" – "ah, eles ganharam, né, mas daqui, se fosse depender daqui eles não ia ganhar". Ué, eu falei "ah tá, beleza". Aí o Faraco tinha tratado comigo de me pagar 2 mil reais aqui no aluguel desse cômodo, ficou o comitê aqui durante a eleição toda, eles me deram mil real e ó ("zarparam"), cabou as eleição e nem sinal.

*D: Quais candidatos? Esses aí que você falou?*

*A: Aham... eu tive lá, pra mim receber o dinheiro do pessoal que tava trabalhando aqui comigo eu tive que ir pra cima mesmo, eu tive que ir pra cima e o povo, aqui, você sabe, gente pobre, quando trabalha, já trabalha assim: "ah, hoje eu to trabalhando, hoje eu vou ganhar 30, 40 real, então vou comprar isso, vou comprar aquilo", quer dizer, não tá pensando em comprar roupa nem nada, estão pensando em comprar alimento. Tá, aí tu chega e fala: "ó, o homem não trouxe o dinheiro" – "AHN?!", aí já começa tudo te olhar desconfiado: "ué, o homem não trouxe o dinheiro? Pô, um homem rico daquele não trouxe o dinheiro?", te botando em dúvida, sabe. E aí eu tive um probleminha aqui que até a minha esposa discutiu aí com umas mulher por causa de dinheiro, porque o camarada tratou um negócio comigo, e uma hora que eu não estava aqui, que ele chegou, as mulheres foram conversar com ele, ele tratou outro negócio com as mulheres, aí na hora que a gente foi confrontar, aí as mulher "nãoo! Porque o homem disse isso, fulano disse aquilo e tal", eu falei "então, per aí", busquei o fulano, ele "ah, não quero nem conversar com as mulher, tô cheio de problema", falei: "jovem, você plantou aí uma semente que não dá pra colher, jovem, você plantou um sonho nas cabeça das mulher aí". Ele falou que ia dobrar os salário das mulheres, na hora que chegou o dinheiro pra pagar para as mulher: "ahh, mas o homem disse que ia me dar tanto, ah porque não sei o que, porque eu vou chamar fulano e pá, vou lá no São Jorge e vou chamar cicrano, porque meu parente é isso, meu parente é matador". Virou um B.O., mas aí eu forcei a barra e peguei do meu dinheiro mesmo, cobri a parte das mulher, saiu todo mundo satisfeito, só eu que saí aborrecido.*

Esse trecho da fala de Ângelo é elucidativo por várias razões. Ele reclama, primeiramente, do descaso dos candidatos à vereador, deputado, governador, entre outros, perante o povo que reside no Vista Bela, alegando que seus interesses são puramente eleitoreiros e demonstrando profunda frustração. Na campanha de 2014, quando ele apoiou o clã da família Requião, promessas foram feitas tanto para o próprio Ângelo, quanto para outras moradoras que trabalharam na divulgação dos referidos candidatos, que não foram cumpridas. Entre sonhos que foram alimentados e não realizados, Ângelo situa o problema no nível de precariedade em que vivem muitos dos sujeitos que residem no conjunto habitacional, alguns deles desempregados – como pude verificar durante a pesquisa -, que vislumbravam a possibilidade de comprar alimentos com a remuneração do trabalho. No descumprimento das promessas, uma nova situação de conflito foi relatada por Ângelo, mais uma vez entrecortada por ameaças e referências à conhecidos envolvidos com o crime. A usurpação da condição de pobreza desses sujeitos comparece de forma explícita na fala do morador, prática histórica nas periferias urbanas do Brasil, nas quais vivem sujeitos acometidos por todo tipo de ausência e precariedade, como discute Kowarick (2009), por exemplo.

Diante de tantas questões que envolvem a ação política de Ângelo em sua atividade como presidente da associação de bairro, na resolução de conflitos e na busca por melhorias na situação de habitabilidade no conjunto, aspectos pessoais e dolorosos envolvendo sua família foram compartilhados comigo, ainda que sem deixar de endossar a problemática maior a qual está relacionada a situação, segundo o morador. Em meio a desatenção no que se refere às questões básicas de infraestrutura e manutenção, como os problemas relativos à dinâmica do trânsito, Seu Ângelo me relatou um episódio que o marcou profundamente:

*A: Então... o pessoal fala “ah, mas o presidente...”, eu falo que to correndo, mas to correndo mesmo atrás, porque eu já perdi um filho aqui. Tenho minha filha, tenho minha outra filha aí, elas não tem escola pra estudar, não tem creche, não tem nada aqui, minha esposa fica confinada dentro de casa, porque não pode sair pra trabalhar, e eu, as vezes, tenho que ficar em casa porque minha esposa precisa sair, eu tenho que ficar com minhas criança, tomando conta, porque o dia que eu precisei sair com a minha esposa, o dia que eu precisei sair com ela, foi o dia que meu filho morreu. Ela teve uma dor muito grande da neném [da gravidez], aí eu saí daqui 5h da manhã e deixei esse rapaz que tá aí aqui [um amigo dele que estava sentado na frente da casa], né, ele tava dormindo, foi quando meu filho levantou com a minha filha e foi*

atropelado. Eu tava lá no HC, com a mulher deitada na mesa, o médico examinando e falando pra mim que a gravidez era de risco, que ele ia ter que fazer a cesariana, aí o celular tocou, eu atendi, falaram: “olha, o menino foi atropelado”, mas não me falaram... eu achei que tinha sido atropelado por uma bicicleta, qualquer coisa, falei: “não, pode deixar, não...”, a mulher já escutou, assim, viu e falou “o quê? O que que aconteceu? O que que aconteceu?”, ela já tava deitada na mesa já, com um barrigão “que que aconteceu?”, e já queria levantar. O médico: “o jeito vai ser... o que que aconteceu?”, falei “doutor, meu filho foi atropelado”. Aí, eu ainda perguntei [para a pessoa no telefone]: “mas como assim ele foi atropelado” – “ah, ele tá indo pro HU, ele tá indo na ambulância pro HU, mas ninguém vai com ele”. Por que ninguém veio com ele? Porque a tia da minha mulher não gosta da minha mulher, aí essa tia dela veio aqui e viu o menino atropelado e não deixou ninguém entrar na ambulância: “não, eles tão vagabundando aí, ninguém vai”, porque ela queria que a gente se ferrasse, mas só que nós estávamos lá com a prioridade, uma vida também em risco, tá entendendo? Uma não, duas, né, minha mulher também tava em risco, aí o médico foi, deu uma injeção na minha mulher e tal, aí minha mulher apavorada, querendo saber o que que aconteceu, e eu sem querer falar com ela, porque eu também não tinha certeza, aí eu queria ver meu filho, como ele tava, se ele tava bom, se só arranhou, que que aconteceu. Aí, lá no HC eles arrumaram um carro lá do pessoal do HC e levaram a gente pro HU. Quando chegamos no HU, tinha acabado de encostar a ambulância com o meu filho, aí a mulher já entrou junto, aí a hora que eu ia entrar, eles me pararam na porta: “não, não, só um que pode entrar”. Eu fiquei lá impaciente e tal, porque não deu pra mim ver ele, aí passou um pouquinho, uns cinco minutos e o médico voltou: “oh, sua mulher tá passando mal”. Eu entrei lá, a mulher tava passando mal, pessoal lá da assistência social do HU tava com ela e tal. Aí, na hora que eu entrei, escutei meu filho “aiii, aiii, aiii”, peguei e já fui direto lá na sala onde ele tava lá, cheguei e tava os médico em volta dele, né, e o médico com a perninha dele, colocando a perninha dele no lugar, que conforme o ônibus veio, o motorista – não sei onde ele tava com a cabeça, com o olho, com a cara... arrastou meu filho uns 15 metros ali, arrastou debaixo do pneu, o pneu parado e ele [passando com o ônibus]. Meu filho tava com uma japona daquela de esquimó, cheio de veludo por dentro, derreteu, derreteu a japona no braço dele, a japona derreteu, e disse que ele gritava embaixo da roda “ai meu Deus, ai meu Deus”, e o motorista passou por cima, e a

*mulher começou a gritar, a vizinha, né: “oh, cê matou o menino, para, cê matou o menino! Cê matou o menino!”, o motorista desceu brabo, queria bater na vizinha: “é, tá me chamando de criminoso, falando que eu atropeli e não sei o que”, e pegou o celular e chamou a polícia, porque ele viu que os populares tavam se aproximando, né, a polícia veio e tal, né, aí fizeram o bafômetro... pô, 8h da manhã fazer bafômetro, só se o cara passou a noite bebendo, ainda mais motorista de ônibus, mas só que é o seguinte, não é só a cachaça que tira a atenção da pessoa, não [...] Quando o cara quer prestar atenção no trabalho, ele presta, mas esse motorista ele arrastou meu filho um bom pedaço aqui, e o que que aconteceu? As pessoas que não sabiam o que que tinha acontecido, aí começaram a falar que meu filho tava numa bicicleta, aí depois falaram que ele tava num skate, depois falaram que ele tava de patins, mas na realidade o menino tinha acabado de levantar, ele tava indo buscar pão. A menina tava me contando, minha filha: ele chegou ali, ela atravessou correndo, o ônibus parou no ponto ali em cima, aí ela atravessou correndo, aí ele ia atravessar, aí vinha subindo uma moto, aí ela falou “não atravessa agora, não”, ele olhou, viu que o ônibus tava parado e ficou olhando a moto, a moto passou, ele entrou, o ônibus tinha saído e ele não viu, o cara saiu com tudo, sabe, com o ônibus, aí na hora que ele entrou, o ônibus pegou aqui assim na cabeça dele (Baum!)... jovem, afundou a cabeça dele, assim, ele rodopiou e caiu, aí o motorista saiu arrastando ele, arrastou ele aqui por uns quinze metros e passou por cima, depois que passou por cima que ele parou. Pronto, aí depois o motorista virou inocente e coisa e tal, e quando eu coloquei um advogado aí, o advogado falou: “olha, vai demorar mais ou menos uns vinte anos pra resolver isso aí”, eu falei “ué, se o senhor não trabalhar, vai demorar é muito mais, talvez nunca vai resolver”.*

A situação dramática pela qual Ângelo passou envolveu, na fala do morador, várias condicionantes. Para ele, não se tratou de uma tragédia pura e simplesmente, mas o resultado de um profundo descaso com os moradores pobres do Vista Bela. Os ônibus, conforme eu mesmo pude observar ao longo dos trabalhos de campo, trafegam pelo conjunto em alta velocidade, em vias com falta de sinalização adequada e sem obstáculos que possam conter a velocidade dos veículos. Ademais, a ausência de áreas de lazer para as crianças e jovens, principalmente, foi apontado por Ângelo como um fator para os acidentes que ocorrem no Vista Bela, pois a rua acaba por se tornar o espaço público apropriado nesses casos. Em que pese o teor dramático da

situação relatada, Seu Ângelo não deixou de entonar um discurso marcado por seu posicionamento político de denúncia e reivindicação, apontando, em outro momento da entrevista, que a tragédia envolvendo seu filho o motivou para lutar ainda mais pelo investimento em novas áreas de lazer. Todavia, a dor em perder um filho compareceu na fala e no semblante do morador, que relatou, ainda, ter perdido um outro filho enquanto sua esposa estava grávida, menos de um ano antes do caso aqui descrito.

As dificuldades enfrentadas por Ângelo também se assemelham, em muitos aspectos, à vários moradores com os quais conversei durante minha pesquisa no Vista Bela. Na impossibilidade de arrumar um emprego, devido aos mais diversos motivos, é necessário pensar em estratégias que garantam, minimamente, o sustento de sua família.

*A: É onde que o pai de família olha e diz: o que eu vou fazer? O que eu vou fazer? O que eu faço pra mim sobreviver... cê tá vendo aí? [aponta para os produtos expostos na sua casa] O que eu faço pra mim sobreviver é isso aí ó, é vender doce, é isso aqui, e sabe como é que eu compro isso? Dinheiro do bolsa família. É tipo assim, você vender o almoço pra comprar a janta, sabe, e aqui a gente trabalha dessa forma, né. Eu sou presidente, mas não tem um, uma pessoa, um órgão, um qualquer... qualquer coisa que possa me beneficiar em qualquer coisa, em passagem, em qualquer coisa, nunca, nunca fui beneficiado em nada! Eu já saí a pé daqui pra ir em reuniões lá no Centro... nem carona! Nem carona de carro eu consegui. Tá, mas eu, graças a Deus, meu esforço valeu a pena, valeu e tá valendo, porque eu não to deixando de ir, to incomodando o pessoal, e o pessoal tem que fazer as viabilidades aqui do Vista Bela, eles tem que fazer!*

A exemplo do trecho aqui transcrito, a batalha diária pela sobrevivência compareceu na fala de muitos moradores com quem conversei. O benefício social recebido mensalmente por Ângelo é convertido na compra de alguns itens a serem comercializados num espaço improvisado em sua própria residência, numa tentativa de multiplicar um valor deveras insuficiente para a manutenção da casa e da família. Ele me relatou outras dificuldades como a impossibilidade de pagamento e consequente atraso nas prestações cobradas pela CEF e a dificuldade em conseguir empréstimos para investir em seu pequeno negócio, mesmo por meio de programas voltados aos beneficiários do PMCMV. Porém, o entusiasmo e o sentimento de luta não se encerrou em sua fala após a descrição de tantos problemas, levando-o a acreditar



que há um propósito divino a ser cumprido por ele enquanto liderança naquela comunidade, revelando algumas perspectivas otimistas para o futuro, ainda que muitos obstáculos permaneçam.

*A: Futuramente eu espero que eu encontre mais apoio, mais pessoas, e nem que não seja eu o presidente, que seja outro presidente, mas que seja apoiado, que o povo abra os olhos pra nós, que olhem pra nós não como obstáculo, sabe, porque aqui nós somos vistos assim como periferia... periferia cê sabe, o nome periferia é tudo de ruim, tanto que já até colocaram um apelido aqui: Cidade de Deus. Porque eles não conhecem a Cidade de Deus, só viram um filme com um monte de malandro, mas não conhecem a verdadeira Cidade de Deus.*

*D: O que é a Cidade de Deus hoje, né, uma cidade mesmo.*

*A: Exatamente. Lá é uma cidade e tem muita gente boa, tá, e eles colocaram aqui tentando difamar a gente, tá, e nós tamo provando que aqui tem muita gente boa e temos pessoas capazes de fazer coisas aqui que as vezes eles não encontram em qualquer lugar, sabe, nós temos aqui, nossa, de tudo, de tudo um pouco! Do palhaço até o empresário nós temos aqui dentro do Vista Bela, só que o pessoal não procura aqui, por que não procura aqui? Porque acha que se entrar aqui vai ser assaltado.*

O desejo de que as coisas melhorem e de que haja mais apoio para suas iniciativas comparece, na fala de Ângelo, junto à consciência da condição em que vivem os que habitam a periferia – segregados e estigmatizados, como pude discutir ao longo do trabalho. A periferia expressaria “tudo o que há de ruim” na cidade – a desordem, a violência, a pobreza -, numa clara alusão ao imaginário construído, particularmente, pelos que habitam outros espaços e enxergam a periferia como um lugar no qual deve haver ressalvas, onde todo cuidado é pouco. As potencialidades de milhares de trabalhadores e de jovens que vivem naquele lugar são soterradas, invisibilizadas pela cegueira causada através do medo daquele que é diferente, que se imagina ser perigoso. A pobreza, como coloca Kowarick (2009), é temida e criminalizada, num país em que as desigualdades se revelam de forma extrema, impedindo a plena e livre circulação do sujeito periférico sem sua associação aos signos descritos neste parágrafo. Para Ângelo, bem como para tantos outros moradores com quem conversei, as questões referentes à violência e aos conflitos decorrentes da convivência entre diferentes não fogem a sua compreensão, não são vistos como algo distante e que passa despercebido, mas também não

configuram as identidades reivindicadas por aquele lugar, no qual vivem pessoas que trabalham e lutam diariamente pela sobrevivência. É como a Cidade de Deus, caso emblemático da produção da periferia na cidade do Rio de Janeiro, estandarizado pelo cinema numa produção de grande sucesso, no qual as pessoas, em geral, só apreendem aquilo que as permite enxergar: os mais diversos estigmas associados à pobreza, muito relacionados, inclusive, à cor da pele – negra – dos que lá vivem.

A entrevista com Ângelo foi a mais longa dentre todos os depoimentos que coletei durante a minha pesquisa. Percebi nele uma vontade em relatar com detalhes os eventos que marcaram sua vida, particularmente no decorrer de sua atuação como presidente da associação de bairro do Vista Bela, certamente por conta da importância que a política assumiu em sua trajetória. Claro, estabeleci alguns recortes de acordo com a relevância que eu próprio elenquei perante as quase trinta páginas transcritas, nos quais busquei enfatizar os aspectos de maior destaque no conjunto de sua fala, desde sua atuação e os conflitos decorrentes no âmbito da associação de bairro, até o evento dramático envolvendo a morte do filho e a motivação que isso gerou para que ele continuasse lutando pela comunidade – termo utilizado por ele próprio em diferentes momentos da entrevista.

As experiências de Ângelo naquele lugar destoam, certamente, das práticas mais comuns realizadas pela maioria dos moradores em seu cotidiano, revelando, justamente, uma leitura muito emblemática sobre a realidade de todos que lá vivem, associada às suas próprias percepções de quem vive a política como ato consciente e intencional. Dessa forma, a visão de Massey (2004) sobre o lugar como espaço por excelência da política ganha, no contexto vivido por Ângelo, uma dimensão explícita.

## **4.2 Elisa**

A entrevista com a moradora Elisa ocorreu na manhã de uma quarta-feira do mês de setembro, ano de 2015. Acompanhado de uma colega que cursava o mestrado em Geografia na Universidade Estadual de Londrina, a qual aplicou parte de sua pesquisa na residência da referida moradora, pude conhecê-la em seu ambiente doméstico, no qual realizamos uma longa conversa sobre diferentes aspectos de sua vida. Na ocasião, estavam presentes também dois dos cinco filhos de Elisa, além de seu esposo, que também participou em alguns momentos.

Conforme justifiquei na introdução deste capítulo, tive contato com a moradora por meio da indicação dessa colega, que a apresentou como alguém muito esclarecida e disposta a

colaborar com as pesquisas de forasteiros curiosos com a realidade por ela vivida. De fato, no decorrer da conversa, pude verificar o quanto Elisa é consciente de sua condição de moradora da periferia, segregada do restante da cidade e estigmatizada devido a sua realidade, o que tornou sua fala tão importante em várias questões discutidas nos dois capítulos anteriores.

Logo após me apresentar e explicar o que estava pesquisando, e antes mesmo de ligar o gravador, Elisa já iniciou seu relato comentando sobre alguns dos problemas enfrentados pelos moradores do conjunto, indicando defeitos de estrutura e de acabamento em sua casa. Já no início alegou algo que compareceu várias vezes durante a sua fala: o descontentamento e a frustração vivida por ela e por sua família diante de tantos infortúnios em seu cotidiano.

*D: Quando vocês mudaram pra cá? Foi em 2011, né?*

*E: Foi.*

*D: De lá pra cá, você já adiantou, né, uma série de questões relativas à casa, à situação do bairro e tudo mais, mas como que você enxerga, como que foi quando você chegou e como que é pra você agora? O que você acha que mudou, melhorou ou piorou? Vamos dizer, assim, num aspecto geral.*

*E: Olha, o que melhorou foi o que a própria população fez, que é em relação a acesso a mercado, a uma lojinha, uma coisinha que a gente precisa, né. [...] Melhorou em relação a que? Foram plantadas umas árvores pela própria população, entendeu? A gente foi, buscou as mudas e a gente mesmo plantou, fez plantio de árvores, algumas consegue cultivar, outras a molecada ranca, mas melhorou. Agora, tinha uma academia, foi feita uma academia ao ar livre aqui na rua de baixo, que virou ponto de tráfego, por quê? Porque não teve manutenção, ela vivia no meio do mato, então, assim, o mato tava na altura de um ser humano. Tem um terreno aqui que diz que era pra ser uma praça, depois falaram que ia ser o posto, depois falaram não sei o que, acabou não sendo nada, porque é também ponto de jogar lixo, virou lixão. O pouco espaço que tinha, que eles deixaram pra equipamento público, que é... Tem um terreno lá em cima, que tipo assim, na planta, eu tenho a planta, eles me cederam a planta do que seria [o Vista Bela], mas foi uma coisa, assim, que quando a gente veio, veio todo mundo junto, veio governo, veio município, quem quis vir, até empresário veio pra tirar foto com a população aqui. Não, olha, tirar foto chacoalhando a chave da casa, mal sabia que tava segurando a própria maldição, que muita gente que entrou aqui,*

*veio aqui pra cá com as próprias pernas, andando, hoje tá em depressão, hoje tá afundado em dívida.*

Não se trata, conforme relatado por Elisa, somente dos problemas vivenciados pela ausência de infraestrutura adequada e serviços públicos. Algumas mudanças decorreram da atuação dos próprios moradores, ou de pessoas que resolveram investir em estabelecimentos comerciais no entorno do conjunto habitacional, mas, em geral, pouca coisa efetivamente melhorou para a população. É interessante destacar o seu acesso à planta do empreendimento, na qual informa ter observado pouco espaço reservado para a instalação de equipamentos públicos, mas que ainda assim não chegaram a ser utilizados devidamente. Em empreendimentos que pude conhecer em cidades como Presidente Prudente, Marília e São José do Rio Preto (SP), a destinação de espaços para uso institucional – construção de unidades básicas de saúde, escolas, CRAS, entre outros – estão presentes em maior ou menor grau, enquanto no Vista Bela ficaram quase que completamente ausentes, havendo a necessidade de construção dos equipamentos hoje existentes – UBS e escola estadual – em terrenos do loteamento vizinho, o Jardim Padovani.

Outro aspecto importante comparece em sua fala: o endividamento das famílias que vivem no Vista Bela, que Elisa associa à própria incapacidade em pagar as prestações da casa e o condomínio (no caso dos que residem nos apartamentos) e à desmedida oferta de crédito para compra de móveis e eletrodomésticos pelo cartão “Minha Casa Melhor”, fornecido pela CEF. Segundo me informou, ela não pode utilizar o referido cartão devido ao atraso de prestações de sua casa, mas agradeceu à Deus por isso, pois caso contrário seriam mais 185 reais de parcelas a serem pagas por mês, o que para sua família representa o comprometimento de parte relevante da renda.

O fato de algumas prestações da casa de Elisa estarem atrasadas decorrem, certamente, da situação de desemprego dela e do esposo, que efetua alguns “bicos” eventuais e complementa sua renda com os benefícios sociais recebidos pela família, como o Bolsa Família. A impossibilidade de Elisa sair para trabalhar, segundo me informou, está muito associada às dificuldades na administração do tempo no cuidado da casa e dos filhos, todos os cinco ainda em idade escolar.

*E: [...] olha o meu horário como é louco: eu levanto seis e meia da manhã, seis horas na verdade, aí o Júlio de 14 anos se arruma e eu arrumo o Pedro pra ir pra creche,*

*eles atravessam a cidade, porque o Pedro, eu tive que conseguir vaga na creche lá perto de onde o Júlio estuda, porque daí o Júlio deixa na creche, né. Aí eu tenho o Lucas, que tem que levar 7h20 ali no ônibus, e a Marcela que levo as oito horas na escola. Nove e meia eu tenho que pegar o leite do Pedro, meio dia eu tenho que pegar o Lucas no ponto, cinco horas tem que pegar a Marcela na escola, dez para as seis, seis horas chega o Júlio e o Pedro. Como que você trabalha? Me fala, como que você trabalha? Com uma escolaridade que eu não tenho o ensino médio completo, só tenho até o segundo ano, entendeu? Tenho profissão, sou operadora de caixa e atendente, auxiliar de produção em carteira, mas os horários que essas firmas... Aí, eu posso trabalhar a noite, depois das sete, mas vou deixar uma criança de dois anos, uma de cinco e o de sete com o menino de quatorze anos? Por que ou eu ou o meu marido tem que trabalhar a noite, mas aí é o caso, ele não tem escolaridade pra pegar [um emprego]. Aí, agora, surgiu esse projeto aqui, mas aí é uma limitação, é tantos... tinha uma fila de quase duzentas pessoas pra fazer a inscrição pra estudar, atenderam cinquenta. Quer dizer, a demanda não atende.*

A rotina de Elisa é marcada pelos afazeres domésticos e, particularmente, o cuidado com os filhos, na qual ela destaca o encaminhamento dos quatro mais novos para a escola, cada qual em um estabelecimento diferente. Não lhe resta, portanto, tempo hábil para que possa trabalhar fora, ou mesmo para ser dedicado a qualquer coisa de seu interesse. O esposo não tem emprego fixo, segundo ela mesma colocou, por não dispor de uma formação mínima que o garanta ingresso no mercado de trabalho, mas, ainda que colabore em algumas tarefas, como levar ou buscar um dos filhos na escola, não recai sobre ele as mais diferentes obrigações para a manutenção da dinâmica da casa e da família, composta por três crianças e dois adolescentes. Para Silva (2011), a posição da mulher no mercado de trabalho é demarcada pelas características impostas pela sociedade patriarcal, na qual é de sua incumbência primeira as atividades reprodutoras no ambiente doméstico, tornando-se secundária sua colocação nos setores produtivos, ainda que sua participação tenha crescido exponencialmente nas últimas décadas do século XX. No referido texto, a autora pontua que historicamente coube ao homem o papel de provedor do lar, porém, no caso aqui representado pelo relato de Elisa, a complexidade de sua situação perpassa a não inserção também do esposo no mercado de trabalho, tornando o cotidiano da família bastante difícil e dependente dos benefícios fornecidos pelo Estado e da ajuda de outras pessoas.

*D: Você tem cinco filhos no total?*

*E: Cinco filhos.*

*D: Essa que chegou aqui tem quanto?*

*E: Ela tem 16.*

*D: Aí os outros tem 14, né...*

*E: 14, 7, 5 e 2. Então, aí ela tá com dois anos de namoro com esse menino, um menino, sabe, honesto, trabalhador, mesmo que ele more no São Jorge, mas ele não se envolveu.*

*D: Ah, sim, eu tenho primos que moram no São Jorge.*

*R: Então, aí fala assim “Ah, São Jorge; ah, Vista Bela”, aqui tem gente que tem vontade de vencer!*

*D: Claro.*

*E: Eu mesma e meu marido, se a gente quisesse a essa altura do campeonato tava metendo o B. O., como diz no português claro, entendeu? E tava sobrevivendo bem, ia ter mistura na minha geladeira, ia ter tudo.*

Dos cinco filhos de Elisa, a mais velha, de 16 anos, já não mora mais com os pais. Namorava, naquele momento, há dois anos com um rapaz que reside no São Jorge – assentamento urbano localizado na Zona Norte de Londrina, já referenciado anteriormente –, e havia se mudado há pouco tempo para morar com ele, numa casa, segundo Elisa, improvisada, numa área não regularizada. A filha reproduz, dessa forma, uma situação que ocorreu com a própria mãe: considerando a situação precária do ambiente doméstico onde vivia, vislumbrou por meio de um relacionamento a oportunidade de transpor as paredes de uma casa superlotada, “libertando” a si própria daquela situação e os próprios pais que encontravam tantas dificuldades no sustento da família. Essa “emancipação”, portanto, não se dá de maneira planejada e com as condições adequadas de sobrevivência, mas acontece motivada por um redimensionamento dos problemas enfrentados, como uma possibilidade de seguir novos caminhos. Turra Neto (2015), numa discussão sobre jovens, juventude e a dimensão espacial de suas práticas, faz referência à desigual vivência da condição juvenil por parte de muitos jovens brasileiros que, ao invés de se dedicarem aos estudos por mais tempo, conquistando uma formação profissional/científica mais ampla, e também às atividades de lazer diversas, precisam ingressar com pouca idade no mercado de trabalho, muitas vezes em atividades pouco

valorizadas e de baixa remuneração, passando muito precocemente para a fase adulta. Ademais, num aspecto que se associa ao caso relatado por meio da filha de Elisa, os jovens das camadas pobres da população constituem família mais cedo e precisam se preocupar com todos os desafios da reprodução familiar cotidiana num período da vida em que outros jovens de classe média, por exemplo, podem se dedicar às atividades que são associadas à uma plena vivência da juventude.

*D: Entre sair do fundo de vale e esperar a casa aqui, você ficou na casa da sua mãe um tempo, é isso?*

*E: Fiquei, né, pagava um pouco de aluguel “aqui”, aí não tava aguentando, aí ficava um pouco na casa da minha mãe.*

*R: E lá morava a mãe dela...*

*E: Eram quatro famílias.*

*R: A irmã dela, o irmão dela que é deficiente físico, que é cadeirante, morava ela, nossos filhos.*

*E: Um outro irmão meu.*

*R: Um outro irmão dela... Então, quer dizer, morava um monte de família, a condição ali não era muito boa, muita gente, casa pequena. Daí saiu o projeto, entregaram a casa pra ela, foi um sonho, né, felicidade, uma alegria que de repente se transformou em terror, depressão, transtorno, sofrimento, preocupação e acabou virando em nada. Tem dias que minha mulher acorda aqui, eu que não deixei ela sumir daqui, ela queria picar o pé em tudo e entregar isso daqui, deixar essa porcaria aqui pros outros, não deixei, porque por mais que tenham esses problemas, aconteceu porque foi um homem que pôs a mão, aqui é um lugar abençoado, Deus nos entregou esse lugar, mas devido o homem que colocou a mão, tudo o que o homem põe a mão ele destrói. Ela acorda, ela tem depressão, ela acorda chorando, tem dia que ela olha assim pra esse lugar, ela vai ali pra fora e ela fica chorando, e eu já não sei mais o que fazer, viu, eu já não sei mais de que forma lutar, nem a quem recorrer, porque a todo lado que a gente recorre ou a gente toma uma porta na cara ou gente toma uma canseira e ninguém resolve nada, então a gente tá assim, aqui a gente tá a mercê de Deus, à vontade de Deus, só por ele que o povo aqui sobrevive, e vive... porque a gente não vive aqui nesse lugar, a gente sobrevive! Pelo menos a nossa família aqui, a nossa e muitas outras famílias que você procurar e conversar, não é o caso de viver aqui, é de*

*sobreviver, porque não tem pra onde a gente ir, a gente não tem outra opção, a gente não tem outra escolha, tem que ficar aqui.*

*E: Eu já pensei várias vezes em vender, entendeu? Várias mesmo, assim, desesperadamente de chorar e falar pra ele “não, eu vou vender isso aqui, eu não aguento mais, eu vou entregar isso aqui por qualquer coisa”, entendeu? Só que é o detalhe, se você vende aqui, primeiro que você perde, a pessoa que comprar, perde, e segundo, por quanto que você vai vender uma casa dessa, o que você vai pegar numa casa dessa você consegue ir pra outro lugar? Mas nem pra pagar aluguel, você não aguenta, se você pegar... tem gente que vendeu casa aqui, que não vendeu por mais que cinco, dez mil. O que você faz com cinco filhos? Sem estudo? Qualificação profissional? Que é que eu faço com 10 mil reais?*

A trajetória de vida de Elisa, na cidade de Londrina, revela uma série de desafios que foram impostos no decorrer do tempo. Ela saiu de casa muito jovem, quando se casou com o seu atual esposo, tendo engravidado da filha mais velha quando ainda não tinha nem dezoito anos, ou seja, também teve sua juventude negada. A necessidade de ocupar um lugar, de constituir algo que pudesse chamar de moradia levou-os à um fundo de vale localizado numa das áreas mais precárias da cidade, o João Turquino, no qual ela e seu esposo realizaram investimentos numa casa improvisada. O Estado, tal como em outros casos a mim relatados, atuou na remoção de sua família alegando se tratar de uma área de risco, mas não possibilitou uma mudança imediata para um local apropriado. Nesse meio tempo, Elisa revezou entre pagar aluguel, altamente despendioso para sua renda super limitada, e a casa da mãe, na qual já viviam outras famílias que dispunham de sua própria dinâmica. A casa no Vista Bela, portanto, representou para a moradora uma conquista ímpar em sua vida, justamente devido à tantas dificuldades enfrentadas até então, na qual ela vislumbrou várias possibilidades de melhoria em sua vida. No passar dos dias, todavia, as adversidades se revelaram demasiadamente pesadas, levando Elisa a desenvolver uma profunda frustração com sua situação, desdobrando-se até mesmo em distúrbios psicológicos, como a depressão. Os registros na memória de Elisa denotam a priori dois principais momentos: a alegria na conquista da casa; a decepção diante da realidade que se revelou após sua ocupação.

Para Blunt e Dowling (2006), as concepções reveladas pelas histórias de vida dos sujeitos, no que tange à casa, perpassam os principais acontecimentos de suas vidas naquele ambiente doméstico ou a partir dele, ou seja, na forma como se relacionam com as demais



questões que estão além dos limites da residência. As referidas autoras esclarecem que a associação da casa com um sentimento de acolhimento e segurança é real para muitas famílias em diversas situações, mas tal percepção pode também se transformar num pesadelo diante das experiências negativas vivenciadas por essas pessoas, como me pareceu ser o caso de Elisa.

As condições ultrajantes em que vive a família de Elisa, tomando por referência seu próprio relato, repercutem na forma como a moradora se enxerga em meio às múltiplas trajetórias que convivem naquele lugar. Quanto às relações de vizinhança, ela afirmou serem complicadas, justamente pelo fato de viverem pessoas tão diferentes, com histórias tão diversas, presas num mesmo lugar entrecortado por milhares de casas e prédios de apartamentos.

*D: Em relação a algo que compareceu bastante na conversa com os moradores: como vocês definiriam as relações de vizinhança aqui?*

*E: Eu, no particular, digo que é complicado, essa é a palavra, complicado [...] Então, a gente poderia colocar aqui, o Vista Bela, da maneira que tá, como se fosse uma cadeia [...].*

*R: Só que a diferença é que aqui, pra tá aqui você não cometeu crime nenhum. Pra ir pra dentro de uma cadeia, pra tá lá você cometeu algum crime, tá pagando pelo seu crime, nada mais justo! Só que aqui a grande diferença é que você não cometeu crime nenhum, você é obrigado a conviver com isso no dia a dia, entendeu? O povo aqui é muito disperso, não tem união.*

Os sentimentos para além dos muros da casa são, também, de reclusão, de uma sensação de falta de liberdade e de obrigação de convívio com pessoas muito diferentes, que precisam negociar cotidianamente sua coexistência naquele lugar. Roberto alerta que o povo é muito disperso, que não há união, no que Elisa relata uma importante experiência sua no âmbito da mobilização pelo bairro.

*E: A gente tinha uma associação de mulheres, que a gente não chegou a registrar, né, mas tem várias mulheres aqui que tem fibra pra correr atrás, e a gente se juntou, acho que a gente era em onze mulheres, a gente fez camiseta, foi pra cima. Foi a partir disso que foi gerada uma comissão na Câmara pra ver, né, o que tava acontecendo no Vista Bela a respeito dos equipamentos públicos, dos desgates e tudo mais, tava acontecendo, que ficou durante três meses e houve uma resposta: o posto de saúde,*

*que levou mais um ano pra ser construído. Mas, assim, essas mulheres, se você conversar com cada uma delas, a história é mais ou menos parecida, por que? Porque juntou a indignação de ver tudo parado e nada sendo feito, de ver que tem condições de mudança e foi pra cima pra ser feito, só que com isso a gente vai aprendendo muita coisa, foi gerando clareza pra gente, porque a gente foi vendo, entendeu, até mesmo na maneira de se expressar, né, muitas das meninas que tinham vergonha, aprendeu a se expressar melhor, por que? Porque chegava lá e tinha que... não, chega lá na Câmara, não, a gente vai dar fala pra três pessoas, a gente tinha que falar. Só que como que você ia colocar em palavras o que você vive? O que você sente? Não é todo mundo que tem essa facilidade. Só que aí a gente começou a aprender com isso, a gente começou a participar de algumas palestras que tiveram, algumas reuniões com a Caixa Econômica, com a Construtora, com isso e aquilo... Então, essas mulheres, eu acho, né... houve uma série de divergências de ideias, porque cada ser humano pensa de uma forma, mas se tivesse havido um pouco mais de apoio tinha se tornado um elo forte dentro do Vista Bela, porque com pouco tempo que a gente atuou, a gente conquistou o leite, que não era entregue aqui porque não tinha equipamento do Estado. Conseguimos na base de pressão trazer, hoje tem 400 famílias que são atendidas pelo leite do governo aqui dentro do bairro, eu sou uma família. Porque a gente vestiu nariz de palhaço e foi pra dentro da Câmara, vestida com vinte mulheres com criança no colo e falar “então eu tenho que atravessar o bairro, deixar meu filho no colo debaixo de sol, atravessar três, quatro bairros pra buscar o leite segunda, quarta e sexta, sendo que tem alguma maneira...”, aí deram um jeito, deram nó na água e conseguiram, colocaram o leite aqui.*

*D: Na escola que eles entregam, né.*

*E: Isso, aqui na creche, tanto é que a menina que entrega o leite, ela é terceirizada. Aí, numa coisa surge outros problemas: com a sobra do leite faz o que? Aí quanto a gente tava ativo, pegava essa sobra desse leite e entregava pra pessoas que tinham deficiência, que precisavam, né, e não tinham acesso porque não tem um programa que abrange tudo isso. Mas aí começou a levantar “disse me disse”, fui agredida aqui no bairro, apanhei por causa do leite, aí acabamos abrindo mão, entregando isso pra uma entidade. Quem que tava fazendo essas coisas, que gerou tudo isso aí, algum atendimento que teve no bairro, foi isso, teve casa aqui que foi atingida por barro, por água, que alagou a altura da cintura de pessoas ali, por causa da falta de estrutura,*

*porque a água veio do bairro de cima lá, que até atravessou os prédios e entrou nas casas, as mulheres se uniram e foram em cima, conseguiram, tivemos apoio da Secretária, tivemos apoio do próprio Prefeito que veio aqui, o Governador veio aqui, entendeu, o Álvaro Dias veio aí, mas foi, assim, só naquele momento.*

*R: Rápido demais.*

*E: Foi um flash de luz assim que passou, e daí você não vê mais ninguém [figuras do poder público] aqui no Vista Bela, só quando inaugurou o postinho que veio alguns, e ainda veio com medo porque sabe que fez “caca”, ficou com medo de apanhar aqui.*

A complexidade das questões levantadas por Elisa se revelam também neste trecho, na qual ela indica a trajetória de mulheres que se uniram para lutar pelos direitos dos moradores do Vista Bela, particularmente seus filhos, as divergências e conflitos que resultaram disso, bem como a displicência de figuras de destaque do poder público perante a realidade do conjunto habitacional, que, segundo ela própria relatou em outro momento da entrevista, enxergam o bairro apenas como potencial de votos e o frequentam nos momentos de inauguração dos poucos equipamentos públicos entregues e nas campanhas eleitorais. É emblemático pensar, também, que Elisa destaca o fato da mobilização ter partido da união de mulheres, mães de família, que representam, certamente, a maioria da composição populacional do Vista Bela, muitas das quais não dispõem da tal figura masculina “como provedor do lar” ou não podem contar com sua contribuição. Os casos são muitos, se assemelham em alguns pontos, mas também revelam particularidades complexas, como pude exemplificar a partir de alguns casos no capítulo 3.

A luta de Elisa, segundo me informou, esteve atrelada às demandas de sua família, de seus filhos, das mulheres *guerreiras* que vivem no bairro e também da juventude que, de acordo com ela, encontra-se abandonada e suscetível a todo tipo de influência ruim. Ela endossou, em diferentes momentos da entrevista, a importância que atribui à escola e aos estudos, falou da luta que precisou empreender para matricular o filho adolescente numa escola de ensino integral, justamente para possibilitar ao garoto uma formação e uma vivência que distoe das práticas que, infelizmente, são realizadas por grande parte dos jovens da periferia, segundo sua visão, que ficam ociosos pelas ruas.

*E: [...] Ele [o jovem] tá aprendendo coisa que não presta, aí ele começa, ele se envolve com o mundo do crime, ele tem acesso à arma, à droga, que vai gerar isso? O*

*contraste do rico com o pobre, que é mais pobre porque é usurpado e sugado pelo rico e pelo Estado, ele vai assaltar, ele vai roubar, é onde gera morte, é onde gera guerra entre eles mesmo, porque um tem e outro não tem... “ah, porque eu fui lá e eu roubei, agora eu tenho”, outro não tem, gera guerra entre eles mesmos. A droga que é o subsídio do pobre, entendeu, principalmente a molecada nessa idade, que tá entre... você vê, tem criança que tá nesse bairro de nove anos que tá envolvida com craque, usando droga, e o craque que a gente sabe que é o apocalipse, o próprio apocalipse em forma de fumaça, depois que entrou não sai, e aí? O Estado não oferece tratamento pra isso, o craque é doença, ele é uma doença, entendeu, ele tem tratamento, a gente sabe que a cura é Deus, mas ele tem tratamento, aí eles deixam se afundar, destrói a família, e uma coisa puxa outra, uma coisa vai destruindo mais que a outra e arrastando pro fundo. Quer dizer, se você for ver bem, tá totalmente ligado a estrutura física do bairro com o psicológico das famílias, tá totalmente ligada uma coisa a outra... e tem como mudar? Tem, a gente sabe que tem, e nem é tão difícil assim, porque o Brasil é um país que a gente sabe que é atrasado, mas não é tão atrasado, porque pra roubar eles não são atrasados, eles cometem crimes, os estelionatários do governo, eles fazem coisas que nos Estados Unidos eles não descobriram ainda como fazer, e aqui eles conseguem tirar de quem não tem, de quem não tem eles tiram pra aumentar de quem tem, e é aí que gera... isso aí é guerra social, a gente sabe, só que tá afetando gente que não tem nada a ver.*

O peso das palavras de Elisa ressoa conforme ela trata de assuntos tão delicados, mas ao mesmo tempo tão próximos de sua realidade. A consciência de um conflito entre classes sociais, que se desdobra na forma como as drogas e a violência captam e destroem a vida de jovens da periferia, ao mesmo tempo em que as práticas corruptas e de manutenção da pobreza mantém grande parte da população em estado de miserabilidade, e a sensatez em formular e articular todas essas questões demonstram a inteligência e a clareza de ideias de uma mulher que não concluiu sequer o ensino médio, mas sente na pele, diariamente, o preço de ser uma moradora segregada da periferia pobre de Londrina. Este quadro, que fomenta os estigmas territoriais (WACQUANT, 2006) construídos no imaginário urbano acerca do Vista Bela, recai sobre os próprios moradores que, nas palavras de Elisa, encontram-se atados à tal situação que não surgiu pura e simplesmente ali, mas foi construída por uma complexa rede de práticas realizadas pelo crime organizado, por figuras políticas, por instituições financeiras etc.

A estrutura física das casas e do bairro, segundo a moradora, está totalmente ligada ao psicológico das famílias, pois condiciona suas práticas espaciais cotidianas e as experiências vivenciadas, elucidando um aspecto que busquei debater durante todo o trabalho: a intrínseca relação entre a materialidade e a imaterialidade, ao objetivo e ao subjetivo na vida dos sujeitos que hoje residem no Vista Bela.

*E: Meu filho tem 14 anos, ele tá estudando em período integral. Ele chega em casa, ele fica sentado nesse sofá, tem hora que eu e meu marido olha assim... ele é maravilhoso, não tenho o que reclamar do meu filho, ele tem algumas amizades do bairro, ele tem, mas ele não fica grudado com amizade, por que? Porque a gente mostra pra ele totalmente a realidade, mas tem mãe que não tem essa consciência, que foi criada, que foi vivida no meio de violência, entendeu? Agredida pelo marido, espancada, com falta de saúde, com falta de tudo, aí chega num bairro onde tá com um sonho de que vai melhorar, encontra com uma coisa pior ainda, o caminho é um só, é caixão, porque mesmo que uma pessoa dessa passe por cadeia, passe por tratamento, e ninguém fizer nada, o futuro é caixão. Olha o índice de criminalidade da juventude, agora compara o da cidade com o do Vista Bela que ninguém fala, porque ninguém fala do Vista Bela, é uma coisa ou outra que repórter fala, mas se você for ver dentro, o que acontece dentro do espaço geográfico do Vista Bela, você fica horrorizado, tem mulher sendo espancada, violentada, tem cara sendo... a polícia chega e bate na cara de vagabundo.*

As referências à violência, a exemplo de tantos outros sujeitos com quem conversei, comparecem também na fala de Elisa, mas de uma maneira diferente da grande maioria, pois a moradora ressalta as causas, a raiz de tal fenômeno e o quanto ele impacta no cotidiano das pessoas, não de forma homogênea, mas de acordo com a história e as experiências de cada um, destacando como principais vítimas as mulheres, as crianças e os jovens. O que acontece dentro do *espaço geográfico* do Vista Bela? O uso que a Elisa fez das palavras reforçou, para mim, a construção da consciência crítica de uma mulher que aprendeu com as experiências vivenciadas em cada lugar, com as lutas que precisou travar para a conquista e a garantia de certos direitos, com os desafios que a limitaram na plena circulação e vivência da cidade como um todo. Essa consciência aguçada sobre sua própria realidade fez com que ela compreendesse a necessidade da luta, mas também a levou a perceber que a sua realidade é extremamente difícil de mudar,

ainda mais quando passou a residir no Vista Bela, lugar que hoje ela enxerga com um olhar bem diferente do início.

*E: Agora, uma coisa que eu queria classificar aqui é em relação aos sonhos das pessoas que moram aqui, porque alguns sonhos foram enterrados. A pessoa que tinha o sonho de construir, de ter a sua própria casa, usar aquele dinheiro que pagava no aluguel pra ter o seu próprio negócio, ou pra investir num curso, né, em estudo para os filhos, ou algo melhor, né, assim, digo de melhorar a casa e tal, isso aí infelizmente não tá tendo, porque o que você não gastou com uma coisa tá gastando com outra. A gente sabe que o custo de alimentação tá muito alto, a gente tá pagando muito caro no que come, eu acho impossível... você não vai poder comer bife uma vez por semana que nem comia antes, né, porque o rico pode comer todo dia, nós comemos uma vez por mês, uma vez por semana já não tá dando mais, porque vai pagar 25 reais no quilo do bife, uma família grande que nem a minha um quilo de bife vai no almoço. Então, a gente não tá conseguindo sobreviver, as coisas aqui tá muito caro, difícil demais. Só que isso aí a gente tá vendo que tá a nível de mundo, né, tudo... nós mesmo estávamos com esse freezer aí [um freezer de sorvete desligado no meio da sala/cozinha], meu sonho era abrir uma sorveteria com lanchonete, com um atendimento personalizado, sabe, algo que atenda com dignidade as pessoas, ofereça algo legal pra comer, um ambiente gostoso, só que daí você não tem... você não conseguiu investir nisso tudo, você... diminuiu a renda de um lado, mas aumentou os gastos de outro, você não conseguiu fazer nada. E as pessoas aqui, muita gente, conheço muita gente, você vai ouvir isso de muita gente aqui, que veio pra cá e enterrou seu sonho, porque daí é tanta coisa, é tanto problema, é tanta coisa que te desanima, que te desacorçoa, que afunda, aí rouba teu tempo com isso, com aquilo, aí é vizinho, é filho, aí é tudo e você se afunda, e você não consegue fazer nada. Eu não digo que seja só no Vista Bela, não, mas o brasileiro tá se afundando, assim, afundando os sonhos, e eu acho que é por isso que o Brasil tá afundando junto com os sonhos do brasileiro, não tem força, o brasileiro não tem mais força pra enfrentar o que tá enfrentando, a gente sabe que nos outros países também tem crise, também tem tudo, mas a gente ver escancarado da maneira que a gente tá vendo e você não ter poder pra fazer nada e você ver aquilo se esvaindo por entre seus dedos. Você trabalha o mês inteiro e chega no dia que você pega o pagamento, a tarde você já não*

*tem dinheiro pra comprar uma bala pro teu filho, um doce que ele sinta vontade, isso aí vai te afundando. Eu acho que é por isso que, além do câncer, a depressão tá sendo a doença do século, porque a frustração... e você pode entrevistar quantas pessoas você quiser nesse Vista Bela, a hora que você falar “qual é sua maior frustração?”, ela vai te falar de um sonho que ela enterrou aqui, ou de um filho que ela perdeu aqui, de um filho que se dispersou na droga, porque também é um sonho você ter um filho formado, um filho bem, né, estudado, um filho bem casado, que tenha família. E eu acho que das famílias que tã aqui, acho que 90% tem um filho, um marido, um sobrinho preso por causa do tráfico, por causa do que gira em torno disso, e isso acaba enterrando o sonho de uma pessoa também, então muita gente enterrou seus sonhos nesse lugar. Eu no dia que eu cheguei aqui, eu cheguei sonhando, hoje eu tenho pesadelo, e muitos.*

O trecho acima transcrito encerrou a fala de Elisa, ao menos a parte em que pude registrar com o gravador. Diante de tantas constatações pertinentes à realidade vivida pelos moradores do Vista Bela, que em alguns momentos ela compara com o brasileiro – pobre – em geral, associado à sua própria vivência num cenário de tamanhas limitações, Elisa desabafou e, posteriormente, desmoronou, pois não conseguiu conter as lágrimas de um choro que se revelou como a manifestação de um sofrimento que não parece ter fim. Além de todas as questões e problemas colocados e discutidos criticamente por ela, recaí sobre sua família o peso de uma das dificuldades mais endossadas durante a entrevista: as drogas, que acometem seu próprio esposo. Após a saída dele para buscar um dos filhos na escola, Elisa me informou, em meio a soluços e lágrimas, que ele é ex-presidiário e usuário de drogas em recuperação. Recai sobre ele, portanto, dois dos estigmas mais associados ao morador da periferia pobre das cidades, dificultando seu acesso ao mercado de trabalho e afetando, inclusive, sua saúde. Elisa ressaltou que ele nunca foi violento com ela, nem com os filhos, mas lembrou que tal problema afeta muitas das moradoras do Vista Bela, algumas que chegam a viver em situação de cárcere privado.

Por fim, diante de tantas questões complexas por ela levantadas, Elisa concluiu que o mais difícil de lidar em seu cotidiano no Vista Bela, naquele momento, eram os sonhos que foram enterrados e, pior, transformaram-se em pesadelos. Para ela e sua família, o conjunto habitacional passou a representar a materialização de inúmeros problemas e sofrimentos que

acometem o morador da periferia pobre de Londrina ao longo de suas trajetórias na cidade, mas que foram redimensionados no processo de produção daquele lugar.

### 4.3 Simone

A conversa com a moradora Simone foi possibilitada devido a uma indicação realizada pela Antonia, que desenvolve um trabalho voluntário no DIST, onde conheceu a referida entrevistada. Marquei com Simone numa tarde de domingo, em janeiro de 2016, na qual ela me convidou a ir até sua casa, num dos condomínios de apartamentos. Ao chegar lá, fui muito bem recebido e pude apresentar o meu trabalho e os meus objetivos em buscar uma entrevista com ela. Posso afirmar que foi uma das entrevistas das quais o roteiro foi mais fielmente seguido, o que tornou a fala de Simone tão importante em diferentes momentos da discussão realizada nos capítulos anteriores. Alguns pequenos fragmentos, dessa forma, serão aqui repetidos, pois se complementam à outros trechos e apresentam elementos de grande importância para se pensar a trajetória da moradora e o seu cotidiano no Vista Bela, onde ela vive desde 2012.

*D: Onde você morava antes de vir pra cá?*

*S: Eu morava lá no Jardim Catuaí, perto da Dixie Toga, sabe?*

*D: Ah, sei.*

*S: Morei cinco anos lá numa casa. Mas a minha vida inteira eu morei na região leste, no Interlagos, morei trinta anos lá, faz sete anos que eu moro na região norte.*

*D: Entendi. Você é daqui de Londrina mesmo?*

*S: Sou.*

*D: Lá no Interlagos você morava com a sua família também, né?*

*S: Uhum.*

*D: Aí você foi pro Jardim Catuaí. Você morava de aluguel?*

*S: Morava.*

*D: Então pra você a conquista disso aqui representou...*

*S: É um sonho realizado, né, com certeza.*

*D: Porque aluguel é uma coisa que pesa muito, né, Simone.*

*S: Muito. Aqui é minha casa, né, é tão bom a gente ter pra onde voltar, sabe, saber que é seu, né, Danilo, saber que não vão bater na tua porta cobrando aluguel, sabe.*

*Eu amo aqui, entendeu, apesar de todas as coisas que tem, eu amo minha casa. Só que*



*eu não sou de descer lá embaixo, se eu não tiver trabalhando ou estudando eu to aqui dentro, entendeu, eu não me misturo não. Não que eu seja melhor que ninguém, não é isso, eu tenho receio, entende.*

O relato de Simone, tal como revela o trecho acima transcrito, foi permeado pelo sentimento de conquista e satisfação pela aquisição da casa própria e, ao mesmo tempo, balizado pelos receios e decepções provocados pelo comportamento de seus vizinhos e a sensação de insegurança que sente no bairro. Conforme já referenciado por meio de Lindón (2005) e Maia (2012), a casa – e por extensão o bairro – representa para o seu morador um misto de sentimentos que, normalmente, assumem grande dimensão em seu cotidiano, seja pelos sentimentos de pertencimento e abrigo, ou pelo medo e a recusa em fazer parte daquele lugar. No caso, ainda que haja problemas no que se refere a estrutura física do apartamento, Simone se sente bem quando está no seu lar, mas evita as áreas comuns do condomínio, de acordo com uma série de razões que serão relatadas na sequência.

*S: Quando eu mudei pra cá, eu fiquei feliz no começo e depois eu fiquei triste, porque não tinha costume de morar em apartamento, a gente que mora em casa a vida inteira, eu morei em casa a vida inteira, daí eu mudei pro apartamento, tinha várias coisas aqui que... Eu não tinha piso, eu morei muito tempo aqui sem piso, eu coloquei bem depois esse piso. Então, era muito ruim, sabe, não tinha estrutura nenhuma também. Depois, os vizinhos aqui são diferentes de mim, sabe, agem diferente de mim. Eu sofri, sim, no começo, muito, e eu tenho uma filha que quando mudei aqui ela tinha 8 anos, agora já tem 11, eu tranquei ela aqui, eu não deixava ela ir lá embaixo porque eu tinha muito medo, entendeu, medo, eu tinha um pavor danado. Agora eu tirei isso da minha cabeça, entendeu, eu continuo com medo, mas eu vejo que minha filha... Eu não posso prender ela aqui dentro, mesmo porque ninguém merece ficar aqui dentro preso, né, então eu deixo ela a vontade, eu deixo ela descer lá embaixo, eu deixo ela brincar, então eu mudei, assim, a minha cabeça. No início, quando eu mudei aqui, minha filha sofreu muito com o que eu fazia, entendeu, porque eu não deixava ela viver, porque aqui, Danilo, tem muita coisa errada, entende, tem coisa que pra mim não dá, entende. Tem muita gente boa? Muita, graças a Deus tem mais gente boa do que gente ruim, né, mas tem muita coisa aqui que eu não gosto, que eu não aceito, entendeu.*

A adaptação foi um processo um tanto quanto difícil para Simone, particularmente pelo fato dela nunca ter residido em apartamentos ao longo de sua vida. A tipologia da residência, como pude perceber durante toda a pesquisa, recai sobre as práticas e as percepções dos moradores, pois os apartamentos, por exemplo, exigem uma proximidade com os vizinhos e um contato frequente, acirrando a necessidade de negociação de coexistência no lugar. Para ela, que trabalha e estuda fora, os momentos em casa representam descanso e realização de tarefas domésticas, mas para a filha de 11 anos, que estuda meio período e dispõe de considerável tempo livre, a convivência com as crianças do condomínio se torna necessária. Simone precisou, portanto, permitir-se enxergar o lugar onde vive com outros olhos, diminuindo o receio excessivo de convivência da filha com a vizinhança.

As questões que fomentam o medo de Simone no lugar onde reside estão, em grande parte, relacionadas ao consumo de drogas nas próprias dependências do condomínio, conforme me relatou em diferentes momentos. Quando ela afirma que muitas das pessoas que lá residem são “diferentes” dela, refere-se a práticas e comportamentos que Simone informou não compartilhar, aspectos com os quais ela nunca se identificou no decorrer de sua trajetória de vida.

*S: [Sobre assaltos e violência] Lá na Gleba Palhano também acontece, o problema é que lá é tudo escondido, Danilo, lá também as mulheres apanham dos maridos delas, lá muita gente usa droga, entendeu, só que é tudo escondido, não é igual aqui, tudo na sua cara, entendeu?*

*[...]*

*D: Se você pudesse comparar com os lugares onde você morou, por exemplo no Jardim Catuaí, você acha que lá era mais tranquilo?*

*S: Claro, não tem nem comparação, lá as casas são bonitas, um lugar bonito, perto de tudo, tinha escola perto, posto, tudo perto. Os vizinhos são diferentes daqui, aqui ninguém faz nada pra ninguém, se você não tiver dinheiro, ninguém faz nada pra ninguém. Aqui não tem aquela coisa que os vizinhos têm, aqui não tem, e lá onde eu morava tinha, entendeu, amizade de verdade, tranquilidade do lugar.*

As impressões de Simone no que diz respeito aos seus vizinhos muito se relaciona com suas experiências nos lugares onde residiu anteriormente. O Jardim Catuaí, ainda que esteja numa localização periférica no contexto da cidade de Londrina, apresenta características de

uma área consideravelmente mais consolidada que o Vista Bela, além de se tratar de um bairro que resultou da ocupação por meio de loteamentos privados, ou seja, não carrega os estigmas que se relacionam aos conjuntos habitacionais. Por outro lado, a moradora parte do pressuposto de que os problemas que ocorrem no Vista Bela, “a vista de todos”, repetem-se em vários outros lugares, inclusive na Gleba Palhano, mas com uma perspectiva bastante diferente no que se refere aos imaginários construídos nesses casos, pois, segundo ela, “é tudo escondido”.

Simone enxerga que a questão das drogas e da criminalidade faz parte, sim, do cotidiano dos que vivem no Vista Bela, mas ressalta que não qualifica, de forma alguma, a postura da maioria dos que lá residem. É emblemático pensar que tal como ela, tantos outros moradores se preocuparam em frizar esse posicionamento, numa espécie de defesa quase automática perante essas questões, uma atitude necessária diante das impressões tão negativas que recaem sobre eles a partir dos imaginários construídos pelos cidadãos em geral. Reafirmando as reflexões de Lindón (2007), trata-se de imaginários que condicionam, em maior ou menor grau, as práticas dos sujeitos em relação a determinado lugar, orientam a forma como enxergam o lugar e as pessoas que nele vivem.

*S: Sabe, Danilo, o que as vezes me deixa triste aqui, logo no início quando eu mudei aqui, tipo assim, jogaram a gente aqui, entendeu, e misturou todo tipo de gente, todos os tipos de gente tem aqui, Danilo, bandido... Entendeu? E eu, particularmente, eu nunca morei na favela, eu sempre paguei aluguel, entendeu, e várias pessoas aqui morou na favela, morou em... como que fala, fundo de vale.*

Os imaginários que perfazem os estigmas territoriais relacionados aos conjuntos habitacionais, como o Vista Bela, restringem a plena circulação dos que residem nesses lugares, condonando-os a um preconceito que se fundamenta nos signos da violência, do consumo e do tráfico de drogas, da baderna, do perigo etc., todos esses aspectos associados à pobreza, ao sujeito que vive e se relaciona com a cidade a partir da periferia pobre.

As questões associadas aos estigmas territoriais que recaem sobre o Vista Bela foram debatidas no capítulo 3, mas volto a ressaltar a complexidade das diferentes situações por mim percebidas. Os imaginários urbanos acerca dos costumes e posturas dos que residiam em favelas e fundos de vale, conforme citado por Simone, não são compartilhados tão somente por aqueles que estão fora do conjunto, mas também por muitos moradores que se encontram lá, incluindo-se ela. A trajetória espacial da moradora perpassou diferentes lugares tradicionalmente habitados

por famílias de classe média baixa, mas em situações na qual ela pagava aluguel e nunca precisou ocupar clandestinamente alguma área. Não se trata, mais uma vez reafirmando, de uma área homogênea no que se refere às pessoas que a ocupam, pelo contrário, revelou-se para mim, de fato, um ponto no espaço no qual as mais diferentes trajetórias de vida passaram a compartilhar experiências e negociar sua coexistência, produzindo, continuamente, um lugar. No caso de Simone, a falta de identificação perante grande parte de seus vizinhos e o incômodo provocado, particularmente, pelo consumo de maconha nas áreas comuns do condomínio, é compensado pelo alívio e a satisfação de ter um lugar que é seu, não precisando mais dispendir um valor elevado para o pagamento de aluguel.

*S: É assim, eu sou assim. Você vê ó, as pessoas fazem festa no natal, no ano novo aquela coiseira, eu fico aqui na minha casa, eu nem vou, eu vou no dia, no almoço, entendeu, mas aquele barulheiro que fazem, aquelas coiseira, eu detesto, eu odeio aquilo. Eu não sei se eu to ficando velha já, porque eu vou fazer 39 anos, eu não sei o que que é, eu sei lá, muita coisa acontece na vida da gente, né, Danilo, aí vai deixando a gente assim também. E minhas filhas falam, minha menina fala “ah, você é muito chata, mãe, você não sei o que”, eu falo “realmente, eu sou chata mesmo”, mas é o meu jeito de ser e eu não vou mudar por nada e nem por ninguém, se eles gostarem de mim vai ter que ser assim. E daí, agora que eu voltei a estudar, faz um ano, né, agora eu to fazendo mais amizade lá na escola, tenho amizade lá onde eu estudo, na sala de aula, mas também só na minha sala de aula, eu não tenho amizade lá com as outras salas, só na minha sala de aula, tenho amizade com a Antônia. Acho que eu fiquei, sei lá, sistemática mesmo.*

*D: Sim, entendo.*

*S: Minhas amigas falam “é, vamos sair”, eu falo “não, não vou”. Eu não aguento balada, sabe, Danilo, eu não aguento, eu não guento igual esse povo guenta, eu não sei.*

*D: Eu entendo. E já que você tocou nesse assunto da sala de aula e tudo mais, como que foi pra você essa experiência de voltar a estudar? Como você mesmo comentou, você conheceu outras pessoas e tal, né.*

*S: Ah, Danilo, na realidade foi assim, eu já voltei a estudar duas vezes, mas não deu certo porque minhas filhas eram pequenas, não tinha quem olhasse, né, e daí eu tive que parar. Já era pra eu ter terminado o segundo grau, já era pra eu ter feito até uma*

*faculdade, mas daí aqui teve oportunidade da gente estudar, e eu queria muito terminar o segundo grau, é uma questão, assim, de honra pra mim, sabe, porque todo mundo terminou, meu irmão fez faculdade, minha irmã terminou... até minha mãe terminou, minha mãe tinha o primário, voltou a estudar e terminou. Eu ficava meio com vergonha, sabe, ficava “ah, todo mundo terminou, por que que eu não, nossa eu sou uma incompetente”, pensava assim de mim. Aí, surgiu essa oportunidade de eu voltar a estudar, aí eu voltei. Não to falando pra você que tá sendo fácil, porque eu sou muito péssima em matemática, sabe, eu sou uma... né, e eu não gosto da matéria, e a gente tá estudando exatamente matemática.*

*D: Agora, né?*

*S: É. Eu quero terminar, esse ano se Deus quiser eu quero terminar o segundo grau, quero fazer um curso, assim, profissionalizante, ou senão... eu queria fazer uma faculdade, mas acho que não dá tempo mais não.*

*Eu: Ah, dá sim. Você pode ter certeza que nunca é tarde, não, e há cada vez mais pessoas voltando a estudar, indo pra faculdade.*

*S: Eu falo pra minha filha, pras minhas filhas, se não estudar, não adianta, não adianta porque você só vai penar na sua vida.*

Comentando sobre aspectos de sua personalidade, segundo ela cada vez mais introspectiva e sistemática, Simone me informou que o retorno ao ambiente escolar proporcionou a ela a possibilidade de conhecer novas pessoas e fazer algumas amizades no bairro, algo que não acontece fora daquele contexto. As referências à importância dos estudos compareceram em vários momentos da fala de Simone, inclusive no que diz respeito à ausência de escolas no conjunto habitacional e os problemas que disso decorrem. A vontade – e a possibilidade – de voltar a estudar, após ter interrompido duas vezes por conta do cuidado com as filhas, decorreu da necessidade que a moradora sentiu em concluir o nível referente ao ensino médio, no qual ela cursa pela modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), ofertado pelo DIST no próprio Vista Bela, conforme já comentado. Neste aspecto, é importante ressaltar mais uma vez que as trajetórias das pessoas não se encerram no Vista Bela, elas continuam em suas conexões com outras pessoas em outros contextos, em outros espaços da cidade, e isto também joga um papel no posicionamento delas no bairro, em seus projetos de futuro e visões do presente.

Mãe de duas filhas, Simone afirmou transmitir para ambas a importância da formação educacional, particularmente no que se refere à inserção no mercado de trabalho. Segundo me informou num outro momento da entrevista, sua filha mais velha, de 17 anos, residia na cidade de Americana (SP), mas já planejava junto à mãe a mudança para Londrina, justamente para poder dar continuidade aos estudos e ingressar numa faculdade.

*S: [...] Mas eu falo para as minhas filhas todo dia, hora que eu levanto cinco horas da manhã todo dia pra trabalhar, Danilo, eu falo pra elas: “tá vendo, se eu tivesse estudado um pouco mais talvez eu até não acordaria tão cedo”, porque é muito triste, Danilo, as vezes você tá com sono, sabe, você tem que levantar, você tem que trabalhar. Graças a Deus ainda tem emprego, né, porque tem muita gente que nem emprego tá tendo, porque o negócio não tá bom pra ninguém, né.*

Todos os dias Simone levanta bem cedo e pega dois ônibus para chegar ao seu trabalho, numa cozinha industrial localizada no outro extremo da cidade. Ainda que seja difícil, ela alega não se importar devido à importância que atribui ao seu emprego, que garante o seu sustento e de sua família. Nunca foi casada com o pai da primeira filha, mas chegou a conviver por alguns anos com o pai da segunda e teve um outro namorado que morou com ela no apartamento onde reside hoje. Não entrou em maiores detalhes acerca desses relacionamentos, nem se há ajuda financeira por parte dos pais das duas meninas. À renda resultante de seu trabalho, soma-se um benefício social que ela também recebe mensalmente. Quando falávamos sobre o atendimento da assistência social e o acesso ao CRAS, Simone relatou:

*S: Apesar que eu não gosto muito de ir nesses lugares, viu, eu vou na última instância, entendeu? Minha tia fala: “você é muito orgulhosa”. Não é orgulho, não é isso, tenho vergonha. A pessoa quando ela chega nesse lugar, Danilo, ela tá daquele jeito, você sabe, né, muitas estão, outras é mentira, as vezes não tem coragem mesmo, porque eu falo pra minha filha, Luciana: “filha, coragem não é pra qualquer um, entendeu, a pessoa pra ter coragem de levantar cedo, ela tem que ser guerreira, filha, porque não é qualquer um, filha, que guenta, que gosta também” – “é, mas você gosta, mamãe”, eu falo “eu gosto, adoro trabalhar! Ter dinheiro pra pagar minhas contas, amo”. Se eu ficar sem trabalhar fico até doente.*

Para Simone, uma pessoa que acessa um CRAS em busca de atendimento se encontra numa situação na qual ela não gosta de se imaginar, chegando a sentir vergonha. Trata-se, certamente, de um sentimento semelhante à falta de identificação com muitos de seus vizinhos que residem e compartilham com ela o mesmo lugar, mas que são vistos como diferentes. Apesar de viver a realidade de uma moradora de um conjunto habitacional periférico, Simone faz questão de enfatizar a importância de seu emprego - que possibilita a ela o pagamento de suas contas - e de seus estudos, pois ambas as atividades a mantêm ocupada e evitam a convivência com os indesejados vizinhos.

Em relação à importância de estar empregada, Simone ressalta também o fato de dispor de boas condições de saúde, que permitem a ela desenvolver suas atividades sem depender com frequência dos serviços públicos de saúde e de auxílio previdenciário, como o INSS.

*S: [...] Eu acho que todo mundo deveria ter um plano de saúde bom, sabe. Igual, tenho uma amiga que mora em Boston, nossa, quando ela vem me visitar, ela vem uma vez no ano, sempre [em] agosto ela vem. Ela fala pra mim: “Simone, como é bom morar lá, se eu soubesse eu teria ido há muito mais tempo”, entendeu, porque é tudo muito diferente lá, o INSS não é igual aqui, lá as pessoas tem de verdade, sabe, ele funciona de verdade, tanto pra ir num oftalmo, e já ganha o óculos, dentista, todos os médicos que quiser ir lá tem, e não é demora de um ano, dois anos, não, é rapidinho a consulta. Você acha? Ela fala: “aquele Barack Obama é o cara, Simone”, ela fala pra mim (risos).*

A visão de que os serviços públicos ofertados no Brasil não são de boa qualidade, compartilhada por vários moradores com quem conversei durante a pesquisa, comparece na fala de Simone, que os compara com as experiências de atendimento vivenciadas por uma amiga que reside nos Estados Unidos. Ainda que obras de autores como Mike Davis (2009) retratem uma realidade urbana bastante complexa e pouco difundida em relação a este país, particularmente no que concerne à vida de trabalhadores pobres e migrantes, os imaginários acerca das possibilidades ofertadas pelos ganhos superiores, mesmo em atividades consideradas de baixo valor e *status*, difundem-se entre aqueles que vivem, no Brasil, tantas dificuldades decorrentes, entre outros aspectos, aos baixos rendimentos recebidos, em jornadas de trabalho muitas vezes extenuantes. No final do mês, para além das contas mais básicas, muitos informaram não sobrar quase nada, o que limita consideravelmente sua inserção nos meios de

consumo. Para Simone, a experiência da amiga que se mudou e “prosperou” nos Estados Unidos, considerando sua origem pobre e difícil, representa uma trajetória de grande sucesso, algo que ela almeja para si própria.

*D: Você já pensou nisso [em ir embora do país]?*

*S: É o meu sonho ir embora, eu já quis muito. Quando eu não tinha minhas filhas, quando eu era jovenzinha, eu queria muito ter ido, devia ter ido, eu tive chance de ir, mas agora eu to pensando seriamente em ir embora. [...] Eu tenho vontade, sim, Danilo, já pensei muitas vezes em ir embora, e agora to pensando de novo. Ah, minha filha já vai fazer 18 anos, a Marcela... ah, dá pra ficar com a irmã dela, sei lá, queria ganhar um dinheiro, sabe, um dinheiro a mais. Eu penso muito nas minhas filhas, sabe, muito, eu falo pra elas que ninguém é eterno, né, e eu também não vou ser, eu falo porque eu quero deixar alguma coisa pra elas, né, eu falo: “essa casa aqui é de vocês, o dia que eu for embora pelo menos chuva vocês não vão tomar, e não vai precisar ficar na casa de ninguém, filha, isso é muito bom”, eu falo sempre isso pra elas. Mas eu queria ganhar mais, Danilo, sabe, lá ganha muito dinheiro. Eu trabalho em cozinha industrial, e a empresa que eu trabalho é multinacional, sabe, tem lá pra esses lado, se eu tiver a chance de ir embora eu vou.*

*D: Então você pensa até na possibilidade de ir e continuar trabalhando nesse ramo, as vezes até na mesma empresa, porque você já conhece, né.*

*S: É, porque lá, país de primeiro mundo, o serviço que tem lá é esses serviço simples mesmo, né, igual eu faço, e ganha bastante dinheiro, porque o povo lá são tudo estudado, né. Ah, eu quero sim.*

Os imaginários construídos sobre as condições de vida num país de primeiro mundo orientam os sonhos de uma mulher que vive, em seu cotidiano, as limitações resultantes das exíguas oportunidades de crescimento a ela possibilitadas. De acordo com Santos (2009), são muitos os fatores que fomentam o desejo de um brasileiro em emigrar para os EUA, particularmente relacionados às imagens difundidas pelos que lá residem acerca “[...] dos aspectos mais positivos e do conforto de vida americano” (SANTOS, 2009, p. 17). A rede de apoio representada por familiares, amigos e membros da igreja, segundo a autora, revela-se como um estimulante, pois confere àquele que deseja emigrar maior confiança em se adaptar a um lugar completamente diferente do de sua origem.



A trajetória de Simone diverge de muitos dos sujeitos com quem conversei - obrigados a residir em ocupações irregulares e áreas de risco -, mas foi convergida para um contexto socioespacial que explicita a condição periférica dos que lá residem, sobre os quais recaem preconceitos e estigmas dos mais diversos. Conforme a própria Simone relatou, as mais diferentes práticas realizadas pelos sujeitos e consideradas reprovativas estão, no contexto do Vista Bela, escancaradas perante aos que residem no conjunto habitacional e na cidade como um todo, alimentando a imagem negativa que esse lugar assume nos imaginários urbanos de Londrina.

Para Simone, todas as dificuldades, preconceitos e problemas com os vizinhos são superados pela felicidade adquirida na conquista da casa própria, levando-a a não pensar em desistir, de forma alguma, de sua vida no apartamento num condomínio no Vista Bela. Ela se revela, dessa forma, um dos exemplos mais claros da complexa relação entre, de um lado, a satisfação representada pela casa, ao mesmo tempo em que nutre frustrações com a vizinhança e o conjunto como um todo. Não poderia ser diferente, portanto, os aspectos que concernem à produção deste lugar, permeado por complexidades e múltiplas relações que envolvem diferentes sujeitos e escalas.

#### **4.4 Síntese do capítulo**

As falas desses três sujeitos, aqui relatadas com mais detalhes, reforçam diversas colocações pontuadas por mim no decorrer do trabalho, como também jogam luz à aspectos particulares de suas trajetórias que culminaram no Vista Bela, no qual permanecem continuamente negociando sua convivência com os demais moradores e produzindo aquele lugar, como também se conectando com outros sujeitos e outros espaços na cidade.

A dimensão política atribuída à vida cotidiana no Vista Bela compareceu com força no discurso de Ângelo, endossado pela necessidade de constantemente se reafirmar como única liderança legítima no bairro, aquele que possuía toda a documentação devidamente registrada nos órgãos competentes.

O fazer político, de forma mais enfática, compareceu também na fala sobre a trajetória de Elisa, particularmente quando já vivia no conjunto habitacional. O reconhecimento dos direitos das mulheres e da juventude preta e periférica levaram a moradora a se mobilizar e reivindicar mudanças, mas as dificuldades vividas em seu cotidiano, nas limitações financeiras que acometem sua família, além da problemática relação com os vizinhos, levaram Elisa a

desistir, ao menos até aquele momento, dessa empreitada, num contexto, cabe ressaltar, de convivência com a depressão e uma quase total falta de perspectiva para o futuro.

Simone, por sua vez, não declarou ter se envolvido alguma vez com reivindicações e lutas, ainda que reconheça que a forma como muitas coisas acontecem no conjunto e na cidade como um todo precisam mudar. Seu discurso foi marcado pela importância atribuída ao trabalho, à posse da casa e à formação das filhas, além da conclusão de seus próprios estudos, revelando, também, perspectivas que não se encerram no Vista Bela.

Os três moradores entrevistados, por meio de suas experiências e também daquelas observadas junto à vizinhança, apontaram diferentes problemas que persistem dificultando o cotidiano dos sujeitos que residem no conjunto habitacional, levando-os a lamentar sua condição, que eu associei, neste trabalho, à segregação socioespacial. Dessa forma, diferentes questões comuns se entrelaçam à episódios particulares de suas vidas que, num quadro maior de relatos obtidos por mim durante todo percurso da pesquisa, ajudam a elucidar as formas de convivência e as estratégias de sobrevivência dos milhares de sujeitos que lá vivem: quantos jovens não tiveram sua juventude negada e precisaram, portanto, ingressar precocemente na fase adulta? Quantas mulheres se veem atadas à percursos restritos na cidade, devido a sua condição que resulta da soma de inúmeras atividades e pouca ajuda? Quantas disputas por reconhecimento não se dão no âmbito da política e também da reivindicação por domínio do território? E, acima de tudo, quantos sonhos não se tornaram pesadelos, diante de tantas frustrações e acontecimentos traumáticos que vão se sucedendo em suas trajetórias?

Essas questões eu busquei responder, em partes, neste trabalho, mas várias problemáticas foram abertas e exigem maior aprofundamento. Todavia, todos esses elementos contribuem para a compreensão de como aquelas múltiplas trajetórias passaram a negociar sua coexistência ao se encontrar no Vista Bela, carregando junto consigo uma diversidade de experiências vivenciadas em outros espaços, que vieram a influenciar, nesta fase de suas vidas, a construção desse novo espaço de moradia como um lugar... de encontro, de fazer política, de conflitos, que não se encerra nesse momento de suas trajetórias, pelo contrário, tanto o lugar em si, quanto as trajetórias destes sujeitos continuam permanentemente sendo feitos e se conectando com outros lugares e outros sujeitos, dentro e fora do Vista Bela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias de vida e de cidade, apresentadas ao longo deste trabalho, revelaram-me muito mais do que eu havia estruturado por meio do roteiro de entrevistas. Claro, tal como contextualizado na Introdução, utilizei a metodologia de entrevistas semi-diretivas, que não exige uma rigidez em seguir exatamente o que está posto no roteiro, servindo mais como uma orientação para a entrevista. Por sua vez, a diversidade de pessoas e de informações com as quais tive contato me levaram a refletir e a considerar muitos aspectos que abriam novos e complexos caminhos para a pesquisa. A opção era guardar alguns no “depósito das ideias”, que certamente faz parte do processo de investigação e construção do problema numa pesquisa científica, ou considerá-los diante das questões maiores que eu havia estabelecido e que se relacionam, direta ou indiretamente, com todas essas problemáticas.

Parti das seguintes indagações: como se deu o processo de transição do local de origem para o Vista Bela? Como essas distintas trajetórias têm coexistido e produzido este novo espaço como um lugar? As considerações referentes à estas perguntas emergiram dos relatos de mais de quarenta pessoas, que em maior ou menor grau compartilharam comigo experiências das mais diversas, vivenciadas naquele lugar e naquele momento, como também em outros lugares e em outros tempos. Tornou-se claro para mim a importância em considerar, para além da vivência no aqui e agora daquele contexto, aspectos das trajetórias dos sujeitos entrevistados, ainda que não tenha me debruçado sobre suas histórias de vida de forma mais extensiva – estratégia de pesquisa pensada inicialmente, mas que não se revelou a mais apropriada ao iniciar os trabalhos de campo, conforme argumentei na Introdução.

As trajetórias dos sujeitos com quem tive contato foram marcadas pelas mais diversas experiências, certamente, de acordo com aquilo que a memória de cada um selecionou em relação ao seu passado e também de acordo com a forma como cada qual me situava no seu universo imaginativo. Mas, diante de tantas particularidades, todas essas trajetórias revelaram em alguma medida um histórico de dificuldades enfrentadas pela condição socioeconômica desfavorecida e pelos percursos que foram, na grande maioria dos casos, percorridos em diversas áreas da periferia pobre da cidade de Londrina - ainda que alguns tenham morado de forma precária no centro tradicional -, ou seja, nunca chegaram a vivenciar, de fato, as benesses dos espaços diferencialmente produzidos e destinados para as camadas de renda mais altas. Esse aspecto, conforme tratado no Capítulo 1, perpassa o complexo processo de produção da cidade como um todo, engendrado nos ditames do espaço urbano pensado para e pelos agentes

hegemônicos da economia capitalista, destacando-se, neste ponto, o próprio solo urbano como objeto de transformação e obtenção de renda e lucro.

A prática de concentração de conjuntos habitacionais e loteamentos populares nas extremidades da cidade, particularmente na Zona Norte e na Zona Sul, estabelecida em Londrina desde a década de 1970, teve o histórico intuito de garantir minimamente a reprodução da força de trabalho por meio da ocupação de terrenos mais baratos, forçando a expansão da rede de infraestrutura – ainda que de forma bastante vagarosa – desde as áreas consolidadas até as periferias mais distantes, promovendo, inclusive, a valorização dos terrenos localizados entre tais localidades. Considerando a constatação que partiu de uma das moradoras entrevistadas, tais iniciativas vão além e objetivam, também, o isolamento daqueles que não são bem quistos, que são temidos e precisam ficar isolados.

É um exercício complexo, porém muito pertinente, pensar em como questões que se desenham em diferentes escalas espaciais e temporais interferem na vida de pessoas que parecem atadas a espaços circunscritos, situadas numa realidade cotidiana aparentemente tão distante dos grandes acontecimentos que movem a política e a economia do Brasil e do mundo, mas que de fato possuíam suas próprias conexões com a cidade, seja pelo trabalho, pelo estudo, pelo consumo e lazer. Conexões que tiveram que ser reconfiguradas a partir da nova situação socioespacial das famílias e que também jogam um papel na constituição do lugar em que vivem, demarcando posicionamentos, conexões e desconexões na vida cotidiana localmente vivida.

Rolnik (2015) se utiliza de sua experiência ao percorrer diferentes lugares do mundo e faz um esforço de pensar e demonstrar justamente isso: como as transformações no capitalismo global, essencialmente caracterizado pela proeminência das finanças, repercute na vida e no espaço ocupado pelos mais pobres, por aqueles que se encontram historicamente excluídos das grandes tomadas de decisões. Muitas das macropolíticas nacionais são estruturadas com base nos encaminhamentos estabelecidos por organizações internacionais, na qual se destaca o Banco Mundial, havendo uma correlação de forças que despreza, em grande parte, as necessidades da grande maioria das pessoas.

O PMCMV, ainda que tenha compreendido alguns aspectos de uma efetiva política urbana e habitacional pensada coletivamente, abarcou, em grande medida, as exigências de um mercado cada vez mais orquestrado pelas finanças, que, por sua vez, precisa seguir os ditames estabelecidos pelo capital financeiro internacional. Manteve-se, portanto, a histórica prática de localização e adensamento desmedido de grandes conjuntos habitacionais nas extremidades

periféricas, na medida em que outros empreendimentos, negociados pela política de financiamentos bancários direto com o consumidor, foram produzidos em áreas melhor inseridas do ponto de vista das áreas centrais da cidade. A lógica financeira, conforme discutido por vários autores referenciados no Capítulo 1, encontra-se enraizada nas políticas e nos grandes programas de governo, alimentando um sistema que gera uma riqueza cada vez mais concentrada nas mãos de poucos.

Mas, o Vista Bela não é somente produto de uma grande política pública pensada sob os ditames do capital financeiro. É um empreendimento que foi mal projetado, mal construído, mal posicionado e mal atendido, inserido num contexto de implementação da primeira fase do programa, na qual se desconsiderou diversos aspectos no que se refere às condições de habitabilidade e à inserção urbana dos moradores, corroendo, assim, um montante relevante de dinheiro público que poderia, certamente, ter sido melhor aproveitado diante de um planejamento mais adequado e eficaz. Permitiu o acesso à moradia para milhares de famílias, muitas das quais se encontravam em grave situação de vulnerabilidade e risco, mas ficou restrito ao atendimento parcial e superficial de uma necessidade que não se encerra em si – o teto -, mas vem acompanhada de uma série de questões que precisam ser consideradas.

A política desenvolvida e orientada pelo Governo Federal, todavia, ainda que tenha responsabilidade por muitos dos problemas verificados no conjunto habitacional, não é centralizadora no sentido de resolver todas as demandas das famílias que lá passaram a residir, cabendo ao Governo do Estado e à Prefeitura Municipal a contrapartida em investimentos para garantir o acesso à serviços básicos para pessoas que já viviam em Londrina, ou seja, já eram de responsabilidade das referidas esferas do poder público. O descompasso nas políticas públicas desempenhadas nas diferentes escalas, no entanto, ficou nítido conforme eu adentrava na realidade daquele lugar e daquelas pessoas, que me revelaram os infortúnios decorrentes das ausências com as quais conviviam e as estratégias utilizadas para suprir essas necessidades.

As constatações obtidas diante da investigação que realizei sobre o Vista Bela, tal como contextualizado, levaram-me a refletir sobre diversos aspectos acerca do próprio PMCMV, sobre o qual já havia me debruçado em pesquisas anteriores. Tive acesso à diferentes referências bibliográficas sobre o assunto, a grande maioria se lançando numa leitura acerca da estrutura econômica e financeira do programa, ou mesmo dos efeitos espaciais dos empreendimentos financiados em diversas realidades urbanas. No processo de construção da dialética ascendente, conforme exposto na Introdução, tive como uma das principais motivações a busca por elementos que me levassem a pensar a atual política habitacional

brasileira sob outro prisma, num desafio de associar a materialidade constituída pelo programa em si, a partir do caso do Vista Bela, e as questões referentes ao cotidiano dos sujeitos que lá passaram a viver, a forma como eles próprios enxergavam sua existência naquele espaço que foi pensado sob ditames estabelecidos em múltiplas escalas. Creio que reside neste ponto uma das maiores contribuições dessa tese, algo que pude refletir a partir de outros trabalhos e lançar, dessa forma, uma leitura um pouco além de suas constatações.

O encontro das inúmeras e distintas trajetórias se deu, portanto, num espaço construído por uma política pública que se alinhou, em certa medida, às expectativas do mercado imobiliário, da construção civil e, acima de tudo, do capital financeiro. As vidas de milhares de pessoas passaram a se reproduzir diante dessa materialidade, que reverberou, sobremaneira, nas práticas espaciais desempenhadas cotidianamente, desde o simples ato de ir ao mercado comprar algum produto, até a busca por atendimento médico numa situação de emergência. Ir a um estabelecimento comercial ou ir a um equipamento público de saúde demandava, no princípio da ocupação do empreendimento, o deslocamento para médias e longas distâncias, imputando aos moradores uma readequação no seu uso do tempo, ou seja, ressignificando para eles a relação entre espaço e tempo na busca cotidiana pela manutenção de suas necessidades. No decorrer do texto, apresentei relatos de vários moradores que apontaram as mudanças e as permanências vivenciadas no conjunto habitacional, no que prevaleceu um sentimento de que, após anos de ocupação, eles permaneciam esquecidos pelo poder público e atados à uma condição de segregação, a partir da qual muitos não enxergavam possibilidades de real melhoria, a não ser num horizonte de longo prazo. O tempo, vale ressaltar, prevaleceu como uma dimensão de grande importância para a vida e as experiências na produção daquele lugar.

Lancei-me à campo com algumas perspectivas teóricas que me orientaram desde o processo de construção da dialética ascendente, dentre as quais destaco a concepção de Doreen Massey acerca do conceito de lugar. Não tive, antes de tudo, o intuito de me enrijecer de referenciais e paradigmas que viessem a explicar uma realidade com a qual eu ainda não havia tido contato, justamente por partir da hipótese que ela se revelaria bem mais complexa do que eu imaginava. De fato, no decorrer das visitas e das conversas realizadas com moradores, pude apreender alguns aspectos de suas vidas, levando-me a refletir quanto aos fatores e desdobramentos de suas práticas espaciais cotidianas. A perspectiva defendida por Massey (2000; 2004; 2008) acabou por se confirmar como a mais pertinente diante do contexto socioespacial que a pesquisa conseguiu desenhar, em que pude interpretar as diferentes questões levantadas numa compreensão de lugar como um ponto no espaço, no qual distintas trajetórias

se encontram e precisam negociar sua coexistência. Trajetórias essas que não se encerram no lugar e que continuam se fazendo em conexões as mais diversas e em diferentes escalas, mas cujo encontro localizado forma um feixe complexo de interações. Repeti essa concepção, vale lembrar, diversas vezes ao longo do texto, justamente por se tratar do eixo central da leitura que realizei sobre as trajetórias de vida e de cidade e as práticas espaciais cotidianas dos sujeitos entrevistados. Ademais, a leitura de cidade empreendida por Alícia Lindón, a partir de um ponto de vista de alguém que se encontra inserida na periferia “emergente” do capitalismo, também colaborou profundamente para o descortinamento de problemáticas tão complexas e que se mostraram bastante interligadas.

Diante dessas e de outras perspectivas teóricas, lancei-me a pensar as problemáticas relatadas pelos moradores entrevistados. Conforme ampliava o número de entrevistas, reforçavam-se as constatações de que aquele lugar não compreendia uma concentração homogênea de famílias que pura e simplesmente mativeram uma inscrição no banco de dados da Cohab e aguardaram por uma moradia, como fazem parecer setores da mídia e do senso comum. Trata-se, por sua vez, de uma multiplicidade de trajetórias que enfrentaram diferentes desafios até chegar ao Vista Bela, quando passaram a compartilhar, portanto, vários problemas comuns, decorrentes de sua nova situação de segregação socioespacial.

Identifiquei, no grupo de sujeitos entrevistados, ao menos quatro situações habitacionais nos locais de origem das famílias: assentamentos/ocupações irregulares em terrenos que não apresentavam grandes riscos à integridade física dos ocupantes; ocupações em áreas de encostas e fundos de vale, caso este tomado como prioridade nas remoções, justamente devido ao teor de risco; moradias de familiares em coabitação; casas de aluguel. A condição na qual viviam os moradores, que influenciava suas práticas e experiências cotidianas, reverberou, certamente, na forma como eles passaram a viver no conjunto habitacional, seja por estarem muito agradecidos em ter uma casa e não pagar mais aluguel, ou por lamentarem ter saído do fundo de vale onde dispunham de vários serviços mais próximos e não precisavam dispendere de valores para o pagamento das contas mensais, dentre tantos outros casos.

Não quis, em momento algum, estabelecer uma simples relação de causa e efeito, neste caso invocando o que seria um determinismo espacial/ambiental, mas, por outro lado, busquei identificar os elementos associados aos lugares habitados anteriormente e sua relação com os imaginários e as práticas espaciais que encontram suporte neste novo lugar. A moradora Simone se mostrou muito satisfeita em não pagar mais aluguel, mas lamentou, em diversos momentos, ter que conviver com pessoas que nada têm a ver com a realidade de onde ela veio, onde as

casas eram mais bonitas e as pessoas “mais educadas”. A moradora Jandira, por sua vez, residia numa área de ocupação irregular e, na sua leitura, acreditava que os conflitos no Vista Bela seriam ainda piores, considerando que foram reunidas várias favelas de Londrina no mesmo lugar. Já a moradora Elisa, que passou por um fundo de vale e teve que compartilhar com outras famílias a casa da mãe, revelou ter ficado profundamente feliz com a conquista da casa, mas, com o passar dos anos, pôde perceber e refletir acerca de problemas que ela associou diretamente ao descaso do poder público e aos conflitos inerentes da nossa sociedade cindida entre ricos e pobres, lamentando os problemas de relacionamento com os vizinhos e a questão das drogas que acomete, especialmente, a juventude. São histórias que não se repetem, ainda que muitos dos problemas enfrentados em suas trajetórias se relacionem a situações semelhantes de pobreza e descumprimento de direitos humanos básicos.

Diante de relatos que revelaram tantas dificuldades no acesso à serviços básicos, como saúde e educação, compreendi, para além do que já havia lido numa ampla bibliografia sobre o assunto, a condição de mobilidade reduzida na cidade para essas pessoas, que se encontram atadas aos espaços periféricos e muitas vezes não dispõem nem mesmo do valor referente à tarifa de ônibus para circular para as áreas centrais. No que se refere às práticas de lazer, então, a situação é ainda pior, pois além de serem compreendidas, em nossa sociedade regida pelos valores do trabalho excessivo, como supérfluas, não necessárias, acabam por se tornar dispendiosas diante de um contexto em que falta até mesmo para a alimentação da família. Muitos dos sujeitos com quem conversei, portanto, não costumam sair com frequência do conjunto, a não ser para trabalhar ou para buscar o atendimento de necessidades básicas e emergenciais. Quando percorrem outros espaços na cidade, todavia, deparam-se, por vezes, com situações de preconceito e associação com a violência e o crime, tal como casos que me foram relatados nas entrevistas, desde a brutalidade exercida nas atitudes opressivas da polícia, até situações aparentemente singelas como a perda de uma vaga de emprego por não atender aos requisitos.

Alimentados fortemente pela mídia, os imaginários urbanos acerca da periferia pobre demonstram, diante do caso por mim estudado, permanências nas práticas históricas de associação do pobre com a criminalidade e, em grande medida, com o tráfico e o próprio consumo de drogas, como se tais atividades “ilícitas” não fossem financiadas, principalmente, por quem dispõe dos recursos para a compra de grandes volumes dessas substâncias. São questões altamente complexas e que exigiriam um mergulho profundo em características específicas das problemáticas apontadas, que certamente não cabiam nos limites do presente



trabalho, mas foram consideradas perante o peso que pude perceber nos relatos da vida cotidiana dos sujeitos entrevistados.

Que tipo de lugar passou a ser produzido diante de tantas ausências e tantos infortúnios nos âmbitos objetivo e simbólico? Essa pergunta se revelou no decorrer das reflexões sobre a pesquisa como a mais pertinente. Constatei, em muitos casos que, de um lado, compareceu a contemplação da casa própria como a mais importante conquista de toda uma vida, num sentimento (aparentemente obrigatório) de agradecimento, afinal, tratava-se de uma “concessão do Estado”. Por outro lado, as inúmeras dificuldades e os estigmas que recaem sobre o Vista Bela faziam com que os sujeitos lamentassem sua situação e não enxergassem muitas possibilidades de melhoria, ainda mais num contexto de crescimento do desemprego e aumento do custo de vida, levando-os a compararem diversas vezes sua atual realidade com as condições vivenciadas nos lugares habitados anteriormente, ainda que estes apresentassem também certas limitações. As percepções de sua vida cotidiana ganham os contornos da estrutura do empreendimento entregue pelas empreiteiras, excessivamente adensado, mal construído e sem áreas no espaço interno do conjunto para a construção de equipamentos públicos.

A questão da convivência, vale ressaltar, compareceu como um dos maiores problemas num contexto espacial marcado pela proximidade, seja nas casas contíguas, separadas apenas por uma parede, seja nos apartamentos, nos quais as portas e as janelas se voltam para o espaço ocupado pelo vizinho. Os conflitos se revelaram motivados por tensões que se iniciaram desde o local de origem, pela proximidade excessiva e a conseqüente falta de privacidade e, principalmente, pelo não reconhecimento da figura do outro. “O vizinho é muito diferente, não tem educação, faz muito barulho, é usuário de drogas, é violento com os familiares... enfim, nada tem a ver comigo”. Em várias entrevistas pude perceber referências semelhantes a essas, comprovando a dificuldade que a maioria dos sujeitos entrevistados enfrenta em suas relações de vizinhança. A solidariedade e a ajuda mútua também compareceram em alguns relatos, mas num contexto de tantos problemas e diante de imaginários tão negativos construídos sobre esteriótipos associados aos que ali vivem, prevaleceu a falta de identificação e de reconhecimento perante o vizinho, visto, sobremaneira, como diferente.

Assim, após adentrar no contexto socioespacial no qual vivem os moradores do Vista Bela e conhecer alguns dos desafios que eles enfrentam cotidianamente, pude compreender um pouco melhor como se deu o processo de ocupação do conjunto habitacional e refletir sobre as experiências e os conflitos decorrentes da produção daquele lugar. As trajetórias que ali se encontraram, partiram dos mais diversos lugares da cidade de Londrina: da ocupação Morro do

Carrapato, na Zona Leste; do fundo de vale do João Turquino, na Zona Oeste; do assentamento Vila Marieta, na Zona Norte; do Jardim Catuaí e do Jardim Hilda Mandarin, também na Zona Norte; entre tantos outros lugares. Em comum, essas localidades contêm, ou continham em algum momento da história, um conteúdo que denota sua associação com as práticas realizadas por moradores pobres da periferia, dentre tantas que foram discutidas ao longo do trabalho. À exceção de alguns poucos casos de sujeitos que saíram de contextos bem diferentes, a grande maioria já experimentava a vivência cotidiana em condições desfavoráveis no que concerne à renda e ao acesso às principais áreas centrais da cidade. Todavia, os significados dessa vivência, como pude perceber durante a pesquisa, assumiram outras proporções, em muitos casos de melhoria nas condições de habitabilidade, mas de piora significativa no que se refere à inserção urbana dos sujeitos. A dimensão da casa e a dimensão do bairro encontram-se diretamente articuladas, pois, ainda que as políticas públicas atendam, de certa forma, apenas uma dessas dimensões, não há como isolar a casa de seu entorno, por mais que o sujeito se feche e evite ao máximo o contato com o exterior – que foi uma estratégia apontada por alguns dos entrevistados –, suas necessidades demandam o deslocamento para outras áreas, o convívio com os “indesejados” vizinhos, enfim, a realização de práticas espaciais para além das paredes do lar.

Assim, diante do exposto, a tese que trago para o debate se assentou numa relação que, a partir do sujeito, envolve as dimensões da casa, do cotidiano e do lugar, considerando a preponderância do par espaço-tempo, um nunca pensado dissociadamente do outro. O entrelaçamento da materialidade com a imaterialidade, da objetividade com a subjetividade, marcou as reflexões que realizei por meio das observações e, principalmente, dos relatos obtidos com os entrevistados, sobre os quais lancei uma leitura a partir da dimensão material constituída pela política pública (da primeira fase) do PMCMV e sua influência direta na forma como os moradores passaram a viver seu cotidiano num dado momento de suas trajetórias de vida. Essas trajetórias, ressaltei, não se iniciaram naquele lugar e tampouco se encerram ali, entrecruzam-se num dado ponto do espaço para, então, passarem a construir um novo lugar: dinâmico, mutável, permeado por conflitos e por relações das mais diversas. Para aqueles sujeitos, o Vista Bela não é tão somente um empreendimento construído com financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida, um borrão visto de longe e com receio pelo restante da cidade, é um lugar onde, de fato, eles conquistaram uma casa e estão vivendo suas vidas, cada qual com sua subjetividade, experimentando as repercussões de um contexto que histórica e estruturalmente os manteve “do lado de fora”.

Encerro esse trabalho recapitulando o que, para mim, foi o mais forte dos sentimentos compartilhado em algumas entrevistas: a perda de perspectiva e a desilusão em relação aos sonhos e expectativas com a mudança para o Vista Bela. Para muitos, ainda que tenha representado a conquista de algo tão importante, a vida no conjunto habitacional se mostrou extremamente difícil, pesada, num lugar por vezes hostilizado e, acima de tudo, abandonado. Reconhecer-se como um sujeito que pertence àquela realidade, do morador pobre, segregado e estigmatizado, que vive num lugar considerado distante, violento e perigoso, não foge à compreensão daquelas pessoas, pelo contrário, comparece cotidianamente em suas vidas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. *A cidade caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana: uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ABREU, M. A. *Diferenciando o espaço e produzindo cidades: lógicas e agentes da produção do espaço urbano em Ribeiro Preto/SP e Londrina/PR*. 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

ALCANTARA, D. M. *Mudanças na produção do espaço urbano de Londrina (PR), São José do Rio Preto (SP) e Uberlândia (MG): análise comparativa da dinâmica imobiliária recente*. 2013. 191 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

\_\_\_\_\_. A atuação seletiva do mercado imobiliário em cidades médias. *Ra'e Ga*, Curitiba, v. 33, p. 120-141, abr. 2015.

ALVAREZ, I. P. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 111-126.

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Org.). *Minha casa... e a cidade?: avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

AMORIM, W. V. *A produção imobiliária e a reestruturação das cidades médias: Londrina e Maringá/PR*. 2015. 413 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

ANTUNES, R.; POCHMANN, M. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADORE, A. D.; CATTANI, A. D. *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo, 2007. p. 195-209.

BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BEIDACK, A. R. S. *Análise da produção do espaço urbano de Londrina: de Cincão à Zona Norte: 1970-2007*. 2009. 260 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

BERDOULAY, V.; ENTRIKIN, J. N. Lugar e sujeito: perspectivas teóricas. In: MARANDOLA JUNIOR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 93-118.

BEZERRA, L. M. P. S. Sentidos da pobreza e do viver em territórios estigmatizados: versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-CE. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. *Estado, desenvolvimento e crise do capital: anais*. São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/DES](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DES)>

IGUALDADES\_SOCIAIS\_E\_POBREZA/SENTIDOS\_DA\_POBREZA\_E\_DO\_VIVER\_EM\_TERRITORIOS\_ESTIGMATIZADOS.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2018.

BLUNT, A.; DOWLING, R. *Home*. London: Routledge, 2006.

BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*, v. 29 (3º), n. 127, p. 711-732, 1994.

\_\_\_\_\_. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

\_\_\_\_\_. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, n. 1, p. 70-104, 2008.

\_\_\_\_\_. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. *Teoria e Debate*, v. 82, maio 2009.

BOTELHO, A. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2007.

CAMPONEZ, A. A. *A politização do urbano: a experiência dos moradores do Jardim União da Vitória na conquista dos direitos de cidadania e da cidade*. 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

CANO, W. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. v. 177. Campinas: IE/Unicamp, 2010.

CARDOSO, A. L. (Org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 7, p. 45-60, 2007.

\_\_\_\_\_. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-74.

\_\_\_\_\_. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, M. S. Violência urbana: breves considerações sobre a cidade de Londrina. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 12, n. 270 (15), 2008.

- CASARIL, C. C. *Meio século de verticalização urbana em Londrina-PR e sua distribuição espacial: 1950-2000*. 2008. 268 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.
- CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. *Caderno CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, 1997.
- CATELAN, M. J.; BASTAZINI, R. A creditização e financeirização nas políticas públicas habitacionais brasileiras: ampliação do consumo em cidades médias. In: COLOQUIO Y TRABAJOS DE CAMPO DEL GRUPO DE GEOGRAFÍA URBANA, 12., 2014, Madrid. *Territorios inconclusos y sociedades rotas: comunicaciones*. Madrid: Asociación de Geógrafos Españoles, 2014.
- COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.
- DAVIS, M. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- DIÓGENES, G. M. S. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo: Annablume, 2008.
- FERNANDES, F. A. *Violência, medo e estigma: efeitos sócio-espaciais da “atualização” do mito da marginalidade no Rio de Janeiro*. 2009. 506 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- FERREIRA, A. L. A.; MARQUES, S. Privado e público: inovação espacial ou social? *Scripta Nova*, Barcelona, n. 69 (20), agosto 2000.
- FIX, M. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. 2011. 288 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- FRESCA, T. M. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. *Geografia (Londrina)*, Londrina, v. 11, n. 2, p. 241-264, 2002.
- \_\_\_\_\_. A área central de Londrina: uma análise geográfica. *Geografia (Londrina)*, Londrina, v. 16, p. 143-166, 2007.
- GENEVOIS, M. L. B. P.; COSTA, O. V. Carência habitacional e déficit de moradias: questões metodológicas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 1, n. 15, p. 73-84, 2001.
- GOES, E. M. Cotidiano, consumo e vida urbana em cidades médias brasileiras. *Confins*, Paris, v. 28, p. 1-16, 2016.
- HALL, M. M. História oral: os riscos da inocência. In: SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, 1992.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOLZER, W. A geografia humanista: uma revisão. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, p. 137-147, 2008. Edição comemorativa 1993-2008.

JESUS, P. M. *O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades no Município de São Paulo*. 2015. 325 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

KOURY, M. G. P. Pertencimento, medos corriqueiros e redes de solidariedade. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 286-311, 2010.

KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: 34, 2009.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LINDÓN, A. El mito de la casa propia y las formas de habitar. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 9, n. 194 (20), agosto 2005.

\_\_\_\_\_. Geografias de la vida cotidiana. In: HIERNAUX, D.; LINDÓN, A. (Dir.). *Tratado de geografía humana*. Barcelona: Antrophos, 2006. p. 356-400.

\_\_\_\_\_. La ciudad y la vida urbana a través de los imaginarios urbanos. *Eure*, Santiago, v. 33, n. 99, p. 7-16, agosto 2007.

\_\_\_\_\_. La construcción socioespacial de la ciudad: el sujeto cuerpo y el sujeto sentimiento. *Cuerpos, Emociones y Sociedad*, Córdoba, v. 1, n. 1, p. 6-20, 2009.

MAIA, R. S. Sobre portas, paredes e afetos: casa, territorialidade e identidade entre os segmentos populares. *Terr@ Plural*, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 339-352, 2012.

MARANDOLA JUNIOR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2012.

MARICATO, E. *Política habitacional no período militar*. São Paulo: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

\_\_\_\_\_. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 93, n. 6, p. 7-22, 1999.

MARRE, J. A. L. A construção do objeto científico na investigação empírica. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO OESTE DO PARANÁ, 1991, Cascavel. *Anais...* Cascavel: UNIOESTE, 1991. Digitado.

MASSEY, D. *Space, place, and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

\_\_\_\_\_. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

\_\_\_\_\_. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 7-23, 2004.

\_\_\_\_\_. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, M. I. S. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MELAZZO, E. S. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 29-40, 2013. Número especial.

MELLO, J. B. F. O triunfo do lugar sobre o espaço. In: MARANDOLA JUNIOR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 33-68.

MELO, M. A. B. C. Estruturação intra-urbana, regimes de acumulação e sistemas financeiros de habitação: Brasil em perspectiva comparada. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 31, p. 37-51, 1990.

MENDONÇA, F. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10, p. 139-148, 2004.

MULLER, N. L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. *Geografia (Londrina)*, Londrina, v. 10, n. 1, p. 241-264, 2002.

NASCIMENTO, A. S. *No vazio caberiam casas, parques, fábricas... caberia muita cidade*. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

OLIVEIRA, E. L. A iniciativa privada e o parcelamento do solo na expansão de Londrina de 1970 a 2000. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIDADES MÉDIAS, 1., 2005, Presidente Prudente. *Dinâmica econômica e produção do espaço urbano: anais*. Presidente Prudente: UNESP, 2005. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, L. O sentido de lugar. In: MARANDOLA JUNIOR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 3-16.

OLIVEIRA, V. F. *Os sentidos da casa própria: condomínios horizontais populares fechados e novas práticas espaciais em Presidente Prudente e São Carlos*. 2014. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

PEREIRA, S. R. Percursos urbanos: mobilidade espacial, acessibilidade e o direito à cidade. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 2008, Barcelona. *Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008: actas*. Barcelona:



Universidade de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/297.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JUNIOR, H. *Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

PRZYBYSZ, J.; SILVA, J. M. Articulando os espaços privado e público: gênero e famílias monoparentais femininas. *Revista de Psicologia da Unesp*, v. 9, n. 2, p. 30-42, 2010.

RIBEIRO, R. J. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 189-195, maio 1999.

RIBEIRO, W. S. *Para além das cidades: centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá*. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006a.

\_\_\_\_\_. Centralidade e produção de loteamentos fechados em Londrina-PR. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. *Cidades médias: dinâmica econômica e produção do espaço urbano*. São Paulo: Expressão Popular, 2006b. p. 215-234.

\_\_\_\_\_. Londrina e a reestruturação urbana: atividades econômicas, papéis, agentes e escalas. In: ELIAS, D.; SPOSITO, M. E. B.; SOARES, B. R. (Org.). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina*. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 193-328.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito a cidade. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 7, p. 73-88, 2007.

\_\_\_\_\_. *A moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. A política urbana no governo Lula. *Ideias*, Campinas, v. 1, n. 3, p. 62-80, 2011.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, R.; PEREIRA, A. L. S.; LOPES, A. P. O.; MOREIRA, F. A.; BORRELLI, J. F. S.; VANNUCHI, L. V. B.; ROYER, L.; ROSSI, L. G. A.; IACOVINI, R. F. G.; NISIDA, V. C. Inserção urbana no PMCMV e a efetivação do direito à moradia adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Org.). *Minha casa... e a cidade?: avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 391-416.

SANFELICI, D. M. *A metrópole sob o ritmo das finanças: implicações socioespaciais da expansão imobiliário no Brasil*. 2013. 308 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, G. A. A reconfiguração das heranças territoriais no processo migratório. *GeoTextos*, v. 5, n. 1, p. 13-36, jul. 2009.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SERPA, A. A ampliação do consumo e os conflitos entre o público e o privado na cidade contemporânea: questões para debate. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 413-417.

\_\_\_\_\_. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 169-188.

SHIMBO, L. Z. *Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

\_\_\_\_\_. Cidades médias carimbadas: a produção imobiliária por empresas construtoras de capital aberto. In: PEREIRA, P. C. X. (Org.). *Negócios imobiliários e transformações sócio-territoriais em cidades da América Latina*. São Paulo: FAUUSP, 2011. p. 49-72.

SILVA, J. M.; SILVA, A. C. P. (Org.). *Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

SILVA, M. L.; TOURINHO, H. L. Z. O Banco Nacional da Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 401-417, nov. 2015.

SOUZA, M. L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, M. E. B. Espaços urbanos: territorialidades e representações. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: GASPERR/FCT/UNESP, 1999. p. 13-29.

\_\_\_\_\_. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

\_\_\_\_\_. Centros e centralidades. In: FERNANDES, J. A. R.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). *A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras*. Porto: CEGOT, 2013a. p. 145-159.

\_\_\_\_\_. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013b. p. 61-94.

\_\_\_\_\_. Metropolização do espaço: cidades médias, lógicas econômicas e consumo. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Org.). *Desafios da metropolização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 125-151.

SPOSITO, M. E. B.; GOES, E. M. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.

SPOSITO, M. E. B.; GOES, E. M. Grandes grupos econômicos, consumo e redefinição da centralidade urbana em cidades médias. In: BELLET, C.; MELAZZO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; LLOP, J. M. (Org.). *Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias*. Lleida: Universidad de Lleida, 2015. p. 107-132.

TEDESCO, J. C. *Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio-ambiente*. Londrina: Eduel, 2012.

TURRA NETO, N. Pesquisa qualitativa em Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17., 2012, Belo Horizonte. *Entre escalas, poderes, ações, geografias: anais*. Belo Horizonte: AGB, 2012.

\_\_\_\_\_. Definir juventude como ato político: na confluência entre orientações de tempo, idade e espaço. In: CALVALCANTI, L. S.; CHAVEIRO, E. F.; PIRES, L. M. (Org.). *A cidade e seus jovens*. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2015. p. 119-135.

VASCONCELOS, P. A. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 259-274, 2004.

WACQUANT, L. J. D. O surgimento da marginalidade avançada: notas sobre sua natureza e implicações. *Revista de Sociologia e Política*, n. 8, p. 131-144, 1997.

\_\_\_\_\_. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da Universidade do Porto*, Porto, n. 16, p. 27-39, 2006.

\_\_\_\_\_. Subúrbios populares em tempos de marginalidade avançada. *Revista PPCAAM Minas*, v. 1, n. 1, p. 11-18, 2008.

## APÊNDICES

### Apêndice 1 – Roteiros de entrevistas

#### *A) Roteiro padrão para entrevistas com moradores do Vista Bela.*

A.1: Idade.

A.2: Ocupação.

A.3: Composição familiar.

A.4: Quando se mudou para o Vista Bela.

A.5: Como era o conjunto habitacional antes e como é agora.

A.6: Principais mudanças e melhorias.

A.7: Local de moradia de origem.

A.8: Principais diferenças entre o Vista Bela e o local de origem.

A.9: Serviços públicos que mais utiliza.

A.10: Uso do comércio e que tipo de consumo realizado com maior frequência.

A.11: O que consegue fazer perto e para quais atividades precisa se deslocar para fora do conjunto habitacional.

A.12: Como é a mobilidade dentro do bairro e como são os deslocamentos para outras áreas da cidade.

A.13: Relações de vizinhança no bairro e no local de origem.

A.14: Principais problemas vivenciados e quais as perspectivas para o futuro.

#### *B) Roteiro de entrevista com os profissionais do CRAS Norte A.*

B.1: Estrutura e funcionamento do CRAS.

B.2: Quais áreas e o número de famílias atendidas pelo CRAS Norte A.

B.3: Quando se deu início ao atendimento junto às famílias do Vista Bela.

B.4: Atuação ou não do CRAS no processo de seleção das famílias contempladas pela política habitacional.

B.5: Principais demandas das famílias no início do atendimento do CRAS e as principais demandas hoje.

B.6: Quantidade de famílias atendidas pelo CRAS Norte A no Vista Bela.

B.7: Os principais conflitos/problemas mediados pela assistência social no conjunto habitacional.

B.8: Como a equipe avalia a mudança na vida das famílias acompanhadas após a conquista da casa própria.

B.9: Perspectivas quanto ao atendimento do CRAS no Vista Bela num futuro próximo.

B.10: Como a equipe, enquanto profissionais da assistência social e da psicologia, enxergam o Vista Bela.

*C) Roteiro de entrevista com a diretora do Centro Municipal de Educação Infantil do Vista Bela.*

C.1: Desde quando a escola está funcionando.

C.2: Quantos alunos atende e de que faixa etária.

C.3: Em que medida a mobilização por parte dos moradores contribuiu para que a escola fosse construída e entregue.

C.4: O perfil dos alunos.

C.5: A relação da escola com os pais/famílias dos alunos.

C.6: Ocorrência ou não de conflitos no ambiente escolar.

C.7: Principais problemas enfrentados pela direção e pela equipe pedagógica.

C.8: O impacto da escola no bairro.

## Apêndice 2 – Banco de informações dos entrevistados

Nome (fictício)	Data	CR/CL/ER/EL*	Sexo	Faixa etária	Cor da pele	Tipo do imóvel	Quando se mudou	Local de origem	Problemas no início	Problemas atuais	Principais mudanças/melhorias	O que precisa melhorar	Composição familiar/casa	Ocupação/ fonte de renda	Gosta de morar no bairro	Relações de vizinhança	Uso dos serviços públicos	Comércio no bairro	Formas de locomoção
Carmem	25/03/2015	CR	F	30-35	Branca				*Violência; *drogas.	*Drogas, mas é "só não mexer com os usuários"; *falta de mais escolas e projetos para as crianças.		*Mais escolas e projetos em contrarrotino para as crianças.	Esposo e filhos.	Zeladora numa escola.	Sim, apesar de alguns problemas.				
Andressa	25/03/2015	CR	F	20-25	Negra								Zeladora numa escola.	Muito.					
Jandira	26/03/2015	CL/ER	F	38	Branca	Apartamento	Junho de 2011	Interlagos/ Morro do Carrapato, ocupação irregular. Antes morava no Ideal e na cidade de Andará.	*Falta de linhas de ônibus, de serviços e de comércio; *a PML queria fornecer passe para as crianças.	*Falta de escolas; *preconceito; *violência e drogas.	*Agora tem mais linhas de ônibus e tem o fretamento para as crianças.	*Segurança, mas não somente no Vista Bela, em todo lugar; *cursos para as crianças e jovens.	Quatro filhas, mas vive sozinha no apartamento, apenas a filha mais nova mora com ela nos finais de semana.	Tem um brechó.	Sim, acha tranquilo hoje.	Boa, dá-se bem com todo mundo.	Utiliza escolas e serviços de saúde fora do bairro.	Ônibus.	
Francisca	26/03/2015	CL	F	35-40	Negra	Casa	Dezembro de 2011	Mister Thomas	*Não tinha nada no começo; *a PML queria fornecer passe para as crianças.	*Falta de escolas; *relato de um caso que envolveu a filha, usuária de ônibus, a qual tem apenas 11 anos e se perdeu na volta da escola; *preconceito.			Esposo e cinco filhos, todos em idade escolar. Esposo e cinco filhos, o mais velho apenas trabalha, as duas do meio estudam na UEL e o menino e a menina mais novos estão no ensino médio.			Razoável.	Utiliza escolas e serviços de saúde fora do bairro.	Ônibus.	
Teresa	26/03/2015	CL	F	45	Branca	Casa	2012	Semiramis, casa alugada.		*Falta de respeito dos vizinhos; *andar a pé no bairro, pois mora longe do comércio e nem árvores há no caminho.		Tudo			Não suporta, não vê a hora de quitar e ir embora.	Muito ruim.			
Antonia	02/04/2015	ER	F	48	Negra	Casa	2011, segunda chamada.	Eucaliptos, casa alugada. Santa Mônica, fundo de vale. Morava com oito pessoas, entre filhos e netos. Antes viviam de aluguel, mas não conseguiam mais pagar.	*Falta de escola para os filhos.	*Falta de escola	*Construção do CMEI.	Precisa de mais escolas. Acha que se houvesse escola perto, não haveria tanta evasão de adolescentes, por exemplo; precisa de mais projetos pra envolver os jovens, principalmente.	Dois filhos, um rapaz de 18 e uma moça de 17. Tem um filho mais velho que já é casado.	Inspetora no CMEI; Voluntária no DIST.	Gosta, é uma pessoa bastante envolvida com a melhoria do bairro.	Boa.			
Joana	07/04/2015	CR	F	53	Negra	Casa	2012		*Violência, morreu muita gente.		*Está mais tranquilo, diminuiu a violência.		Mora com uma filha de 17 anos. Outros três filhos são casados e moram em outras casas no Vista Bela.	Auxiliar de cozinha.	Boa.				
Diogenes	07/04/2015	CL	M	75	Negra	Casa	2012				*Disse que está para ser construída uma grande escola estadual próxima a sua casa.		Mora com a esposa e um filho pequeno.	Foi caminhoneiro durante 36 anos, hoje está aposentado.	Gosta, hoje em dia acha tranquilo.	Boa, conhece muita gente tranquila.			
Manoel e Gertrudes	11/04/2015	CL	M e F	60-70	Branca	Casa	2011	Santiago, casa alugada.		*Problemas de barulho, concentração de "molecada" a noite na área onde está a "academia ao ar livre".		*Segurança; *posto policial e ronda periódica.	Apenas o casal.	Ele foi caminhoneiro e hoje está aposentado. Ela aguarda a aposentadoria.	Gosta, acha relativamente tranquilo.	Boa.		Ônibus.	
Angelo	09/05/2015	EL	M	58	Negra	Casa	2011, segunda chamada.	Morro do Carrapato, ocupação irregular. Lá já era uma liderança.	*Falta de escolas, creches e posto de saúde.	*Dificuldades relacionadas à associação, boicote por parte de moradores que queriam competir com ele; *faltam ainda escolas e áreas de lazer; *problemas no transporte das crianças para as escolas; *falta de cobertura para as crianças aguardarem os ônibus; *alta velocidade dos carros e dos ônibus; *baixa qualidade construtiva das casas; *falta de manutenção da grama e dos equipamentos; *o CRAS não consegue dar conta das demandas dos que precisam.	*Conseguiu organizar algumas festas para as crianças; *chamou atenção da Prefeitura para os problemas do bairro.	*Barracões para o trabalho com reciclagem e para projetos; *novas escolas e áreas de lazer; *melhorar a sinalização de trânsito; *espera ter mais apoio da população e das autoridades enquanto presidente.	Esposa e duas filhas. Um outro filho foi atropelado em 2013 e veio a falecer.	Tem um pequeno comércio na área frontal de sua casa e recebe benefícios sociais.	Gosta, é bastante envolvido politicamente com as questões do bairro.	Boa e ruim, o nível das relações é medido de acordo com o entendimento o político que ele tem com as pessoas.	Utiliza escolas e serviços de saúde fora do bairro, devido sua inexistência até o momento.	Reclama da forma como se inseriu o comércio no bairro.	Ônibus.

\*CR: conversa rápida; CL: conversa longa; ER: entrevista rápida; EL: entrevista longa.

Nome (fictício)	Data	CR/CL/ER/EL*	Sexo	Faixa etária	Cor da pele	Tipo do imóvel	Quando se mudou	Local de origem	Problemas no início	Problemas atuais	Principais mudanças/ melhorias	O que precisa melhorar	Composição familiar/casa	Ocupação/ fonte de renda	Gosta de morar no bairro	Relações de vizinhança	Uso dos serviços públicos	Comércio no bairro	Formas de locomoção
Ulisses	12/05/2015	CR	M	50-55	Branca	Casa		Município de 2011 Assaf.	*Drogas, como em todo lugar.	*Drogas, como em todo lugar.			Um filho de 15 e um de 17 anos.	Trabalha como lavrador numa chácara.	Gosta, acha tranquilo.	Boa.			Bicicleta.
Augusto	12/05/2015	CR	M	60-65	Branca	Casa	Março de 2015. A casa pertence a sua cunhada, é por ele alugada.	Jardim Marabá.	*Falta de escolas no bairro.	*Falta de escolas no bairro; *barulho realizado por crianças e jovens, principalmente na quadra ao lado de sua casa.		*Disse que com o tempo as coisas vão se acertando, que com o tempo as pessoas vão "se civilizando".	Esposa e três filhos.		Gosta, acha tranquilo.				
Davi	06/06/2015	CL	M	71	Branca	Casa	Final de 2011.	Cambé, casa alugada.	*Violência e drogas.	*Sensação de insegurança, principalmente a noite; *violência e mal-estar causado pelo consumo e tráfico de drogas; *falta de creches e escolas.			Sozinho. Ficou viúvo há quatro meses, a esposa faleceu com câncer na bexiga. Os três filhos são casados e residem dois em Cambé e um em Campinas.	Aposentado. Foi caminhoneiro por mais de trinta anos.	Acha tranquilo de dia, mas perigoso a noite.	Não são muito boas, exceto por alguns poucos vizinhos.	Apontou que a UBS estava ficando pronta, mas que até aquele momento fazia uso de sua antiga UBS em Cambé.	Acha o bairro bem serviço em termos de comércio, boa parte de suas necessidades são supridas ali mesmo.	Tem um carro.
Beatriz	06/06/2015	CL	F		Branca	Casa		Chácara no Cilo 3, área de fundo de vale.		*Elenca como maior problema as drogas; *violência gerada pelas drogas; *falta de escolas e creches; *as mães são forçadas a abandonar seus trabalhos para cuidar dos filhos; *baixa qualidade construtiva das casas, especialmente o conforto térmico; *ausência de sinalização e respeito no trânsito do bairro.		*Precisa de mais policiamento no bairro, inclusive um módulo policial; *vai esperar mais um tempo pra ver se as coisas melhoram, senão irá com sua família "invadir" algum terreno melhor localizado da Prefeitura.	Esposo. Duas filhas estão casadas e moram também no bairro, uma ao lado e outra na rua de trás.	Apenas o esposo trabalha, mas no momento estava afastado devido um acidente.	Gosta em partes.	Bastante complicada, principalmente com aqueles que usam drogas e fazem muito barulho.			
Rebeca	26/06/2015	CR	F		Negra	Casa	Desde o começo.	Área central.	*Não tinha nada no começo.	*Continua faltando tudo, tanto serviços públicos quanto comércio; *tudo no Vista Bela é mais caro; *pra se deslocar para outras áreas é caro e difícil, pelo fato do bairro ser muito distante; *baixa qualidade construtiva das casas, problemas com os pisos que foram instalados anos depois.	*Não melhorou nada ainda, a não ser o policiamento que tem sido constante.	*Tudo; *rixas entre traficantes.	Esposo e mais um bebê. Tem outros dois filhos que moram com os pais no Centro para frequentarem a creche.	Aparentemente não trabalha.	Não muito.				
Amanda	26/06/2015	CR/ER	F	16	Branca	Casa	Desde o começo.	Interlagos.	*As pessoas foram simplesmente largadas no bairro, não havia nada; *não tinha nem ônibus, ia a pé para o Terminal do Vivi.	*Baixa qualidade construtiva das casas; faltam serviços básicos, como escolas; *não há opções de lazer para pessoas da sua idade; *as mães não tem muitas vezes onde deixar os filhos pra irem trabalhar.	*Não melhorou nada ainda, a não ser o policiamento que tem sido constante; *não há problemas com assaltos, é possível deixar a porta da casa aberta que não entrará ninguém; *o pouco que tem foram os moradores que fizeram; *Aponta que a única coisa boa são os benefícios, como a baixa renda dá água e da energia, assim como o aquecimento solar.	*Tudo; *rixas entre traficantes.	Mãe, irmã e um irmão pequeno.	Está fora da escola. Cuida do irmão mais novo.	Não muito.	Boas relações, pois a rua é tranquila e na frente há um condomínio.	Acha o comércio do bairro fraco, usa muito fora.	Ônibus.	
Carolina	26/06/2015	ER	F	22	Branca	Casa	Desde o começo.	Interlagos.	*As casas são todas iguais, não há uma identidade.	*Faltam serviços básicos; *faltam opções de lazer mais agradáveis, como tem em outros lugares mais centrais; *para os jovens são oferecidas apenas coisas ruins, como drogas e más companhias.	*As poucas coisas que tem foram os moradores que fizeram, como comércio, carrinho de lanche etc.	*Tudo; *rixas entre moradores que fizeram para os jovens.	Mesma coisa da Amanda.	Desempregada. Ajuda a cuidar do irmão mais novo.	Gosta em partes.	Mesma coisa da Amanda.	Mesma coisa da Amanda.	Tem uma moto.	
Gabriel	26/06/2015	ER	M	17	Branca	Casa	A mãe mora desde o começo, mas ele mudou-se há pouco tempo. Morava com a avó no Semiramis, pois seus amigos estavam todos lá, ele não queria mudar para o Vista Bela.	Semiramis.	*Não tinha nada, pra comprar um pão ou ir ao mercado precisava ir até a Sauli; *não tinha nem ônibus.	*Falta muita coisa ainda.	*Agora já tem um pouco de comércio no bairro.		Pais.	Estuda, está no primeiro ano do ensino médio, período noturno.	Gosta em partes, acabou se acostumando.				Ônibus e anda muito a pé também.

Nome (fictício)	Data	CR/CL/ER/EL*	Sexo	Faixa etária	Cór da pele	Tipo do imóvel	Quando se mudou	Local de origem	Problemas no início	Problemas atuais	Principais mudanças/melhorias	O que precisa melhorar	Composição familiar/ casa	Ocupação/ fonte de renda	Gosta de morar no bairro	Relações de vizinhança	Uso dos serviços públicos	Comércio no bairro	Formas de locomoção
Juliana	12/07/2015	CR	F	23	Branca	Casa	2011.	Vivi Xavier, dividia uma casa com a sogra.		*Não há creche, não há escola, assim ela não pode trabalhar; *o comércio é muito longe de sua casa.		*Acha o bairro tranquilo e considera que as coisas estão melhorando.	Esposo e mais três filhos (2, 4 e 5 anos).	O esposo trabalha, enquanto ela fica em casa para cuidar das crianças. Os dois mais velhos vão para uma creche de van.		Relaciona-se com poucos vizinhos, mas entre esses há certa solidariedade.			
Lucas	12/07/2015	CR	M	20	Branca	Casa	2011.	Cincão, casa alugada.					Namorada, de 22 anos.	Ele e a namorada trabalham.	Gosta, acha um lugar bom de viver.	É vizinho dos pais.			Tem uma moto.
Raquel	12/07/2015	CL	F	48	Negra	Casa	2011.	Vila Marieta (próximo ao Hemental), num barracão em condições precárias.	*Problemas com os vizinhos; *muita violência, era comum morrerem pessoas em sua rua.	*Problemas com os vizinhos; *falta de escolas, que prejudica quem tem filhos em idade escolar.	*Um dos vizinhos "barulhentos" fechou seu estabelecimento.	*Espera que a vizinha da frente feche também o seu bar, que ela considera uma zona.	Esposo. Os filhos são todos casados e moram em suas casas.	O esposo faz bicos. Ela tentou aposentar, mas não conseguiu.	Considera a casa uma conquista importante, mas não gosta do bairro devido aos problemas com os vizinhos. Antes, morando num barracão, disse que tinham mais paz.	Problemas sérios com os vizinhos.			
Cássia e Mar	12/07/2015	ER	F e M	31 e 47	Branca e Negra	Casa	2011.	Eucaliptos, casa alugada.	*Acham que no começo já deviam ter projetado escola, posto etc.; *no começo não tinha nem comércio, e quando abriu era muito caro.	*Falta de escola.	*Acham que as coisas estão melhorando, o posto já ficou pronto.	*O bairro precisa de escolas e creches.	Quatro filhos, um menino de 4, um de 7, uma menina de 15 e uma de 17. Esposa e dois filhos. Outro filho está residindo num "puxadinho" que fizeram nos fundos. No total tem oito filhos, mas a maioria já casados e bem encaminhados.	Cássia é doméstica, Marcos é pedreiro.	Acham o bairro bom, a casa também, mas precisa fazer melhorias. Considera a mudança para o bairro algo muito positivo, pois o aluguel comprometia muito a renda, agora paga apenas sessenta reais de prestação. Hoje está tranquilo.	Mantém boas relações com os vizinhos, acham a rua calma. Alguns vizinhos já moravam próximo antes, na Zona Leste.	Os filhos estudam no antigo bairro, a mãe os leva e trás quando vai para o trabalho.		Ônibus.
Vanderlei	23/07/2015	CL	M	60	Negra	Casa	2011.	Santiago, casa alugada.	*No começo, antes dos moradores levantarem os muros das casas, era comum sujeitos fugindo a PM se esconderem nos quintais das casas; *havia muita violência e mortes corriqueiras.	*Péssima qualidade construtiva das casas, problemas quando chove e venta; *considera que as casas foram superfaturadas; *falta de escolas e outros serviços.	*Diminuiu a violência.	*Acha que o bairro ainda vai melhorar bastante, comparou-o ao Cincão, que hoje é o segundo centro de Londrina.	Mora com a filha e a família dela. Foram contempladas com casas contíguas, então derrubaram a divisão e transformaram numa casa só.		Excelentes relações com alguns vizinhos, muitos são amigos.				
Elza	23/07/2015	CR	F	63	Branca	Casa	2011.	Santo Amaro, Cambé. A filha morava num fundo de vale na Zona Norte.	*Falta de escolas e creches; *não reclama de violência onde mora, mas apontou que isso é um problema no outro extremo do bairro.		*Melhorou bastante em termos de comércio e tranquilidade.			Gosta bastante do bairro, acha bem tranquilo, especialmente porque mora bem próxima do comércio.	Boa relação com os vizinhos.			Usa bastante o comércio do bairro.	
Fernando	01/08/2015	CR	M	40	Negra	Casa	2011.	Aquiles, morava de aluguel.		*Falta incentivo para o esporte e lazer.		*Mais incentivo ao esporte e oportunidade para as crianças e jovens, para que não venham a cair nas drogas.	Moca com a esposa. Tem um único filho de 19 anos que não reside com ele.	Tem um negócio anexo a sua casa, uma loja de produtos de tabacaria e incensos.					
Pamela	01/08/2015	CR	F	47	Negra	Casa	Dezembro	Residencial do Café.		*Falta muita coisa no bairro; *até o comércio que existe é muito longe de sua casa; *alto índice de violência devido as drogas.		*Tudo.	Reside com duas filhas e um filho.	Trabalha fora.	Mostrou-se desolada ao falar do bairro.	Boa relação com os vizinhos, há considerável solidariedade entre eles.			Reclama da distância do comércio em relação a sua casa.
Clovis	04/09/2015	ER	M	52	Negra	Casa	2011.	Santa Fé, Zona Leste, fundo de vale. Morava em Curitiba antes de se mudar para Londrina.	*No começo foi difícil, não tinha quase nada; *ônibus passava longe; *no começo tinha problema com violência em alguns locais.	*Faltam escolas; *sinalização de trânsito ruim; *lixo jogado pelos moradores em terrenos vazios e nas ruas; *rede pluvial não tem dado conta, alguns lugares estão alagando; *bueiros entupidos; *as vezes ocorrem problemas com as casas, como os aquecedores.	*Posto de saúde; *mais opções de comércio; *pontos de ônibus próximos a sua casa; *estão construindo quebra-molas; *a violência parou.	*Precisam ser construídas escolas municipal e estadual; *barracão de reciclagem.	Mora sozinho.	Faz bicos como pedreiro e serviços afins.	Gosta.	Relação tranquila com os vizinhos. No Santa Fé mantinha boas relações também, todos se conheciam.	Desloca-se do bairro para realizar exames médicos.	Comércio do bairro está bom.	Ônibus.
Julietta	04/09/2015	ER	F	65	Branca	Casa	2011.	Santa Fé, Zona Leste, fundo de vale.		*Lixo jogado no terreno ao lado da sua casa.	*Agora tem comércio, tem postinho, tem tudo.	*Está faltando uma casa lotérica.	Mora sozinha. As filhas estão casadas.	Aposentada há pouco tempo. Lava roupa para a filha que ainda mora no Santa Fé e para outra mulher no Santiago. Recebe Bolsa Família. Tem um bar anexo a sua casa. Faz bicos de faxina, pois a arrecadação com o bar não é suficiente. No momento da conversa estava com seguro desemprego. Sonha em ampliar o atendimento do bar, servindo lanches e salgadinhos, mas por enquanto é difícil mante-lo, pois precisa comprar as bebidas a vista.	Sente-se muito feliz desde que mudou para o Vista Bela. Está muito satisfeita com a casa.	Relação tranquila com os vizinhos. No Santa Fé mantinha boas relações também, todos se conheciam.	Aposentou via processo indicado pelo CRAS.	Usa bastante o comércio do bairro, que também fica bem próxima de sua casa.	Ônibus.
Cristina	04/09/2015	CL	F	42	Negra	Casa	2011.	Jardim Marieta, Zona Norte, ocupação irregular. Antes morou no Campos Verdes e no Tókio.		*Desunião entre os moradores do bairro, problemas com uma vizinha.			Mora com duas filhas, uma de 13 e uma de 19. A mais nova estuda no Behair, a mais velha no Vicente Rijo, esta última foi citada como rebelde. Ambas a ajudam nos serviços domésticos.		Relação turbulenta com uma vizinha, a Dona Iraci, que já morava próxima dela no assentamento anterior. Por outro lado, relaciona-se muito bem com vários outros moradores do bairro.				



Nome (fictício)	Data	CR/CL/ER/EL*	Sexo	Faixa etária	Cor da pele	Tipo do imóvel	Quando se mudou	Local de origem	Problemas no início	Problemas atuais	Principais mudanças/melhorias	O que precisa melhorar	Composição familiar/casa	Ocupação/fonte de renda	Gosta de morar no bairro	Relações de vizinhança	Uso dos serviços públicos	Comércio no bairro	Formas de locomoção
Maria Luiza	15/09/2015	ER	F	25	Negra	Casa	Começo de 2012.	Proximidades do Centro, casa alugada.	*Distância em relação aos demais lugares, antes pegava ônibus e era difícil; *algumas ruas ainda não eram asfaltadas quando se mudou.	*Acredita que há violência, mas mais concentrada da metade pra baixo do bairro, onde está relativamente tranquilo, mas de qualquer forma não se sente muito segura; *não depende dos serviços públicos no bairro, mas sabe que os moradores carecem de atendimento básico.	*Tem asfalto e alguns poucos serviços, mas que elas não utilizam.	*Apesar de não querer ficar no bairro após quitar o apartamento, espera que se transforme em algo parecido com o Cincão.	Mora com a mãe e mais uma amiga.	Trabalha como estagiária. A mãe e a amiga trabalham.	Não gosta muito, mudou-se para lá para não perder a oportunidade de ter um imóvel próprio. O bairro está inserido num contexto do qual ela não deseja para ninguém.	Mantém o mínimo de contato possível com o restante da cidade pela avenida. Mesmo no Centro sua relação com os vizinhos era quase nula.	Não utiliza nenhum serviço público do bairro. Ela e a mãe têm plano de saúde, só a amiga que não, mas utiliza o atendimento de outros locais mais centrais.	Utiliza quase nada de comércio no bairro. As atividades de lazer são realizadas também sempre fora do bairro.	Tem uma moto, tal como a amiga. A mãe usa ônibus.
Pedro	17/09/2015	CL	M	57	Negra	Casa	2011.	Hilda Mandarin, fundo de vale. Antes de mudar para Londrina morava em SP. Nasceu na Bahia.	*Não tinha nada; *muita violência.	*Continua faltando tudo, nada presta; *violência, falta de tranquilidade; *usuários de droga nas proximidades de sua casa; *péssima qualidade construtiva das casas; *há muito preconceito por parte de quem é de fora.	*Nada.	*Tudo.	Reside com filhos e netos. Tem contato eventual com a ex-esposa.	Pedreiro.	Odeia profundamente morar no Vista Bela, arrepende-se de ter se mudado para lá. Antes, mesmo morando no fundo de vale, sua casa era muito melhor e ele vislumbrava possibilidades de melhorar sua vida.				Está usando o carro do filho, mas anda de ônibus também.
Elisa e Roberto	23/09/2015	EL	F e M	33 e 30-35	Negra e Branca	Casa	2011.	João Turquino, fundo de vale. Entre a obrigação da saída do fundo de vale e a entrega das chaves na Vista Bela residiu com a família na casa da mãe. Nesse meio tempo também morou um pouco de aluguel, mas não aguentava pagar.	*Faltava tudo, as pessoas simplesmente foram jogadas no conjunto.	*Péssima qualidade construtiva das casas; *ausência de serviços públicos essenciais; *na UBS, não há médico e o atendimento é ruim, além de não ter medicamentos; *existe opressão da polícia, mas não existe segurança; *excesso de lixo nos terrenos vazios e nas casas; *animais abandonados nas ruas; *não há projetos sociais, culturais e esportivos para os jovens; *não há união entre os moradores; *preconceito por parte dos de fora do conjunto.	*O pouco que melhorou foi o que a própria população fez, como o comércio do bairro e árvores que foram plantadas pelos moradores.	*Tudo, o mínimo necessário para a população ter dignidade e respeito.	O casal e mais cinco filhos, 3 meninos (14, 5 e 2) e 2 meninas (16 e 7), sendo que a mais velha está praticamente casada com o namorado.	Elisa faz bicos de vez em quando, mas não tem saúde para trabalhar, além do fato de cuidar dos filhos. Roberto está desempregado. Recebe benefícios sociais.	Têm uma série de problemas, hoje consideram o bairro um pesadelo.	Relação complicada com os vizinhos, pois segundo Elisa as pessoas vivem em universos diferentes, vieram de lugares diferentes.	Depende de serviços fora do bairro, inclusive saúde, pois a UBS não está correspondendo a demanda.	Usa o comércio do bairro, acha relativamente bom.	Ônibus, durante a semana atualmente é rápido.
Patrícia	01/10/2015	CR	F	29	Branca	Casa	Novembro de 2011.	Vila Nova, casa alugada. Atrasou o aluguel várias vezes.	*No começo era bem complicado, tinha um único mercado que cobrava muito caro nos itens.	*O mais problemático é a falta de escolas e creches.	*Algumas coisas melhoraram, como o comércio que está mais diversificado e o recente posto de saúde.		Esposo e quatro filhos, todos em idade escolar.	Não trabalha, pois precisa cuidar das crianças. O esposo está desempregado.	Gosta, considera o bairro tranquilo.	Não tem problemas com os vizinhos, não se mete em confusões.		Utiliza o comércio do bairro, considera hoje bem diversificado.	
Marcela	01/10/2015	CR	F	76	Negra	Casa	Junho de 2011, uma das primeiras moradoras do bairro.	Santa Mônica. Veio de Umuarama, onde trabalhou na roça a maior parte de sua vida.	*No começo era difícil porque não tinha nada perto; *havia aglomerações de jovens e barulho.	*Faltam escolas para quem precisa.	*Hoje em dia tem tudo perto, comércio e pontos de ônibus bem próximos, até mesmo sua igreja; *o bairro está bem tranquilo.	Dois filhos homens, que moram com ela porque se divorciaram. No total tem cinco filhos homens e quatro mulheres.	Aposentada.	Gosta, considera o bairro tranquilo.	Tem uma boa relação com os vizinhos.		Utiliza o comércio do bairro, considera hoje bem diversificado.	Locomove-se de ônibus.	
Helena	14/01/2016	EL	F	41	Branca	Casa	Final de 2012.	Panissa/Avelino Vieira, morava em casa (cheia de problemas, principalmente goteiras) cedida pela sogra, que veio a falecer. Morou antes em ocupação irregular no Londrville.	*Falta de comércio e serviços como escola e posto de saúde; *não tinha igreja; *tudo muito longe do local onde ela mora; *a casa foi entregue sem muro e qualquer tipo de material externo; *não deixaram espaços para uso institucional no bairro; *violência.	*Ainda faltam escolas no bairro; *problemas de transporte de escolares; *as coisas estão concentradas no Padovani, o que torna difícil o seu acesso, principalmente para os idosos.	*A escola de educação infantil e a quadra anexa; *a UBS inaugurada recentemente; *ampliou de uma pra duas linhas de ônibus que circulam no bairro em geral, considera que mudou pouca coisa.	*Escolas de ensino fundamental e médio; *oferta de cursos profissionalizantes no bairro; *equipamentos de comércio e serviços, como CRAS, em espaços adjacentes ao limite oeste e sul do conjunto.	Uma filha de dez anos. Tem um outro filho de 20 anos que reside com ela, mas estava viajando por tempo indeterminado no momento da conversa.	Desempregada, recebe Bolsa Família no valor de 100 reais. Trabalhava anteriormente como Agente Comunitária de Saúde. Ficou sem emprego quando os contratos temporários foram substituídos por profissionais concursados.	Gosta, considera a casa uma grande conquista, mas há muitas dificuldades em relação a estrutura das casas e a distância dos equipamentos de comércio e serviços.	Mantém boa relação com os vizinhos, há considerável solidariedade, apesar das dificuldades de privacidade por conta da proximidade entre as casas, o que limita a liberdade de fazer certas coisas, como ver TV no período da noite.	Utiliza o comércio do bairro, mas acha muito caro e longe de sua residência.	Ônibus.	
Simone	17/01/2016	EL	F	37	Branca	Apartamento	Junho de 2012.	Jardim Catuaí, de aluguel. Anteriormente viviu 30 anos no Interlagos. Conjunto Ernani Moura Lima, Zona Leste.	*Levou tempo até se acostumar a residir em apartamento; *não tinha piso no começo, demorou pra conseguir instalar; *a filha fica trancada no apartamento no começo, a mãe não tinha coragem de deixar ela pra fora; *uso de drogas no interior do condomínio; *falta de segurança.	*Faltam escolas para as crianças; *problemas referentes ao transporte para as escolas em outros bairros; *falta de segurança, inclusive no interior do condomínio; *uso de drogas por moradores do condomínio; *não há equipamentos para lazer; *friso os problemas de preconceito sofridos por moradores do conjunto em outros lugares.		*Posto de saúde; *o DIST; *em geral, pouca coisa.	Reside com uma filha de 11 anos. Há uma outra de 17 que mora em Americana, que deverá se mudar para Londrina para morar com a mãe. Chegou a viver com um companheiro no apartamento, mas terminaram e ela o mandou embora.	Trabalha numa cozinha industrial. Voltou a receber o bolsa família há quatro meses.	Apesar de tantos problemas, considera a conquista da casa algo muito importante, não se imagina vivendo de novo de aluguel ou na casa dos outros.	Mantém contato restrito com os vizinhos, não se identifica com a maioria desde o começo.	Utiliza a UBS. A filha estuda em outro bairro. Está tentando uma vaga para a filha em escola integral.	Reclamou da falta de opção e dos preços do comércio do bairro, portanto normalmente não utiliza.	Ônibus.
Bernardo	25/02/2016	CR	M	75	Negra	Casa	Final de 2015 (comprou a casa de outro morador)	Também morou no Ouro Branco, na Zona Sul. É baiano de Barreiras, mudou-se para Londrina com 17 anos.				Esposa de 68 anos. Outras duas filhas moram no conjunto, com suas respectivas famílias.	Aposentado. Antes trabalhava como lavrador.	Apesar do pouco tempo, tem gostado, considera tranquilo.		Os filhos estudam numa escola no antigo bairro. Não utiliza o comércio do bairro, busca serviços existentes no conjunto.			
Henrique	16/06/2016	EL	M	36	Negra	Apartamento	2011	Casa da mãe no José Jordano, Zona Norte.	*Não tinha comércio, não tinha escola, nem outros serviços; *precisava se deslocar para muito longe pra resolver qualquer coisa; *violência e tráfico de drogas.	*Ainda faltam muitas coisas, especialmente escolas; *Apesar de ter diminuído, ainda há violência; *A PM não atende chamados no bairro.	*A escola de educação infantil; *a UBS; *o projeto que ele próprio desenvolve com outros colaboradores.		Esposa e dois filhos adolescentes.	Agente cultural	Apesar das dificuldades, gosta.	Difíciles, confia em poucas pessoas.		Não utiliza o comércio do bairro, busca "espaços alternativos".	Carro próprio e ônibus.

## ANEXO

Anexo 1 - Documentos fornecidos pela COHAB-LD (Reproduzidos na íntegra em forma de imagens).

**RESIDENCIAL VISTA BELA  
SINTESE DO EMPREENDIMENTO**

CONSTRUTORA E NOME DO EMPREENDIMENTO	Nº UNIDADES POR CONSTRUTORA	Tipo Imóvel				
		Casas - 36,89m2	Apartamentos Etapa I	Apartamentos II	Casas Especiais idosos	Casas Especiais PNE
Artenge Construções - Vista Bela I, II, III, IX	945	292	416	224	0	13
Terra Nova Engenharia - Vista Bela IV, V, X	863	408	224	208	23	0
Protenge Engenharia - Vista Bela VI, VII, VIII	904	506	144	224	23	7
<b>TOTAL UNIDADES</b>	<b>2712</b>	<b>1206</b>	<b>784</b>	<b>656</b>	<b>46</b>	<b>20</b>

DENOMINAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	CASAS	APARTAMENTOS	ETAPA
Vista Bela I	305	0	etapa I
Vista Bela II	0	208	
Vista Bela III	0	208	
Vista Bela IV	431	0	
Vista Bela V	0	224	
Vista Bela VI	536	0	
Vista Bela VII	0	144	etapa II
Vista Bela VIII	0	224	
Vista Bela IX	0	224	
Vista Bela X	0	208	
<b>TOTAL</b>	<b>1272</b>	<b>1440</b>	<b>2712</b>

COHAB-LD **VISTA BELA**  
**Relatório de Caracterização Familiar - Programa Minha Casa Minha Vida**

Fonte: COHAB-LD

Posição: 18/05/2012

Empreendimento:			Total de Famílias: 2669		
Endereço:					
Município:					
Características da Família					
Tamanho da Família	Total	%	Composição do grupo (distribuição por idade)		
1	230	8,6%	crianças até 6 anos	1272	15,6%
2	706	26,5%	crianças de 7 a 10	888	10,9%
3	853	32,0%	crianças de 11 a 14	936	11,4%
4	566	21,2%	adolescentes de 15 a 17	637	7,8%
5	221	8,3%	jovens 18 a 24	912	11,2%
6	57	2,1%	adultos de 25 a 60	3158	38,6%
7	28	1,0%	idosos mais de 60	376	4,6%
8	2	0,1%	Total de Pessoas	8179	*
9 ou mais	6	0,2%			
Perfil das Famílias	Total	%	<b>Tamanho Médio da Família</b>		
Total de Famílias	2669	*	3,1		
Sem menores de 18 anos	637	23,9%	<b>Razão de Dependência (inativos/adulto)</b>		
Com menores de 18 anos	2032	76,1%	1,01		
Com crianças com até 6 anos	1128	42,3%			
Com crianças de 7 a 10	771	28,9%			
Com crianças de 11 a 14	791	29,6%			
Com adolescentes de 15 a 17	577	21,6%			
Com idosos (acima de 60 anos)	321	12,0%			
Trabalho e Renda					
Trabalho e Renda	Total	%	Renda Domiciliar (R\$)	Total	
Total de Pessoas com trabalho Remunerado	2819	34,5%	Sem renda	0	
Rendimento médio do trabalho remunerado	602,79	*	até 1 salário mínimo	1160	
Renda Média Domiciliar	636,72	*	de 1 a 2 salários mínimos	1109	
			de 2 a 3 salários mínimos	400	
			acima de 3 salários mínimos	0	
Renda familiar per capita (salário mínimo)	Total	%	<b>Renda per Capita Média</b>		
Até 1/4	889	33,3%	248,7		
de 1/4 a 1/2	776	29,1%			
de 1/2 a 1	811	30,4%			
Acima de 1	193	7,2%			
Acesso a Escola					
Frequêntam escola	Total	%			
Creche	114	1,4%			
Pré-escola	173	2,1%			
Classe de Alfabetização	80	1,0%			
Fundamental 1º a 4º	1769	21,6%			
Fundamental 5º a 8º	333	4,1%			
Ensino Fundamental Especial	385	4,7%			
Ensino Médio	2	0,0%			
Ensino Médio Especial	5	0,1%			
Fundamental EJA 1º a 4º	5	0,1%			
Fundamental EJA 5º a 8º	6	0,1%			
Ensino Médio EJA	1	0,0%			
Superior	34	0,4%			
Alfabetização Adultos	0	0,0%			
Nenhum	0	0,0%			
Acesso aos serviços públicos na moradia de origem					
Abastecimento de água	Total	%	Coleta de Lixo	Total	%
Rede geral	2571	96,3%	Coleta direta	2174	81,5%
Poço/nascente	29	1,1%	Coleta indireta	10	0,4%
Cistema	0	0,0%	Enterra/queima	37	1,4%
Outras	69	2,6%	Terreno/logradouro	9	0,3%
			Rio/lago/mar	1	0,0%
			Outros	438	16,4%
Frma de Iluminação	Total	%	Pavimentação	Total	%
Elétrica com medidor	2265	84,9%	Total	948	35,5%
Elétrica com medidor comunitário	279	10,5%	Parcial	18	0,7%
Elétrica sem medidor	33	1,2%	Não existe	37	1,4%
Óleo/querosene/gás	0	0,0%			
Outras	1	0,0%			

**COHAB-LD VISTA BELA**  
**Relatório de Caracterização Familiar - Programa Minha Casa Minha Vida**

Fonte: Base CADUNICO - Versão 7

Posição:

18/05/2012

<b>Empreendimento:</b>	SIAPF:	0
<b>Endereço:</b>		
<b>Município:</b>	<b>Total de Famílias:</b>	2669

**Responsável pela Unidade Familiar**

Genero	Total	%
masculino	406	15,2%
feminino	2263	84,8%

Idade	Total	%
até 24	243	9,1%
25 a 34	772	28,9%
35 a 44	791	29,6%
45 a 54	476	17,8%
55 a 64	213	8,0%
65 ou mais	174	6,5%
Sem Resposta	0	0,0%

Grupo Etnico-Racial	Total	%
Branca	1235	46,3%
Preta	317	11,9%
Amarela	7	0,3%
Parda	1030	38,6%
Indígena	3	0,1%
Sem Resposta	77	2,9%

Deficientes	Total	%
Com deficiência permanente	72	2,7%
Sem deficiência permanente	2570	96,3%
Sem resposta	27	1,0%

Nível de Escolaridade	Total	%
Fundamental regular (8 anos)	1724	64,6%
Fundamental regular (9 anos)	0	0,0%
Ensino fundamental especial	1	0,0%
Ensino médio regular	857	32,1%
Ensino médio especial	3	0,1%
Fundamental Supletivo (1ª a 4ª)	1	0,0%
Fundamental Supletivo (5ª a 8ª)	5	0,2%
Ensino médio Supletivo	10	0,4%
Superior	66	2,5%
Pré vestibular	0	0,0%
Alfabetização para adultos	1	0,0%
Nenhum	0	0,0%

Trabalho Remunerado	Total	%
Trabalha	384	14,4%
Não trabalha	615	23,0%
Sem resposta	1670	62,6%

Trabalho Principal	Total	%
Por conta própria	154	5,8%
Temporário na área rural	0	0,0%
Sem carteira assinada	21	0,8%
Com carteira assinada	178	6,7%
Doméstico sem carteira assinada	40	1,5%
Doméstico com carteira assinada	15	0,6%
Trabalh não remunerado	0	0,0%
Militar/servidor público	5	0,2%
Empregador	0	0,0%
Estagiário	2	0,1%
Aprendiz	0	0,0%
Sem resposta	2254	84,5%

Renda Total Mensal	Total	%
Sem renda	706	26,5%
até 1 salário mínimo	1013	38,0%
de 1 a 2 salários mínimos	851	31,9%
de 2 a 3 salários mínimos	99	3,7%
acima de 3 salários mínimos	0	0,0%

Perfil dos idosos do Vista Bela			
<b>Total</b>	<b>234</b>		
<b>Gênero</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	
Masculino	91	38,9%	
Feminino	143	61,1%	
<b>Idade</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	
60 a 70	136	58,1%	
71 a 80	78	33,3%	
81 a 90	18	7,7%	
acima de 90	2	0,9%	
<b>Grupo Etnico-Racial</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	
Branca	124	53,0%	
Negro	32	13,7%	
Amarela	0	0,0%	
Parda	75	32,1%	
Indígena	0	0,0%	
Sem Resposta	3	1,3%	
<b>Reside com</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	
Sozinho	112	47,9%	
Com conjuge/companheiro(a)	68	29,1%	
Com dependentes/outros	54	23,1%	
<b>Trabalho</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	
Formal	8	3,4%	
Informal	52	22,2%	
Desempregado/Ñ Trabalha	7	3,0%	
Aposentado/pensionista	125	53,4%	
Recebem BPC	42	17,9%	
<b>Deficientes</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	
Visual	2	0,9%	
Auditivo	0	0,0%	
Mental	1	0,4%	
Físico	5	2,1%	
Cadeirantes	0	0,0%	
<b>Nível de Escolaridade</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	
Não Alfabetizados	56	23,9%	
Fundamental Incompleto	152	65,0%	
Fund. Incompleto (cursando)	1	0,4%	
Fundamental Completo	9	3,8%	
Médio Incompleto	7	3,0%	
Médio Incompleto (cursando)	0	0,0%	
Médio Completo	9	3,8%	
Superior Incompleto	0	0,0%	
Sup. Incompleto (cursando)	0	0,0%	
Superior Completo	0	0,0%	
Curso Técnico	0	0,0%	
Outros	0	0,0%	
<b>Renda Total Mensal</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	
Sem renda	49	20,9%	
até 1/4 de salário mínimo	3	1,3%	
de 1/4 a 1/2 salário mínimo	8	3,4%	
de 1/2 a 1 salário mínimo	46	19,7%	
de 1 a 2 salários mínimos	127	54,3%	
de 2 a 3 salários mínimos	1	0,4%	
acima de 3 salários mínimos	0	0,0%	

## Relatório de Pessoas com Deficiência atendidas no Programa Minha Casa Minha Vida

Vista Bela

Deficientes	Total	%
Visual	13	0,5%
Auditivo	9	0,3%
Mental	81	3,0%
Físico	78	2,9%
Cadeirantes	26	1,0%
Total Deficientes	207	7,6%
Total de imóveis	2712	*

Nova Esperança III

Deficientes	Total	%
Visual	0	0,0%
Auditivo	0	0,0%
Mental	3	4,9%
Físico	2	3,3%
Cadeirantes	1	1,6%
Total Deficientes	6	9,8%
Total de imóveis	61	*

Cristal

Deficientes	Total	%
Visual	3	0,6%
Auditivo	2	0,4%
Mental	12	2,5%
Físico	7	1,5%
Cadeirantes	1	0,2%
Total Deficientes	25	5,2%
Total de imóveis	480	*

Maravilha

Deficientes	Total	%
Visual	0	0,0%
Auditivo	0	0,0%
Mental	2	3,3%
Físico	8	13,3%
Cadeirantes	4	6,7%
Total Deficientes	14	23,3%
Total de imóveis	60	*